

CÂMARA DOS DEPUTADOS**TVR****N.º 527, DE 2024****(Do Poder Executivo)****MSC 1012/2024**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 12.940, de 15 de abril de 2024, que renova concessão outorgada à Fundação Nossa Senhora do Rocio, para executar pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

(ÀS COMISSÕES DE COMUNICAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD). REGIME DE TRAMITAÇÃO: ART. 223 CF Apreciação: PROPOSIÇÃO SUJEITA À Apreciação CONCLUSIVA (PARECER 09/90 - CCJR))

MENSAGEM Nº 1012

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 12.940, de 15 de abril de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 29 de abril de 2024, que renova, a partir de 1º de maio de 2023, a concessão outorgada anteriormente conferida à Fundação Nossa Senhora do Rocio, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Brasília, 3 de setembro de 2024.

Brasília, 3 de Maio de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.004400/2023-68, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 6420/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 12.940, de 15 de abril de 2024, publicada em 29 de abril de 2024, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2024, concessão outorgada à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO (CNPJ nº 76.000.447/0001-22), nos termos do Decreto nº 1.293, datado em 23 de dezembro de 1936, publicado em 30 de dezembro de 1936, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Curitiba, estado do Paraná.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 29/04/2024 | Edição: 82 | Seção: 1 | Página: 12

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 12.940, DE 15 DE ABRIL DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.004400/2023-68, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 76.000.447/0001-22, número de inscrição no FISTEL nº 50447122720, a partir de 1º de maio de 2023, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Curitiba, estado do Paraná.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 1094/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 12.940, de 15 de abril de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 29 de abril de 2024, que renova, a partir de 1º de maio de 2023, a concessão outorgada anteriormente conferida à Fundação Nossa Senhora do Rocio, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 05/09/2024, às 18:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6061697** e o código CRC **03BC224F** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



Ministério das Comunicações - MCOM
PROTOCOLO DIGITAL - RECIBO DA SOLICITAÇÃO
Nº 264359.0025131/2023

DADOS DO SOLICITANTE

Nome: Rita de cassia farias cappia
E-mail: *****@*****.***.r
CPF: ***.421.388-**

DADOS DO REPRESENTADO

Razão Social: Fundação Nossa Senhora do Rocio
E-mail: *****@*****.***.r
CNPJ: 76.000.447/0001-22

DADOS DA SOLICITAÇÃO

Número da Solicitação: 264359.0025131/2023
Tipo da Solicitação: 01 - Protocolizar documentos para o Ministério das Comunicações
Informações Complementares: Solicita a Renovação da Outorga por novo período: 2023/2033
OM - Curitiba/PR
Número do Processo Informado Pelo Solicitante: Não há
Data e Hora de Encaminhamento: 16/02/2023 às 17:18

DOCUMENTAÇÃO PRINCIPAL

Tipo do Documento	Nome do Arquivo
Requerimento	Renovação_2023_FundNossaSenhoraRocio.pdf

DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR (Preenchimento Opcional)

Descrição do Documento	Nome do Arquivo
Não há	Não há

Sua solicitação poderá ter a documentação conferida, antes de ser tramitada para a unidade responsável. Em até 24h, a partir do envio, verifique o recebimento de e-mail contendo o Número Único de Protocolo (NUP) e orientações para o acompanhamento.

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, **FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO**, inscrita no CNPJ/MF n.º 76.000.447/0001-22, com sede na cidade de CURITIBA, Estado do Paraná, na Rua Amauri Lange Silvério n.º 270, Bairro Pilarzinho – CEP 82120-000, neste ato representada por seu Presidente, Sr. **DANIEL LUCIO SANTOS CORDEIRO**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG sob n.º 744.884-SSP/PR e do CPF/MF sob n.º 185.444.529-49, nomeia e constitui seus bastantes procuradores: **RITA DE CÁSSIA FARIAS CAPPIA**, brasileira, casada, advogada, OAB/SP n.º 132.817, RG n.º 17.439.701-X e CPF/MF n.º. 092.421.388-43 e **JOSÉ EDUARDO MARTI CAPPIA**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG n.º 7.659.487-SSP/SP e do CPF/MF n.º 013.726.408-94, ambos com domicílio profissional na cidade de São Paulo, SP, na Rua Cardoso de Almeida, 167 – 6º andar – Bairro Perdizes, com poderes para o fim especial de, representar a Outorgante perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, autarquias, entidades paraestatais, sociedades de economia mista e empresas públicas e privadas, especialmente perante o Ministério das Comunicações (Secretaria de Radiodifusão) e Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, podendo para tanto requerer cópia de processos de apuração de infração e demais, assinar e tratar de todos os atos decorrentes de processos, tais como, mas não se limitando, requerimentos, projetos técnicos, ARTs, formulários, termos, consultas e demais documentos pertinentes, podendo, ainda, peticionar, requerer, ter vista e tomar ciência de quaisquer decisões junto a quaisquer departamentos, interpor e assinar defesas e recursos em geral, juntando e retirando papéis e documentos, assumir compromissos, assinar termos, livros e quaisquer papéis ou documentos, ter vista e tomar ciência de quaisquer decisões junto a quaisquer repartições, pagar taxas e impostos, interpor e assinar defesas e recursos em geral, enfim, praticar todos os atos necessários para o fiel cumprimento deste mandato

Curitiba, 13 de Abril de 2021.

DANIEL LUCIO SANTOS
CORDEIRO:18544452949

Assinado de forma digital por
DANIEL LUCIO SANTOS
CORDEIRO:18544452949
Dados: 2021.04.14 13:25:44 -03'00'

DANIEL LUCIO SANTOS CORDEIRO
Presidente

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO

Nome da Pessoa Jurídica: FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO

CNPJ: 76.000.447/0001-22

CEP da sede: 82120-000

Endereço da sede: Rua Amauri Lange Silvério, 270 – Bairro Pilarzinho

E-mail de contato: ritafarias@emcprojetos.com.br

Serviço a ser renovado:

☒ (X) Radiodifusão sonora

☐ () em frequência modulada

☐ () em ondas curtas

☒ (X) em ondas médias

☐ () em ondas tropicais

☐ () Radiodifusão de sons e imagens

Período da renovação:

01/05/2023 à 01/05/2033

Localidade da renovação:

CURITIBA

UF: PR

Eu, **DANIEL LUCIO SANTOS CORDEIRO**, inscrito no CPF sob o nº 185.444.529-49, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

- (a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- (b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será

renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

(c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

(d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

(e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;

(f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

(g) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas *b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q* da Lei Complementar nº 64/1990;

(h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;

(i) conhecimento e adesão às cláusulas do Anexo ao Decreto n.º 88.066/1983, que passarão a regular as relações da concessionária com o Poder Concedente no novo período de exploração do serviço, caso o pedido de renovação seja atendido;

(j) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

Curitiba, 14 de Fevereiro de 2023.



DANIEL LUCIO SANTOS CORDEIRO
Presidente

DECLARAÇÃO

FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO, concessionária do serviço de radiodifusão sonora em Onda Média, na cidade de CURITIBA, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ n.º 76.000.447/0001-22, devidamente representada pelo dirigente legalmente responsável, **DECLARA:**

- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- b) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;
- c) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

Curitiba, 14 de Fevereiro de 2023.


DANIEL LUCIO SANTOS CORDEIRO
Presidente



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 76.000.447/0001-22 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 11/02/1974
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO CLUBE PARANAENSE	PORTE DEMAIS
---	------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta 90.01-9-02 - Produção musical 90.02-7-01 - Atividades de artistas plásticos, jornalistas independentes e escritores 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 306-9 - Fundação Privada
--

LOGRADOURO R AMAURI LANGE SILVERIO	NÚMERO 270	COMPLEMENTO *****
--	----------------------	-----------------------------

CEP 82.120-000	BAIRRO/DISTRITO PILARZINHO	MUNICÍPIO CURITIBA	UF PR
--------------------------	--------------------------------------	------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO SETORFISCAL@GRUPOMARISTA.ORG.BR	TELEFONE (41) 3271-1515
---	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 24/09/2005
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
-----------------------------------	---

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **14/02/2023** às **15:47:54** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO
CNPJ: 76.000.447/0001-22

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 17:51:33 do dia 10/11/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 09/05/2023.

Código de controle da certidão: **1585.F7AA.6461.E183**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 029449002-66

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **76.000.447/0001-22**

Nome: **FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 14/06/2023 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE FINANCEIRO

CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL

Certidão nº: 10.194.503

CNPJ: 76.000.447/0001-22

Nome: FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria Municipal de Finanças e créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa junto à Procuradoria Geral do Município (PGM).

Esta certidão compreende os Tributos Mobiliários (Imposto sobre serviço - ISS), Tributos Imobiliários (Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU), Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Intervivos- ITBI e Contribuição de Melhoria), Taxas de Serviços e pelo Poder de Polícia e outros débitos municipais inscritos em dívida ativa.

A certidão expedida em nome de pessoa jurídica abrange todos os estabelecimentos (matriz e filiais) cadastrados no Município de Curitiba.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço
<https://cnd-cidadao.curitiba.pr.gov.br/Certidao/ValidarCertidao>.

Certidão emitida com base no Decreto 619/2021 de 24/03/2021.

Emitida às 15:40 do dia 14/02/2023.

Código de autenticidade da certidão: 1D8CF4668F19416D8A32E0A734664CF1B2

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Valida até 15/02/2023 -- Fornecimento Gratuito



Você também pode validar a autenticidade da certidão utilizando um leitor de QRCode.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO

FLS: 1/1

NOME/RAZÃO SOCIAL FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO			CNPJ 76000447000122	
Nº DA ESTAÇÃO 322479940	SERVIÇO 205 Radiodifusão Sonora em Onda Média	NAT. SERV.	LATITUDE 25° 23' 38.3" S	LONGITUDE 49° 10' 16.4" W

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO ESTRADA DA GRACIOSA, nº 2310.	DISTRITO *****	
BAIRRO PLANTA JACOB MEHL	MUNICÍPIO Pinhais	UF PR

LOCALIDADE PLANO BÁSICO:

MUNICÍPIO:	Curitiba	UF:	PR
LOCALIDADE:	*****		
FREQUÊNCIA:	1430 KHz	CANAL:	*****
CLASSE:	B	COTA BASE DA TORRE:	890.00
INDICATIVO DA ESTAÇÃO:	ZYJ200		
NOME FANTASIA:	RADIO CLUBE PARANAENSE-B2	NUMPROCESSO:	*****
CIDADE DA OUTORGA:	Curitiba		
FREQUÊNCIA:	1430 KHz	CLASSE:	B
POTÊNCIA DIURNA:	50	POTÊNCIA NOTURNA:	10
ESTUDIO PRINCIPAL			
ENDEREÇO:	Senador Correia	BAIRRO:	Centro
MUNICÍPIO:	Curitiba	UF:	PR
NÚMERO:	55	COMPLEMENTO:	2 Andar
ESTUDIO AUXILIAR			
ENDEREÇO:	*****	BAIRRO:	*****
MUNICÍPIO:	*****	UF:	*****
NÚMERO:	*****	COMPLEMENTO:	*****
TRANSMISSOR PRINCIPAL			
FABRICANTE:	Harris Corporation	MODELO:	*****
CÓDIGO:	037491***0108	POTÊNCIA:	50.000 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR			
FABRICANTE:	Contruções Eletrônicas Indu	MODELO:	*****
CÓDIGO:	056781XXX0391	POTÊNCIA:	10.000 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR 2			
FABRICANTE:	*****	MODELO:	*****
CÓDIGO:	*****	POTÊNCIA:	***** kW
SISTEMA IRRADIANTE:			
NÚMERO DE TORRES:	1	NÚMERO DE RADIAIS:	120
COMPRIMENTO DE RADIAIS:	52.45 m	ESPAÇAMENTO ENTRE RADIAIS:	3.00 graus
COTA BASE DA TORRE:	890.00	ALTURA DA TORRE:	76.00 m



IMPRESSO EM: 23/06/2020 16:18:45

APLICAÇÃO

Emitido Em
23/06/2020

Esta licença pode ser validada em

<https://sistemas.anatel.gov.br/ser/public/view?h/validate.omo?token=Q2xhc3NMdWVibmNhcjcyMDIwNWVhbnMwYyYlUxMTkxNQ==>

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL****Nome:** FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO**CNPJ:** 76.000.447/0001-22

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:42:58 do dia 14/02/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 16/03/2023.

Certidão expedida gratuitamente.

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 76.000.447/0001-22
Razão Social: FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO
Endereço: RUA ROCKELLER 1311 / REBOUCAS / CURITIBA / PR / 80230-130

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 02/02/2023 a 03/03/2023

Certificação Número: 2023020202061430942858

Informação obtida em 14/02/2023 15:47:12

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 76.000.447/0001-22

Certidão nº: 6945459/2023

Expedição: 14/02/2023, às 15:48:31

Validade: 13/08/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **76.000.447/0001-22**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO
CONSELHO CURADOR DA FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO**



Data, horário e local: 21 de dezembro de 2022, às 14h00, nas dependências da Fundação Nossa Senhora do Rocio, sediada na Rua Amauri Lange Silvério, nº 270, em Curitiba/PR.

Convocação: Edital de convocação entregue aos membros do Conselho Curador, atendendo, assim, o estipulado no artigo 67, I, do Código Civil e as formalidades previstas no artigo 9, do Estatuto Social.

Ordem do Dia: Eleição e Posse dos membros da Diretoria Executiva da Fundação, para o período de 2023/2026.

Presenças e quórum: totalidade dos membros do Conselho Curador, conforme assinaturas nesta ata.

Mesa dos Trabalhos: Henrique Munhoz da Rocha, presidente; Giane do Amaral Trupel Ribas, secretária.

Deliberações: Resolve o conselho, por unanimidade, nomear e empossar as seguintes pessoas para a Diretoria Executiva da Fundação, para cumprir mandato de três anos a partir de 01/01/2023:

Presidente: Daniel Lucio Santos Cordeiro, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 744884-8 SESP/PR, inscrito no CPF sob nº 185.444.529-49, domiciliado na Rua José Fiori, nº 01, Pilarzinho em Curitiba/PR, CEP 82120-010.

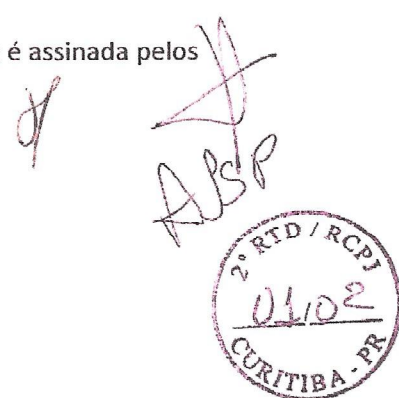
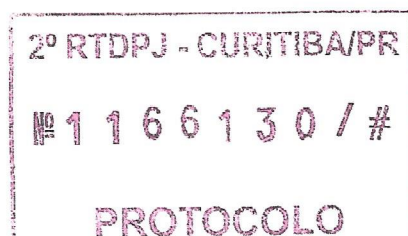
Vice-Presidente: Sandra Pondaco, brasileira, divorciada, assessora administrativa, portadora do RG 13.309.761-9 SSP-PR e inscrita no CPF sob nº 125.076.238-37, residente e domiciliada na Rua Professor Manoel de Oliveira Franco, nº359, bairro Cajuru, Curitiba/PR, CEP: 82.970-200.

Primeiro(a) Secretário(a): Cleusa do Pilar Marino Sieiro, brasileira, casada, assessora litúrgica, portadora do RG 1.618.217-6 SSP-PR e inscrita no CPF sob nº 318.986.889-15, residente e domiciliada na Rua Marian Tadeuzs Laslowski, nº114, bairro Cajuru, Curitiba/PR, CEP: 82.920-260.

Segundo(a) Secretário(a): Marcelo José Martins Medeiros, brasileiro, convivente em regime de união estável, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.860.354-2 SESP/PR, inscrito no CPF sob nº 292.590.702-44, domiciliado na Rua Coronel Dulcídio nº 588, Batel, Curitiba/PR, CEP: 82.420-170.

Tesoureiro: Geizom Sokacheski, brasileiro, solteiro, diretor de expansão de rede, portador do RG nº7.258.939-4 SSP-PR e inscrito no CPF sob nº028.283.829-58, residente e domiciliado na Rua Rio Piracicaba, nº56, bairro Roça Grande, Colombo, PR, CEP 83.403-450.

Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente ata que é assinada pelos conselheiros presentes.





LISTA DE PRESENTES – CONSELHO CURADOR

Henrique Munhoz da Rocha
Presidente do Conselho Curador

Giane do Amaral Trupel Ribas
Vice- Presidente do Conselho Curador

Agda Inês Szczygel Palenske
Membro - Conselho Curador



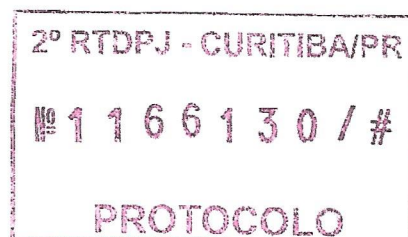
PROTOCOLO Nº 1.166.130
AVERBADO- REG. Nº 1.628 LIVRO A
DISTRIBUIÇÃO Nº 130000002043
Curitiba-PR, 08 de fevereiro de 2023

Francisco César Cecilio
Escrivente



Emolumentos: R\$73,80 (VRC-400,00) Funrejus: R\$10,56, ISSQN:
R\$2,95, FUNDEP: R\$3,69, : , Fotocópia: R\$0,74, Digitalização:
R\$0,74.

Selo: 1307MsTqdHrVTUfifNtVejO9R
<https://selo.funarpen.com.br/consulta>

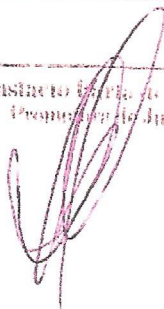


MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARANA
Promotoria de Justiça das Comarca e do
Territorio Rural

Pelo ato de homologação de nº 1.2.19 do Código de
Normas da Corregedoria Geral de Justiça do Paraná
Autoriza o registro deste documento.

Curitiba (PR), 17 de JANEIRO de 2023

Karlus Anastasio Berra de Moura Cordeiro
Promotor de Justiça



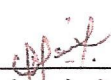
TERMO DE POSSE DA DIRETORIA EXECUTIVA
21/12/2022



Daniel Lucio Santos Cordeiro, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 744.844 SSP-PR, inscrito no CPF sob nº 185.444.529-49, nascido em 12/05/1951, domiciliado na Rua José Fiori, 01, Pilarzinho, em Curitiba – PR, CEP 82120-010, por esse instrumento, toma posse de seu cargo nessa data.

Curitiba, 21 de dezembro de 2022.




Daniel Lucio Santos Cordeiro
Diretor Presidente



PROTOCOLO Nº 1.166.131
AVERBADO- REG. Nº 1.628 LIVRO A
DISTRIBUIÇÃO Nº 000
Curitiba-PR, 08 de fevereiro de 2023


Francisco Cesar Cecilio
Escrevente



2º RTDPJ - CURITIBA/PR
Nº 1166131 / #
PROTOCOLO

Emolumentos: R\$73,80 (VRC 100,00) Funfejus: R\$10,56, ISSQN: R\$2,95, FUNDEP: R\$3,69, : , Fotocópia: R\$0,74, Digitalização: R\$0,74.

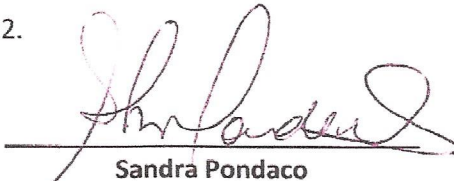
Selo: 1307MsTqdHrVhUFifaDvejO9b
<https://selo.funarpen.com.br/consulta>



TERMO DE POSSE DA DIRETORIA EXECUTIVA
21/12/2022

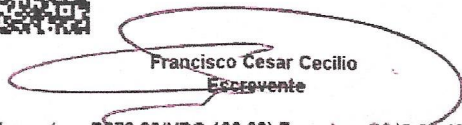
Sandra Pondaco, brasileira, divorciada, assessora administrativa, portadora do RG 13.309.761-9 SSP-PR e inscrito no CPF sob nº125.076.238-37, residente e domiciliada na Rua Professor Manoel de Oliveira Franco, nº359, bairro Cajuru, Curitiba/PR, CEP: 82.970-200, por esse instrumento, toma posse de seu cargo nessa data.

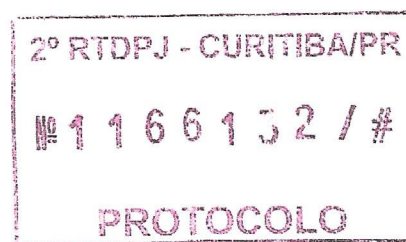
Curitiba, 21 de dezembro de 2022.


Sandra Pondaco
Vice-Presidente da Diretoria Executiva



PROTOCOLO Nº 1.166.132
AVERBADO- REG. Nº 1.628 L'VRO A
DISTRIBUIÇÃO Nº 000
Curitiba-PR, 08 de fevereiro de 2023


Francisco Cesar Cecilio
Escritor



Emolumentos: R\$73,80 (VRC 100,00) Funrejus: R\$10,56, ISSQN: R\$2,95, FUNDEP: R\$3,69, : , Fotocópia: R\$0,74, Digitalização: R\$0,74.

Selo: 1307MsTqdHrVAUFIF2UXejO99
<https://selo.funarpen.com.br/consulta>

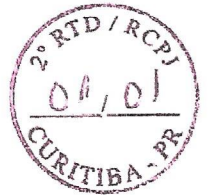
TERMO DE POSSE DA DIRETORIA EXECUTIVA
21/12/2022



Cleusa do Pilar Marino Sieiro, brasileira, casada, assessora litúrgica, portadora do RG 1.618.217-6 SSP-PR e inscrita no CPF sob nº 318.986.889-15, residente e domiciliada na Rua Marian Tadeuzs Laslowski, nº114, bairro Cajuru, Curitiba/PR, CEP: 82.920-260, por esse instrumento, toma posse de seu cargo nessa data.

Curitiba, 21 de dezembro de 2022.

Cleusa Sieiro
Cleusa do Pilar Marino Sieiro
Primeira Secretária



PROTOCOLO Nº 1.166.133
AVERBADO- REG. Nº 1.628 LIVRO A
DISTRIBUIÇÃO Nº 000
Curitiba-PR. 08 de fevereiro de 2023



Francisco Cesar Cecilio
Escritor

Emolumentos: R\$73,80 (VRC 100,00) Funrejus: R\$10,56, ISSQN: R\$2,95, FUNDEP: R\$3,69, : , Fotocópia: R\$0,74, Digitalização: R\$0,74.
Selo: 1307MsTqdHrVsUFIf3vWejO9h
<https://selo.funarpen.com.br/consulta>



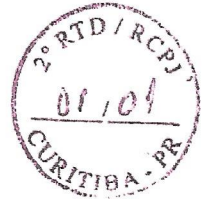
TERMO DE POSSE DA DIRETORIA EXECUTIVA
21/12/2022



Marcelo José Martins Medeiros, brasileiro, convivente em regime de união estável, radialista, portador do RG 7.860.354-2 SSP-PR e inscrito no CPF sob nº 292.590.702-44, residente e domiciliado a Rua Coronel Dulcídio nº588, bairro Batel, Curitiba/PR, CEP 80.420-170, por esse instrumento, toma posse de seu cargo nessa data.

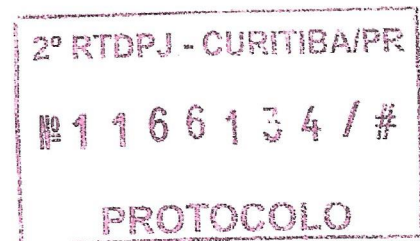
Curitiba, 21 de dezembro de 2022.

Marcelo José Martins Medeiros
Segundo Secretário



PROTOCOLO Nº 1.166.134
AVERBADO- REG.Nº 1.628 LIVRO A
DISTRIBUIÇÃO Nº 000
Curitiba-PR. 08 de fevereiro de 2023

Francisco Cesar Cecilio
Escrevente



Emolumentos: R\$73,80 (VRC 100,00) Funrejus: R\$10,56, ISSQN: R\$2,95, FUNDEP: R\$3,69, : , Fotocópia: R\$0,74, Digitalização: R\$0,74.
Selo: 1307MsTqdHrVcUFIf4k3ejO9b
<https://selo.funarpen.com.br/consulta>

TERMO DE POSSE DA DIRETORIA EXECUTIVA
21/12/2022



Geizom Sokacheski, brasileiro, solteiro, diretor de expansão de rede, portador do RG nº7.258.939-4 SSP-PR e inscrito no CPF sob nº028.283.829-58, residente e domiciliado na Rua Rio Piracicaba, nº56, bairro Roça Grande, Colombo, PR, CEP 83.403-450, por esse instrumento, toma posse de seu cargo nessa data.

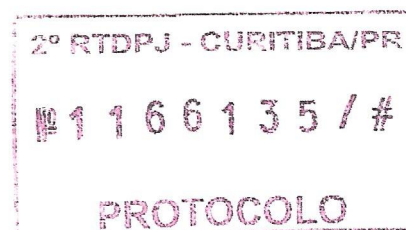
Curitiba, 21 de dezembro de 2022.


Geizom Sokacheski
Tesoureiro



PROTOCOLO Nº 1.166.135
AVERBADO- REG. Nº 1.628 LIVRO A
DISTRIBUIÇÃO Nº 000
Curitiba-PR, 08 de fevereiro de 2023


Francisco Cesar Cecilio
Escrevente



Emolumentos: R\$73,80(VRC 100,00); Funrejus: R\$10,56, ISSQN: R\$2,95, FUNDEP: R\$3,69, : , Fotocópia: R\$0,74, Digitalização: R\$0,74.

Selo: 1307MsTqdHrVDUFILRfejO9s
<https://selo.funarpen.com.br/consulta>

MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

Promotoria de Justiça das Fundações e do

Tercero setor

Para os efeitos do disposto no item 14.2.12 do Código de
Normas da Corregedoria Geral de Justiça do Paraná
Autorizo o registro deste documento

Curitiba(PR), 17 de JANEIRO de 2023

Carina Amstutz Bortolotto Moura Cordery
Promotora de Justiça



**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS) **1ª e 2ª Instâncias**

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 10/02/2023, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO

76.000.447/0001-22

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 10/02/2023

Selo digital de segurança: **2023.CTD.3R8B.RBOG.Q62V.UMRK.0VK8**

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CEDULA DE IDENTIDADE



ASSINATURA DO PORTADOR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

REGISTRO GERAL 744.884

NOME DANIEL LUCIO SANTOS CORDEIRO

Caraldo Cordeiro

Selena Santos Cordeiro

Curitiba-PR 12/05/1951

NATURALIDADE DATA DO NASCIMENTO

9/04/11/1976

Delegado de Polícia, Local

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Lei 13.226 de 18/07/2001

SELO FUNARPEN

TABELIONATO DE NOTAS

ORL36137

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

DANIEL LUCIO SANTOS CORDEIRO

12/05/1951 16658506/04 0010376

CURITIBA 18/09/86

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

DANIEL LUCIO SANTOS CORDEIRO

12/05/1951 16658506/04 0010376

CURITIBA 18/09/86

Lei 13.226 de 18/07/2001

SELO FUNARPEN

TABELIONATO DE NOTAS

ORL36136

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS FISCAIS

NASCIMENTO 12.05.51

INSCRIÇÃO NO CPF 185.444.529-49

CONTRIBUINTE DANIEL LUCIO SANTOS CORDEIRO

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

Lei 13.226 de 18/07/2001

SELO FUNARPEN

TABELIONATO DE NOTAS

ORL36135

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: **13.309.761-9** DATA DE EXPEDIÇÃO: 28/05/2011

NOME: **SANDRA PONDACO WINANDY**

FILIAÇÃO: ALDO PONDACO
ZENIRDES ANDRADE PONDACO

NATURALIDADE: SÃO PAULO/SP DATA DE NASCIMENTO: 08/08/1968

DOC. ORIGEM: COMARCA-SÃO PAULO/SP, 28 SUBDISTRITO
C.CAS-14188, LIVRO-488, FOLHA-2/4

PIS/PASEP: 123.24807.78-3

CPF: 125.070.238-37

CURTIBA/PR

ASSINATURA DO TITULAR
NEWTON TADEU KUCHNA
7.116 DE 2010/03

PROVEDOR PASTIFICAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: **13.309.761-9**

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR
9.11.6.0

CARTERA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

1.618.217-6 16/06/1994

CLEUSA DO PILAR MARINO SIEIRO

ABILIO MARINO TENDRIO

AGENCY MARIA MARINO

CURITIBA/PR 15/08/1958

COMARCA=CURITIBA/PR, CAJURU

C.CAS 2259, LIVRO=378, FOLHA=1724

SELO FUNARPEN

TABELIONATO DE NOTAS

FDJ52903

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura

CLEUSA DO PILAR MARINO SIEIRO

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 30/03/99

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome

CLEUSA DO PILAR MARINO SIEIRO

Nº da Inscrição

318986889-15

Data de Nascimento

15/08/58

SELO FUNARPEN

TABELIONATO DE NOTAS

FDJ52902

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura

CLEUSA DO PILAR MARINO SIEIRO

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 30/03/99



2º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE CURITIBA


ELISA DE FÁTIMA DUDECKE AZEVEDO
OFICIAL DE REGISTRO

CERTIDÃO BREVE RELATO

CERTIFICO E DOU FÉ que, a pedido da parte interessada, verificando os arquivos deste 2º Registro Civil de Pessoa Jurídica de Curitiba/PR, consta o **REGISTRO nº 1.628**, do Livro "A-1", de **08 de outubro de 1975**, referente à constituição de pessoa jurídica, cujo Estatuto Social, atualmente vigente pode ser resumido da seguinte forma:

- I. DENOMINAÇÃO: FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO;**
- II. CNPJ/MF: 76.000.447/0001-22;**
- III. NATUREZA JURÍDICA: FUNDAÇÃO PRIVADA;**
- IV. FINS:** produzir e divulgar programação de caráter educativo e cultural mediante programas e projetos voltados para a educação e cultura de aprimoramento da sociedade, dentre outros;
- V. SEDE:** Rua Amauri Lange Silvério, 270, Pilarzinho, Curitiba/PR, CEP 82.120-000;
- VI. REPRESENTAÇÃO LEGAL:** Diretoria Executiva: **Presidente: DANIEL LUCIO SANTOS CORDEIRO**, CPF nº 185.444.529-49; **Vice-Presidente: SANDRA PONDACO**, CPF nº 125.076.238-37; **1º Secretário: CLEUSA DO PILAR MARINO SIERO**, CPF nº 318.986.889-15; **2º Secretário: MARCELO JOSÉ MARTINS MEDEIROS**, CPF nº 292.590.702-44; **Tesoureiro: GEIZOM SOKACHESKI**, CPF nº 028.283.829-58;

VII. MANDATO E ELEIÇÃO: 3 (três) anos, eleição realizada aos 21/12/2022, para cumprir o mandato de três anos, a partir de 01/01/2023;

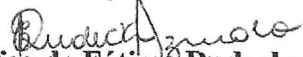
VIII. AVERBAÇÕES: Alterações Estatutárias: PROTOCOLADAS E MICROFILMADAS sob o nº 279.038, datada de 09/03/1978; 340.029, datada de 24/09/1979; 558.090, datada de 16/05/1985; 569.505, datada de 20/12/1985; 814.134, datada de 20/07/1998; 875.599, datada de 13/12/2000; 879.389, datada de 25/04/2001; 916.218, datada de 05/08/2003; 1.018.470, datada de 13/10/2011; 1.080.953, datada de 17/05/2016; 1.148.367, datadas de 13/08/2021; 1.157.181, datadas de 18/05/2022; Atas de Diretora, Re-ratificação, Alteração de Endereço, Eleição e Posse da Diretoria, Criação de Filial: PROTOCOLADA E MICROFILMADA sob o nº 980.768, datada de 11/11/2008; 990.445, datada de 01/09/2009; 994.236, datada de 16/12/2009; 1.032.124, datada de 19/09/2012; 1.038.193, datada de 21/03/2013; 1.045.936 e 1.045.937, datadas de 10/10/2013; 1.047.317, datada de 14/11/2013; 1.074.415, datada de 05/11/2015; 1.076.494, 1.076.495, 1.076.496 e 1.076.497, datadas de 07/01/2016; 1.077.901, 1.077.902 e 1.077.903, datadas de 29/02/2016; 1.080.952, datada de 17/05/2016; 1.090.599, datada de 24/02/2017; 1.094.792, datada de 26/06/2017; 1.113.659, datada de 22/10/2018; 1.119.420 a 1.119.422, datada de 11/02/2019; 1.133.498 e 1.133.499, datada de 17/03/2020; 1.136.263, datada de 14/07/2020; 1.148.366, datada de 13/08/2021; 1.157.178, 1.157.179, 1.157.180, datadas de 18/05/2022; 1.161.865, datada de 07/10/2022; 1.166.130 a 1.166.135, datadas de 08/02/2023. 

Certifico mais e finalmente que nada mais foi averbado as margens do referido registro até a presente data.

VALOR DESTE ATO: - 40VRC: R\$ 9,84 + Buscas: R\$ 3,70 + Funrejus: R\$ 3,39 + ISS: R\$ 0,54 + FUNDEP: R\$ 0,68 = R\$ 18,15

"O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ"

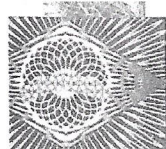
Curitiba-PR, 15 de fevereiro de 2023.


Elisa de Fátima Dudecke Azevedo
Oficial de Registro 006.208.389-90

CARTORIO@2OFICIO.COM.BR
WWW.2RTDCTBA.COM.BR




SELO DIGITAL
1307M.sTqdH.rVDUF
IfLXI.ej09s
<https://selo.funarpen.com.br>



2º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE CURITIBA

ELISA DE FÁTIMA DUDECKE AZEVEDO
OFICIAL DE REGISTRO

CERTIDÃO BREVE RELATO

CERTIFICO a pedido da parte interessada, que em data de **31/10/2022**, foi Protocolada sob o número **1.162.628** e Registrado sob o número **834.874** e posterior averbação, datada de **31/10/2022**, sob o Protocolo nº **1.162.629**, do **Livro B**, de Registros Integrais, a Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Curador da Fundação Nossa Senhora do Rocio, realizada em data de 16/08/2022 e o Regimento Interno do Fundo Social Nossa Senhora do Rocio da **FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO**. Ficando devidamente arquivados neste Cartório os documentos exigidos pelos Artigos 120 e 121 da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973. 

VALOR DESTE ATO: - 40VRC: R\$ 9,84 + Buscas: R\$ 3,70 + Funrejus: R\$ 3,38 + ISS: R\$ 0,54 + FUNDEP: R\$ 0,68 = R\$ 18,15

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Curitiba-PR, 15 de fevereiro de 2023


Elisa de Fátima Dudecke Azevedo
Oficial de Registro
006.208.389-90

F U N A R P E N



SELO DIGITAL
1307M.sTqdH.rVrUF
If0s7.ej09b
<https://selo.funarpen.com.br>

CARTORIO@2OFICIO.COM.BR
WWW.2RTDCTBA.COM.BR

RUA MONSENHOR CELSO, 211 | 8º ANDAR | CENTRO | CURITIBA | PR | CEP 80010-150 | 41. 3023 2444

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTEIRAÇÃO DE FENÔMENO INVALIDA ESTE DOCUMENTO

Autuação

Processo: 53000.005066/2013-85

Tipo: SERAD - Renovação de Outorga de Rádio Comercial

Data de Registro: 21/01/2012

Interessados: FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO

Para visualizar o teor de Processos ou Documentos de Acesso Restrito, solicite por meio do Protocolo Digital, acessando a página [Protocolar documentos junto ao Ministério das Comunicações](#).

Lista de Protocolos (79 registros):

Documento / Processo	Tipo de Documento	Data do Documento	Data de Registro	Unidade
0131020 	Volume de Processo Digitalizado	10/09/2014	10/09/2014	SERAD_MCOM_DOC
0135259 	Termo de Cadastro de Inf. Proc. no âmbito do SEI	12/09/2014	12/09/2014	SERAD_MCOM_DOC
0230839 	Certidão obtida via Internet	11/11/2014	11/11/2014	CORRC_MCOM
0231053 	Certidão obtida via Internet	11/11/2014	11/11/2014	CORRC_MCOM
0231078 	Checklist	11/11/2014	11/11/2014	CORRC_MCOM
0231081 	Nota Técnica 16561	23/12/2014	23/12/2014	CORRC_MCOM
0231103 	Ofício 18814	23/12/2014	23/12/2014	CORRC_MCOM
0327264 	Outros (origem externa)	15/01/2015	15/01/2015	SDCOM-TEMP
53900.006245/2015-58	SERAD - Renovação	-- -- --	-- -- --	-- -- --

Protocolo Digital - Protocolar doc. junto
MCOM v6 por Cidadão

Status
Em Andamento

Código
025.328

Capturar Triagem Pendente *Ciclo: 01*

Início da Atividade
16/02/2023

Protocolo Digital

Número da Solicitação
264359.0025131/2023

CPF
092.421.388-43

Nome
Rita de cassia farias cappia

E-mail
ritafarias@emcprojetos.com.br

Sexo
Feminino

Data de nascimento
19/05/1968

País de nacionalidade
Brasil

Naturalidade
SAO PAULO

Data de envio da solicitação
16/02/2023

Recibo da Solicitação

PDF com o recibo da Solicitação
25328_1.pdf

Dados da Solicitação

Tipo de Solicitação
01 - Protocolizar documentos para o Ministério das Comunicações

Dados do Solicitante

Tipo do Solicitante
Pessoa Jurídica

Procuração
ROCIO_Procuracao_2021 (1) (1).pdf

CNPJ
76.000.447/0001-22

Razão Social
Fundação Nossa Senhora do Rocio

E-mail
ritafarias@emcprojetos.com.br

Documentação Necessária

Tipo de Documento Requerimento

Selecionar Documento Renovação_2023_FundNossaSenhoraRocio.pdf

Complementação do Protocolo Anterior

Solicitação é complementar a um protocolo anterior

NÃO

Informações Complementares (Preenchimento Opcional)

Informações Complementares

Solicita a Renovação da Outorga por novo período: 2023/2033

OM - Curitiba/PR



Estações

Estações ▼

✓ Voltar

1 total de registros | 1 - 50 | 50 | Atualizar | Filtrar

Ações	Status ↕	CNPJ ↕	Entidade ↕	NumFistel ↕	Carater ↕	Finalidade ↕	Serviço ↕	Num Serviço ↕	UF ↕	Município ↕
Visualizar em PDF ▼ ▶	AM-C3 (Canal Outorgado - Aguardando Licenciamento)	76000447000122	FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	05008001973	P	Comercial	OM	205	PR	Curitiba

Id solicitação: 57dbac6b854d6

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	
Nome Fantasia: RADIO CLUBE PARANAENSE-B2	
Telefone: (41) 33322772	E-mail: diretoria@evangelizarepreciso.com.br
CNPJ: 76.000.447/0001-22	Número do Fistel: 05008001973
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 01/05/2003	Serviço: 205 - Radiodifusão Sonora em Onda Média
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 01/05/2033	
Observações: SG27/88,SNC72/90;RESOLUCAO ANATEL 117/99	

Endereço Sede		
Logradouro: RUA AMAURI LANGE SILVERIO	Complemento:	
Bairro: PILARZINHO	Numero: 300	
Município: Curitiba	UF: PR	CEP: 82120000

Endereço Correspondência		
Logradouro: RUA AMAURI LANGE SILVERIO	Complemento:	
Bairro: PILARZINHO	Numero: 270	
Município: Curitiba	UF: PR	CEP: 82120000

Endereço do Transmissor		
Logradouro: ESTRADA DA GRACIOSA	Complemento: BAIRRO ATUBA	
Bairro: PLANTA JACOB MEHL	Numero: 2310	
Município: Pinhais	UF: PR	CEP: 83326670

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Senador Correia	Complemento: 2 Andar	
Bairro: Centro	Numero: 55	
Município: Curitiba	UF: PR	CEP: 80010210

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Curitiba	UF: PR

Parâmetros Técnicos			
Canal:	Frequência: 1430 KHz	Classe: B	ERP Máxima: ERP dia: *** ERP noite: ***kW
Altura: m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

--

Informações Gerais							
Número da Estação: 322479940				Número Indicativo: ZYJ200			
Data Último Licenciamento: 23/06/2020				Número da Licença: 53500.026614/2020-07			

Sistema de Terra	
Número de Torres: 1	Número de Radiais: 120
Altura da Torre: 76.00	Comprimento de Radiais: 52.45
Espaçamento entre radiais: 3.00	Condutividade: 0

Carga Topo	
Figura geométrica:	
Dimensão:	Altura:

Campo Característico		
Campo Característico: 310 mV/m		

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 25° 23' 38.29" S	Longitude: 49° 10' 16.39" W	Cota da base: 890.00 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 037491***0108	Modelo:
Fabricante: Harris Corporation	Potência de Operação: 50.000 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF 2 1/4		Fabricante: RFS - RADIO FREQUENCY SYSTEMS	
Comprimento da Linha: 100.00 m	Atenuação: .63 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento: 056781XXX0391	Modelo:
Fabricante: Contruções Eletrônicas Industriais	Potência de Operação: 10.000 kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	1293	Decreto	MC	23/12/1936	29/12/1936	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	133	Portaria	MC	11/03/1937	13/03/1937	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
		Ato	ORLE		18/08/2023	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	1050	Portaria	MC	12/11/1954	27/11/1954	Mudança de Local	Técnico
9999	76237	Decreto	CN	10/09/1975	10/09/1975	Renovação	Jurídico
9999	127	Portaria	MC	25/03/1982	07/04/1982	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	190883	Despacho	MC	19/08/1983	13/09/1983	Advertência	Jurídico

9999	88995	Decreto	CN	14/11/1983	16/11/1983	Renovação	Jurídico
9999	100492	Despacho	MC	10/04/1992		Advertência	Jurídico
9999	210796	Despacho	MC	21/07/1996	31/07/1997	Advertência	Jurídico
9999	11111	Decreto	PR	24/11/1998	25/11/1998	Renovação	Jurídico
9999	145	Decreto Legislativo	CN	23/05/2001	25/05/2001	Renovação	Jurídico
9999	50	Portaria	MC	04/10/2001	10/10/2001	Multa	Jurídico
9999	509	Portaria	MC	04/10/2001	10/10/2001	Multa	Jurídico
9999	141201	Despacho	MC	14/12/2001		Advertência	Jurídico
9999	125	Portaria	MC	12/03/2009	14/12/2009	Multa	Jurídico
9999	0	Decreto	PR	05/03/2010	08/03/2010	Renovação	Jurídico
9999	26	Decreto Legislativo	CN	03/01/2013	04/01/2013	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	261	Ato	ER03	16/01/2015	19/01/2015	Homologação de Estúdio	Técnico
53516002661/2013-59	2605	Portaria	MCTIC	17/05/2017	23/05/2017	Multa	Jurídico
53500.065337/2017-44	10488	Ato	ORLE	20/07/2017	07/08/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53000035540201212	3928	Portaria	MC	08/10/2019	06/11/2019	Multa	Jurídico

Horário de funcionamento

NOME/RAZÃO SOCIAL FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO				CNPJ 76000447000122	
Nº DA ESTAÇÃO 322479940	SERVIÇO 205 Radiodifusão Sonora em Onda Média	NAT. SERV.	LATITUDE 25° 23' 38.29" S	LONGITUDE 49° 10' 16.39" W	

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO ESTRADA DA GRACIOSA, nº 2310.		DISTRITO	
BAIRRO PLANTA JACOB MEHL		MUNICÍPIO Pinhais	UF PR

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 01/05/2023

LOCALIDADE PLANO BÁSICO:

MUNICÍPIO: Curitiba UF: PR

LOCALIDADE:

FREQUÊNCIA: 1430 KHz CANAL:

CLASSE: B COTA BASE DA TORRE: 890.00

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYJ200

NOME FANTASIA: RADIO CLUBE PARANAENSE-B2 NUMPROCESSO:

CIDADE DA OUTORGA: Curitiba CLASSE: B

FREQUÊNCIA: 1430 KHz POTÊNCIA NOTURNA:

POTÊNCIA DIURNA:

ESTUDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: Senador Correia BAIRRO: Centro

MUNICÍPIO: Curitiba UF: PR

NUMERO: 55 COMPLEMENTO: 2 Andar

ESTUDIO AUXILIAR

ENDEREÇO:

MUNICÍPIO: - UF:

NUMERO: COMPLEMENTO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Omnidirecional

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: Harris Corporation MODELO:

CÓDIGO: 037491***0108 POTÊNCIA: 50.000 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE: Contruções Eletrônicas MODELO:

CÓDIGO: 056781XXX0391 POTÊNCIA: 10.000 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE: MODELO:

CÓDIGO: POTÊNCIA: kW

SISTEMA IRRADIANTE:

NÚMERO DE TORRES: 1 NÚMERO DE RADIAIS: 120

COMPRIMENTO DE RADIAIS: 52.45 m ESPAÇAMENTO ENTRE RADIAIS: 3.00 graus

COTA BASE DA TORRE: 890.00 ALTURA DA TORRE: 76.00 m

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE: RFS - RADIO FREQUENCY SYSTEMS MODELO: LCF 2 1/4

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 22/08/2023 09:53:08

APLICAÇÃO

Emitido Em
23/06/2020

Esta licença pode ser validada em

<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NcYlxTQ1JcQ2xhc3NMZWNIbmNhOjoyMDIzNjQzODA4NWQwOTlkMw==>



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO

CNPJ: 76.000.447/0001-22

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 09:41:07 do dia 22/08/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 21/09/2023.

Certidão expedida gratuitamente.



Superintendência de Administração Geral
Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças
Gerência de Arrecadação

Impresso por: **Tiago Ribeiro Barros**

Data/Hora: **22/08/2023 09:43:08**

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO

Nº FISTEL: 05008001973

Serviço: 205 - Radiodifusão Sonora em Onda Média

CNPJ/CPF: 76000447000122

Situação: Ativa

Data Validade: 01/05/2003

☒ **CADIN:** Não

Incidência FUST:

Data Início Operação Comercial:

Div. Ativa: Não

Tipo Usuário:

Integral

☒ **UF:** PR

Proc. Caducidade: Não

End. Sede: RUA AMAURI LANGE SILVERIO 300

Bairro: PILARZINHO

Município: Curitiba

CEP: 82120-000

UF: PR

End. Corresp.: RUA AMAURI LANGE SILVERIO 270

Bairro: PILARZINHO

Município: Curitiba

CEP: 82120-000

UF: PR

Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/Crédito (R\$)
1329 - TFF	1	1990	31/03/1990	14.488,92	31/01/1990	14.488,92	14.488,92	0001	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1991	31/03/1991	20.395,53		0,00	0,00	0002	Cancelado	0,00
1329 - TFF	1	1992	31/03/1992	96.025,23	27/03/1992	152.021,08	152.021,08	0003	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1993	31/03/1993	1.192.160,41	31/03/1993	2.435.305,55	1.955.789,91	0004	Quitado	0,00
9999	0	1993	31/03/1993	0,00	31/03/1993	479.515,64	0,00	0005	Cancelado	0,00
1329 - TFF	1	1994	31/03/1994	30.199,04	29/03/1994	80.876,58	80.876,58	0006	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1995	31/03/1995	160,83	31/03/1995	108,83	108,83	0007	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1996	31/03/1996	160,83	30/01/1996	133,27	133,27	0008	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1997	31/03/1997	160,83	31/03/1997	146,48	146,48	0009	Quitado	0,00
1329 - TFF	2	1998	31/03/1998	R\$ 1.944,00	21/08/1998	1.944,00	1.944,00	0010	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1999	31/03/1999	R\$ 1.944,00	31/03/1999	1.944,00	1.944,00	0011	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2000	31/03/2000	R\$ 1.944,00	31/03/2000	1.944,00	1.944,00	0012	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2001	31/03/2001	R\$ 1.944,00	30/03/2001	1.944,00	1.944,00	0013	Quitado	0,00
1660	0	2001	09/07/2001	R\$ 981,65	09/07/2001	981,65	981,65	0014	Quitado - DOU	0,00
1660	0	2001	26/11/2001	R\$ 607,38	26/11/2001	607,38	607,38	0015	Quitado - DOU	0,00
1660	0	2001	26/11/2001	R\$ 607,38	26/11/2001	607,38	607,38	0016	Quitado - DOU	0,00
1329 - TFF	1	2002	31/03/2002	R\$ 1.944,00	27/03/2002	1.944,00	1.944,00	0017	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2003	31/03/2003	R\$ 1.944,00	31/03/2003	1.944,00	1.944,00	0018	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2004	31/03/2004	R\$ 1.944,00	30/03/2004	1.944,00	1.944,00	0019	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2005	31/03/2005	R\$ 1.944,00	31/03/2005	1.944,00	1.944,00	0020	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2006	31/03/2006	R\$ 1.944,00	31/03/2006	1.944,00	1.944,00	0021	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2007	31/03/2007	R\$ 1.944,00	02/04/2007	1.944,00	1.944,00	0022	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2008	31/03/2008	R\$ 1.944,00	31/03/2008	1.944,00	1.944,00	0024	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2009	31/03/2009	R\$ 1.749,60	31/07/2009	2.158,30	2.158,30	0025	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2009	31/05/2009	R\$ 194,00	31/07/2009	236,46	236,46	0027	Quitado	0,00
1660	0	2009	25/01/2010	R\$ 964,11	25/01/2010	964,11	964,11	0028	Quitado - DOU	0,00
1329 - TFF	1	2010	31/03/2010	R\$ 1.749,60	30/06/2010	2.141,68	2.141,68	0029	Quitado	0,00

4200 - CFRP	1	2010	31/03/2010	R\$ 194,00	30/06/2010	237,47	237,47	0030	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2011	31/03/2011	R\$ 1.749,60	31/03/2011	1.749,60	1.749,60	0031	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2011	31/03/2011	R\$ 194,00	31/03/2011	194,00	194,00	0032	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2012	31/03/2012	R\$ 1.283,04	02/04/2012	1.283,04	1.283,04	0033	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2012	31/03/2012	R\$ 194,00	02/04/2012	194,00	194,00	0034	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2013	31/03/2013	R\$ 1.283,04	25/03/2013	1.283,04	1.283,04	0035	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2013	31/03/2013	R\$ 194,00	25/03/2013	194,00	194,00	0036	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2014	31/03/2014	R\$ 1.283,04	25/03/2014	1.283,00	1.283,00	0037	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2014	31/03/2014	R\$ 194,00	25/03/2014	194,00	194,00	0038	Quitado	0,00
5370	1	2015	18/02/2015	R\$ 8,85	23/02/2015	8,85	8,85	0039	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2015	31/03/2015	R\$ 1.283,04	25/03/2015	1.283,04	1.283,04	0040	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2015	31/03/2015	R\$ 194,00	25/03/2015	194,00	194,00	0041	Quitado	0,00
9370	0	2015		0,00	25/02/2015	8,85	0,00	0042	Pago a Maior	0,00
1329 - TFF	1	2016	31/03/2016	R\$ 1.283,04	31/03/2016	1.283,04	1.283,04	0043	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2016	31/03/2016	R\$ 194,00	31/03/2016	194,00	194,00	0044	Quitado	0,00
5370	1	2016	25/05/2016	R\$ 8,85	25/05/2016	8,85	8,85	0045	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2017	31/03/2017	R\$ 1.283,04	31/03/2017	1.283,04	1.283,04	0046	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2017	31/03/2017	R\$ 194,00	31/03/2017	194,00	194,00	0047	Quitado	0,00
1660	0	2017	26/06/2017	R\$ 9.595,56	23/06/2017	9.595,56	9.595,56	0048	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2017	16/09/2017	R\$ 200,00	18/09/2017	200,00	200,00	0049	Quitado	0,00
1660	0	2017	22/11/2017	R\$ 24.948,45	13/12/2017	26.926,86	26.926,86	0050	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2018	31/03/2018	R\$ 1.283,04	29/03/2018	1.283,04	1.283,04	0051	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2018	31/03/2018	R\$ 194,00	29/03/2018	194,00	194,00	0052	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2019	31/03/2019	R\$ 1.283,04	28/03/2019	1.283,04	1.283,04	0053	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2019	31/03/2019	R\$ 194,00	28/03/2019	194,00	194,00	0054	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 1.283,04	31/03/2020	1.283,04	1.283,04	0055	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 194,00	31/03/2020	194,00	194,00	0056	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2020	20/07/2020	R\$ 3.888,00	22/06/2020	3.888,00	3.888,00	0057	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2021	31/03/2021	R\$ 1.283,04	31/03/2021	1.283,04	1.283,04	0058	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 194,00	31/03/2021	194,00	194,00	0059	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2022	14/04/2022	R\$ 1.283,04	31/03/2022	1.283,04	1.283,04	0060	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2022	14/04/2022	R\$ 194,00	31/03/2022	194,00	194,00	0061	Quitado	0,00
1660	0	2019	10/12/2022	R\$ 9.869,72	12/12/2022	11.633,58	11.633,58	0062	Quitado - RN	0,00
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 1.283,04	31/03/2023	1.283,04	1.283,04	0063	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 194,00	31/03/2023	194,00	194,00	0064	Quitado	0,00
6530	0	2023	07/07/2023	R\$ 453.053,73		0,00	0,00	0065	Devedor - P	526.357,83
5356	0	2023	07/07/2023	R\$ 90.610,73	07/07/2023	90.610,73	90.610,73	0066	Quitado	0,00
5356	2	2023	31/08/2023	R\$ 90.610,75		0,00	0,00	0067	Deb.a Vencer	91.516,86
5356	3	2023	29/09/2023	R\$ 90.610,75		0,00	0,00	0068	Deb.a Vencer	91.516,86
5356	4	2023	31/10/2023	R\$ 90.610,75		0,00	0,00	0069	Deb.a Vencer	91.516,86
5356	5	2023	30/11/2023	R\$ 90.610,75		0,00	0,00	0070	Deb.a Vencer	91.516,86
7242 - PPDUR	1	2023	23/07/2023	R\$ 280,70	24/07/2023	280,70	280,70	0071	Quitado	0,00
Total devido em 22/08/2023 (em reais):										0,00
Total de créditos em 22/08/2023 (em reais):										8,85

Legenda do Campo Situação

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)

RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado
RJ - Lançamento com Recurso Judicial
RN - Lançamento com Recurso Denegado
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União
CD - Lançamento Inscrito no CADIN
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa
E - Lançamento em Execução Judicial
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006
MO - Multa de Ofício
LO - Lançamento de Ofício
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado
PA - Parcelamento: Parcela
BF - Benefício Fiscal

Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarificação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDAATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDAATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	M U L T A / J U R O S
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
5343	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
5344	9344	Diferença de Tarifa Aérea

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004)
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel

Dados da consulta | Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ											
CNPJ: 76.000.447/0001-22											
FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
HELIO KOLLET	687.526.369-68	FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba
PAULO SERGIO MACUCHEN NOGAS	744.302.209-30	FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRIMEIRO SECRETÁRIO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRIMEIRO SECRETÁRIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRIMEIRO SECRETÁRIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRIMEIRO SECRETÁRIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRIMEIRO SECRETÁRIO)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba
PEDRO JOAO WOLTER	077.560.709-68	FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba

FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICÍPIO
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
ROBSON IVAN STIVAL	737.485.449-87	FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (SEGUNDO SECRETÁRIO)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (SEGUNDO SECRETÁRIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (SEGUNDO SECRETÁRIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (SEGUNDO SECRETÁRIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (SEGUNDO SECRETÁRIO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
SENDY ALISSON FERRAZ	047.034.239-01	FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba

Usuário: 03951122307 - Tiago Ribeiro Barros

Data: 22/08/2023

Hora: 09:45:01

Dados da consulta	Resultado
-------------------	-----------

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		687.526.369-68									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
HELIO KOLLET	687.526.369-68	FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba

Usuário: 03951122307 - Tiago Ribeiro Barros

Data: 22/08/2023

Hora: 09:47:46

Dados da consulta	Resultado
-------------------	-----------

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		744.302.209-30									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
PAULO SERGIO MACUCHEN NOGAS	744.302.209-30	FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRIMEIRO SECRETÁRIO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRIMEIRO SECRETÁRIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRIMEIRO SECRETÁRIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRIMEIRO SECRETÁRIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRIMEIRO SECRETÁRIO)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba

Usuário: 03951122307 - Tiago Ribeiro Barros

Data: 22/08/2023

Hora: 09:48:44

Dados da consulta	Resultado
-------------------	-----------

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		077.560.709-68									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
PEDRO JOAO WOLTER	<u>077.560.709-68</u>	FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	<u>76.000.447/0001-22</u>	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	<u>76.000.447/0001-22</u>	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	<u>76.000.447/0001-22</u>	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	<u>76.000.447/0001-22</u>	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	<u>76.000.447/0001-22</u>	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba

Usuário: 03951122307 - Tiago Ribeiro Barros

Data: 22/08/2023

Hora: 09:49:08

Dados da consulta	Resultado
-------------------	-----------

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		737.485.449-87									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ROBSON IVAN STIVAL	737.485.449-87	FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (SEGUNDO SECRETÁRIO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (SEGUNDO SECRETÁRIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (SEGUNDO SECRETÁRIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (SEGUNDO SECRETÁRIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (SEGUNDO SECRETÁRIO)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba

Usuário: 03951122307 - Tiago Ribeiro Barros

Data: 22/08/2023

Hora: 09:49:26

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		047.034.239-01									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
SENDY ALISSON FERRAZ	047.034.239-01	FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba

Usuário: 03951122307 - Tiago Ribeiro Barros

Data: 22/08/2023

Hora: 09:49:45



BOM DIA
Tiago Ribeiro Barros

Sistemas
Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	76.000.447/0001-22

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 03951122307 - Tiago Ribeiro Barros

Data: 22/08/2023

Hora: 09:50:37



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 76.000.447/0001-22 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 11/02/1974
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CLUBE FM	PORTE DEMAIS
---	------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta 90.01-9-02 - Produção musical 90.02-7-01 - Atividades de artistas plásticos, jornalistas independentes e escritores 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 306-9 - Fundação Privada
--

LOGRADOURO R AMAURI LANGE SILVERIO	NÚMERO 270	COMPLEMENTO *****
--	----------------------	-----------------------------

CEP 82.120-000	BAIRRO/DISTRITO PILARZINHO	MUNICÍPIO CURITIBA	UF PR
--------------------------	--------------------------------------	------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO SETORFISCAL@GRUPOMARISTA.ORG.BR	TELEFONE (41) 3271-1515
---	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 24/09/2005
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
-----------------------------------	---

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **22/08/2023** às **10:01:32** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	76.000.447/0001-22
NOME EMPRESARIAL:	FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO
CAPITAL SOCIAL:	

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	DANIEL LUCIO SANTOS CORDEIRO
Qualificação:	16-Presidente

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 22/08/2023 às 10:02 (data e hora de Brasília).

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 76.000.447/0001-22
Razão Social: FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO
Endereço: RUA ROCKELLER 1311 / REBOUCAS / CURITIBA / PR / 80230-130

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 12/08/2023 a 10/09/2023

Certificação Número: 2023081202030616790644

Informação obtida em 22/08/2023 10:03:54

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 76.000.447/0001-22

Certidão nº: 42673116/2023

Expedição: 22/08/2023, às 10:04:58

Validade: 18/02/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **76.000.447/0001-22**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO
CNPJ: 76.000.447/0001-22

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 11:09:44 do dia 12/06/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 09/12/2023.

Código de controle da certidão: **77EE.BC5A.8181.1977**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Data de Envio:

22/08/2023 15:43:31

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

Assunto:

Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Mensagem:

Processo nº: 53115.004400/2023-68

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO, inscrita no CNPJ nº 76.000.447/0001-22, executante do serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), no município de Curitiba/PR, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

RE: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial - Processo nº: 53115.004400/2023-68**Inez Joffily França**

Ter, 22/08/2023 18:22

Para: COREP <corep@mcom.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que, apesar da emissora de FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO, inscrita no CNPJ nº 76.000.447/0001-22, executante do serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), no município de Curitiba/PR, responder aos processos nºs 53000.035540/2012-12, 53516.002661/2013-59, não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de CASSAÇÃO de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>**Enviado:** terça-feira, 22 de agosto de 2023 15:43**Para:** cgfm <cgfm@mcom.gov.br>**Assunto:** Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Processo nº: 53115.004400/2023-68

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO, inscrita no CNPJ nº 76.000.447/0001-22, executante do serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), no município de Curitiba/PR, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO**

CPF/CNPJ: **76.000.447/0001-22**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 08:48:16 do dia 22/01/2024 , com validade até o dia 21/02/2024.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: ItUedyMbpKSAYFY8bZuy

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Estações

Estações ▼

✓ Voltar

1 total de registros | 1 - 50 | 50 | ↻ Atualizar | ⌵ Filtrar

Ações	Status ⬆	CNPJ ⬆	Entidade ⬆	NumFistel ⬆	Carater ⬆	Finalidade ⬆	Serviço ⬆	Num Serviço ⬆	UF ⬆	Município ⬆
Visualizar em PDF ▼ ▶	FM-C2 (Canal Outorgado - Aguardando Dados da Estação)	76000447000122	FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	50447122720	P	Comercial	FM	230	PR	Curitiba

Id solicitação: 609429ca0a2c9

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade:	
Nome Fantasia:	
Telefone: ()	E-mail:
CNPJ: 76.000.447/0001-22	Número do Fistel: 50447122720
Tipo Usuário:	Tipo Taxa:
Data do contrato:	Serviço: 230 -
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 19/12/2033	
Observações:	

Endereço Sede		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Número:	
Município: -	UF:	CEP:

Endereço do Transmissor		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Número:	
Município: -	UF:	CEP:

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Número:	
Município: -	UF:	CEP:

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Número:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Curitiba	UF: PR

Parâmetros Técnicos			
Canal: 167	Frequência: 81.3 MHz	Classe: A4	ERP Máxima: 0kW
HCI: 150 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 1

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação:	Número Indicativo:
Data Último Licenciamento:	Número da Licença:

Estação Principal											
Localização											
Latitude: -				Longitude: -				Cota da base: m			
Transmissor Principal											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Linha de Transmissão Principal											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		
Antena Principal											
Modelo:						Fabricante:					
Ganho: dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: °		Polarização:		HCl: m		ERP Máxima: 0 kW	
Padrão de Antena dBd											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0	30°: 0	35°: 0	40°: 0	45°: 0	50°: 0	55°: 0
60°: 0	65°: 0	70°: 0	75°: 0	80°: 0	85°: 0	90°: 0	95°: 0	100°: 0	105°: 0	110°: 0	115°: 0
120°: 0	125°: 0	130°: 0	135°: 0	140°: 0	145°: 0	150°: 0	155°: 0	160°: 0	165°: 0	170°: 0	175°: 0
180°: 0	185°: 0	190°: 0	195°: 0	200°: 0	205°: 0	210°: 0	215°: 0	220°: 0	225°: 0	230°: 0	235°: 0
240°: 0	245°: 0	250°: 0	255°: 0	260°: 0	265°: 0	270°: 0	275°: 0	280°: 0	285°: 0	290°: 0	295°: 0
300°: 0	305°: 0	310°: 0	315°: 0	320°: 0	325°: 0	330°: 0	335°: 0	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0
Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -
Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:		Fabricante:	
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms


Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 0 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
53000015637201471	281	Termo Aditivo	MC	28/11/2023	19/12/2023	Outros Atos Jurídico	Jurídico


Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
		Ato	ORLE		05/01/2024	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	1050	Portaria	MC	12/11/1954	27/11/1954	Mudança de Local	Técnico
9999	76237	Decreto	CN	10/09/1975	10/09/1975	Renovação	Jurídico
9999	127	Portaria	MC	25/03/1982	07/04/1982	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	190883	Despacho	MC	19/08/1983	13/09/1983	Advertência	Jurídico
9999	88995	Decreto	CN	14/11/1983	16/11/1983	Renovação	Jurídico
9999	100492	Despacho	MC	10/04/1992		Advertência	Jurídico
9999	210796	Despacho	MC	21/07/1996	31/07/1997	Advertência	Jurídico
9999	11111	Decreto	PR	24/11/1998	25/11/1998	Renovação	Jurídico
9999	145	Decreto Legislativo	CN	23/05/2001	25/05/2001		Jurídico
9999	50	Portaria	MC	04/10/2001	10/10/2001	Multa	Jurídico
9999	509	Portaria	MC	04/10/2001	10/10/2001	Multa	Jurídico
9999	141201	Despacho	MC	14/12/2001		Advertência	Jurídico
9999	125	Portaria	MC	12/03/2009	14/12/2009	Multa	Jurídico
9999	0	Decreto	PR	05/03/2010	08/03/2010	Renovação	Jurídico
9999	26	Decreto Legislativo	CN	03/01/2013	04/01/2013	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	261	Ato	ER03	16/01/2015	19/01/2015	Homologação de Estúdio	Técnico
53516002661/201359	2605	Portaria	MCTIC	17/05/2017	23/05/2017	Multa	Jurídico
53500.065337/201744	10488	Ato	ORLE	20/07/2017	07/08/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53000035540201212	3928	Portaria	MC	08/10/2019	06/11/2019	Multa	Jurídico
53000015637201471	281	Termo Aditivo	MC	28/11/2023	19/12/2023	Adaptação de Outorga	Jurídico

Horário de funcionamento



Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾


SIACCO »» Consultas Gerais »» Consolidado Participação e Composição

menu ajuda


Dados da consultaConsulta

Consulta Composição da Entidade...											
Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		76.000.447/0001-22									
FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICÍPIO
HELIO KOLLET	687.526.369-68	FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba
PAULO SERGIO MACUCHEN NOGAS	744.302.209-30	FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRIMEIRO SECRETÁRIO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRIMEIRO SECRETÁRIO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRIMEIRO SECRETÁRIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRIMEIRO SECRETÁRIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRIMEIRO SECRETÁRIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRIMEIRO SECRETÁRIO)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba
PEDRO JOAO WOLTER	077.560.709-68	FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba

FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICÍPIO
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
ROBSON IVAN STIVAL	737.485.449-87	FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (SEGUNDO SECRETÁRIO)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (SEGUNDO SECRETÁRIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (SEGUNDO SECRETÁRIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (SEGUNDO SECRETÁRIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (SEGUNDO SECRETÁRIO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (SEGUNDO SECRETÁRIO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
SENDY ALISSON FERRAZ	047.034.239-01	FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba



Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾


SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consultaResultado


Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF										
CPF:		687.526.369-68										
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO	
HELIO KOLLET	687.526.369-68	FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba	
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba	
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba	
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba	
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba	
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba	

Usuário: - Data: 22/01/2024 Hora: 15:06:12



Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado


Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		744.302.209-30									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
PAULO SERGIO MACUCHEN NOGAS	744.302.209-30	FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRIMEIRO SECRETÁRIO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRIMEIRO SECRETÁRIO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRIMEIRO SECRETÁRIO)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRIMEIRO SECRETÁRIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRIMEIRO SECRETÁRIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRIMEIRO SECRETÁRIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba


Usuário: -

Data: 22/01/2024

Hora: 15:06:19



Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado


Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		077.560.709-68									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
PEDRO JOAO WOLTER	077.560.709-68	FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba


Usuário: -

Data: 22/01/2024

Hora: 15:06:27



Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Resultado


Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		737.485.449-87									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ROBSON IVAN STIVAL	737.485.449-87	FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (SEGUNDO SECRETÁRIO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (SEGUNDO SECRETÁRIO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (SEGUNDO SECRETÁRIO)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (SEGUNDO SECRETÁRIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (SEGUNDO SECRETÁRIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (SEGUNDO SECRETÁRIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba


Usuário: -

Data: 22/01/2024

Hora: 15:06:35



Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		047.034.239-01									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
SENDY ALISSON FERRAZ	047.034.239-01	FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba

Usuário: -

Data: 22/01/2024

Hora: 15:06:46



BOA TARDE
ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	76.000.447/0001-22

[Não foi encontrado dados com essa informação](#)

Usuário: 05181977197 - ANDRE LUIS TELES GHILLIONI Data: 22/01/2024 Hora: 15:08:02



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO

CNPJ: 76.000.447/0001-22

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:08:37 do dia 22/01/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 21/02/2024.

Certidão expedida gratuitamente.

Impresso por: ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Data/Hora: 22/01/2024 15:08:59

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO

Nº FISTEL: 50447122720

Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

CNPJ/CPF: 76000447000122

Situação: Não licenciada

Data Validade: ☒ CADIN: Não

Incide FUST: Integral

Data Início Operação Comercial: ☒ UF: PR

Div. Ativa: Não

Tipo Usuário:

Proc. Caducidade: Não

End. Sede: RUA AMAURI LANGE SILVERIO 300

Bairro: PILARZINHO

Município: Curitiba

CEP: 82120-000

UF: PR

End. Corresp.:

Bairro:

Município:

CEP:

UF:

Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/Crédito (R\$)
7242 - PPDUR	1	2023	19/01/2024	R\$ 280,70	26/12/2023	280,70	280,70	0001	Quitado	0,00
Total devido em 22/01/2024 (em reais):										0,00
Total de créditos em 22/01/2024 (em reais):										0,00

Legenda do Campo Situação										
RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)										
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)										
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança										
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado										
RJ - Lançamento com Recurso Judicial										
RN - Lançamento com Recurso Denegado										
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União										
CD - Lançamento Inscrito no CADIN										
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa										
E - Lançamento em Execução Judicial										
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006										
MO - Multa de Ofício										
LO - Lançamento de Ofício										
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado										
PA - Parcelamento: Parcela										
BF - Benefício Fiscal										

Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarifação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDAATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDAATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	M U L T A / J U R O S
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
5343	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
5344	9344	Diferença de Tarifa Aérea

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004)
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 76.000.447/0001-22 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 11/02/1974</div>	
<div>NOME EMPRESARIAL FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO</div>			
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CLUBE FM</div>	<div>PORTE DEMAIS</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta 90.01-9-02 - Produção musical 90.02-7-01 - Atividades de artistas plásticos, jornalistas independentes e escritores 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 306-9 - Fundação Privada</div>			
<div>LOGRADOURO R AMAURI LANGE SILVERIO</div>	<div>NÚMERO 270</div>	<div>COMPLEMENTO *****</div>	
<div>CEP 82.120-000</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO PILARZINHO</div>	<div>MUNICÍPIO CURITIBA</div>	<div>UF PR</div>
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO SETORFISCAL@GRUPOMARISTA.ORG.BR</div>		<div>TELEFONE (41) 3271-1515</div>	
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>			
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 24/09/2005</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>			
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 22/01/2024 às 15:18:25 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	76.000.447/0001-22
NOME EMPRESARIAL:	FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO
CAPITAL SOCIAL:	

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	DANIEL LUCIO SANTOS CORDEIRO
Qualificação:	16-Presidente

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 22/01/2024 às 15:18 (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 76.000.447/0001-22
Razão Social: FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO
Endereço: RUA ROCKELLER 1311 / REBOUCAS / CURITIBA / PR / 80230-130

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 11/01/2024 a 09/02/2024

Certificação Número: 2024011109035436541506

Informação obtida em 22/01/2024 15:19:07

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO
CNPJ: 76.000.447/0001-22

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 15:19:23 do dia 22/01/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 20/07/2024.

Código de controle da certidão: **6E79.9E39.FE59.317A**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 76.000.447/0001-22

Certidão nº: 5168787/2024

Expedição: 22/01/2024, às 15:19:58

Validade: 20/07/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **76.000.447/0001-22**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO**

CPF/CNPJ: **76.000.447/0001-22**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 15:20:16 do dia 22/01/2024 , com validade até o dia 21/02/2024.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: Ay2oiV8YaSPJjPsKNLOv

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Data de Envio:

22/01/2024 15:43:46

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

Assunto:

Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Mensagem:

Processo nº: 53115.004400/2023-68

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO (CNPJ nº 76.000.447/0001-22), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Curitiba/PR, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 994/2024/SEI-MCOM

PROCESSO: 53115.004400/2023-68

INTERESSADO: FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO, sob o qual foi manifestado o interesse na renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Curitiba/PR, referente ao seguinte período: 01/05/2023 a 01/05/2033.

ANÁLISE

2. Inicialmente, deve-se registrar que a análise dos pedidos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens leva em consideração as disposições constantes, em especial, na Constituição Federal, na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967, bem como no Decreto nº 52.795/1963.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar o seguinte documento:**

4. É necessário ressaltar que, com base na redação atual da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, publicada em 26 de novembro de 2020, alterada pela Portaria nº 2.524, publicada em 05 de maio de 2021, o licenciamento da estação passou a ser condição necessária à conclusão dos processos de renovação de outorga, como forma de comprovar a regularidade técnica da interessada para a execução do serviço outorgado, nos seguintes termos:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

(...)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (grifo nosso)

5. Em consulta ao sistema MOSAICO/ANATEL, verificou-se que a estação da entidade para a execução do serviço na localidade de Curitiba/PR, encontra-se com o status "FM-C2 (Canal Outorgado - Aguardando Dados da Estação)", não estando, portanto, devidamente licenciada. Assim sendo, **ressalta-se ser imprescindível a regularização da situação perante a ANATEL para o deferimento do pedido de renovação.**

CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 3º**, na forma da Portaria nº 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial da União do dia 18 de maio de 2023.

À consideração superior.

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni, Assistente Técnico**, em 22/01/2024, às 16:28 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11326515** e o código CRC **9DD0BEBD**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 2073/2024/MCOM

Brasília, 22 de janeiro de 2024.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO (CNPJ Nº 76.000.447/0001-22)
Rua Amauri Lange Silverio, nº 270 - Pilarzinho
82120-000 - Curitiba/PR

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO OU ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53115.004400/2023-68.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da Nota Técnica nº 994/2024/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério das Comunicações, **no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento desta notificação.
2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**
 - **Protocolo Digital do MCom** (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
5. A não apresentação da documentação a tempo e modo adequado poderá ensejar na adoção de medidas administrativas cabíveis.
6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni, Assistente Técnico**, em 22/01/2024, às 16:28 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11326580** e o código CRC **BFC6F0F3**.

Anexos:

- Nota Técnica 994 (11326515)

RE: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Seg, 22/01/2024 16:43

Para: COREP <corep@mcom.gov.br>

Processo nº: 53115.004400/2023-68

Prezado(a),

Informa-se que, apesar da emissora de FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO (CNPJ nº 76.000.447/0001-22), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Curitiba/PR, responder ao processo nº 53000.025328/2011-66, não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de CASSAÇÃO de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão. At.te,

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>**Enviado:** segunda-feira, 22 de janeiro de 2024 15:43**Para:** cgfm <cgfm@mcom.gov.br>**Assunto:** Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Processo nº: 53115.004400/2023-68

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO (CNPJ nº 76.000.447/0001-22), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Curitiba/PR, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

Data de Envio:

22/01/2024 17:23:44

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <sei@mcom.gov.br>

Para:

SETORFISCAL@GRUPOMARISTA.ORG.BR
controladoria@evangelizarepreciso.com.br
ritafarias@emcprojetos.com.br
diretoria@evangelizarepreciso.com.br
tesouraria@evangelizarepreciso.com.br

Assunto:

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem:

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.004400/2023-68

INTERESSADA: FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo de renovação acima referenciado, no âmbito do Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_11326580.html
Nota_Tecnica_11326515.html

Cadastro para acesso ao SEI

CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Tania Aparecida de Paula

[Relatório](#) [Consultar](#) [Sair](#)

Consultar e-mails

☐ CPF ☒ CNPJ

CNPJ: 76.000.447/0001-22

Razão Social

Pesquisar

10 ▾ <input type="text"/> <input type="text"/> 1 / 1 <input type="text"/> <input type="text"/>		
Razão Social	CNPJ	Emails
FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	SETORFISCAL@GRUPOMARISTA.ORG.BR, controladoria@evangelizarepreciso.com.br, ritafarias@emcprojetos.com.br, diretoria@evangelizarepreciso.com.br, tesouraria@evangelizarepreciso.com.br
10 ▾ <input type="text"/> <input type="text"/> 1 / 1 <input type="text"/> <input type="text"/>		

Data de Envio:

22/01/2024 17:25:44

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <sei@mcom.gov.br>

Para:

espacodoradiodifusor@mcom.gov.br

Assunto:

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem:

Ao Espaço do Radiodifusor,

Prezados,

Informa-se que, no âmbito do Processo Administrativo nº 53115.004400/2023-68, Encaminhada notificação à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO (CNPJ 76.000.447/0001-22), solicitando a complementação da instrução processual. Sendo assim, encaminha-se o presente e-mail ao Espaço do Radiodifusor - ESRAD, para a adoção das providências cabíveis, devendo ser inserido no referido processo administrativo o documento comprobatório das medidas adotadas.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Anexos:

Nota_Tecnica_11326515.html

Oficio_11326580.html

50

Atualizar

Filtrar

Status ↕	CNPJ ↕	Entidade ↕	NumFistel ↕	Carater ↕	Finalidade ↕	Serviço ↕	Num Serviço ↕	UF ↕	Município ↕	Local Especifico ↕	Canal ↕	Dec ↕	Frequência ↕	Classe ↕
FM-C4 (Canal Licenciado)	76000447000122	FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	50447122720	P	Comercial	FM	230	PR	Curitiba		167		81.3	A4

Id solicitação: 609429ca0a2c9

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	
Nome Fantasia: CLUBE FM	
Telefone: (41) 33322772	E-mail: diretoria@evangelizarepreciso.com.br
CNPJ: 76.000.447/0001-22	Número do Fistel: 50447122720
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato:	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 19/12/2033	
Observações:	

Endereço Sede		
Logradouro: RUA AMAURI LANGE SILVERIO	Complemento:	
Bairro: PILARZINHO	Número: 270	
Município: Curitiba	UF: PR	CEP: 82120000

Endereço do Transmissor		
Logradouro: R. Amauri Lange Silvério	Complemento:	
Bairro: Pilarzinho	Número: 270	
Município: Curitiba	UF: PR	CEP: 82120000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Senador Correia	Complemento:	
Bairro: Centro	Número: 55	
Município: Curitiba	UF: PR	CEP: 80010210

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Número:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Curitiba	UF: PR

Parâmetros Técnicos			
Canal: 167	Frequência: 81.3 MHz	Classe: A4	ERP Máxima: 5.521kW
HCI: 34 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 1

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 1015715807	Número Indicativo: ZYO612
Data Último Licenciamento: 20/03/2024	Número da Licença: 53500.014959/2024-33

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 25° 23' 43.01" S	Longitude: 49° 17' 4.99" W	Cota da base: 987 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 041981802252	Modelo: FM6,5s
Fabricante: Marcelo Amorim de Godoy -EPP	Potência de Operação: 3.3 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF7850JA	Fabricante: RFS CABOS ESPECIAIS		
Comprimento da Linha: 50 m	Atenuação: 1.01 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50 ohms

Antena Principal					
Modelo: IFFMC-4-81.3	Fabricante: IF TELECOM				
Ganho: 3.24 dBd	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 180 °	Polarização: Circular	HCI: 34 m	ERP Máxima: 5.52 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.05	5°: 0.06	10°: 0.06	15°: 0.07	20°: 0.08	25°: 0.08	30°: 0.09	35°: 0.09	40°: 0.1	45°: 0.1	50°: 0.1	55°: 0.1
60°: 0.1	65°: 0.09	70°: 0.09	75°: 0.09	80°: 0.09	85°: 0.1	90°: 0.1	95°: 0.1	100°: 0.11	105°: 0.11	110°: 0.09	115°: 0.13
120°: 0.11	125°: 0.11	130°: 0.14	135°: 0.15	140°: 0.15	145°: 0.16	150°: 0.16	155°: 0.16	160°: 0.16	165°: 0.16	170°: 0.15	175°: 0.15
180°: 0.15	185°: 0.14	190°: 0.14	195°: 0.14	200°: 0.14	205°: 0.14	210°: 0.14	215°: 0.14	220°: 0.14	225°: 0.13	230°: 0.13	235°: 0.13
240°: 0.13	245°: 0.12	250°: 0.12	255°: 0.11	260°: 0.1	265°: 0.09	270°: 0.08	275°: 0.07	280°: 0.06	285°: 0.05	290°: 0.03	295°: 0.02
300°: 0.01	305°: 0	310°: 0	315°: 0	320°: 0	325°: 0	330°: 0	335°: 0	340°: 0.01	345°: 0.02	350°: 0.03	355°: 0.04

Coordenadas por radial											
0°: Lat 25°16'52.78" S Lon 49°17'4.99" W	5°: Lat 25°18'38.28" S Lon 49°16'35.5" W	10°: Lat 25°19'23.79" S Lon 49°16'14.43" W	15°: Lat 25°18'42.95" S Lon 49°15'56.05" W	20°: Lat 25°17'57.61" S Lon 49°14'45.95" W	25°: Lat 25°18'5.57" S Lon 49°14'10.96" W	30°: Lat 25°17'43.58" S Lon 49°13'15.5" W	35°: Lat 25°17'28.04" S Lon 49°12'14.67" W	40°: Lat 25°17'48.69" S Lon 49°11'36.24" W	45°: Lat 25°17'45.72" S Lon 49°10'29.97" W	50°: Lat 25°17'59.87" S Lon 49°9'32.92" W	55°: Lat 25°18'9.53" S Lon 49°8'18.6" W
60°: Lat 25°18'40.36" S Lon 49°7'25.72" W	65°: Lat 25°19'21.09" S Lon 49°6'44.46" W	70°: Lat 25°20'7.69" S Lon 49°6'11.67" W	75°: Lat 25°20'56.25" S Lon 49°5'38.14" W	80°: Lat 25°21'48.47" S Lon 49°5'9.13" W	85°: Lat 25°22'45.69" S Lon 49°5'5.99" W	90°: Lat 25°25'23'42.5" S Lon 49°4'47.4" W	95°: Lat 25°24'40.98" S Lon 49°4'44.87" W	100°: Lat 25°25'40.67" S Lon 49°4'42.89" W	105°: Lat 25°26'39.87" S Lon 49°4'51.95" W	110°: Lat 25°27'46.61" S Lon 49°4'42.13" W	115°: Lat 25°28'48.17" S Lon 49°4'58.9" W
120°: Lat 25°29'41.81" S Lon 49°5'35.63" W	125°: Lat 25°30'37.43" S Lon 49°6'8.56" W	130°: Lat 25°25'31'24.5" S Lon 49°6'55.07" W	135°: Lat 25°25'32'0.71" S Lon 49°7'53.1" W	140°: Lat 25°32'35.01" S Lon 49°8'50.02" W	145°: Lat 25°33'15.84" S Lon 49°9'40.26" W	150°: Lat 25°34'5.09" S Lon 49°10'26.75" W	155°: Lat 25°34'55.56" S Lon 49°11'17.23" W	160°: Lat 25°34'53.64" S Lon 49°12'34.34" W	165°: Lat 25°34'44.91" S Lon 49°13'48.35" W	170°: Lat 25°34'43.86" S Lon 49°14'55.8" W	175°: Lat 25°34'56.24" S Lon 49°15'59.69" W
180°: Lat 25°34'39.85" S Lon 49°17'4.99" W	185°: Lat 25°33'54.82" S Lon 49°18'4.33" W	190°: Lat 25°34'11.17" S Lon 49°19'7.78" W	195°: Lat 25°33'59.11" S Lon 49°20'8.01" W	200°: Lat 25°34'22.45" S Lon 49°21'23.03" W	205°: Lat 25°34'16.89" S Lon 49°22'32.73" W	210°: Lat 25°33'11.72" S Lon 49°23'9.02" W	215°: Lat 25°32'29.25" S Lon 49°23'53.5" W	220°: Lat 25°31'47.82" S Lon 49°24'35.99" W	225°: Lat 25°30'50.36" S Lon 49°25'48.76" W	230°: Lat 25°25'30'8.39" S Lon 49°25'34.18" W	235°: Lat 25°29'24.12" S Lon 49°26'5.11" W
240°: Lat 25°25'28'33.2" S Lon 49°26'22.31" W	245°: Lat 25°27'30.22" S Lon 49°26'5.3" W	250°: Lat 25°26'58.13" S Lon 49°26'59.71" W	255°: Lat 25°25'26'4.46" S Lon 49°26'50.87" W	260°: Lat 25°25'25'13.7" S Lon 49°26'36.4" W	265°: Lat 25°24'28.37" S Lon 49°26'42.95" W	270°: Lat 25°25'23'42.7" S Lon 49°26'39.84" W	275°: Lat 25°25'23'1.21" S Lon 49°25'50.54" W	280°: Lat 25°22'18.33" S Lon 49°25'54.82" W	285°: Lat 25°25'21'43.1" S Lon 49°25'19.27" W	290°: Lat 25°21'20.91" S Lon 49°24'16.51" W	295°: Lat 25°25°21'3.54" S Lon 49°23'23.11" W
300°: Lat 25°20'27.25" S Lon 49°23'19.91" W	305°: Lat 25°20'25.7" S Lon 49°22'16.63" W	310°: Lat 25°20'14.12" S Lon 49°21'40.34" W	315°: Lat 25°19'53.23" S Lon 49°21'19.14" W	320°: Lat 25°19'26.83" S Lon 49°21'2.75" W	325°: Lat 25°25'19'59.6" S Lon 49°19'58.04" W	330°: Lat 25°18'57.53" S Lon 49°20'7.3" W	335°: Lat 25°18'57.16" S Lon 49°19'32.44" W	340°: Lat 25°19'49.03" S Lon 49°18'39.21" W	345°: Lat 25°19'47.09" S Lon 49°18'14.93" W	350°: Lat 25°25°18'4.4" S Lon 49°18'11.03" W	355°: Lat 25°16'54.34" S Lon 49°17'44.53" W

Distância por radial											
0°: 12.67	5°: 9.45	10°: 8.13	15°: 9.59	20°: 11.35	25°: 11.5	30°: 12.82	35°: 14.14	40°: 14.28	45°: 15.6	50°: 16.48	55°: 17.94
60°: 18.68	65°: 19.12	70°: 19.41	75°: 19.85	80°: 20.29	85°: 20.14	90°: 20.58	95°: 20.73	100°: 21.02	105°: 21.17	110°: 22.05	115°: 22.34
120°: 22.19	125°: 22.34	130°: 22.19	135°: 21.75	140°: 21.46	145°: 21.61	150°: 22.19	155°: 22.92	160°: 22.05	165°: 21.17	170°: 20.73	175°: 20.87
180°: 20.29	185°: 18.97	190°: 19.7	195°: 19.7	200°: 21.02	205°: 21.61	210°: 20.29	215°: 19.85	220°: 19.56	225°: 18.68	230°: 18.53	235°: 18.38
240°: 17.94	245°: 16.63	250°: 17.65	255°: 16.92	260°: 16.19	265°: 16.19	270°: 16.04	275°: 14.72	280°: 15.01	285°: 14.28	290°: 12.82	295°: 11.65

300°: 12.08	305°: 10.62	310°: 10.03	315°: 10.03	320°: 10.33	325°: 8.42	330°: 10.18	335°: 9.74	340°: 7.69	345°: 7.54	350°: 10.62	355°: 12.67
-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	------------	-------------	------------	------------	------------	-------------	-------------

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCl: m	ERP Máxima: 5.52 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
530000156372014 71	281	Termo Aditivo	MC	28/11/2023	19/12/2023	Outros Atos Jurídico	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
		Ato	ORLE		05/01/2024	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	1050	Portaria	MC	12/11/1954	27/11/1954	Mudança de Local	Técnico
9999	76237	Decreto	CN	10/09/1975	10/09/1975	Renovação	Jurídico
9999	127	Portaria	MC	25/03/1982	07/04/1982	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	190883	Despacho	MC	19/08/1983	13/09/1983	Advertência	Jurídico
9999	88995	Decreto	CN	14/11/1983	16/11/1983	Renovação	Jurídico
9999	100492	Despacho	MC	10/04/1992		Advertência	Jurídico
9999	210796	Despacho	MC	21/07/1996	31/07/1997	Advertência	Jurídico
9999	11111	Decreto	PR	24/11/1998	25/11/1998	Renovação	Jurídico
9999	145	Decreto Legislativo	CN	23/05/2001	25/05/2001		Jurídico
9999	50	Portaria	MC	04/10/2001	10/10/2001	Multa	Jurídico
9999	509	Portaria	MC	04/10/2001	10/10/2001	Multa	Jurídico
9999	141201	Despacho	MC	14/12/2001		Advertência	Jurídico
9999	125	Portaria	MC	12/03/2009	14/12/2009	Multa	Jurídico

9999	0	Decreto	PR	05/03/2010	08/03/2010	Renovação	Jurídico
9999	26	Decreto Legislativo	CN	03/01/2013	04/01/2013	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	261	Ato	ER03	16/01/2015	19/01/2015	Homologação de Estúdio	Técnico
53516002661/2013 59	2605	Portaria	MCTIC	17/05/2017	23/05/2017	Multa	Jurídico
53500.065337/201 744	10488	Ato	ORLE	20/07/2017	07/08/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
530000355402012 12	3928	Portaria	MC	08/10/2019	06/11/2019	Multa	Jurídico
530000156372014 71	281	Termo Aditivo	MC	28/11/2023	19/12/2023	Adaptação de Outorga	Jurídico

Horário de funcionamento



NOME/RAZÃO SOCIAL FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO				CNPJ 76000447000122
Nº DA ESTAÇÃO 1015715807	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 25° 23' 43.01" S	LONGITUDE 49° 17' 4.99" W

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO R. Amauri Lange Silvério, nº 270.	DISTRITO	
BAIRRO Pilarzinho	MUNICÍPIO Curitiba	UF PR

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 19/12/2033

LOCALIDADE PLANO BÁSICO:

MUNICÍPIO: Curitiba UF: PR

LOCALIDADE:

FREQUÊNCIA: 81.3 MHz CANAL: 167

CLASSE: A4 COTA BASE DA TORRE: 987

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYO612

NOME FANTASIA: CLUBE FM NUMPROCESSO:

CIDADE DA OUTORGA: Curitiba

ESTÚDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: Senador Correia BAIRRO: Centro

MUNICÍPIO: Curitiba UF: PR

NÚMERO: 55 COMPLEMENTO:

ESTÚDIO AUXILIAR

ENDEREÇO: BAIRRO:

MUNICÍPIO: - UF:

NÚMERO: COMPLEMENTO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Omnidirecional

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: Marcelo Amorim de Godoy -EPP MODELO: FM6,5s

CÓDIGO: 041981802252 POTÊNCIA: 3.3 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

CÓDIGO: POTÊNCIA: kW

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE: MODELO:

CÓDIGO: POTÊNCIA: kW

ANTENA PRINCIPAL

FABRICANTE: IF TELECOM MODELO: IFFMC-4-81.3

POLARIZAÇÃO: Circular GANHO: 3.24 dBd

DESCRIÇÃO: ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: 180 graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 34 m BEAM TILT: 0 graus

ANTENA AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

POLARIZAÇÃO: GANHO: dBd

DESCRIÇÃO: ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: m BEAM TILT: graus

LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE: RFS CABOS ESPECIAIS MODELO: LCF7850JA

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

RDS

Código PI:

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 08/04/2024 10:26:02

APLICAÇÃO	Emitido Em 20/03/2024	Esta licença pode ser validada em https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NcYlxTQ1JcQ2xhc3NMZWNIbmNhOjoyMDI0NjYyYWM2NDgzMzk5Yg==	
-----------	--------------------------	--	--




Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ											
CNPJ: 76.000.447/0001-22											
FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
CLEUSA DO PILAR MARINO SIEIRO	<u>318.986.889-15</u>	FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO	<u>76.000.447/0001-22</u>	Diretor (1º SECRETARIO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO	<u>76.000.447/0001-22</u>	Diretor (1º SECRETARIO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO	<u>76.000.447/0001-22</u>	Diretor (1º SECRETARIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO	<u>76.000.447/0001-22</u>	Diretor (1º SECRETARIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO	<u>76.000.447/0001-22</u>	Diretor (1º SECRETARIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO	<u>76.000.447/0001-22</u>	Diretor (1º SECRETARIO)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba
DANIEL LUCIO SANTOS CORDEIRO	<u>185.444.529-49</u>	FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO	<u>76.000.447/0001-22</u>	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO	<u>76.000.447/0001-22</u>	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO	<u>76.000.447/0001-22</u>	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO	<u>76.000.447/0001-22</u>	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO	<u>76.000.447/0001-22</u>	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO	<u>76.000.447/0001-22</u>	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba
GEIZOM SOKACHESKI	<u>028.283.829-58</u>	FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO	<u>76.000.447/0001-22</u>	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO	<u>76.000.447/0001-22</u>	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba


FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICÍPIO
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba
MARCELO JOSE MARTINS MEDEIROS	292.590.702-44	FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (2º SECRETARIO)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (2º SECRETARIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (2º SECRETARIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (2º SECRETARIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (2º SECRETARIO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (2º SECRETARIO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
SANDRA PONDACO WINANDY	125.076.238-37	FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba



BOM DIA

ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição


menu ajuda

Dados da consulta

Resultado


Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		318.986.889-15									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
CLEUSA DO PILAR MARINO SIEIRO	318.986.889-15	FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (1º SECRETARIO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (1º SECRETARIO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (1º SECRETARIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (1º SECRETARIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (1º SECRETARIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (1º SECRETARIO)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba



BOM DIA
ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 185.444.529-49											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
DANIEL LUCIO SANTOS CORDEIRO	185.444.529-49	FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba
		FUNDACAO CULTURAL NOSSA SENHORA DE LOURDES DE MARINGA	80.289.184/0001-90	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	PR	Maringá
		FUNDACAO CULTURAL NOSSA SENHORA DE LOURDES DE MARINGA	80.289.184/0001-90	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	PR	Maringá



BOM DIA

ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾


SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...


Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 028.283.829-58											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
GEIZOM SOKACHESKI	<u>028.283.829-58</u>	FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	<u>76.000.447/0001-22</u>	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	<u>76.000.447/0001-22</u>	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	<u>76.000.447/0001-22</u>	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	<u>76.000.447/0001-22</u>	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	<u>76.000.447/0001-22</u>	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	<u>76.000.447/0001-22</u>	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba



BOM DIA

ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição


menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...


Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		292.590.702-44									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARCELO JOSE MARTINS MEDEIROS	292.590.702-44	FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (2º SECRETARIO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (2º SECRETARIO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (2º SECRETARIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (2º SECRETARIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (2º SECRETARIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (2º SECRETARIO)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba



BOM DIA

ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado


Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 125.076.238-37											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
SANDRA PONDACO WINANDY	125.076.238-37	FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba
		FUNDACAO CULTURAL NOSSA SENHORA DE LOURDES DE MARINGA	80.289.184/0001-90	Diretor (DIRETORA ADMINISTRATIVO FINANCEIRO)	0	--	--	TV	--	PR	Maringá
		FUNDACAO CULTURAL NOSSA SENHORA DE LOURDES DE MARINGA	80.289.184/0001-90	Diretor (DIRETORA ADMINISTRATIVO FINANCEIRO)	0	--	--	GTVD	--	PR	Maringá

Usuário: 05181977197 - ANDRE LUIS TELES GHILLIONI


Data: 08/04/2024

Hora: 10:31:18



BOM DIA
ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	76.000.447/0001-22

.
Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 05181977197 - ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Data: 08/04/2024

Hora: 10:31:28



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO**

CNPJ: **76.000.447/0001-22**


Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:31:38 do dia 08/04/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 08/05/2024.

Certidão expedida gratuitamente.



Superintendência de Administração Geral

Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças

Gerência de Arrecadação

Impresso por: ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Data/Hora: 08/04/2024 10:31:58

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO

Nº FISTEL: 50447122720

Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

CNPJ/CPF: 76000447000122

Situação: Não licenciada

Data Validade: ☒ CADIN: Não

Incide FUST: Integral

Data Início Operação Comercial: ☒ UF: PR

Div. Ativa: Não

Tipo Usuário:

Proc. Caducidade: Não

End. Sede: RUA AMAURI LANGE SILVERIO 270

Bairro: PILARZINHO

Município: Curitiba

CEP: 82120-000

UF: PR

End. Corresp.:

Bairro:

Município:

CEP:

UF:

Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/Crédito (R\$)
7242 - PPDUR	1	2023	19/01/2024	R\$ 280,70	26/12/2023	280,70	280,70	0001	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2024	15/04/2024	R\$ 2.600,00	14/03/2024	2.600,00	2.600,00	0002	Quitado	0,00
Total devido em 08/04/2024 (em reais):										0,00
Total de créditos em 08/04/2024 (em reais):										0,00

Legenda do Campo Situação

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado
RJ - Lançamento com Recurso Judicial
RN - Lançamento com Recurso Denegado
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União
CD - Lançamento Inscrito no CADIN
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa
E - Lançamento em Execução Judicial
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006
MO - Multa de Ofício
LO - Lançamento de Ofício
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado
PA - Parcelamento: Parcela
BF - Benefício Fiscal

Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarificação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDAATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDAATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	M U L T A / J U R O S
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
5343	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
5344	9344	Diferença de Tarifa Aérea

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004)
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



DECRETO LEGISLATIVO Nº 26, DE 2013

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 5 de março de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2003, a concessão outorgada à Fundação Nossa Senhora do Rocio para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de janeiro de 2013.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 27, DE 2013

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RADIO IMPERIAL FM DE PEDRO II LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pedro II, Estado do Piauí.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.038, de 28 de dezembro de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 27 de fevereiro de 2001, a concessão outorgada à Rádio Imperial FM de Pedro II Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pedro II, Estado do Piauí.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de janeiro de 2013.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 28, DE 2013

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIO COMUNITÁRIA DE MIGUEL PEREIRA - ARCOMP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Miguel Pereira, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 72, de 26 de fevereiro de 2010, que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de Miguel Pereira - ARCOMP para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Miguel Pereira, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de janeiro de 2013.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 29, DE 2013

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO IMPARSOM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 955, de 20 de novembro de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 14 de março de 2007, a concessão outorgada à Rádio Imparsom Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012013010400004.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de janeiro de 2013.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 30, DE 2013

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO DE IPIAÇU - RADIO CIDADE DE IPIAÇU para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipiacu, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 682, de 10 de setembro de 2009, que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Ipiacu - Rádio Cidade de Ipiacu para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipiacu, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de janeiro de 2013.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 31, DE 2013

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DE ALTO PIQUIRI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Piquiri, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 965, de 20 de novembro de 2009, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Alto Piquiri para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Piquiri, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de janeiro de 2013.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 32, DE 2013

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA E SOCIAL DE NATALÂNDIA (ACESNA) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natalândia, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 588, de 24 de junho de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária Educativa e Social de Natalândia (ACESNA) para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natalândia, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de janeiro de 2013.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 33, DE 2013

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RADIO ITAI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Guaíba, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 2 de agosto de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 2003, a concessão outorgada à Rádio Itai Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Guaíba, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de janeiro de 2013.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 34, DE 2013

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DO BEM ESTAR SÓCIO ECONÔMICO E CULTURAL SANTANENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 492, de 31 de maio de 2010, que outorga autorização à Associação do Bem Estar Sócio Econômico e Cultural Santanense para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de janeiro de 2013.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 35, DE 2013

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à S.P.S. RADIO E PUBLICIDADE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Torres, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 845, de 22 de outubro de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 30 de setembro de 2003, a concessão outorgada à S.P.S. Rádio e Publicidade Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Torres, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de janeiro de 2013.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 36, DE 2013

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA SINTONIA DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brotas, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 310, de 30 de março de 2010, que outorga permissão ao Sistema Sintonia de Comunicação Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brotas, Estado de São Paulo.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Clube Marconi Ltda. pela Portaria MVOP nº 923, de 26 de dezembro de 1947, renovada pelo Decreto de 9 de fevereiro de 1998, publicado no Diário Oficial da União de 10 de fevereiro de 1998, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 93, de 16 de abril de 2003, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A concessão ora renovada rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de março de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Heloisa Costa

DECRETO DE 5 DE MARÇO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Radiodifusão Cidade de Palmital Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Palmital, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.027961/2008,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 5 de outubro de 2008, a concessão outorgada à Radiodifusão Cidade de Palmital Ltda. pelo Decreto nº 96.640, de 2 de setembro de 1988, renovada pelo Decreto de 3 de outubro de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 4 de outubro de 2002, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Palmital, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão ora renovada rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de março de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Heloisa Costa

DECRETO DE 5 DE MARÇO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Rádio Piratininga de São José dos Campos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.005272/2004,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Piratininga de São José dos Campos Ltda. pela Portaria MJN 134-B, de 20 de março de 1962, renovada pelo Decreto de 13 de junho de 2001, publicado no Diário Oficial da União de 15 de junho de 2001, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 524, de 17 de agosto de 2004, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012010030800004

Parágrafo único. A concessão ora renovada rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de março de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Heloisa Costa

DECRETO DE 5 DE MARÇO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Rádio Repórter Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.003988/2004,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Repórter Ltda. pela Portaria MVOP nº 388, de 16 de julho de 1956, renovada pelo Decreto de 1ª de fevereiro de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 4 de fevereiro de 2002, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 751, de 16 de outubro de 2003, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A concessão ora renovada rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de março de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Heloisa Costa

DECRETO DE 5 DE MARÇO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Fundação Nossa Senhora do Rocio, para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.902528/2003-31,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2003, a concessão outorgada à Fundação Nossa Senhora do Rocio pelo Decreto nº 1.293, de 23 de dezembro de 1936, renovada pelo Decreto de 24 de novembro de 1998, publicado no Diário Oficial da União de 25 de maio de 2001, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão ora renovada rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de março de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Heloisa Costa

DECRETO DE 5 DE MARÇO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Rádio São João do Sudoeste do Paraná Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de São João, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.010257/2006,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 27 de junho de 2006, a concessão outorgada à Rádio São João do Sudoeste do Paraná Ltda. pela Portaria nº 176, de 25 de junho de 1986, renovada pelo Decreto de 28 de abril de 2000, publicado no Diário Oficial da União em 2 de maio de 2000, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 36, de 18 de março de 2003, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de São João, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão ora renovada rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de março de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Heloisa Costa

DECRETO DE 5 DE MARÇO DE 2010

Renova a concessão outorgada à S.A. Rádio Tupi, para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.047231/2004 e nº 50770.000119/1993,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2003, a concessão outorgada à S.A. Rádio Tupi pelo Decreto nº 545, de 27 de dezembro de 1935, prorrogada pelo Decreto nº 29.238, de 29 de janeiro de 1951, renovada pelo Decreto nº 89.510, de 4 de abril de 1984, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo único. A concessão ora renovada rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o inciso XVI do art. 1º do Decreto de 29 de setembro de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 29 de outubro de 2000, que renova a concessão outorgada à S.A. Rádio Tupi.

Brasília, 5 de março de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Heloisa Costa

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DECRETO DE 5 DE MARÇO DE 2010

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, resolve

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Diário Oficial

ISSN 1415-1537

Seção 1

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - IMPRENSA NACIONAL

Ano CXXXVIII Nº 101 - E - Brasília - DF, sexta-feira, 25 de maio de 2001 R\$ 1,20

Sumário

Atos do Poder Judiciário	1
Atos do Poder Legislativo	1
Atos do Congresso Nacional	1
Atos do Poder Executivo	2
Presidência da República	58
Ministério da Justiça	60
Ministério da Defesa	68
Ministério da Fazenda	86
Ministério dos Transportes	90
Ministério da Cultura	90
Ministério do Trabalho e Emprego	90
Ministério da Previdência e Assistência Social	93
Ministério da Saúde	94
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	98
Ministério de Minas e Energia	100
Ministério da Integração Nacional	102
Ministério do Desenvolvimento Agrário	102
Ministério Público da União	105
Tribunal de Contas da União	106

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL Plenário

DECISÕES

Ação Direta de Inconstitucionalidade e Ação Declaratória de Constitucionalidade

(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

ACÓRDÃOS

AÇÃO DIRETA De INCONSTITUCIONALIDADE N. 1.621-1

PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. OCTAVIO GALLOTTI
REQTE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BIOMÉDICOS
ADV. : FERNANDO GOMES DE CASTRO e OUTROS
REQDO. : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Decisão: O Tribunal, por maioria de votos, não conheceu da ação direta, ficando prejudicado o pedido de medida cautelar, nos termos do voto do Relator, vencidos os Senhores Ministros Marco Aurélio e Sepúlveda Pertence. Votou o Presidente, Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Nelson Jobim, Mauricio Corrêa e Celso de Mello, Presidente. Presidiu o julgamento o Senhor Ministro Carlos Velloso, Vice-Presidente. Plenário, 18.9.97.

EMENTA: - Ação Direta de Inconstitucionalidade.

Ilegitimidade ativa das entidades constituídas por associações (ref. ADI 353, RTJ 147/401), não ilidindo essa objeção, decorrente da parte permanente do estatuto da

requerente, a situação transitória tolerada pelo mesmo estatuto, de diretamente a ela se associarem profissionais biomédicos, só enquanto não criadas associações estaduais.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 1.892-2

PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. ILMAR GALVÃO
REQTES. : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA - CONTAG e OUTRA
ADVDS. : MARIA JOSÉ SOUZA MORAES e OUTROS
REQDO. : PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Decisão: O Tribunal, resolvendo questão de ordem apresentada pelo Relator, não conheceu da ação, nos termos do seu voto. Votou o Presidente. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Nelson Jobim, Celso de Mello e Sydney Sanches. Plenário, 05.10.2000.

EMENTA: AÇÃO DIRETA De INCONSTITUCIONALIDADE. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.698. QUESTÃO De ORDEM. FALTA De ADITAMENTO A INICIAL ANTE A REEDIÇÃO DO ATO NORMATIVO IMPUGNADO. A falta do necessário aditamento à inicial, ante a reedição da medida provisória impugnada, acarreta a perda de objeto da ação direta, na forma da jurisprudência do STF. Não-conhecimento.

Secretaria de Apoio Aos Julgamentos

ALBERTO VERONESE AGUIAR
Secretário

(Of. El. nº 123CCDP)

Atos do Poder Legislativo

RETIFICAÇÃO

LEI Nº 10.226, DE 15 DE MAIO DE 2001.

(Publicada no Diário Oficial de 16 de maio de 2001 - Seção 1)

- Na página 2, 2ª coluna, por ter saído com falha de editoração - omissão de linha pontilhada, onde se lê:

"Art. 135....."

Leia-se:

"Art. 135....."

Atos do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Jader Barbalho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 142, DE 2001

Aprova o ato que autoriza a "Associação de Radiodifusão Comunitária Itaperuçu - Arci" a executar serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Itaperuçu, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 225, de 17 de dezembro de 1999, que autoriza a "Associação de Radiodifusão Comunitária Itaperuçu - Arci" a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Itaperuçu, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 23 de maio de 2001

SENADOR JADER BARBALHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Jader Barbalho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 143, DE 2001

Aprova o ato que outorga concessão a "Fundação Universidade Regional de Blumenau - Furb", para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 29 de novembro de 1999, que outorga concessão a "Fundação Universidade Regional de Blumenau - Furb", para executar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), com fins exclusivamente educativos, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 23 de maio de 2001

SENADOR JADER BARBALHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Jader Barbalho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 144, DE 2001

Aprova o ato que outorga permissão a "Thomazella, Pavan & Cia. Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Santa Fé, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 68, de 8 de junho de 1999, que outorga permissão a "Thomazella, Pavan & Cia. Ltda." para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Santa Fé, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 23 de maio de 2001

SENADOR JADER BARBALHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Jader Barbalho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 145, DE 2001

Aprova o ato que renova a concessão de "Fundação Nossa Senhora do Rocio" para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:



Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 24 de novembro de 1998, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1993, a concessão de "Fundação Nossa Senhora do Rocio" para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 23 de maio de 2001

SENADOR JADER BARBALHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Jader Barbalho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 146, DE 2001

Aprova o texto da Emenda, por Troca de Notas, ao Acordo sobre Transportes Aéreos, de 4 de julho de 1947, celebrada entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile, em Brasília, em 3 de dezembro de 1998.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto da Emenda, por Troca de Notas, ao Acordo sobre Transportes Aéreos, de 4 de julho de 1947, celebrada entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile, em Brasília, em 3 de dezembro de 1998.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 23 de maio de 2001

SENADOR JADER BARBALHO
Presidente do Senado Federal

(*) O texto da Emenda acima citado está publicado no D.S.F. de 6.6.2000.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Jader Barbalho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 147, DE 2001

Aprova o ato que outorga permissão a "Fundação Rádio FM Educadora Itaguay Nossa Senhora da Conceição" para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Ponta de Pedras, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 162, de 11 de outubro de 1999, que outorga permissão a "Fundação Rádio FM Educadora Itaguay Nossa Senhora da Conceição" para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Ponta de Pedras, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 23 de maio de 2001

SENADOR JADER BARBALHO
Presidente do Senado Federal

(Of. El. nº 043)

Atos do Poder Executivo

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.062-66, DE 24 DE MAIO DE 2001.

Altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A pessoa jurídica, cujos créditos com pessoa jurídica de direito público ou com empresa sob seu controle, empresa pública, sociedade de economia mista ou sua subsidiária, decorrentes de construção por empreitada, de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, forem quitados pelo Poder Público com títulos de sua emissão, inclusive com Certificados de Securitização, emitidos especificamente para essa finalidade, poderá computar a parcela do lucro, correspondente a esses créditos, que houver sido diferida na forma do disposto nos §§ 3º e 4º do art. 10 do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, na determinação do lucro real do período-base do resgate dos títulos ou de sua alienação sob qualquer forma.

Art. 2º O disposto no art. 65 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, aplica-se, também, nos casos de entrega, pelo licitante vencedor, de títulos da dívida pública do Estado, do Distrito Federal ou do Município, como contrapartida à aquisição de ações ou quotas de empresa sob controle direto ou indireto das referidas pessoas jurídicas de direito público, nos casos de desestatização por elas promovidas.

Art. 3º Fica reduzida para quinze por cento a alíquota do imposto de renda incidente na fonte sobre as importâncias pagas, creditadas, entregues, empregadas ou remetidas ao exterior a título de remuneração de serviços técnicos e de assistência técnica, e a título de royalties, de qualquer natureza, a partir do início da cobrança da contribuição instituída pela Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000.

Art. 4º É concedido crédito incidente sobre a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, instituída pela Lei nº 10.168, de 2000, aplicável às importâncias pagas, creditadas, entregues, empregadas ou remetidas para o exterior a título de royalties de qualquer natureza.

§ 1º O crédito referido no caput

I - será determinado com base na contribuição devida, incidente sobre pagamentos, créditos, entregas, emprego ou remessa ao exterior a título de royalties de qualquer natureza, mediante utilização dos seguintes percentuais:

a) cem por cento, relativamente aos períodos de apuração encerrados a partir de 1º de janeiro de 2001 até 31 de dezembro de 2003;

b) setenta por cento, relativamente aos períodos de apuração encerrados a partir de 1º de janeiro de 2004 até 31 de dezembro de 2008;

c) trinta por cento, relativamente aos períodos de apuração encerrados a partir de 1º de janeiro de 2009 até 31 de dezembro de 2013;

II - será utilizado, exclusivamente, para fins de dedução da contribuição incidente em operações posteriores, relativas a royalties.

§ 2º O Comitê Gestor definido no art. 5º da Lei nº 10.168, de 2000, será composto por representantes do Governo Federal, do setor industrial e do segmento acadêmico-científico.

Art. 5º Não incidirá o imposto de renda na fonte sobre os rendimentos pagos ou creditados a empresa domiciliada no exterior, pela contraprestação de serviços de telecomunicações, por empresa de telecomunicação que centralize, no Brasil, a prestação de serviços de rede corporativa de pessoas jurídicas.

Parágrafo único. Para efeitos deste artigo, considera-se rede corporativa a rede de telecomunicações privativa de uma empresa ou entidade, a qual interliga seus vários pontos de operações no Brasil e no exterior.

Art. 6º Os bens do ativo permanente imobilizado, exceto a terra nua, adquiridos por pessoa jurídica que explore a atividade rural, para uso nessa atividade, poderão ser depreciados integralmente no próprio ano da aquisição.

Art. 7º Exclui-se da incidência do imposto de renda na fonte e na declaração de rendimentos o valor do resgate de contribuições de previdência privada, cujo ônus tenha sido da pessoa física, recebido por ocasião de seu desligamento do plano de benefícios da entidade, que corresponder às parcelas de contribuições efetuadas no período de 1º de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1995.

Art. 8º Serão admitidos como despesas com instrução, pre-

vistas no art. 8º, inciso II, alínea "b", da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, os pagamentos efetuados a creches.

Art. 9º Fica reduzida a zero, relativamente aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2001, a alíquota do imposto de renda incidente sobre remessas, para o exterior, destinadas exclusivamente ao pagamento de despesas relacionadas com pesquisa de mercado para produtos brasileiros de exportação, bem como aquelas decorrentes de participação em exposições, feiras e eventos semelhantes, inclusive alugueis e arrendamentos de estandes e locais de exposição, vinculadas à promoção de produtos brasileiros, bem assim de despesas com propaganda realizadas no âmbito desses eventos.

§ 1º O Poder Executivo estabelecerá as condições e as exigências para a aplicação do disposto neste artigo.

§ 2º Relativamente ao período de 1º de janeiro de 2001 a 31 de dezembro de 2003, a renúncia anual de receita decorrente da redução de alíquota referida no caput será apurada, pelo Poder Executivo, mediante projeção da renúncia efetiva verificada no primeiro semestre.

§ 3º Para os fins do disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o montante anual da renúncia, apurado na forma do § 2º, nos meses de setembro de cada ano, será custeado à conta de fontes financiadoras da reserva de contingência, salvo se verificado excesso de arrecadação, apurado também na forma do § 2º, em relação à previsão de receitas, para o mesmo período, deduzido o valor da renúncia.

§ 4º O excesso de arrecadação porventura apurado nos termos do § 3º, in fine, será utilizado para compensação do montante da renúncia.

§ 5º A alíquota referida no caput, na hipótese de pagamentos a residente ou domiciliado em países que não tribute a renda ou que a tribute à alíquota máxima inferior a vinte por cento, a que se refere o art. 24 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, será de vinte e cinco por cento.

Art. 10. Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.062-65, de 26 de abril de 2001.

Art. 11. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de maio de 2001; 180ª da Independência e 113ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Pedro Parente

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.065-21, DE 24 DE MAIO DE 2001

Dispõe sobre a Cédula de Crédito Bancário.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

CAPÍTULO I DA CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO

Art. 1º A Cédula de Crédito Bancário é título de crédito emitido, por pessoa física ou jurídica, em favor de instituição financeira ou de entidade a esta equiparada, representando promessa de pagamento em dinheiro, decorrente de operação de crédito, de qualquer modalidade.

§ 1º A instituição credora deve integrar o Sistema Financeiro Nacional, sendo admitida a emissão da Cédula de Crédito Bancário em favor de instituição domiciliada no exterior, desde que a obrigação esteja sujeita exclusivamente à lei e ao foro brasileiros.

§ 2º A Cédula de Crédito Bancário em favor de instituição domiciliada no exterior poderá ser emitida em moeda estrangeira.

Art. 2º A Cédula de Crédito Bancário poderá ser emitida, com ou sem garantia, real ou fidejussória, cedularmente constituída.

Parágrafo único. A garantia constituída será especificada na Cédula de Crédito Bancário, observadas as disposições do Capítulo II desta Medida Provisória e, no que não forem com estas conflitantes, as da legislação comum ou especial aplicável.

Art. 3º A Cédula de Crédito Bancário é título executivo extrajudicial e representa dívida em dinheiro, certa, líquida e exigível, seja pela soma nela indicada, seja pelo saldo devedor demonstrado em planilha de cálculo, ou nos extratos da conta-corrente, elaborados conforme previsto no § 2º.

§ 1º Na Cédula de Crédito Bancário poderão ser pactuados:

I - os juros sobre a dívida, capitalizados ou não, os critérios de sua incidência e, se for o caso, a periodicidade de sua capitalização, bem como as despesas e os demais encargos decorrentes da obrigação;

II - os critérios de atualização monetária ou de variação cambial como permitido em lei;

III - os casos de ocorrência de mora e de incidência das multas e penalidades contratuais, bem como as hipóteses de vencimento antecipado da dívida;

IV - os critérios de apuração e de ressarcimento, pelo emitente ou por terceiro garantidor, das despesas de cobrança da dívida e dos honorários advocatícios, judiciais ou extrajudiciais, sendo que os honorários advocatícios extrajudiciais não poderão superar o limite de dez por cento do valor total devido;

CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA Imprensa Nacional

<http://www.in.gov.br> e-mail: in@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília — DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800-619900

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Presidente da República

PEDRO PARENTE
Chefe da Casa Civil

ARLOS ALBERTO GUIMARÃES BATISTA DA SILVA
Diretor-Geral

DIÁRIO OFICIAL — SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos
ISSN 1415-1537

MAURÍCIO AUGUSTO COELHO
Coordenador-Geral de Produção Industrial



Diário Oficial

IMPrensa Nacional

BRASÍLIA — DF

 REPÚBLICA
FEDERATIVA
DO BRASIL

ANO CXXXVI - Nº 226

QUARTA-FEIRA, 25 DE NOVEMBRO DE 1998

 NÃO PODE SER VENDIDO
SEPARADAMENTE

Sumário

	PÁGINA
ATOS DO PODER EXECUTIVO.....	1
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.....	7
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (*).....	12
MINISTÉRIO DA MARINHA.....	13
MINISTÉRIO DO EXÉRCITO.....	14
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES.....	14
MINISTÉRIO DA FAZENDA (*).....	16
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES (*).....	23
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO (*).....	24
MINISTÉRIO DA CULTURA.....	25
MINISTÉRIO DO TRABALHO (*).....	25
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL (*).....	27
MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA.....	27
MINISTÉRIO DA SAÚDE (*).....	30
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA (*).....	31
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO.....	41
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.....	42
MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL E REFORMA DO ESTADO (*).....	44
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL.....	49
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO.....	49
ENTIDADES DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO DAS PROFISSÕES LIBERAIS.....	50
PODER LEGISLATIVO.....	51
PODER JUDICIÁRIO.....	51
ÍNDICE.....	52

(*) N. da DIJOF: órgãos sujeitos à publicação no caderno eletrônico.

Atos do Poder Executivo

DECRETO DE 24 DE NOVEMBRO DE 1998.

Renova a concessão da Rádio e Televisão Iguaçu S.A., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223 da Constituição, e nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53740.000483/95,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por quinze anos, a partir de 1º de dezembro de 1995, a concessão outorgada à Rádio e Televisão Iguaçu S.A., pelo Decreto nº 56.713, de 12 de agosto de 1965, renovada pelo Decreto nº 88.219, de 15 de julho de 1981, cujo prazo residual da outorga foi mantido conforme Decreto de 10 de maio de 1991, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de novembro de 1998; 177º da Independência e 110º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Luiz Carlos Mendonça de Barros

DECRETO DE 24 DE NOVEMBRO DE 1998.

Renova a concessão da Fundação Nossa Senhora do Rocio, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223 da Constituição, e nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 29740.000078/93,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 1993, a concessão da Fundação Nossa Senhora do Rocio, outorgada pelo Decreto nº 1.293, de 23 de dezembro de 1936, e renovada pelo Decreto nº 88.995, de 14 de novembro de 1983, cujo prazo residual da outorga foi mantido pelo Decreto de 10 de maio de 1991, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de novembro de 1998; 177º da Independência e 110º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Luiz Carlos Mendonça de Barros

DECRETO DE 24 DE NOVEMBRO DE 1998.

Renova a concessão da Fundação Nossa Senhora do Rocio, para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223 da Constituição, e nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 29740.000653/93,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de novembro de 1993, a concessão da Fundação Nossa Senhora do Rocio, outorgada conforme Decreto nº 31.447, de 12 de setembro de 1952, e renovada pelo Decreto nº 91.668, de 20 de setembro de 1985, cujo prazo residual da outorga foi mantido pelo Decreto de 10 de maio de 1991, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de novembro de 1998; 177º da Independência e 110º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Luiz Carlos Mendonça de Barros

disposto nos arts. 59 a 73 do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940, mantidos pelo art. 300 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam mantidos os efeitos jurídicos das autorizações outorgadas às empresas estrangeiras relacionadas no Anexo, para funcionarem no País.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de maio de 1991; 1709 da Independência e 1039 da República.

FERNANDO COLLOR
Jarbas Passarinho
Mario Cesar Flores
Carlos Tinoco Ribeiro Gomes
Socrates da Costa Monteiro
João Eduardo Cerdeira de Santana
Antonio Cabrera
Antonio Magri

ANEXO

SOCIEDADES ESTRANGEIRAS AUTORIZADAS A OPERAREM NO PAÍS

1. Norton Megaw & Co. Ltd.;
2. F. S. Hampshire & Co. Ltd.;
3. Amazonas Engineering Company Limited;
4. A. Boye & Co. S.A.;
5. The Sydney Ross Company;
6. Arner Bros (South) Inc.;
7. The Lancashire General Investment Company Limited;
8. Columbia Tri-Star Films of Brasil, Inc.;
9. U. A. of Brazil Inc.;
10. Lamport & Holt Line Limited;
11. Compagnie Internationale des Wagons Lits et du Tourisme;
12. W. M. Jackson Inc.;
13. United Press International Inc.;
14. Reuters Limited;
15. International Advertising Service;
16. American Bureau of Shipping;
17. Ansaldo Gie SpA;
18. Kellogg Company do Brasil;



MINISTERIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional
SIG - Quadra 6, Lote 800 - 70604 - Brasília/DF
Telefones: (PABX (061) 321-5566) Telex: (061) 1356 DIMN BR
Fax: (061) 225-2046
CGC/MF: 00394494/0016-12

ENIO TAVARES DA ROSA
Diretor-Geral em exercício

NELSON JORGE MONAIAR
Chefe de Divisão de Jornais Oficiais
DIÁRIO OFICIAL - Seção I
Órgão destinado à publicação de atos normativos

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Editor

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Seleção e Registro de Matérias. Matérias entregues até às 16 horas serão divulgadas na edição do dia imediato. Reclamações deverão ser feitas por escrito à Divisão de Jornais Oficiais até o quinto dia útil após sua publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua elevação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

Preços	Diário Oficial		Diário da Justiça	
	Seção I	Seção II	Seção I	Seção II
ASSINATURA TRIMESTRAL:	Cr\$ 1.686,00	Cr\$ 441,00	Cr\$ 1.653,00	Cr\$ 1.359,00
FORTE:	Cr\$ 11.814,00	Cr\$ 5.808,00	Cr\$ 21.384,00	Cr\$ 11.814,00

Informações: Seção de Divulgação da Imprensa Nacional (DICOM/SEDIV)
Telefone: (061) 226-2586
Horário: 8:00 às 12:30h e 13:30 às 17:00h.

19. United States Lines (S.A.) Inc.;
20. Agência Ete S.A.;
21. Rápido Iguazu S.A. de Transporte Y Turismo;
22. Organizacion Nacional de Autobuses Sociedad Anonima do Brasil (O.N.D.A. do Brasil);
23. Agência Latino Americana de Informacion - LATIN S.A.;
24. Japan Trade Center São Paulo;
25. Societé Anonyme de Telecommunications;
26. Societé Nationale pour la Recherche, la Production, le Transport, la Transformation et la Commercialisation des Hydrocarbures - SONATRACH;
27. Yacimientos Petroliferos Fiscales Bolivianos;
28. B. P. Petroleum Development Brazil Limited do Brasil;
29. Eaton Corporation do Brasil;
30. Philip Morris Marketing S.A.;
31. Expreso Maipu Sociedad Anonima Comercial, Industrial y Financiera;
32. Expresso General Urquiza S.R.L. para o Brasil;
33. R. J. Reynolds Tabacos do Brasil Ltda.;
34. Thomson C.S.F.;
35. Ebcad Designs S.A.;
36. Fishcam Marketing S.A.;
37. Yaohan Department Store Co. Ltd.;
38. The Gillette Company;
39. Pepsico Inc.;
40. JDC Corporation;
41. Transportes Panamericanos S.A.;
42. Farmitalia Carlo Erba SpA;
43. Smithkline Brasil;
44. Latino Sociedad Anonima;
45. R.I.C. Railway International Construction SpA.

Decreto de 10 de maio de 1991.

Consolida decretos de outorga de concessões e de autorizações para execução dos serviços de radiodifusão sonora e dos de sons e imagens.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o que dispõe o art. 33 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e o art. 29 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam mantidos, pelos respectivos prazos residuais, os efeitos jurídicos das concessões e autorizações em vigor, outorgadas ou renovadas mediante decreto, das entidades relacionadas no Anexo, para execução dos serviços de radiodifusão sonora em ondas médias, curtas e tropicais, bem assim dos de sons e imagens e dos especiais de televisão por assinatura.

Parágrafo único. O disposto neste artigo se estende às autorizações para aumento de potência, bem como às concessões e autorizações com pedido de renovação pendente de decisão do órgão competente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de maio de 1991; 1709 da Independência e 1039 da República.

FERNANDO COLLOR
João Eduardo Cerdeira de Santana

A N E X O

(Decreto de 10 de maio de 1991)

NOME P. ENTIDADE	TIPO DE SERVIÇO	CIDADE/UF
A Gazeta do Espírito Santo Rádio e TV Ltda.	OM	Serra-ES
A Gazeta do Espírito Santo Rádio e TV Ltda.	TV	Vitória-ES

ABC - Rede Nacional de Rádio e Televisão Ltda.	TV	Cuiabá-MT	Fundação Cristã Educativa	OM	Pires do Rio-GO
ACD - Sistema de Rádio e Televisão Ltda.	TV	Araxá-MG	Fundação Cristã Educativa	OM	Itapuranga-GO
Aecofaba Radiodifusão Ltda.	OM	Riacho de Santana-BA	Fundação Cristã Espírita Paulo de Tarso	OM	Rio de Janeiro-RJ
Alagamar Rádio Sociedade Ltda.	OM	Maceu - RN	Fundação Cruzense de Jornalismo e Radiodifusão	OM	Cruzeiro-SP
AM 580 Cidade de Americana Limitada	OM	Americana-SP	Fundação Cultural de Aratiba	OM	Aratiba-RS
Bariri Rádio Clube Ltda.	OM	Bariri-SP	Fundação Cultural Divino Espírito Santo de Jataí	OT	Jataí-GO
Bauru Rádio Clube Ltda.	OM	Bauru-SP	Fundação Cultural Divino Espírito Santo de Jataí	OM	Jataí-GO
Boa Sorte Rádio e Televisão Ltda.	TV	Araguainha-TO	Fundação Cultural e Educacional Bom Jesus	OM	Bom Jesus da Lapa-BA
Brasil Emissoras Aliadas Sociedade Ltda.	OM	Santa Bárbara D'Oeste-SP	Fundação Cultural e Educacional Santana de Caetité	OM	Caetité-BA
Brunado Radiodifusão Sertaneja Ltda.	OM	Brunado-BA	Fundação Cultural e Educacional Santo Afonso	OM	Coronel Fabriciano-MG
Cacimba Comunicações Ltda.	OM	Taio-SC	Fundação Cultural Nossa Senhora da Guia	OM	Patos-PB
Campos Difusora Ltda.	OM	Campos-RJ	Fundação Cultural Planalto de Passo Fundo	OM	Passo Fundo-RS
Canal e Transmissões INTERTV Ltda.	TV	Nova Friburgo-RJ	Fundação Cultural Riograndense	OM	Caxias do Sul-RS
Caraiíba Empreendimentos Culturais Ltda.	OM	Senhor do Bonfim-BA	Fundação Cultural Riograndense	OM	Vacaria-RS
Ceará Rádio Club S.A.	OM	Fortaleza-CE	Fundação Cultural São Francisco de Assis	OM	Siqueira Campos-PR
Centenário Comunicação Ltda.	OM	Carauabas-RN	Fundação de Desenvolvimento de Pícuí - FUNDEPI	TV	Pícuí-PB
Chiru Comunicações Ltda.	OM	Palmitinho-RS	Fundação de Ensino e Tecnologia de Alfenas	TV	Alfenas-MG
COMCEL - Comunicações Culturais e Evangélicas Ltda.	OM	Manhuaçu-MG	Fundação de Telecomunicações do Pará - FUNTELPA	TV	Belém-PA
Companhia Catarinense de Rádio e Televisão	TV	Joinville-SC	Fundação de Telecomunicações do Pará - FUNTELPA	OT	Belém-PA
Comunicações Minas Liberdade Ltda.	OM	Passos-MG	Fundação de Teleeducação do Estado do Ceará - FUNTELC	TV	Fortaleza-CE
Departamento de Comunicação Social - DECOM	OM	Vitória-ES	Fundação Dom Avelar Brandão Vilela	OM	Teresina-PI
Departamento Estadual de Cultura - DEC	TV	Vitória-ES	Fundação Dom Avelar Brandão Vilela	OT	Teresina-PI
DETELPE Deptº de Telecomunicações de Pernambuco	TV	Caruaru-PE	Fundação Educacional Sant'Ana	OM	Caicó-RN
Diário da Manhã Ltda.	OM	Florianópolis-SC	Fundação Educacional União da Serra	OM	Marau-RS
Difusora Cultural Ltda.	OM	Irati-PR	Fundação Educacional União da Serra	OM	Veranópolis-RS
Difusora Ouro Verde Ltda.	OM	Curitiba-PR	Fundação Educativa Pio XII de Radiodifusão	TV	Juiz de Fora-MG
Difusora Rádio Cajazeiras Ltda.	OM	Cajazeiras-PB	Fundação Emissora Rural A Voz de São Francisco	OM	Petrolina-PE
Difusoras Aliadas da Alta Paulista Ltda.	OM	Tupi Paulista-SP	Fundação Emissora Rural A Voz de São Francisco	OT	Petrolina-PE
Difusoras de Pernambuco Ltda.	OM	Pesqueira-PE	Fundação Evangélica Trindade	TV	São Paulo-SP
Difusoras de Pernambuco Ltda.	OM	Limoeiro-PE	Fundação Frei João Batista Vogel O.F.M.	OM	Anápolis-GO
ECO - Empresa Codoense de Rádio Difusão Ltda.	OM	Codó-MA	Fundação Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia - IRDEB	TV	Salvador-BA
ECOS - Empresa de Comunicação da Amazônia Ltda.	OM	Parintins-AM	Fundação Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia - IRDEB	OC	Salvador-BA
EDINNOI Empresa Divulgadora Novo Nordeste Ltda.	OM	Araripiraca-AL	Fundação João Paulo II	OC	Cachoeira Paulista-SP
Emissora A Voz de Catanduva Ltda.	OM	Catanduva-SP	Fundação João XXIII	OT	Governador Valadares-MG
Emissora Centro-Oeste Ltda.	OM	Cruz Alta-RS	Fundação Mater et Magistra de Londrina	OT	Londrina-PR
Emissora Continental de Campos Ltda.	OM	Campos-RJ	Fundação Nossa Senhora Aparecida	OT	Aparecida-SP
Emissora do Planalto Limitada	OM	Paulínia-SP	Fundação Nossa Senhora Aparecida	OC	Aparecida-SP
Emissora Rio São Francisco Ltda.	OM	Penedo-AL	Fundação Nossa Senhora do Rocio	OC	Curitiba-PR
Emissora Sarandense Ltda.	OM	Sarandi-RS	Fundação Nossa Senhora do Rocio	TV	Curitiba-PR
Emissora Sul Goiana de Quirinópolis Ltda.	OM	Quirinópolis-GO	Fundação Padre Anchieta	OM	São Paulo-SP
Emissoras Pioneiras da União Ltda.	OM	Ibituba-RS	Fundação Padre Martin Kirscht	OM	Espinosa-MG
Emissoras Rádio Marajoara Ltda.	OT	Belém-PA	Fundação Padre Pelagio	OM	Goiania-GO
Emissoras Rádio Marajoara Ltda.	OM	Belém-PA	Fundação Padre Pelagio	OM	Ipameri-GO
Emissoras Reunidas Ltda.	OM	Poconé-MT	Fundação Paz na Terra	OM	Natal-RN
Emissoras Reunidas Ltda.	OM	Santa Cruz do Sul-RS	Fundação Rádio e Televisão Educativa	TV	Porto Alegre-RS
Emissoras Riograndense Ltda.	OM	Alegrete-RS	Fundação Rádio Rural	OM	Concórdia-SC
Emissoras Riograndense Ltda.	OM	Pelotas-RS	Fundação Radiodifusora de Congonhas	OT	Congonhas-MG
Emissoras Riograndense Ltda.	OM	São Lourenço do Sul-RS	Fundação Rainha da Paz	OM	Brasília-DF
Emissoras Santa Cruz S.A. Rádio e Televisão	OM	Pará de Minas-MG	Fundação Roquette Pinto	TV	São Luís-MA
Emissoras Sul Brasileiras Ltda.	OM	Panamby-RS	Fundação Roquette Pinto	TV	Rio de Janeiro-RJ
Emissoras Sul Brasileiras Ltda.	OM	Horizontina-RS	Fundação Sant'Ana	OM	Ponta Grossa-PR
Empresa Jornalística e de Radiodifusão Açoriana-EJORA	OM	Taquari-RS	Fundação Santa Cruz de Jequitinhonha	OM	Jequitinhonha-MG
Empreendimentos Guimarães e França Ltda.	OM	Santa Vitória-MG	Fundação Santa Luzia de Mossoró	OM	Mossoró-RN
Empreendimentos Radiodifusão Cabo Frio Ltda.	TV	Cabo Frio-RJ	Fundação TV Minas - Cultural e Educativa	TV	Belo Horizonte-MG
Empresa Caponense de Radiodifusão AM Ltda.	OM	Capão da Canoa-RS	Fundação TV Minas - Cultural e Educativa	OT	Cruzeiro do Sul-AC
Empresa de Radiodifusão Sete Cidades de Piracuruca Ltda.	OM	Piracuruca-PI	Fundação Verdes Florestas	OM	Cruzeiro do Sul-AC
Empresa de Radiodifusão Campograndense Ltda.	OM	Campo Grande-MS	Fundação Verdes Florestas	OM	São José do Rio Claro-MT
Empresa de Radiodifusão Morimoto Ltda.	OT	Ji-Paraná-RO	Gaspar Radiodifusão Ltda.	OM	Itaquira-MT
Empresa de Radiodifusão Morimoto Ltda.	OM	Ji-Paraná-RO	Gazeta Comunicações Ltda.	OM	Santa Cruz do Sul-RS
Empresa de Radiodifusão Morimoto Ltda.	OM	Vilhena-RO	Goiana FM Ltda.	OM	Goiana-PE
Empresa de Radiodifusão Tupinambás Ltda.	OM	Dourados-MS	Governo do Estado do Amazonas - Superintendência de Televisão e Rádio Educativa do Amazonas	TV	Manaus-AM
Empresa Formosense de Radiodifusão Ltda.	OM	Formosa-GO	Governo do Estado de Goiás - Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado	OT	Goiania-GO
Empresa Guiratinguense de Radiodifusão Ltda.	OM	Guiratinga-MT	Governo do Estado de Goiás - Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado	OC	Goiania-GO
Empresa Jornalística Noroeste Ltda.	OM	Santa Rosa-RS	Governo do Estado de Goiás - Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado	OM	Goiania-GO
Empresa Jornalística O Povo S.A.	OM	Fortaleza-CE	Governo do Estado de Goiás - Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado	TV	Goiania-GO
Empresa Mineira de Radiodifusão Sociedade Ltda.	OM	Belo Horizonte-MG	Governo do Estado de Mato Grosso do Sul - Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul	TV	Campo Grande-MS
Empresa Paulista de Televisão Ltda.	TV	Ribeirão Preto-SP	Governo do Estado da Paraíba - Rádio Tabajara da Paraíba S.A.	OM	João Pessoa-PB
Empresa Paulista de Televisão Ltda.	TV	Campinas-SP	Governo do Estado de Alagoas - Rádio Difusora de Alagoas	OM	Maceió-AL
Empresa Pioneira de Televisão Ltda.	TV	São Carlos-SP	Governo do Estado de Alagoas - Secretaria de Educação do Estado	TV	Maceió-AL
Empresa Portoalegrense de Comunicação Ltda.	TV	Porto Alegre-RS	Governo do Estado do Maranhão - Rádio Timbira do Maranhão	OT	São Luís-MA
Empresa São Borjense de Comunicações Ltda.	OM	São Borja-RS	Governo do Estado do Maranhão - Rádio Timbira do Maranhão	OC	São Luís-MA
Governo do Estado do Acre - Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Cultura e do Desporto	OM	Rio Branco-AC	Governo do Estado do Maranhão - Rádio Timbira do Maranhão	OM	São Luís-MA
Fundação Mater et Magistra de Londrina	OM	Londrina-PR	Governo do Estado do Maranhão - Rádio Timbira do Maranhão	TV	Curitiba-PR
Fundação Anchieta - Centro Paulista de RD e TV Educativas	OM	São Paulo-SP	Governo do Estado do Maranhão - Rádio Timbira do Maranhão	OM	Curitiba-PR
Fundação Sagrado Coração de Jesus de União da Vitória	OM	União da Vitória-PR	Governo do Estado do Paraná - Fundação Rádio e Televisão do Paraná	TV	Curitiba-PR
Governo do Estado do Acre - Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Cultura e do Desporto	OT	Rio Branco-AC	Governo do Estado do Paraná - Fundação Rádio e Televisão do Paraná	OM	Curitiba-PR
Fundação Antares - Rádio e Televisão Cultural e Educativa do Piauí	OM	Teresina-PI	Hidros Comunicações Ltda.	OM	Sobral-CE
Fundação Antares - Rádio e Televisão Cultural e Educativa do Piauí	TV	Teresina-PI	Intervisão Emissoras de Rádio e TV Ltda.	TV	Montes Claros-MG
Fundação Pe. Anchieta - Centro Paulista Rádio TV Educativa	OC	São Paulo-SP	IPB-Integração Matogrossense de Rádio e TV Ltda.	OT	Campo Grande-MS
Fundação Aldeia S.O.S. de Goioerê	OM	Goioerê-PR	ITA Negócios e Participações Ltda.	TV	Itaituba-PA
Governo do Estado de Sergipe - Fundação Aperipê de Sergipe	OM	Aracaju-SE	JET - Radiodifusão Ltda.	OM	Teresina-PI
Governo do Estado de Sergipe - Fundação Aperipê de Sergipe	TV	Aracaju-SE	JMB Empreendimentos Ltda.	OM	Gravatá-PE
Fundação Bom Jesus	OM	Manhumirim-MG	JMB Empreendimentos Ltda.	OM	Santa Cruz do Capibaribe-PE
Fundação Bom Jesus de Cuiabá	OM	Cuiabá-MT	Juruá Comunicações Ltda.	OM	Caruaru-AM
Fundação Brasileira de Comunicação	OC	Santa Maria-RS			
Fundação Casper Libero	OC	São Paulo-SP			
Fundação Casper Libero	TV	São Paulo-SP			
Fundação Casper Libero	OM	São Paulo-SP			
Fundação Caspagnat	OM	Curitiba-PR			

160/3

D.O.U. 16.11.83



Decreto n.º 88.995 de 14 de novembro de 1983

Renova por 10 (dez) anos a concessão outorgada à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, combinado com o artigo 89 item XV, letra "a", da Constituição, e nos termos do artigo 6º do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 71.585/82, decreta:

Art. 1º - Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e artigo 2º do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1983, a concessão da FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO., outorgada através do Decreto nº 26.215, de 17 de janeiro de 1949, para explorar, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único - A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília-DF., de _____ de 1983; 162º da Independência e 95º da República.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E A FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO., OBJETIVANDO A ADAPTAÇÃO DA OUTORGA PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, NO MUNICÍPIO DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ.

A **UNIÃO**, representada pelo Ministro de Estado das Comunicações, **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, e a **Fundação Nossa Senhora do Rocio**, doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, CNPJ n.º 76.000.447/0001-22, representada por seu **Procuradora**, **Rita de Cássia Farias Cappia**, inscrito(a) no RG n.º 17.439.701-X, SSP/SP, CPF n.º 092.421.388-43, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA objetivando a adaptação da outorga para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Curitiba, estado do Paraná, decorrente da concessão outorgada à Fundação Nossa Senhora do Rocio., por meio do Decreto n.º 1293, de 23 de Dezembro de 1936, publicado (a) no Diário Oficial da União de 29 de Dezembro de 1936, para executar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de **Curitiba/PR**. A execução do serviço, objeto do presente Termo, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, e suas atualizações, pelo Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, pelo Contrato de Concessão e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª. Fica outorgado a **Fundação Nossa Senhora do Rocio**, o canal **167** (Cento e sessenta e sete), **Classe A4**, correspondente à **frequência 81.3 MHz**, destinado à execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos previstos no Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013.

§ 1º. A celebração deste Termo Aditivo não altera os prazos e condições previstos no Contrato de Concessão, inclusive no que concerne à localidade de execução do serviço e ao seu prazo de vigência, sem prejuízo de sua renovação, nos termos da legislação em vigor.

§ 2º. Enquanto não estiver concluído o processo de renovação n.º **53000.005066/2013-85**, a execução do serviço será mantida em caráter precário, podendo ou não a renovação vir a se concretizar.

§ 3º. O Ministério das Comunicações providenciará a publicação do extrato do presente Termo Aditivo no Diário Oficial da União, em obediência ao princípio administrativo da publicidade dos atos, preceituado no artigo 37 *caput* da CF/1988.

Cláusula 2ª. A PERMISSIONÁRIA é obrigada a:

a) obter a autorização de uso de radiofrequência e solicitar o Licenciamento da Estação, no prazo de 12 (doze) meses (ou 18 meses quando se tratar dos Municípios, dos Estados e do Distrito Federal), contado da publicação do extrato do presente Termo Aditivo; e

b) iniciar a execução do serviço no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da emissão da Licença de Funcionamento da Estação.

Cláusula 3ª. O canal de radiofrequência outorgado à PERMISSIONÁRIA, para a prestação do serviço objeto do presente Termo Aditivo, não constitui direito de propriedade e ficará sujeito às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

§ 1º. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a PERMISSIONÁRIA atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico - científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

§ 2º. O Ministério das Comunicações, por meio da Agência de Telecomunicações (Anatel), poderá, a qualquer tempo, proceder com a revisão ou substituição dos canais de radiofrequência outorgados, por motivo de ordem técnica, defesa nacional, necessidade dos serviços federais ou para melhor aproveitamento do espectro radioelétrico.

§ 3º. A substituição de canal de radiofrequência poderá se dar, ainda, a requerimento da PERMISSONÁRIA, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou autorizadas.

Cláusula 4ª. O não cumprimento dos prazos estabelecidos nas alíneas “a” e “b” da Cláusula 2ª caracterizará o desinteresse da PERMISSONÁRIA na adaptação da outorga, implicando na revogação da outorga do respectivo canal de radiofrequência para operação em frequência modulada.

Cláusula 5ª. Caso a concessão seja cancelada antes de vencido o prazo de outorga, o presente Termo Aditivo será considerado automaticamente rescindido, sem que a PERMISSONÁRIA tenha direito a qualquer indenização ou retorno das operações em ondas médias.

Parágrafo único. Findo o prazo da permissão para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, sem que haja a renovação, a outorga será declarada preterita e o Termo Aditivo considerado expirado juntamente com seu contrato.

Cláusula 6ª. As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste Termo Aditivo.

Cláusula 7ª. Ficam ratificadas as demais cláusulas constantes do Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSONÁRIA para a exploração do serviço de radiodifusão sonora, agora em Frequência Modulada, no município de **Curitiba, estado do Paraná.**

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Termo Aditivo de Contrato de Concessão, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vai assinado pelas partes perante 2 (duas) testemunhas.

(assinado eletronicamente)

Ministro de Estado das Comunicações

(assinado eletronicamente)

Secretário de Comunicação Social Eletrônica

(assinado eletronicamente)

Rita de Cássia Farias Cappia
Fundação Nossa Senhora do Rocio
Permissionária

(assinado eletronicamente)

Testemunha

(assinado eletronicamente)

Testemunha

Brasília-DF, 19 de setembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **RITA DE CASSIA FARIAS CAPPIA (E)**, Usuário Externo, em 19/09/2023, às 13:16 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, Ministro de Estado das Comunicações, em 28/11/2023, às 14:25 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch, Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, em 08/12/2023, às 18:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Cristina Faria Gomes Monteiro, Coordenadora-Geral de Engenharia de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal substituta**, em 11/12/2023, às 13:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 11/12/2023, às 16:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11120993** e o código CRC **7466AB80**.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 19/12/2023 | Edição: 240 | Seção: 3 | Página: 14

Órgão: Ministério das Comunicações/Secretaria de Comunicação Social Eletrônica/Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal/Coordenação-Geral de Engenharia de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO.

ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Fundação Nossa Senhora do Rocio.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Curitiba/PR. (Processo nº 53000.015637/2014-71).

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA E ASSINATURA: 28 de novembro de 2023. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS REZENDE FILHO. Ministro de Estado das Comunicações, Rita de Cássia Farias Cappia - Procuradora da Fundação Nossa Senhora do Rocio.

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



m) submeter-se á rescisão do direito da União sobre o acervo da sociedade, para garantia de liquidação de qualquer débito para com ella;

n) submeter-se á rescisão de que a frequência distribuída á sociedade, não constitue direito de propriedade, e se sujeita ás regras estabelecidas no regulamento dos serviços de radiocomunicação (decreto n. 21.111) ou em outro viera a ser baixado sobre o assumpto, incidindo sempre e essa frequência o direito de posse da União;

o) submeter-se aos preceitos instituídos nas convenções regulamentos internacionais, bem como a todas as disposições contidas em leis, regulamentos e instruções que existam venham a existir, referentes ou applicaveis ao serviço da pessoa.

IV

O concessionário não poderá alterar, em qualquer tempo, os estatutos sem prévia aprovação do Governo, assim se obriga a manter sua estação em perfeito funcionamento, com a efficiencia necessaria e de accordo com as prescrições técnicas que estiverem em vigor ou vierem a vir.

V

Fica estabelecido que a estação transmissora do concessionário só poderá ser localizada a uma distancia, minima, de (3) kilometros do centro da cidade.

VI

No regimen de fiscalização que for instituído, fica esmado ao Governo, quando julgar conveniente, o direito examinar, como melhor lhe aprouver, os livros, escrituração e tudo que se tornar necessario a essa fiscalização.

VII

Pela inobservancia de qualquer das presentes clausulas, que não esteja prevista a immediata caducidade da concessão, o Governo poderá, pelo órgão fiscalizador, impor ao concessionário multas de cem mil réis (100\$000) a cinco contos de réis (5:000\$000), conforme a gravidade da infracção.

Parágrafo unico A importancia de qualquer multa recolhida á Thesouraria do Departamento dos Correios e Telegraphos dentro do prazo improrogavel de trinta (30) dias a contar da data da notificação feita directamente ao concessionário ou da publicação do acto no *Diario Official*.

VIII

Qualquer tempo, são applicaveis ao concessionário os preceitos da legislação sobre desapropriação por necessidade ou utilidade pública e requisições militares.

IX

A concessão será considerada caduca, para todos os effeitos, sem direito a qualquer indemnização:

1) se, em todo tempo, for verificada a inobservancia das condições contidas nas alíneas a, b, c, d, e (in fine), f, g e h da clausula III;

b) se não forem pagas, dentro dos prazos estabelecidos, as cotas e contribuições a que se refere a alínea e da clausula III, bem como a importancia de qualquer multa imposta nos termos da clausula VII;

c) se, em qualquer tempo, se verificar o emprego da estação para outros fins que não os determinados na concessão e nítidos pela legislação que reger a materia.

1.º Poderá a concessão ser declarada caduca, a juizo do Governo, sem direito a qualquer indemnização:

a) se, depois de estabelecido, for o serviço interrompido mais de trinta (30) dias consecutivos, ou se se verificar a incapacidade do concessionário para executar o serviço, salvo o de força maior, devidamente provado e reconhecido pelo Governo;

b) se o concessionário incidir reiteradamente em infrações passíveis de multa.

2.º A concessão será considerada perempta se o Governo julgar conveniente renovar-lhe o prazo.

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1936. — *Marques dos*

(C. 6.406 — 30-12-1936 — 146\$900)

DECRETO N. 1.296 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1936

Perdoa um official do resto da pena a que foi condemnado

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da competencia que lhe attribue o inciso 3º do art. 56 da Constituição da Republica, resolve perdoar do resto da pena a que foi condemnado, por sentença passada em julgado, o 1º tenente, intendente naval, Waldemar Guaracy de Macedo Siva.

Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Henrique Aristides Guilhem.

DECRETO N. 1.301 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1936

Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 3.000:000\$000 para a reparação de danos decorrente de chuvas na região nordestina.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art. 1º da lei n. 257, de 29 de setembro de 1936, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, na forma do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Publica, resolve abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 3.000:000\$000 (tres mil contos de réis), para attender ás despesas com a reparação dos danos das grandes chuvas que desabaram na região nordestina do país, em junho e julho de 1936.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

Marques dos Reis.

DECRETO N. 1.305 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1936

Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 5.275:590\$000 para pagamento de desapropriações necessarias ás obras da Estação de D. Pedro II, da Estrada de Ferro Central do Brasil

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art. 1º da lei n. 283, de 21 de outubro de 1936, e tendo ouvido o Tribunal de Contas na forma do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Publica, resolve abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 5.275:590\$000 (cinco mil duzentos e setenta e cinco contos quinhentos e noventa mil réis), para pagamento de indemnizações pela desapropriação dos immoveis seguintes, situados nesta Capital e necessarios ás obras da nova Estação D. Pedro II, da Estrada de Ferro Central do Brasil: á rua Senador Pompeu, predios ns. 260, 262, 264, 266, 268, 270, 272, 276, 282/282 A, 284, 286, 288, 290, 292 e 296, na importancia de 1.493:372\$000 (mil quatrocentos e noventa e tres contos trezentos e setenta e dois mil réis); á rua dos Cajueiros, predios ns. 1, 3, 5, 7, 9, 13, 15, 17, 19, 21, 23, 25, 27, 29, 31, 33, 35, 37, 39, 41, 43, 45, 47, 49, 51, 53, 55, 57, 59, 61, 63, 65, 67, 69, 71, 73, 75, 77, 79, 81, 83, 85, 87, 89, 91, 93-I, 93-XV e 95, na importancia de 2.959:830\$000 (dois mil trezentos e cincoenta e nove contos oitocentos e trinta mil réis); e á rua General Caldwell, predios ns. 57, 59, 61, 63, 65, 67, 69, 71, 73, 75, 77, 79, 81, 83, 85, 87, 89, 91, 93, na importancia de 840:360\$000 (oitocentos e dez contos trezentos e sessenta mil réis).

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Marques dos Reis.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO N. 1.314 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1936

Abre o credito suplementar de 549:850\$000, para reforço de diversas verbas do orçamento do Ministerio da Agricultura

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização concedida pela lei n. 350, de 23 de dezembro de 1936, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministerio da Agricultura, o

VI

No regimen de fiscalização que for instituído, fica assegurado ao Governo, quando julgar conveniente, o direito de examinar, como melhor lhe aprouver, os livros, escripturação e tudo que se tornar necessário a essa fiscalização.

VII

Pela inobservancia de qualquer das presentes clausulas, em que não esteja prevista a immediata caducidade da concessão, o Governo poderá, pelo órgão fiscalizador, impor a concessionaria multa de cem mil réis (100.000) a cinco contos de réis (5.000.000), conforme a gravidade da infração.

Parágrafo unico. A importância de qualquer multa será recolhida à Thesouraria do Departamento dos Correios e Telegraphos dentro do prazo improrogavel de trinta (30) dias, a contar da data da notificação feita directamente à concessionaria ou da publicação do acto no *Diário Official*.

VIII

Em qualquer tempo, são applicaveis à concessionaria os preceitos da legislação sobre desapropriação por necessidade utilidade publica e requisições militares.

IX

A concessão será considerada caduca, para todos os efeitos, sem direito a qualquer indemnização:

a) se, em todo tempo, for verificada a inobservancia das disposições contidas nas alíneas d, b, c, d, e (in-fine), j, k e l da clausula III;

b) se não forem pagas, dentro dos prazos estabelecidos, a quota e contribuições a que se refere a alínea e da clausula III, bem como a importância de qualquer multa imposta nos termos da clausula VII;

c) se, em qualquer tempo, se verificar o emprego da estação para outros fins que não os determinados na concessão e admitidos pela legislação que reger a materia.

§ 1.º Poderá a concessão ser declarada caduca, a juizo do Governo, sem direito a qualquer indemnização:

a) se, depois de estabelecido, for o serviço interrompido por mais de trinta (30) dias consecutivos, ou se se verificar a incapacidade da concessionaria para executar o serviço, salvo motivo de força maior, devidamente provado e reconhecido pelo Governo;

b) se a concessionaria incidir reiteradamente em infrações passíveis de multa.

§ 2.º A concessão será considerada perempta se o Governo não julgar conveniente renovar-lhe o prazo.

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1936. — *Marques dos Reis*.

(C. 6.362 — 29-12-36 — 204\$000)

DECRETO N. 1.293 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1936

Concede permissão ao "Radio Club Paranaense" para estabelecer uma estação radiodifusora

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu o "Radio Club Paranaense", com sede na cidade de Curitiba (Estado do Paraná), e de accordo com o estabelecido no decreto n. 20.047, de 27 de maio de 1931, no regulamento approved pelo decreto n. 21.121, de 1 de março de 1932, e no decreto n. 24.655, de 11 de julho de 1934, decreta:

Artigo unico. Fica concedida ao "Radio Club Paranaense", com sede na cidade de Curitiba (Estado do Paraná), permissão para estabelecer, sem direito de exclusividade, uma estação destinada a executar o serviço de radiodifusão, nos termos das clausulas que com este baixam, assignadas pelo ministro da Viação e Obras Publicas

Parágrafo unico. O contracto decorrente desta concessão deverá ser assignado dentro do prazo de 30 dias, a contar da data da publicação deste decreto no *Diário Official*, sob pena de ser, desde logo, considerada nulla a concessão.

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1936, 115.ª da Independencia e 48.ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

Marques dos Reis.

Clausulas a que se refere o decreto n. 1.293, desta data

I

Fica assegurado ao "Radio Club Paranaense" o direito de estabelecer, na cidade de Curitiba (Estado do Paraná), uma estação de ondas médias, destinada a executar o serviço de radiodifusão, com finalidade e orientação intellectual instructiva e com subordinação a todas as obrigações e exigencias instituidas neste acto de concessão.

II

A presente concessão é outorgada pelo prazo de dez (10) annos, a contar da data do registro do respectivo contracto pelo Tribunal de Contas, o renovavel, por igual periodo, a juizo do Governo, sem prejuizo da faculdade que he assegurada a legislação vigente de, em qualquer tempo, desapropriar, no interesse geral, o serviço outorgado.

Parágrafo unico. O Governo não se responsabiliza por indemnização alguma, se o Tribunal de Contas denegar o registro do contracto do que trata esta clausula.

III

O concessionario é obrigado a:

a) constituir sua directoria com dois terços (2/3), no minimo, de brasileiros natos, attribuindo a estes funções effective e de administração;

b) admitir, exclusivamente, operadores e *speakers* brasileiros natos, o bem assim a empregar, effectivamente, nos outros serviços technicos e administrativos, dois terços (2/3), no minimo, de pessoal brasileiro;

c) não transferir, directa ou indirectamente, a concessão, sem previa audiencia do Governo;

d) suspender, por tempo que for determinado, o serviço, todo ou em parte, nos casos previstos no regulamento dos serviços de radiocommunicacão (decreto n. 21.111) ou no que vier a reger a materia e obedecer a primeira requisicão da autoridade competente e, havendo urgencia, fazer cessar o serviço em acto successivo a intimacão, sem que, por isso, assista á sociedade direito a qualquer indemnização;

e) submeter-se ao regimen de fiscalizacão que for instituído pelo Governo, bem como ao pagamento, adiantadamente, da quota mensal para as despesas de fiscalizacão e de quaisquer contribuições que venham a ser estabelecidas em lei ou regulamento sobre a materia;

f) fornecer ao Departamento dos Correios e Telegraphos todos os elementos que este venha a exigir para os efeitos de fiscalizacão, e, bem assim, prestar-lhe, em qualquer tempo, todas as informacões que permittam ao Governo apreciar o modo como está sendo executada a concessão;

g) manter sempre em ordem e em dia o registro de todos os programas e irradiacões lidas ao microphone, devidamente authenticadas e com o visto do órgão fiscalizador;

h) obedecer ás posturas municipais applicaveis ao serviço da concessão;

i) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos de serviço meteorológico, bem como transmitir e receber, nos dias e horas determinados, o programma nacional e o panamericano;

j) submeter, no prazo de tres (3) mezes, a contar da data do registro do contracto pelo Tribunal de Contas, á aprovacão do Governo, o local escolhido para a montagem da estação;

k) submeter, no prazo de seis (6) mezes, a contar da mesma data de que trata a alinea anterior, á aprovacão do Governo, as plantas, organogramas e todas as especificacões technicas das installacões, inclusive a relação minuciosa do material a empregar;

l) inaugurar, no prazo de dois (2) annos, a contar da data da aprovacão de que trata a alinea anterior, o serviço definitivo, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado e reconhecido pelo Governo;



1

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial)

Ementa: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00738.000159/2023-12. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL). ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) nº 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) nº 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial);

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

I – RELATÓRIO

1. Por meio do **Ofício Interno nº 42345/2023/MCOM**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), com fundamento no art. 223, § 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, § 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **DESPACHO n. 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, solicitou informações à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora.

2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.

3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.

4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e

b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.
6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.
7. A análise de processos administrativos que tratem da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.
8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

(...)

4. Inicialmente, deve-se destacar que o mencionado Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU fez alusão somente aos processos de renovação de outorga de radiodifusão sonora (Rádio), de modo que esta manifestação se restringe àquela tipologia de processo administrativo.
5. Como é sabido, os prazos das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão sonora podem ser renovados pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
6. De acordo com o art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, a renovação de outorga constitui direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento de alguns requisitos. Vale dizer, a análise dos processos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão leva em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos; observância aos limites de outorgas tanto pelas concessionárias ou permissionárias quanto pelos seus respectivos sócios e dirigentes; bem como a regularidade fiscal, trabalhista, técnica da estação de radiodifusão e do quadro societário e diretivo das pessoas jurídicas.
7. Em suma, os parâmetros de análise e o respectivo fluxo processual encontram-se delimitados pela Constituição Federal, pela citada Lei nº 4.117/1962, pela Lei nº 5.785/1972, pelo Decreto-Lei nº 236/1967, pelo Decreto nº 52.795/1963 e pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023. Trata-se, pois, de procedimento administrativo que possui considerável regulamentação do Poder Público, por normativos de diferente grau hierárquico, o que demanda atenção na interpretação dos comandos legais durante a análise dos processos.
8. Não se pode esquecer, ademais, que, durante o exame dos pedidos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, leva-se em consideração também as manifestações provenientes da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.
9. Segundo o art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, as pessoas jurídicas interessadas na renovação das respectivas concessões e permissões dos serviços de radiodifusão deverão apresentar requerimento perante o Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, sendo permitida a execução do serviço em caráter precário, caso expire o prazo da outorga sem decisão sobre o pedido de renovação, a saber:
Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.
10. Portanto, durante a análise dos requerimentos administrativos de renovação de outorga, busca-se identificar se os prazos legais previstos à época da protocolização do pedido foram devidamente observados pelas pessoas jurídicas interessadas na renovação (art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972).
11. Ocorre que há situações excepcionais que fogem à regra geral, como os diferentes casos em que o respectivo pedido de renovação fora apresentado após o encerramento do prazo legal e aqueles em que há sobreposição de períodos de outorga, com manifestação de interesse na renovação da outorga somente no período de outorga mais atual. Além disso, há ainda os casos em que não foi encontrado o correspondente extrato do contrato de concessão ou permissão celebrado entre as partes, o que dificulta a contagem do prazo da outorga (10 anos para Rádio e 15 anos para TV) e a aferição do prazo para requerer a renovação (12 meses).
12. Em outras palavras, as situações não alcançadas pelo art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, que é a regra geral, exige uma análise mais cuidadosa das circunstâncias envolvidas, com forma de identificar a presença de elementos que autorizam a aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022, que tratam de regras excepcionais que autorizam, em tese, o conhecimento de pedido de renovação protocolados de forma extemporânea. Veja-se a dicção dos textos legais citados:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

Art. 3º As concessionárias ou permissionárias de serviços de radiodifusão que se encontrem com suas outorgas vencidas, e que não tenham solicitado a renovação da respectiva outorga até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), terão o prazo de 90 (noventa) dias para que se manifestem quanto ao interesse na continuidade da execução do serviço.

13. Os limites de outorga e os demais elementos correlacionados também fazem parte da análise dos processos de renovação de outorga, sendo aferidos mediante pesquisa ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO, no qual constam os registros de outorga por pessoa natural e por pessoa jurídica. O extrato do SIACCO é analisado à luz do que se encontra no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, no art. 38, alínea "g", da Lei nº 4.117/1962, no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013, *in verbis*:

Decreto-Lei nº 236/1967

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

I) Estações radiodifusoras de som:

a - Locais:

Ondas médias - 4

Frequência modulada - 6

b - Regionais:

Ondas médias - 3

Ondas tropicais - 3

sendo no máximo 2 por Estados

c - Nacionais:

Ondas médias - 2

Ondas curtas - 2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

§ 1º - Cada estação de ondas curtas poderá, fora das limitações estabelecidas no artigo, utilizar uma ou várias frequências, que lhe tenham sido consignadas em leque.

§ 2º - Não serão computadas para os efeitos do presente artigo, as estações repetidoras e retransmissoras de televisão, pertencentes às estações geradoras.

§ 3º - Não poderão ter concessão ou permissão as entidades das quais faça parte acionista ou cotista que integre o quadro social de outras empresas executantes do serviço de radiodifusão, além dos limites fixados neste artigo.

§ 4º Os atuais concessionários e permissionários de serviços de radiodifusão, bem como os cotistas e acionistas dessas empresas, que não atendem às limitações estipuladas neste artigo, deverão a ele ir-se adaptando, na razão de vinte e cinco por cento (25%) do excesso ao ano, a contar de um ano da data da publicação desta lei. ([Redação dada pela Lei nº 5.397, de 1968](#))

§ 5º - Nenhuma pessoa poderá participar da direção de mais de uma empresa de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites estabelecidos neste artigo.

Lei nº 4.117/1962

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade.

Regulamento dos Serviços de Radiodifusão

Art. 14. O procedimento licitatório terá início com a publicação de aviso no Diário Oficial da União, que deverá conter a indicação do local e as condições em que os interessados poderão obter o texto do edital, bem assim o local, a data e a hora para a apresentação das propostas para fins de habilitação e julgamento.

[...]

§ 3º A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não poderão ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade.

Decreto nº 8.139/2013

Art. 3º O deferimento do requerimento a que se refere o § 1º do art. 2º ficará condicionado à comprovação de:

[...]

§ 2º Deferido o pedido de que trata o § 1º do art. 2º, a entidade e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo ficarão submetidas ao limite de duas outorgas de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade objeto da adaptação, sem prejuízo da aplicação do limite previsto no [art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), sobre suas outorgas de serviços de radiodifusão em outras localidades.

14. De modo geral, a documentação necessária para instruir o processo de renovação de outorga se encontra prevista no art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 10.775/2021, a saber:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de

habilitação:

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

V - prova de inscrição no CNPJ;

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

XI - declaração de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as [alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990](#).

15. Ademais, os processos de renovação de outorga são instruídos com os documentos que demonstram o atendimento ao que consta no art. 222, § 1º, da Constituição Federal, no art. 5º, § 1º, da Lei 12.485/2011, no art. 112, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.

16. Com efeito, essa documentação se refere aos comprovantes de nacionalidade daqueles que figuram no corpo societário e diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão; à declaração firmada pelo representante legal asseverando que inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485/2011; à certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel e ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL; bem como à licença para funcionamento da estação de radiodifusão.

17. Explicitadas, portanto, as nuances envolvidas durante a análise dos processos de renovação de outorga, passe-se a responder os questionamentos consubstanciados no item 8 do referido Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

18. Em relação ao estoque processual, há aproximadamente 4.130 processos de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial em tramitação nesta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. A edição de parecer referencial pode representar maior celeridade processual, por dispensar a análise individualizada de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações e, ao mesmo tempo, reduzir uma instância de deliberação daqueles feitos.

19. Por outro lado, o grau de detalhamento e complexidade exigido pela legislação de radiodifusão por ocasião do exame dos processos de renovação de outorga recomenda que eventual edição de parecer referencial explicita, na medida do possível, os casos excepcionais que porventura demandará análise individualizada da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações. A título exemplificativo, segue relação de situações peculiares que podem acontecer durante a análise desses processos, como forma de contribuir com o exame a ser levado a efeito pela unidade consultiva:

a) as hipóteses de aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022 quando envolver requerimentos apresentados após o encerramento do prazo legal;

b) as situações envolvidas na protocolização de requerimento de renovação antes do prazo previsto na legislação;

c) os casos excepcionais de aferição de limites quando o extrato do SIACCO revelar a presença de outorgas *aperfeiçoadas* e não *aperfeiçoadas* em quantidade acima do permitido;

d) os casos em que se constatar a presença de pessoas falecidas ou menores no quadro societário das pessoas jurídicas interessadas na renovação ou de registro de penhora ou bloqueio de cotas na certidão simplificada;

e) as situações envolvidas na sobreposição de 1 (um) ou mais períodos de outorga sem renovação aprovada pelo Congresso Nacional, conforme preconizado no art. 223, § 3º, da Constituição Federal;

f) os casos em que se constatar, durante a análise da renovação da outorga, a existência de processo administrativo de apuração de infração que tenha resultado ou que possa resultar na aplicação da penalidade de cassação da outorga; e

g) os casos em que houver o indeferimento do pedido de renovação de outorga;

20. Sendo assim, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifesta pela devolução dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para continuidade de sua análise.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial). Portanto, a MJR **não** trata de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de **sons e imagens**, assim como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora comunitária ou com fins

exclusivamente educativos.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial), aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a **dispensa da apreciação individualizada** pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há **ganho de eficiência**, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a **uniformização** da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da **celeridade** e da **economicidade administrativa**.

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o **volume de processos com matéria repetida**; e (ii) a **natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos**.

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no **art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022**, que disciplina a utilização da MJR:

Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, que é superior a quatro mil processos, além dos pedidos administrativos posteriores que serão apresentados sobre o mesmo assunto (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

17. **A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.**

18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

Enunciado nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. **É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente aos pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).**

20. No que se refere aos itens 11 e 12 da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, convém esclarecer que deve ser apresentada consulta a esta Consulta Jurídica, se houver dúvida jurídica sobre o assunto.

21. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com **validade de dois anos**, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

II.2 - RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

22. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea "a", art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6º, alínea "d", art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

23. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1º, da CF; e art. 38, alínea "a", do CBT).

24. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

25. A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado

por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5º, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

26. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

II.2.2 - ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

27. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR).

28. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).

29. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de outorga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.

30. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de perempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

31. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

32. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de perempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

33. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022.

34. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

Regra de tempestividade	Base legal
(I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 em sua redação anterior à MPV nº 757, de 2016.
(II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5.785), devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados nos 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 com redação da MPV nº 757, de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017.

(III) Requerimentos de renovação intempestivos protocolados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de maio de 2022 devem ser conhecidos como se tempestivos fossem. Essa regra se aplica inclusive aos casos de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.	Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação da Lei nº 14.351, de 2022.
(IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei nº 14.351, de 2022).	Art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022.

35. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

36. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71). Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; iii) prova de inscrição no CNPJ; iv) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; v) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; vi) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; vii) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e viii) declaração de que: a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 113 do RSR).

38. É oportuno destacar que a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que **“a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”**. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica também condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, inclusive em caso de parcelamento (vide art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar os seguintes limites: i) estações radiodifusoras de som: a) locais: quatro de ondas médias e seis de frequência modulada; b) Regionais: três de ondas médias e três de ondas tropicais, sendo no máximo duas por estado; c) nacionais: duas de ondas médias e duas de ondas curtas. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter duas outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do

Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, caput, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da sociedade empresária detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente¹¹¹.

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

II.2.3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

Requisito	Base normativa
i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País.	Art. 222, caput, da CF.
ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, "a" do CBT.
iii) A gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, "a" do CBT.
iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão.	Art. 14, § 3º, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967.
v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações.	Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR.
viii) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso II, do RSR.
ix) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
x) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
xi) Prova de inscrição no CNPJ.	Art. 113, inciso V, do RSR.
xii) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.	Art. 113, inciso VI, do RSR.
xiii) Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel.	Art. 113, inciso VII, do RSR.

xiv) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	Art. 113, inciso VIII, do RSR.
xv) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.	Art. 113, IX, do RSR.
xvi) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR.	Art. 113, XI, do RSR.
xvii) Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento.	Art. 31-A, § 7º, e Art. 112, § 3º, do RSR.
xviii) Licença de funcionamento da estação válida.	Art. 31-A, I, do RSR.

48. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos (vide item 9 da listagem acima), tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3º, do RSR).

49. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar o quadro societário da entidade que presta o serviço de radiodifusão, deve observar os seguintes requisitos: i) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 15, § 15º, do RSR).

50. Acrescente-se, por necessário, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR).

51. **Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.**

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

II.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de concessão ou permissão (vide art. 223, §§ 1º a 3º da CF; art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

55. Sugere-se o seguinte modelo de minuta de portaria ministerial que trata da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial):

MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº xxxxx.xxxxx/xxxx-xx, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade [denominação do outorgado], Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº [xx.xxx.xxx/xxxx-xx], número de inscrição no FISTEL nº [xxxxxxxxxx-xx], a partir de [xxxxxx], para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora [em frequência modulada/ondas

médias], no município de [identificação do município], estado de [identificação do Estado].

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]

Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº 1, de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

III – CONCLUSÃO

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial); vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui **validade por dois anos**, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 05 de outubro de 2023.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

1. [^] Vale lembrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **PARECER n. 00124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** (NUP nº 01250.002830/2019-19), manifestou-se no sentido de que o conhecimento do último pedido de renovação de outorga também engloba os períodos anteriores.



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1301131654 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:27. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02149/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA

ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio comercial. Renovação de outorga.

1. Aprovo o **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, que trata dos requisitos para o deferimento de requerimentos de renovação de outorga para a prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 19 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1314323157 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:46. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO</div> <div>76.000.447/0001-22</div> <div>MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO</div> <div>CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA</div> <div>11/02/1974</div>
--	--	---

NOME EMPRESARIAL

FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO

<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)</div> <div>CLUBE FM</div>	<div>PORTE</div> <div>DEMAIS</div>
---	------------------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL

60.10-1-00 - Atividades de rádio

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta

90.01-9-02 - Produção musical

90.02-7-01 - Atividades de artistas plásticos, jornalistas independentes e escritores

94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA

306-9 - Fundação Privada

<div>LOGRADOURO</div> <div>R AMAURI LANGE SILVERIO</div>	<div>NÚMERO</div> <div>270</div>	<div>COMPLEMENTO</div> <div>*****</div>
--	----------------------------------	---

<div>CEP</div> <div>82.120-000</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO</div> <div>PILARZINHO</div>	<div>MUNICÍPIO</div> <div>CURITIBA</div>	<div>UF</div> <div>PR</div>
--------------------------------------	--	--	-----------------------------

<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO</div> <div>TESOURARIA@EVANGELIZAREPRECISO.COM.BR</div>	<div>TELEFONE</div> <div>(41) 3221-6002</div>
---	---

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

<div>SITUAÇÃO CADASTRAL</div> <div>ATIVA</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL</div> <div>24/09/2005</div>
--	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

<div>SITUAÇÃO ESPECIAL</div> <div>*****</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL</div> <div>*****</div>
---	---

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 02/04/2024 às 13:47:04 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:
76.000.447/0001-22
NOME EMPRESARIAL:
FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO
CAPITAL SOCIAL:

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:
DANIEL LUCIO SANTOS CORDEIRO
Qualificação:
16-Presidente

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 02/04/2024 às 13:47 (data e hora de Brasília).



2º REGISTRO DE TÍTULOS

E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE CURITIBA

ELISA DE FATIMA DUDECKE AZEVEDO
OFICIAL DE REGISTRO

CERTIDÃO BREVE RELATO

CERTIFICO E DOU FÉ que, a pedido da parte interessada, verificando os arquivos deste 2º Registro Civil de Pessoa Jurídica de Curitiba/PR, consta o **REGISTRO nº 1.628**, do Livro "A-1", de **08 de outubro de 1975**, referente à constituição de pessoa jurídica, cujo Estatuto Social, atualmente vigente pode ser resumido da seguinte forma:

I. DENOMINAÇÃO: FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO;

II. CNPJ/MF: 76.000.447/0001-22;


III. NATUREZA JURÍDICA: FUNDAÇÃO PRIVADA;

IV. FINS: produzir e divulgar programação de caráter educativo e cultural mediante programas e projetos voltados para a educação e cultura de aprimoramento da sociedade, dentre outros;

V. SEDE: Rua Amauri Lange Silvério, 270, Pilarzinho, Curitiba/PR, CEP 82.120-000;

VI. REPRESENTAÇÃO LEGAL: Diretoria Executiva: **Presidente: DANIEL LUCIO SANTOS CORDEIRO**, CPF nº 185.444.529-49; **Vice-Presidente: SANDRA PONDACO**, CPF nº 125.076.238-37; **1º Secretário: CLEUSA DO PILAR MARINO SIERO**, CPF nº 318.986.889-15; **2º Secretário: MARCELO JOSÉ MARTINS MEDEIROS**, CPF nº 292.590.702-44; **Tesoureiro: GEIZOM SOKACHESKI**, CPF nº 028.283.829-58;

VII. MANDATO E ELEIÇÃO: 3 (três) anos, eleição realizada aos 21/12/2022, para cumprir o mandato de três anos, a partir de 01/01/2023;

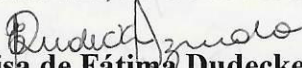
VIII. AVERBAÇÕES: Alterações Estatutárias: PROTOCOLADAS E MICROFILMADAS sob o nº 279.038, datada de 09/03/1978; 340.029, datada de 24/09/1979; 558.090, datada de 16/05/1985; 569.505, datada de 20/12/1985; 814.134, datada de 20/07/1998; 875.599, datada de 13/12/2000; 879.389, datada de 25/04/2001; 916.218, datada de 05/08/2003; 1.018.470, datada de 13/10/2011; 1.080.953, datada de 17/05/2016; 1.148.367, datadas de 13/08/2021; 1.157.181, datadas de 18/05/2022; **Atas de Diretora, Re-ratificação, Alteração de Endereço, Eleição e Posse da Diretoria, Criação de Filial:** PROTOCOLADA E MICROFILMADA sob o nº 980.768, datada de 11/11/2008; 990.445, datada de 01/09/2009; 994.236, datada de 16/12/2009; 1.032.124, datada de 19/09/2012; 1.038.193, datada de 21/03/2013; 1.045.936 e 1.045.937, datadas de 10/10/2013; 1.047.317, datada de 14/11/2013; 1.074.415, datada de 05/11/2015; 1.076.494, 1.076.495, 1.076.496 e 1.076.497, datadas de 07/01/2016; 1.077.901, 1.077.902 e 1.077.903, datadas de 29/02/2016; 1.080.952, datada de 17/05/2016; 1.090.599, datada de 24/02/2017; 1.094.792, datada de 26/06/2017; 1.113.659, datada de 22/10/2018; 1.119.420 a 1.119.422, datada de 11/02/2019; 1.133.498 e 1.133.499, datada de 17/03/2020; 1.136.263, datada de 14/07/2020; 1.148.366, datada de 13/08/2021; 1.157.178, 1.157.179, 1.157.180, datadas de 18/05/2022; 1.161.865, datada de 07/10/2022; 1.166.130 a 1.166.135, datadas de 08/02/2023. 

Certifico mais e finalmente que nada mais foi averbado as margens do referido registro até a presente data.

VALOR DESTE ATO: - 40VRC: R\$ 9,84 + Buscas: R\$ 3,70 + Funrejus: R\$ 3,39 + ISS: R\$ 0,54 + FUNDEP: R\$ 0,68 = R\$ 18,15

"O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ"

Curitiba-PR, 15 de fevereiro de 2023.

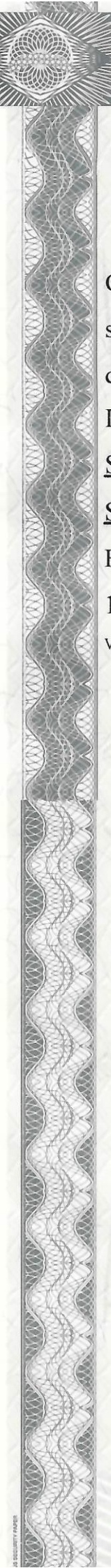

Elisa de Fátima Dudecke Azevedo
Oficial de Registro 006.208.389-90

CARTORIO@2OFICIO.COM.BR
WWW.2RTDCTBA.COM.BR

F U N A R P E N




SELO DIGITAL
1307M.sTqdH.rVDUF
IfLXI.ej09s
<https://selo.funarpen.com.br>



2º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE CURITIBA

ELISA DE FATIMA DUDECKE AZEVEDO
OFICIAL DE REGISTRO

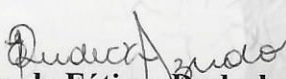
CERTIDÃO BREVE RELATO

CERTIFICO a pedido da parte interessada, que em data de **31/10/2022**, foi Protocolada sob o número **1.162.628** e Registrado sob o número **834.874** e posterior averbação, datada de **31/10/2022**, sob o Protocolo nº **1.162.629**, do **Livro B**, de Registros Integrais, a Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Curador da Fundação Nossa Senhora do Rocio, realizada em data de 16/08/2022 e o Regimento Interno do Fundo Social Nossa Senhora do Rocio da **FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO**. Ficando devidamente arquivados neste Cartório os documentos exigidos pelos Artigos 120 e 121 da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973. 

VALOR DESTE ATO:— 40VRC:R\$ 9,84+Buscas:R\$3,70+Funrejus:R\$3,38+ISS:R\$0,54+FUNDEP:R\$0,68=R\$18,15

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Curitiba-PR, 15 de fevereiro de 2023


Elisa de Fátima Dudecke Azevedo
Oficial de Registro
006.208.389-90

F U N A R P E N



SELO DIGITAL
1307M.sTqdH.rVrUF
If0s7.ej09b
<https://selo.funarpen.com.br>

CARTORIO@2OFICIO.COM.BR
WWW.2RTDCTBA.COM.BR

RUA MONSENHOR CELSO, 211 | 8º ANDAR | CENTRO | CURITIBA | PR | CEP 80010-150 | 41. 3023 2444

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU FALSIFICAÇÃO INVALIDA ESTE DOCUMENTO

Legislação Informatizada - Decreto nº 76.237, de 10 de Setembro de 1975 - Publicação Original

Veja também:

Dados da Norma

Decreto nº 76.237, de 10 de Setembro de 1975

Renova por 10 (dez) anos a concessão outorgada à Rádio Clube Paranaense Ltda., para que a Fundação Nossa Senhora do Rocío, sob a denominação de Rádio Clube Paranaense, passe a executar na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, serviço de radiodifusão sonora em onda média de âmbito nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, combinado com o artigo 8º, item XV, letra "a", da Constituição, e nos termos do artigo 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 6.962-73,

DECRETA:

Art. 1º. Fica renovada, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e artigo 2º do Decreto nº 71.136, de 23 de setembro de 1972, por 10 (dez) anos a partir de 1º de maio de 1973, a concessão outorgada pelo Decreto número 26.215, de 17 de janeiro de 1949, publicado no Diário Oficial da União de 27 subsequente, a Rádio Clube Paranaense Ltda., para que a Fundação Nossa Senhora do Rocío, sob a denominação de Rádio Clube Paranaense, passe a executar na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média de âmbito nacional.

§ 1º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á de conformidade com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, com as cláusulas aprovadas pelo Decreto nº 71.825, de 8 de fevereiro de 1973, às quais a emissora aderiu, mediante termo.

§ 2º O Departamento Nacional de Telecomunicações fixará, através de portaria, as características técnicas segundo as quais deverá ser executado o serviço objeto desta renovação, bem como, se necessário, o prazo para adaptação às características estabelecidas.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de setembro de 1975; 154º da Independência e 87º da República.

ERNESTO GEISEL

Euclides Quandt de Oliveira

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 11/09/1975

Publicação:

- Diário Oficial da União - Seção 1 - 11/9/1975, Página 11894 (Publicação Original)
- Coleção de Leis do Brasil - 1975, Página 586 Vol. 6 (Publicação Original)

Legislação Informatizada - Decreto nº 26.215, de 17 de Janeiro de 1949 - Publicação Original

Veja também:

Dados da Norma

Decreto nº 26.215, de 17 de Janeiro de 1949

Prorroga, por 10 anos, a concessão outorgada à Rádio Clube Paranaense, atualmente denominada "Rádio Clube Paranaense Limitada", para estabelecer uma estação radiodifusora.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, nº I, da Constituição, atendendo o que requereu a Rádio Clube Paranaense Limitada e tendo em vista o disposto no art. 5º, nº XII, da mesma Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado, por 10 anos, o prazo do contrato a que se refere o Decreto nº 1.293, de 23 de dezembro de 1936, celebrado entre o Governo Federal e a Rádio Clube Paranaense, atualmente denominada "Rádio Clube Paranaense Limitada", em virtude de reforma de seus estatutos, aprovada pela Portaria do Ministro da Viação e Obras Públicas nº 882, de 24 de outubro de 1945, para o estabelecimento, em Curitiba, Estado do Paraná, de uma estação radiodifusora, sem direito de exclusividade, observadas as cláusulas que acompanharam o referido Decreto.

Art. 2º A concessionária não poderá alterar em qualquer tempo seus estatutos nem fazer transferência de ações sem que tenha havido prévia autorização do Governo.

Art. 3º Para os efeitos decorrentes dessa prorrogação, será assinado, no Ministério da Viação e Obras Públicas, no prazo de 60 dias, a partir da publicação deste Decreto no Diário Oficial, termo aditivo ao contrato de 15 de janeiro de 1937, registrado pelo Tribunal de Contas em sessão de 5 de fevereiro do mesmo ano.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1949, 128º da Independência e 61º da República.

EURICO G. DUTRA
Clovis Pestana

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 27/01/1949

Publicação:

- Diário Oficial da União - Seção 1 - 27/1/1949, Página 1299 (Publicação Original)
- Coleção de Leis do Brasil - 1949, Página 178 Vol. 2 (Publicação Original)

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS
RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**
(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)**Processo nº:** 53115.004400/2023-68**Entidade:** FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO**CNPJ nº:** 76.000.447/0001-22**FISTEL nº:** 50447122720**Localidade:** Curitiba/PR**Data do protocolo do pedido de renovação de outorga:** 17/02/2023**Período:** 01/05/2023 a 01/05/2033**Tipo de outorga a ser renovada:**() Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.() Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial.(X) Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial, adaptada.() Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade ou por procurador devidamente constituído;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10728975 Págs. 1-2	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021); - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VII".	- Comprovação da legitimidade, por meio da ata de reunião SEI 10728975, Págs. 12-13.
Declaração: a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10728975 Págs. 1-2	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021. - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".	

<p>Declaração:</p> <p>b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>10728975 Págs. 1-2</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>10728975 Págs. 1-2</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>10728975 Págs. 1-2</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>10728975 Págs. 1-2</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>10728975 Págs. 1-2</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	

<p>Declaração:</p> <p>g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q", da Lei Complementar nº 64, de 1990;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>10728975 Págs. 1-2</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>10728975 Págs. 1-2</p>	<p>- Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "V".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>10728975 Págs. 1-2</p>	<p>- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.</p>	
<p>2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO);</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>11462117 Págs. 7-14</p>	<p>- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "IV".</p>	

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
<p>3. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>11463177</p>	<p>- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VIII".</p>	

4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	() Sim () Não (X) Não se aplica	N/A	- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "IX" e "X".	
5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11326331 Pág. 1	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "I" e "XI".	
6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;	(X) Sim () Não () Não se aplica	F 11326331 Pág. 4	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XII".	
		E 10728975 Pág. 6		
		M 10728975 Pág. 7		
7. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11462117 Pág. 15	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIII".	
8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	(X) Sim () Não () Não se aplica	INSS 11326331 Pág. 4	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIV".	
		FGTS 11326331 Pág. 3		

9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11326331 Pág. 5	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XV".	
10. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte. Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.	(X) Sim () Não () Não se aplica	DANIEL LUCIO SANTOS CORDEIRO 10728975 Pág. 22 SANDA PONDACO 10728975 Pág. 23 CLEUSA DO PILAR MATINO SIERO 10728975 Pág. 24 MARCELO JOSÉ MARTINS MEDEIRO 10728975 Pág. 25 GEIZOM SOKACHESKI 10728975 Pág. 26	- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "II" e "III".	
11. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga?	(X) Sim () Não	11462117 Pág. 6	- Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c art. 16, §§ 7º ao 10, da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVIII".	
12. Consta algum registro de débito ou parcelamento do preço público de outorga?	() Sim (X) Não	11462117 Págs. 16-18	- Art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVII".	

13. Manifestação da Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM quanto à inexistência de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga;	(X) Sim () Não	11326773	- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, itens 46 e 47, subitem "V".	
14. Consta algum registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)?	() Sim (X) Não	11326331 Pág. 6	- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 51.	

APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
15. Declaração, <u>firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia</u> , de que: - No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 1990;	() Sim () Não (X) Não se aplica	N/A	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 49.	
16. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia.	() Sim () Não (X) Não se aplica	N/A	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.	

Observações Adicionais
- n/a

Conclusão
A documentação apresentada <u>está em conformidade</u> com o disposto na legislação.



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni, Assistente Técnico**, em 12/04/2024, às 10:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11326335** e o código CRC **176F0EB9**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 6420/2024/SEI-MCOM

PROCESSO: 53115.004400/2023-68

INTERESSADA: FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONJUR. EXISTÊNCIA DE PARECER REFERENCIAL. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES PARA DELIBERAÇÃO.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Fundação Nossa Senhora do Rocio**, inscrita no CNPJ nº **76.000.447/0001-22**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Curitiba/PR, vinculado ao **FISTEL nº 50447122720**, referente ao período de 1º de maio de 2023 a 1º de maio de 2033.

2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

ANÁLISE

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.

4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se originalmente à Rádio Club Paranaense Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, conforme Decreto nº 1.293, de 23 de dezembro de 1936, publicado no Diário Oficial da União do dia 30 de dezembro de 1936 (SEI11462428 - Págs. 13-14). Posteriormente, mediante o Decreto nº 76.237, de 10 de setembro de 1975, **a concessão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1973**, para que "*a Fundação Nossa Senhora do Rocío, sob a denominação Rádio Clube Paranaense, passe a executar na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média de âmbito nacional*" (SEI 11463675 e 11463678).

7. Ademais, importa ressaltar que a outorga foi adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013. A adaptação materializou-se pela celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cuja cópia se encontra colacionada aos autos (SEI 11462428 - Págs. 9-12).

8. Em consulta à pasta cadastral da referida pessoa jurídica, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao decênio de **2003-2013**. De acordo com o Decreto s/nº, de 5 de março de 2010, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de março de 2010, **a concessão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2003**. O ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 26, de 2013, publicado no Diário Oficial da União do dia 4 de janeiro de 2013 (SEI 11462428 - Págs. 1-2).

9. Concernente ao período de **2013-2023**, a pessoa jurídica interessada apresentou o pedido de renovação no dia 31 de janeiro de 2013, gerando o protocolo nº 53000.005066/2013-85, acompanhado de parte da documentação exigida até então. Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 1º de novembro de 2012 e 1º de fevereiro de 2013. O processo foi alvo de diversas análises, porém, o decênio venceu antes da decisão da autoridade competente quanto à renovação (ou não) da outorga.

10. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

11. Esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

12. De todo modo, deve-se salientar que, por meio do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações firmou o entendimento de que "*Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente*" (SEI 11462662).

13. Pela análise dos autos, observa-se que, em **17 de fevereiro de 2023**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, em relação ao período de **2023-2033** (SEI10728975 - Págs. 1-3). Portanto, o pedido de renovação da outorga é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera no prazo legal vigente, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 1º de maio de 2022 a 1º de maio de 2023.

14. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI11326335). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

15. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

16. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão de breve relato, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que o quadro diretivo coaduna com o último que foi homologado por este Ministério das Comunicações (SEI 11326335).

17. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 8 de abril de 2024 (SEI 11462117 - Págs. 7-14).

18. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em duas outorgas, e em uma outorga de onda curta, todas na localidade de **Curitiba/PR**; e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o diretor presidente Daniel Lúcio Santos Cordeiro e a diretora vice-presidente Sandra Pondaco Winandy compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão de sons e imagens, na localidade de Maringá/PR. Já a diretora 1ª secretária Cleusa do Pilar Marino Sieiro, o diretor 2º secretário Marcelo José Martins Medeiros e o diretor tesoureiro Geizom Sokacheski não participam do quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

19. No tocante à exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em duas outorgas, no município de Curitiba/PR pela pessoa jurídica ora interessada e seus dirigentes, entende-se que, por uma delas se tratar de concessão oriunda do processo de adaptação de outorga, tal fato não representa afronta à legislação que rege a matéria, tendo em vista se tratar de excepcionalidade contida no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013.

20. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI11462117 - Págs. 2-5). Sobre o assunto, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não há Processo de Apuração de Infração em desfavor da pessoa jurídica interessada que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga (SEI 11326773).

21. A pessoa jurídica ora interessada juntou certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 11326335).

22. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SEI 11462689 - Pág. 1).

23. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que *"a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63"*, e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém *as mesmas condições dele decorrentes* –, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

24. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020 art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020 art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020 art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

25. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

26. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

27. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 20 de março de 2024, com validade até 19 de dezembro de 2033 (SEI 11462117 - Págs. 1 e 6).

28. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com *status* de "negativa", segundo consulta realizada na data de 8 de abril de 2024 (SEI 11462117 - Pág. 15). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11462117 - Págs. 16-18). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**

29. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Curitiba/PR, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, ficando dispensada a análise individualizada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, uma vez que o caso concreto se amolda aos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, exarado no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12 (SEI 11462662).

CONCLUSÃO

30. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

31. Em caso de aprovação, sugere-se a remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações** para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

32. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão** para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

33. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 11/04/2024, às 17:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni, Assistente Técnico**, em 12/04/2024, às 10:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 12/04/2024, às 11:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 12/04/2024, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 12/04/2024, às 16:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11462431** e o código CRC **49A8DE3B**.

Minutas e Anexos

- Minuta de Portaria (11462707)
- Minuta de Exposição de Motivos (11462710)

MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE PORTARIA

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES** no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.004400/2023-68,

RESOLVE:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à **FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROÇIO**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 76.000.447/0001-22, número de inscrição no FISTEL nº 50447122720, a partir de 1º de maio de 2023, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Curitiba, estado do Paraná.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 11/04/2024, às 17:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni**, **Assistente Técnico**, em 12/04/2024, às 10:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado**, **Advogada**, em 12/04/2024, às 11:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 12/04/2024, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 12/04/2024, às 16:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11462707** e o código CRC **A80784FC**.

MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.004400/2023-68, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 6.420/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU acompanhado da Portaria nº _____, de ____ de ____ de _____, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2024, concessão outorgada à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCÍONJI nº 76.000.447/0001-22), nos termos do Decreto nº 1.293, datado em 23 de dezembro de 1936, publicado em 30 de dezembro de 1936, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 11/04/2024, às 17:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni, Assistente Técnico**, em 12/04/2024, às 10:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 12/04/2024, às 11:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 12/04/2024, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 12/04/2024, às 16:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11462710** e o código CRC **C43FD169**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA MCOM Nº 12940, DE 15 DE ABRIL DE 2024

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES** no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.004400/2023-68,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à **FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROÇÁRIO**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 76.000.447/0001-22, número de inscrição no FISTEL nº 50447122720, a partir de 1º de maio de 2023, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Curitiba, estado do Paraná.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 26/04/2024, às 12:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11474671** e o código CRC **32C98CB7**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 15 de abril de 2024.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.004400/2023-68, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 6420/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 12.940, de 15 de abril de 2024, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2024, concessão outorgada à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROÇAM (CNPJ nº 76.000.447/0001-22), nos termos do Decreto nº 1.293, datado em 23 de dezembro de 1936, publicado em 30 de dezembro de 1936, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Curitiba, estado do Paraná.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 26/04/2024, às 12:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11474685** e o código CRC **D84EF4D7**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 49507/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora
Rafaela Calado e Silva Mello
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Portaria nº 12940/2024 (11474671) e a Exposição de Motivos nº 306/2024 (11474685)

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 6420/2024 (11462431), encaminho a Portaria nº 12940/2024 (11474671) e a Exposição de Motivos nº 306/2024 (11474685), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 23/04/2024, às 16:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11474691** e o código CRC **A1EB457B**.


Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias

Comprovante de Recebimento



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 26/04/2024 17:20:58
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: Rosiane Caixeta da Silva
Ofício: 10301485
Data prevista de publicação: 29/04/2024
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
21582884	PORTARIA MCOM NA 12892.rtf	6e5c768128bb07b61fb006ee3435bca7	8,00	R\$ 311,36
21582885	PORTARIA MCOM NA 12970.rtf	694f61dc2dd2133a4d4d30b9db075add	11,00	R\$ 428,12
21582886	PORTARIA MCOM NA 12971.rtf	b434d1a8ebcb0ce3e746cae96d39d940	7,00	R\$ 272,44
21582907	PORTARIA MCOM NA 12973.rtf	31cd7a8b249711ccc519ed05a465fef6	10,00	R\$ 389,20
21582908	PORTARIA MCOM NA 12976.rtf	18476b328fbb1c6617f3ab3b46e0789b	10,00	R\$ 389,20
21582909	PORTARIA MCOM NA 12977.rtf	1d59fa5af30932a9b8a4a9d716155120	10,00	R\$ 389,20
21582910	PORTARIA MCOM NA 12895.rtf	c6972c97de1563db107215e93d35c05c	8,00	R\$ 311,36
21582911	PORTARIA MCOM NA 12930.rtf	4820e648786c94a6f062ee1575a9177a	10,00	R\$ 389,20
21582912	PORTARIA MCOM NA 12931.rtf	91521dfd83dafe538426019d4dbdef96	10,00	R\$ 389,20
21582913	PORTARIA MCOM NA 12936.rtf	f2fbd161c323a5bda7746a5916b801d2	9,00	R\$ 350,28
21582914	PORTARIA MCOM NA 12938.rtf	03e693c89cc14c6f7f923a826ebf90fd	8,00	R\$ 311,36
21582915	PORTARIA MCOM NA 12940.rtf	bfe127de0d0f599583bdf806a0be0edf	8,00	R\$ 311,36
21582916	PORTARIA MCOM NA 12966.rtf	2efe90d961ff78a3392a9f12a59ab1b2	8,00	R\$ 311,36
21582917	PORTARIA MCOM NA 12969.rtf	1a0e41ac5866a34fad9fb58cf921c73b	9,00	R\$ 350,28
TOTAL DO OFICIO			126,00	R\$ 4.903,92

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 29/04/2024 | Edição: 82 | Seção: 1 | Página: 12

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 12.940, DE 15 DE ABRIL DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.004400/2023-68, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 76.000.447/0001-22, número de inscrição no FISTEL nº 50447122720, a partir de 1º de maio de 2023, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Curitiba, estado do Paraná.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Id solicitação: 609429ca0a2c9

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	
Nome Fantasia: CLUBE FM	
Telefone: (41) 33322772	E-mail: diretoria@evangelizarepreciso.com.br
CNPJ: 76.000.447/0001-22	Número do Fistel: 50447122720
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato:	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 19/12/2033	
Observações:	

Endereço Sede		
Logradouro: RUA AMAURI LANGE SILVERIO	Complemento:	
Bairro: PILARZINHO	Numero: 270	
Município: Curitiba	UF: PR	CEP: 82120000

Endereço do Transmissor		
Logradouro: R. Amauri Lange Silvério	Complemento:	
Bairro: Pilarzinho	Numero: 270	
Município: Curitiba	UF: PR	CEP: 82120000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Senador Correia	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: 55	
Município: Curitiba	UF: PR	CEP: 80010210

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Curitiba	UF: PR

Parâmetros Técnicos			
Canal: 167	Frequência: 81.3 MHz	Classe: A4	ERP Máxima: 5.521kW
HCI: 34 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 1

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 1015715807	Número Indicativo: ZYO612
Data Último Licenciamento: 20/03/2024	Número da Licença: 53500.014959/2024-33

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 25° 23' 43.01" S	Longitude: 49° 17' 4.99" W	Cota da base: 987 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 041981802252	Modelo: FM6,5s
Fabricante: Marcelo Amorim de Godoy -EPP	Potência de Operação: 3.3 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF7850JA	Fabricante: RFS CABOS ESPECIAIS		
Comprimento da Linha: 50 m	Atenuação: 1.01 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50 ohms

Antena Principal					
Modelo: IFFMC-4-81.3	Fabricante: IF TELECOM				
Ganho: 3.24 dBd	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 180 °	Polarização: Circular	HCI: 34 m	ERP Máxima: 5.52 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.05	5°: 0.06	10°: 0.06	15°: 0.07	20°: 0.08	25°: 0.08	30°: 0.09	35°: 0.09	40°: 0.1	45°: 0.1	50°: 0.1	55°: 0.1
60°: 0.1	65°: 0.09	70°: 0.09	75°: 0.09	80°: 0.09	85°: 0.1	90°: 0.1	95°: 0.1	100°: 0.11	105°: 0.11	110°: 0.09	115°: 0.13
120°: 0.11	125°: 0.11	130°: 0.14	135°: 0.15	140°: 0.15	145°: 0.16	150°: 0.16	155°: 0.16	160°: 0.16	165°: 0.16	170°: 0.15	175°: 0.15
180°: 0.15	185°: 0.14	190°: 0.14	195°: 0.14	200°: 0.14	205°: 0.14	210°: 0.14	215°: 0.14	220°: 0.14	225°: 0.13	230°: 0.13	235°: 0.13
240°: 0.13	245°: 0.12	250°: 0.12	255°: 0.11	260°: 0.1	265°: 0.09	270°: 0.08	275°: 0.07	280°: 0.06	285°: 0.05	290°: 0.03	295°: 0.02
300°: 0.01	305°: 0	310°: 0	315°: 0	320°: 0	325°: 0	330°: 0	335°: 0	340°: 0.01	345°: 0.02	350°: 0.03	355°: 0.04

Coordenadas por radial											
0°: Lat 25°16'52.78" S Lon 49°17'4.99" W	5°: Lat 25°18'38.28" S Lon 49°16'35.5" W	10°: Lat 25°19'23.79" S Lon 49°16'44.33" W	15°: Lat 25°18'42.95" S Lon 49°15'36.05" W	20°: Lat 25°17'57.61" S Lon 49°14'45.95" W	25°: Lat 25°18'5.57" S Lon 14°10.96" W	30°: Lat 25°17'43.58" S Lon 49°13'15.5" W	35°: Lat 25°17'28.04" S Lon 49°12'14.67" W	40°: Lat 25°17'48.69" S Lon 49°11'36.24" W	45°: Lat 25°17'45.72" S Lon 49°10'29.97" W	50°: Lat 25°17'59.87" S Lon 49°9'32.92" W	55°: Lat 25°18'9.53" S Lon 49°8'18.6" W
60°: Lat 25°18'40.36" S Lon 49°7'25.72" W	65°: Lat 25°19'21.09" S Lon 49°6'44.46" W	70°: Lat 25°20'7.69" S Lon 49°6'11.67" W	75°: Lat 25°20'56.25" S Lon 49°5'38.14" W	80°: Lat 25°21'48.47" S Lon 49°5'9.13" W	85°: Lat 25°22'45.69" S Lon 49°5'5.99" W	90°: Lat 25°23'42.5" S Lon 49°4'47.4" W	95°: Lat 25°24'40.98" S Lon 49°4'44.87" W	100°: Lat 25°25'40.67" S Lon 49°4'42.89" W	105°: Lat 25°26'39.87" S Lon 49°4'51.95" W	110°: Lat 25°27'46.61" S Lon 49°4'42.13" W	115°: Lat 25°28'48.17" S Lon 49°4'58.9" W
120°: Lat 25°29'41.81" S Lon 49°5'35.63" W	125°: Lat 25°30'37.43" S Lon 49°6'8.56" W	130°: Lat 25°31'24.5" S Lon 49°6'55.07" W	135°: Lat 25°32'0.71" S Lon 49°7'53.1" W	140°: Lat 25°32'35.01" S Lon 49°8'50.02" W	145°: Lat 25°33'15.84" S Lon 49°9'40.26" W	150°: Lat 25°34'5.09" S Lon 49°10'26.75" W	155°: Lat 25°34'55.56" S Lon 49°11'17.23" W	160°: Lat 25°34'53.64" S Lon 49°12'34.34" W	165°: Lat 25°34'44.91" S Lon 49°13'48.35" W	170°: Lat 25°34'43.86" S Lon 49°14'55.8" W	175°: Lat 25°34'56.24" S Lon 49°15'59.69" W
180°: Lat 25°34'39.85" S Lon 49°17'4.99" W	185°: Lat 25°33'54.82" S Lon 49°18'4.33" W	190°: Lat 25°34'11.17" S Lon 49°19'7.78" W	195°: Lat 25°33'59.11" S Lon 49°20'8.01" W	200°: Lat 25°34'22.45" S Lon 49°21'23.03" W	205°: Lat 25°34'16.89" S Lon 49°22'32.73" W	210°: Lat 25°33'11.72" S Lon 49°23'9.02" W	215°: Lat 25°32'29.25" S Lon 49°23'53.5" W	220°: Lat 25°31'47.82" S Lon 49°24'35.99" W	225°: Lat 25°30'50.36" S Lon 49°25'45.76" W	230°: Lat 25°30'8.39" S Lon 49°26'34.18" W	235°: Lat 25°29'24.12" S Lon 49°26'5.11" W
240°: Lat 25°25'28'33.2" S Lon 49°26'22.31" W	245°: Lat 25°27'30.22" S Lon 49°26'5.3" W	250°: Lat 25°26'58.13" S Lon 49°26'59.71" W	255°: Lat 25°26'4.46" S Lon 49°26'50.87" W	260°: Lat 25°25'13.7" S Lon 49°26'36.4" W	265°: Lat 25°24'28.37" S Lon 49°26'42.95" W	270°: Lat 25°23'42.7" S Lon 49°26'39.84" W	275°: Lat 25°23'1.21" S Lon 49°25'50.54" W	280°: Lat 25°22'18.33" S Lon 49°25'54.82" W	285°: Lat 25°21'43.1" S Lon 49°25'19.27" W	290°: Lat 25°21'20.91" S Lon 49°24'16.51" W	295°: Lat 25°21'3.54" S Lon 49°23'23.11" W
300°: Lat 25°20'27.25" S Lon 49°23'19.91" W	305°: Lat 25°20'25.7" S Lon 49°22'16.63" W	310°: Lat 25°20'14.12" S Lon 49°21'40.34" W	315°: Lat 25°19'53.23" S Lon 49°21'19.14" W	320°: Lat 25°19'26.83" S Lon 49°21'2.75" W	325°: Lat 25°19'59.6" S Lon 49°19'58.04" W	330°: Lat 25°18'57.53" S Lon 49°20'7.3" W	335°: Lat 25°18'57.16" S Lon 49°19'32.44" W	340°: Lat 25°19'49.03" S Lon 49°18'39.21" W	345°: Lat 25°19'47.09" S Lon 49°18'14.93" W	350°: Lat 25°18'4.4" S Lon 49°18'11.03" W	355°: Lat 25°16'54.34" S Lon 49°17'44.53" W

Distância por radial											
0°: 12.67	5°: 9.45	10°: 8.13	15°: 9.59	20°: 11.35	25°: 11.5	30°: 12.82	35°: 14.14	40°: 14.28	45°: 15.6	50°: 16.48	55°: 17.94
60°: 18.68	65°: 19.12	70°: 19.41	75°: 19.85	80°: 20.29	85°: 20.14	90°: 20.58	95°: 20.73	100°: 21.02	105°: 21.17	110°: 22.05	115°: 22.34
120°: 22.19	125°: 22.34	130°: 22.19	135°: 21.75	140°: 21.46	145°: 21.61	150°: 22.19	155°: 22.92	160°: 22.05	165°: 21.17	170°: 20.73	175°: 20.87
180°: 20.29	185°: 18.97	190°: 19.7	195°: 19.7	200°: 21.02	205°: 21.61	210°: 20.29	215°: 19.85	220°: 19.56	225°: 18.68	230°: 18.53	235°: 18.38
240°: 17.94	245°: 16.63	250°: 17.65	255°: 16.92	260°: 16.19	265°: 16.19	270°: 16.04	275°: 14.72	280°: 15.01	285°: 14.28	290°: 12.82	295°: 11.65

300°: 12.08	305°: 10.62	310°: 10.03	315°: 10.03	320°: 10.33	325°: 8.42	330°: 10.18	335°: 9.74	340°: 7.69	345°: 7.54	350°: 10.62	355°: 12.67
-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	------------	-------------	------------	------------	------------	-------------	-------------

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:		Fabricante:	
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 5.52 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
530000156372014 71	281	Termo Aditivo	MC	28/11/2023	19/12/2023	Outros Atos Jurídico	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
		Ato	ORLE		05/01/2024	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	1050	Portaria	MC	12/11/1954	27/11/1954	Mudança de Local	Técnico
9999	76237	Decreto	CN	10/09/1975	10/09/1975	Renovação	Jurídico
9999	127	Portaria	MC	25/03/1982	07/04/1982	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	190883	Despacho	MC	19/08/1983	13/09/1983	Advertência	Jurídico
9999	88995	Decreto	CN	14/11/1983	16/11/1983	Renovação	Jurídico
9999	100492	Despacho	MC	10/04/1992		Advertência	Jurídico
9999	210796	Despacho	MC	21/07/1996	31/07/1997	Advertência	Jurídico
9999	11111	Decreto	PR	24/11/1998	25/11/1998	Renovação	Jurídico
9999	145	Decreto Legislativo	CN	23/05/2001	25/05/2001		Jurídico
9999	50	Portaria	MC	04/10/2001	10/10/2001	Multa	Jurídico
9999	509	Portaria	MC	04/10/2001	10/10/2001	Multa	Jurídico
9999	141201	Despacho	MC	14/12/2001		Advertência	Jurídico
9999	125	Portaria	MC	12/03/2009	14/12/2009	Multa	Jurídico

9999	0	Decreto	PR	05/03/2010	08/03/2010	Renovação	Jurídico
9999	26	Decreto Legislativo	CN	03/01/2013	04/01/2013	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	261	Ato	ER03	16/01/2015	19/01/2015	Homologação de Estúdio	Técnico
53516002661/2013 59	2605	Portaria	MCTIC	17/05/2017	23/05/2017	Multa	Jurídico
53500.065337/201 744	10488	Ato	ORLE	20/07/2017	07/08/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
530000355402012 12	3928	Portaria	MC	08/10/2019	06/11/2019	Multa	Jurídico
530000156372014 71	281	Termo Aditivo	MC	28/11/2023	19/12/2023	Adaptação de Outorga	Jurídico
531150044002023 68	12940	Portaria	MC	15/04/2024	29/04/2024	Renovação	Jurídico

Horário de funcionamento



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 50231/2024/MCOM

Brasília, 02 de maio de 2024

Ao Senhor
Ênio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (11474685)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta da Nota Técnica nº 6420/2024 (11462431), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos nº 306/2024 (11474685), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 02/05/2024, às 12:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11505041** e o código CRC **172D463A**.

Brasília, 3 de Maio de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.004400/2023-68, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 6420/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 12.940, de 15 de abril de 2024, publicada em 29 de abril de 2024, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2024, concessão outorgada à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO (CNPJ nº 76.000.447/0001-22), nos termos do Decreto nº 1.293, datado em 23 de dezembro de 1936, publicado em 30 de dezembro de 1936, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Curitiba, estado do Paraná.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 15423/2024/MCOM

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53115.004400/2023-68.

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro, em 03/05/2024, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11508969** e o código CRC **59F36E19**.



Ministério das Comunicações - MCOM
PROTOCOLO DIGITAL - RECIBO DA SOLICITAÇÃO
Nº 264359.0025131/2023

DADOS DO SOLICITANTE

Nome: Rita de cassia farias cappia
E-mail: *****@*****.***.r
CPF: ***.421.388-**

DADOS DO REPRESENTADO

Razão Social: Fundação Nossa Senhora do Rocio
E-mail: *****@*****.***.r
CNPJ: 76.000.447/0001-22

DADOS DA SOLICITAÇÃO

Número da Solicitação: 264359.0025131/2023
Tipo da Solicitação: 01 - Protocolizar documentos para o Ministério das Comunicações
Informações Complementares: Solicita a Renovação da Outorga por novo período: 2023/2033
OM - Curitiba/PR
Número do Processo Informado Pelo Solicitante: Não há
Data e Hora de Encaminhamento: 16/02/2023 às 17:18

DOCUMENTAÇÃO PRINCIPAL

Tipo do Documento	Nome do Arquivo
Requerimento	Renovação_2023_FundNossaSenhoraRocio.pdf

DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR (Preenchimento Opcional)

Descrição do Documento	Nome do Arquivo
Não há	Não há

Sua solicitação poderá ter a documentação conferida, antes de ser tramitada para a unidade responsável. Em até 24h, a partir do envio, verifique o recebimento de e-mail contendo o Número Único de Protocolo (NUP) e orientações para o acompanhamento.

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, **FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO**, inscrita no CNPJ/MF n.º 76.000.447/0001-22, com sede na cidade de CURITIBA, Estado do Paraná, na Rua Amauri Lange Silvério n.º 270, Bairro Pilarzinho – CEP 82120-000, neste ato representada por seu Presidente, Sr. **DANIEL LUCIO SANTOS CORDEIRO**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG sob n.º 744.884-SSP/PR e do CPF/MF sob n.º 185.444.529-49, nomeia e constitui seus bastantes procuradores: **rita de cássia FARIAS CAPPIA**, brasileira, casada, advogada, OAB/SP n.º 132.817, RG n.º 17.439.701-X e CPF/MF n.º. 092.421.388-43 e **JOSÉ EDUARDO MARTI CAPPIA**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG n.º 7.659.487-SSP/SP e do CPF/MF n.º 013.726.408-94, ambos com domicílio profissional na cidade de São Paulo, SP, na Rua Cardoso de Almeida, 167 – 6º andar – Bairro Perdizes, com poderes para o fim especial de, representar a Outorgante perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, autarquias, entidades paraestatais, sociedades de economia mista e empresas públicas e privadas, especialmente perante o Ministério das Comunicações (Secretaria de Radiodifusão) e Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, podendo para tanto requerer cópia de processos de apuração de infração e demais, assinar e tratar de todos os atos decorrentes de processos, tais como, mas não se limitando, requerimentos, projetos técnicos, ARTs, formulários, termos, consultas e demais documentos pertinentes, podendo, ainda, peticionar, requerer, ter vista e tomar ciência de quaisquer decisões junto a quaisquer departamentos, interpor e assinar defesas e recursos em geral, juntando e retirando papéis e documentos, assumir compromissos, assinar termos, livros e quaisquer papéis ou documentos, ter vista e tomar ciência de quaisquer decisões junto a quaisquer repartições, pagar taxas e impostos, interpor e assinar defesas e recursos em geral, enfim, praticar todos os atos necessários para o fiel cumprimento deste mandato

Curitiba, 13 de Abril de 2021.

DANIEL LUCIO SANTOS
CORDEIRO:18544452949

Assinado de forma digital por
DANIEL LUCIO SANTOS
CORDEIRO:18544452949
Dados: 2021.04.14 13:25:44 -03'00'

DANIEL LUCIO SANTOS CORDEIRO
Presidente

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO


Nome da Pessoa Jurídica:	FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO		
CNPJ:	76.000.447/0001-22	CEP da sede:	82120-000
Endereço da sede:	Rua Amauri Lange Silvério, 270 – Bairro Pilarzinho		
E-mail de contato:	ritafarias@emcprojetos.com.br		
Serviço a ser renovado:	<input type="checkbox"/> em frequência modulada <input type="checkbox"/> em ondas curtas <input checked="" type="checkbox"/> Radiodifusão sonora <input checked="" type="checkbox"/> em ondas médias <input type="checkbox"/> em ondas tropicais		
	<input type="checkbox"/> Radiodifusão de sons e imagens		
Período da renovação:	01/05/2023 à 01/05/2033		
Localidade da renovação:	CURITIBA	UF: PR	

Eu, **DANIEL LUCIO SANTOS CORDEIRO**, inscrito no CPF sob o nº 185.444.529-49, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

- (a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- (b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será


Requerimento de Renovação de Outorga - pág. 1

renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

(c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

(d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

(e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;

(f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

(g) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas *b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q* da Lei Complementar nº 64/1990;

(h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;

(i) conhecimento e adesão às cláusulas do Anexo ao Decreto n.º 88.066/1983, que passarão a regular as relações da concessionária com o Poder Concedente no novo período de exploração do serviço, caso o pedido de renovação seja atendido;

(j) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

Curitiba, 14 de Fevereiro de 2023.



DANIEL LUCIO SANTOS CORDEIRO
Presidente

Requerimento de Renovação de Outorga - pág. 2

DECLARAÇÃO

FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO, concessionária do serviço de radiodifusão sonora em Onda Média, na cidade de CURITIBA, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ n.º 76.000.447/0001-22, devidamente representada pelo dirigente legalmente responsável, **DECLARA:**

- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- b) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;
- c) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

Curitiba, 14 de Fevereiro de 2023.


DANIEL LUCIO SANTOS CORDEIRO
Presidente



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 76.000.447/0001-22 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 11/02/1974
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO CLUBE PARANAENSE	PORTE DEMAIS
---	------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta 90.01-9-02 - Produção musical 90.02-7-01 - Atividades de artistas plásticos, jornalistas independentes e escritores 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 306-9 - Fundação Privada
--

LOGRADOURO R AMAURI LANGE SILVERIO	NÚMERO 270	COMPLEMENTO *****
--	----------------------	-----------------------------

CEP 82.120-000	BAIRRO/DISTRITO PILARZINHO	MUNICÍPIO CURITIBA	UF PR
--------------------------	--------------------------------------	------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO SETORFISCAL@GRUPOMARISTA.ORG.BR	TELEFONE (41) 3271-1515
---	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 24/09/2005
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
-----------------------------------	---

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **14/02/2023** às **15:47:54** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO
CNPJ: 76.000.447/0001-22

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 17:51:33 do dia 10/11/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 09/05/2023.

Código de controle da certidão: **1585.F7AA.6461.E183**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 029449002-66

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **76.000.447/0001-22**

Nome: **FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 14/06/2023 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE FINANCEIRO

CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL

Certidão nº: 10.194.503

CNPJ: 76.000.447/0001-22

Nome: FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria Municipal de Finanças e créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa junto à Procuradoria Geral do Município (PGM).

Esta certidão compreende os Tributos Mobiliários (Imposto sobre serviço - ISS), Tributos Imobiliários (Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU), Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Intervivos- ITBI e Contribuição de Melhoria), Taxas de Serviços e pelo Poder de Polícia e outros débitos municipais inscritos em dívida ativa.

A certidão expedida em nome de pessoa jurídica abrange todos os estabelecimentos (matriz e filiais) cadastrados no Município de Curitiba.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço
<https://cnd-cidadao.curitiba.pr.gov.br/Certidao/ValidarCertidao>.

Certidão emitida com base no Decreto 619/2021 de 24/03/2021.

Emitida às 15:40 do dia 14/02/2023.

Código de autenticidade da certidão: 1D8CF4668F19416D8A32E0A734664CF1B2

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Valida até 14/02/2023 -- Fornecimento Gratuito



Você também pode validar a autenticidade
da certidão utilizando um leitor de QRCode.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO

FLS: 1/1

NOME/RAZÃO SOCIAL FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO			CNPJ 76000447000122	
Nº DA ESTAÇÃO 322479940	SERVIÇO 205 Radiodifusão Sonora em Onda Média	NAT. SERV.	LATITUDE 25° 23' 38.3" S	LONGITUDE 49° 10' 16.4" W

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO ESTRADA DA GRACIOSA, nº 2310.	DISTRITO *****	
BAIRRO PLANTA JACOB MEHL	MUNICÍPIO Pinhais	UF PR

LOCALIDADE PLANO BÁSICO:

MUNICÍPIO:	Curitiba	UF:	PR
LOCALIDADE:	*****		
FREQUÊNCIA:	1430 KHz	CANAL:	*****
CLASSE:	B	COTA BASE DA TORRE:	890.00
INDICATIVO DA ESTAÇÃO:	ZYJ200		
NOME FANTASIA:	RADIO CLUBE PARANAENSE-B2	NUMPROCESSO:	*****
CIDADE DA OUTORGA:	Curitiba		
FREQUÊNCIA:	1430 KHz	CLASSE:	B
POTÊNCIA DIURNA:	50	POTÊNCIA NOTURNA:	10
ESTUDIO PRINCIPAL			
ENDEREÇO:	Senador Correia	BAIRRO:	Centro
MUNICÍPIO:	Curitiba	UF:	PR
NÚMERO:	55	COMPLEMENTO:	2 Andar
ESTUDIO AUXILIAR			
ENDEREÇO:	*****	BAIRRO:	*****
MUNICÍPIO:	*****	UF:	*****
NÚMERO:	*****	COMPLEMENTO:	*****
TRANSMISSOR PRINCIPAL			
FABRICANTE:	Harris Corporation	MODELO:	*****
CÓDIGO:	037491***0108	POTÊNCIA:	50.000 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR			
FABRICANTE:	Contruções Eletrônicas Indu	MODELO:	*****
CÓDIGO:	056781XXX0391	POTÊNCIA:	10.000 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR 2			
FABRICANTE:	*****	MODELO:	*****
CÓDIGO:	*****	POTÊNCIA:	***** kW
SISTEMA IRRADIANTE:			
NÚMERO DE TORRES:	1	NÚMERO DE RADIAIS:	120
COMPRIMENTO DE RADIAIS:	52.45 m	ESPAÇAMENTO ENTRE RADIAIS:	3.00 graus
COTA BASE DA TORRE:	890.00	ALTURA DA TORRE:	76.00 m



XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 23/06/2020 16:18:45

APLICAÇÃO

Emitido Em
23/06/2020

Esta licença pode ser validada em

<https://sistemas.anatel.gov.br/sei/public/view?validate.ano?token=02xhc3NMavWNlbnNhcQoyMDIwNWYyMjUxMTkxNQ==>

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL****Nome:** FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO**CNPJ:** 76.000.447/0001-22

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:42:58 do dia 14/02/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 16/03/2023.

Certidão expedida gratuitamente.

[Imprimir](#) [Voltar](#)

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 76.000.447/0001-22
Razão Social: FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO
Endereço: RUA ROCKELLER 1311 / REBOUCAS / CURITIBA / PR / 80230-130

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 02/02/2023 a 03/03/2023

Certificação Número: 2023020202061430942858

Informação obtida em 14/02/2023 15:47:12

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 76.000.447/0001-22

Certidão nº: 6945459/2023

Expedição: 14/02/2023, às 15:48:31

Validade: 13/08/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **76.000.447/0001-22**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO
CONSELHO CURADOR DA FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO**



Data, horário e local: 21 de dezembro de 2022, às 14h00, nas dependências da Fundação Nossa Senhora do Rocio, sediada na Rua Amauri Lange Silvério, nº 270, em Curitiba/PR.

Convocação: Edital de convocação entregue aos membros do Conselho Curador, atendendo, assim, o estipulado no artigo 67, I, do Código Civil e as formalidades previstas no artigo 9, do Estatuto Social.

Ordem do Dia: Eleição e Posse dos membros da Diretoria Executiva da Fundação, para o período de 2023/2026.

Presenças e quórum: totalidade dos membros do Conselho Curador, conforme assinaturas nesta ata.

Mesa dos Trabalhos: Henrique Munhoz da Rocha, presidente; Giane do Amaral Trupel Ribas, secretária.

Deliberações: Resolve o conselho, por unanimidade, nomear e empossar as seguintes pessoas para a Diretoria Executiva da Fundação, para cumprir mandato de três anos a partir de 01/01/2023:

Presidente: Daniel Lucio Santos Cordeiro, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 744884-8 SESP/PR, inscrito no CPF sob nº 185.444.529-49, domiciliado na Rua José Fiori, nº 01, Pilarzinho em Curitiba/PR, CEP 82120-010.

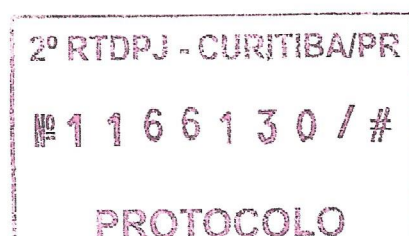
Vice-Presidente: Sandra Pondaco, brasileira, divorciada, assessora administrativa, portadora do RG 13.309.761-9 SSP-PR e inscrita no CPF sob nº 125.076.238-37, residente e domiciliada na Rua Professor Manoel de Oliveira Franco, nº359, bairro Cajuru, Curitiba/PR, CEP: 82.970-200.

Primeiro(a) Secretário(a): Cleusa do Pilar Marino Sieiro, brasileira, casada, assessora litúrgica, portadora do RG 1.618.217-6 SSP-PR e inscrita no CPF sob nº 318.986.889-15, residente e domiciliada na Rua Marian Tadeuzs Laslowski, nº114, bairro Cajuru, Curitiba/PR, CEP: 82.920-260.

Segundo(a) Secretário(a): Marcelo José Martins Medeiros, brasileiro, convivente em regime de união estável, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.860.354-2 SESP/PR, inscrito no CPF sob nº 292.590.702-44, domiciliado na Rua Coronel Dulcídio nº 588, Batel, Curitiba/PR, CEP: 82.420-170.

Tesoureiro: Geizom Sokacheski, brasileiro, solteiro, diretor de expansão de rede, portador do RG nº7.258.939-4 SSP-PR e inscrito no CPF sob nº028.283.829-58, residente e domiciliado na Rua Rio Piracicaba, nº56, bairro Roça Grande, Colombo, PR, CEP 83.403-450.

Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente ata que é assinada pelos conselheiros presentes.



[Handwritten signatures and stamps]
Handwritten signature: *[illegible]*
Handwritten signature: *ABSP*
Circular stamp: 2º RTD / RCPJ, CURITIBA - PR, with the number 01102.



LISTA DE PRESENTES – CONSELHO CURADOR

Henrique Munhoz da Rocha
Presidente do Conselho Curador

Giane do Amaral Trupel Ribas
Vice- Presidente do Conselho Curador

Agda Inês Szczygel Palenske
Membro - Conselho Curador



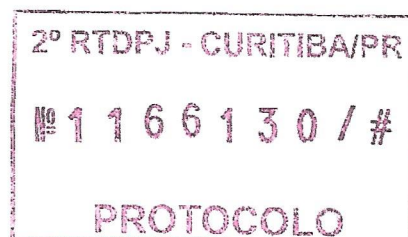
PROTOCOLO Nº 1.166.130
AVERBADO- REG. Nº 1.628 LIVRO A
DISTRIBUIÇÃO Nº 130000002043
Curitiba-PR, 08 de fevereiro de 2023



Francisco César Cecilio
Escrivente

Emolumentos: R\$73,80 (VRC-400,00) Funrejus: R\$10,56, ISSQN:
R\$2,95, FUNDEP: R\$3,69, : , Fotocópia: R\$0,74, Digitalização:
R\$0,74.

Selo: 1307MsTqdHrVTUfifNtVejO9R
<https://selo.funarpen.com.br/consulta>

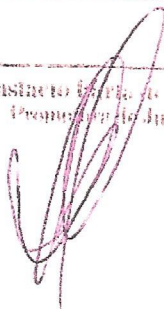


MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARANA
Promotoria de Justiça das Comarca de do
Curitiba

Pelo ato de interposição de recurso art. 12, IV do Código de
Normas da Procuradoria Geral do Estado do Paraná
Autoriza o registro deste documento.

Curitiba (PR), 17 de JANEIRO de 2023

Karlus Anastasio Berra de Moura Cordeiro
Promotor de Justiça



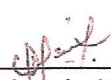
TERMO DE POSSE DA DIRETORIA EXECUTIVA
21/12/2022



Daniel Lucio Santos Cordeiro, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 744.844 SSP-PR, inscrito no CPF sob nº 185.444.529-49, nascido em 12/05/1951, domiciliado na Rua José Fiori, 01, Pilarzinho, em Curitiba – PR, CEP 82120-010, por esse instrumento, toma posse de seu cargo nessa data.

Curitiba, 21 de dezembro de 2022.




Daniel Lucio Santos Cordeiro
Diretor Presidente



PROTOCOLO Nº 1.166.131
AVERBADO- REG. Nº 1.628 LIVRO A
DISTRIBUIÇÃO Nº 000
Curitiba-PR, 08 de fevereiro de 2023


Francisco Cesar Cecilio
Escrevente



Emolumentos: R\$73,80 (VRC 100,00) Funrejus: R\$10,56, ISSQN: R\$2,95, FUNDEP: R\$3,69, : , Fotocópia: R\$0,74, Digitalização: R\$0,74.

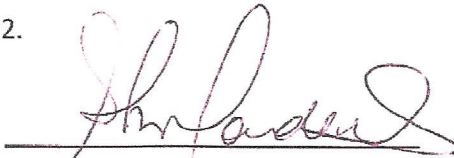
Selo: 1307MsTqdHrVhUFifaDvejO9b
<https://selo.funarpen.com.br/consulta>



TERMO DE POSSE DA DIRETORIA EXECUTIVA
21/12/2022

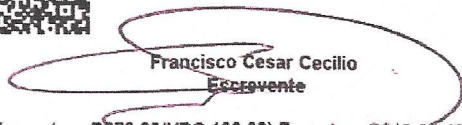
Sandra Pondaco, brasileira, divorciada, assessora administrativa, portadora do RG 13.309.761-9 SSP-PR e inscrito no CPF sob nº125.076.238-37, residente e domiciliada na Rua Professor Manoel de Oliveira Franco, nº359, bairro Cajuru, Curitiba/PR, CEP: 82.970-200, por esse instrumento, toma posse de seu cargo nessa data.

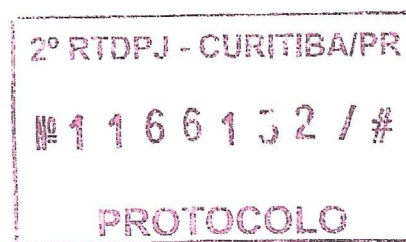
Curitiba, 21 de dezembro de 2022.


Sandra Pondaco
Vice-Presidente da Diretoria Executiva



PROTOCOLO Nº 1.166.132
AVERBADO- REG. Nº 1.628 L'VRO A
DISTRIBUIÇÃO Nº 000
Curitiba-PR, 08 de fevereiro de 2023


Francisco Cesar Cecilio
Escritor



Emolumentos: R\$73,80 (VRC 100,00) Funrejus: R\$10,56, ISSQN: R\$2,95, FUNDEP: R\$3,69, : , Fotocópia: R\$0,74, Digitalização: R\$0,74.

Selo: 1307MsTqdHrVAUFIF2UXejO99
<https://selo.funarpen.com.br/consulta>

TERMO DE POSSE DA DIRETORIA EXECUTIVA
21/12/2022



Cleusa do Pilar Marino Sieiro, brasileira, casada, assessora litúrgica, portadora do RG 1.618.217-6 SSP-PR e inscrita no CPF sob nº 318.986.889-15, residente e domiciliada na Rua Marian Tadeuzs Laslowski, nº114, bairro Cajuru, Curitiba/PR, CEP: 82.920-260, por esse instrumento, toma posse de seu cargo nessa data.

Curitiba, 21 de dezembro de 2022.

Cleusa Sieiro
Cleusa do Pilar Marino Sieiro
Primeira Secretária



PROTOCOLO Nº 1.166.133
AVERBADO- REG. Nº 1.628 LIVRO A
DISTRIBUIÇÃO Nº 000
Curitiba-PR. 08 de fevereiro de 2023



Francisco Cesar Cecilio
Escritor

Emolumentos: R\$73,80 (VRC 100,00) Funrejus: R\$10,56, ISSQN: R\$2,95, FUNDEP: R\$3,69, : , Fotocópia: R\$0,74, Digitalização: R\$0,74.
Selo: 1307MsTqdHrVsUFIf3vWejO9h
<https://selo.funarpen.com.br/consulta>



TERMO DE POSSE DA DIRETORIA EXECUTIVA
21/12/2022



Marcelo José Martins Medeiros, brasileiro, convivente em regime de união estável, radialista, portador do RG 7.860.354-2 SSP-PR e inscrito no CPF sob nº 292.590.702-44, residente e domiciliado a Rua Coronel Dulcídio nº588, bairro Batel, Curitiba/PR, CEP 80.420-170, por esse instrumento, toma posse de seu cargo nessa data.

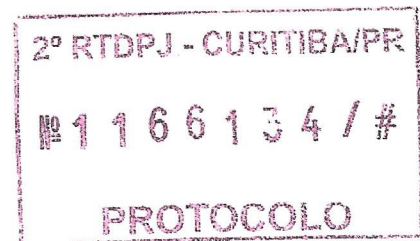
Curitiba, 21 de dezembro de 2022.

Marcelo José Martins Medeiros
Segundo Secretário



PROTOCOLO Nº 1.166.134
AVERBADO- REG.Nº 1.628 LIVRO A
DISTRIBUIÇÃO Nº 000
Curitiba-PR. 08 de fevereiro de 2023

Francisco Cesar Cecilio
Escrevente



Emolumentos: R\$73,80 (VRC 100,00) Funrejus: R\$10,56, ISSQN: R\$2,95, FUNDEP: R\$3,69, : , Fotocópia: R\$0,74, Digitalização: R\$0,74.
Selo: 1307MsTqdHrVcUFIf4k3ejO9b
<https://selo.funarpen.com.br/consulta>

TERMO DE POSSE DA DIRETORIA EXECUTIVA
21/12/2022



Geizom Sokacheski, brasileiro, solteiro, diretor de expansão de rede, portador do RG nº7.258.939-4 SSP-PR e inscrito no CPF sob nº028.283.829-58, residente e domiciliado na Rua Rio Piracicaba, nº56, bairro Roça Grande, Colombo, PR, CEP 83.403-450, por esse instrumento, toma posse de seu cargo nessa data.

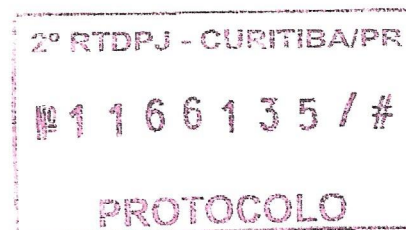
Curitiba, 21 de dezembro de 2022.


Geizom Sokacheski
Tesoureiro



PROTOCOLO Nº 1.166.135
AVERBADO- REG.Nº 1.628 LIVRO A
DISTRIBUIÇÃO Nº 000
Curitiba-PR, 08 de fevereiro de 2023


Francisco Cesar Cecilio
Escrevente



Emolumentos: R\$73,80(VRC 100,00); Funrejus: R\$10,56, ISSQN: R\$2,95, FUNDEP: R\$3,69, : , Fotocópia: R\$0,74, Digitalização: R\$0,74.

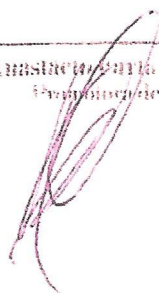
Selo: 1307MsTqdHrVDUFILRfejO9s
<https://selo.funarpen.com.br/consulta>

MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
Promotoria de Justiça das Fundações e do
Terceiro Setor

Para os efeitos do disposto no item 14.2.12 do Código de
Normas da Corregedoria Geral de Justiça do Paraná
Autorizo o registro deste documento

Curitiba(PR), 17 de JANEIRO de 2023

Carine Amstutz Cortez de Moura Cordery
Promotora de Justiça



**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS) **1ª e 2ª Instâncias**

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 10/02/2023, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO

76.000.447/0001-22

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 10/02/2023

Selo digital de segurança: **2023.CTD.3R8B.RBOG.Q62V.UMRK.0VK8**

***** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS *****

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CEDULA DE IDENTIDADE



ASSINATURA DO PORTADOR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

REGISTRO GERAL 744.884

NOME DANIEL LUCIO SANTOS CORDEIRO

Carvalho Cordeiro

Selena Santos Cordeiro

Curitiba-PR 12/05/1951

NATURALIDADE DATA DO NASCIMENTO

9/04/11/1976

Delegado de Polícia, Local

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Lei 13.226 de 18/07/2001

SELO FUNARPEN

TABELIONATO DE NOTAS

ORL36137

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

DANIEL LUCIO SANTOS CORDEIRO

12/05/1951 16658506/04 0010376

CURITIBA 18/09/86

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

DANIEL LUCIO SANTOS CORDEIRO

12/05/1951 16658506/04 0010376

CURITIBA 18/09/86

Lei 13.226 de 18/07/2001

SELO FUNARPEN

TABELIONATO DE NOTAS

ORL36136

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS FISCAIS

INSCRIÇÃO NO CPF

12.05.51 185.444.529-49

CONTRIBUINTE

DANIEL LUCIO SANTOS CORDEIRO

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

Lei 13.226 de 18/07/2001

SELO FUNARPEN

TABELIONATO DE NOTAS

ORL36135

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: **13.309.761-9** DATA DE EXPEDIÇÃO: 26/05/2011

NOME: **SANDRA PONDACO WINANDY**

FILIAÇÃO: ALDO PONDACO
ZENIRDES ANDRADE PONDACO

NATURALIDADE: SÃO PAULO/SP DATA DE NASCIMENTO: 08/08/1968

DOC. ORIGEM: COMARCA=SÃO PAULO/SP, 28 SUBDISTRITO
C.CAS=14188, LIVRO=488, FOLHA=2/4

PIS/PASEP: 123.24807.78-3

CPF: 125.070.248-37

CURTIBA/PR

ASSINATURA DO TITULAR
NEWTON TADEU KUCHNA

PROVEDOR PASTIFICAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: **13.309.761-9**

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR
97660

CARTERA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

1.618.217-6 16/06/1994

CLEUSA DO PILAR MARINO SIEIRO

ABILIO MARINO TENDRIO

AGENCY MARIA MARINO

CURITIBA/PR 15/08/1958

COMARCA=CURITIBA/PR, CAJURU

C.CAS 2259, LIVRO=378, FOLHA=1724

[Signature]

SELO FUNARPEN

TABELIONATO DE NOTAS

FDJ52903

[Fingerprint]

[Portrait Photo]

Cleusa Sieiro

SELO FUNARPEN

TABELIONATO DE NOTAS

FDJ52903

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome

CLEUSA DO PILAR MARINO SIEIRO

Nº da Inscrição

318986889-15

Data de Nascimento

15/08/58

[Barcode]

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura

Cleusa Sieiro

CLEUSA DO PILAR MARINO SIEIRO

SERVO

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 30/03/99

SELO FUNARPEN

TABELIONATO DE NOTAS

FDJ52902

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: 7.860.354-2

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 7.860.354-2 DATA DE EXPEDIÇÃO: 27/08/2014

NOME: MARCELO JOSE MARTINS MEDEIROS

FILIAÇÃO: JOSE MARCOS DE SOUZA MEDEIROS
ENEIDA DE LOURDES MARTINS MEDEIROS

NATURALIDADE: BELEM/PA DATA DE NASCIMENTO: 12/07/1970

DOC. ORIGEM: COMARCA=BELEM/PA, 3 OFICIO
C.NASC=181772, LIVRO=159, FOLHA=135

CPF: 292.590.702-44

CURITIBA/PR

ASSINATURA DO DIRETOR
LEI Nº 7.116 DE 29/08/63

RECEBIMOS DO SENHOR
CARLOS LUIS DE MOTA SOUZA
A PRESENTAÇÃO DA
CÓPIA DO ORIGINAL
DO DOCUMENTO
EM 12 DEZ 2014
FR093501

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
<p>SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ RG: 7.258.939-4</p> <p> POLEGAR DIREITO </p> <p>ASSINATURA DO TITULAR <i>Geizom Sokacheski</i></p> <p>CARTEIRA DE IDENTIDADE</p>		<p>REGISTRO GERAL: 7.258.939-4 DATA DE EXPEDIÇÃO: 25/11/2010</p> <p>NOME: GEIZOM SOKACHESKI</p> <p>FILIAÇÃO: WENCESLAU SOKACHESKI NETO JUCELIA MARQUES SOKACHESKI</p> <p>NATURALIDADE: IMBITUBA/SC DATA DE NASCIMENTO: 16/06/1980</p> <p>DOC. ORIGEM: COMARCA=IMBITUBA/SC, DA SEDE C.NASC=2235, LIVRO=33A, FOLHA=190</p> <p>PIS/PASEP: 126.42980.84-8 CPF: 028.283.829-58</p> <p>15º TABELEJO DE CURITIBA/PR 11 MAR. 2015 Bel. Afrânio M. D. de Menezes Assessoria e Registro de Identificação CERTIFICADO DE REGISTRO ATOS DO REGISTRO ENTRADA: 13.228 de 18/07/2001</p> <p>ASSINATURA DO DIRETOR LEI Nº 7.116 DE 23.03/83</p> <p>0011033135</p> <p>0011033135</p> <p>13.228 de 18/07/2001</p>	



2º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE CURITIBA


ELISA DE FÁTIMA DUDECKE AZEVEDO
OFICIAL DE REGISTRO

CERTIDÃO BREVE RELATO

CERTIFICO E DOU FÉ que, a pedido da parte interessada, verificando os arquivos deste 2º Registro Civil de Pessoa Jurídica de Curitiba/PR, consta o **REGISTRO nº 1.628**, do Livro "A-1", de **08 de outubro de 1975**, referente à constituição de pessoa jurídica, cujo Estatuto Social, atualmente vigente pode ser resumido da seguinte forma:

- I. DENOMINAÇÃO: FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO;**
- II. CNPJ/MF: 76.000.447/0001-22;**
- III. NATUREZA JURÍDICA: FUNDAÇÃO PRIVADA;**
- IV. FINS:** produzir e divulgar programação de caráter educativo e cultural mediante programas e projetos voltados para a educação e cultura de aprimoramento da sociedade, dentre outros;
- V. SEDE:** Rua Amauri Lange Silvério, 270, Pilarzinho, Curitiba/PR, CEP 82.120-000;
- VI. REPRESENTAÇÃO LEGAL:** Diretoria Executiva: **Presidente: DANIEL LUCIO SANTOS CORDEIRO**, CPF nº 185.444.529-49; **Vice-Presidente: SANDRA PONDACO**, CPF nº 125.076.238-37; **1º Secretário: CLEUSA DO PILAR MARINO SIERO**, CPF nº 318.986.889-15; **2º Secretário: MARCELO JOSÉ MARTINS MEDEIROS**, CPF nº 292.590.702-44; **Tesoureiro: GEIZOM SOKACHESKI**, CPF nº 028.283.829-58;

VII. MANDATO E ELEIÇÃO: 3 (três) anos, eleição realizada aos 21/12/2022, para cumprir o mandato de três anos, a partir de 01/01/2023;


VIII. AVERBAÇÕES: Alterações Estatutárias: PROTOCOLADAS E MICROFILMADAS sob o nº 279.038, datada de 09/03/1978; 340.029, datada de 24/09/1979; 558.090, datada de 16/05/1985; 569.505, datada de 20/12/1985; 814.134, datada de 20/07/1998; 875.599, datada de 13/12/2000; 879.389, datada de 25/04/2001; 916.218, datada de 05/08/2003; 1.018.470, datada de 13/10/2011; 1.080.953, datada de 17/05/2016; 1.148.367, datadas de 13/08/2021; 1.157.181, datadas de 18/05/2022; Atas de Diretora, Re-ratificação, Alteração de Endereço, Eleição e Posse da Diretoria, Criação de Filial: PROTOCOLADA E MICROFILMADA sob o nº 980.768, datada de 11/11/2008; 990.445, datada de 01/09/2009; 994.236, datada de 16/12/2009; 1.032.124, datada de 19/09/2012; 1.038.193, datada de 21/03/2013; 1.045.936 e 1.045.937, datadas de 10/10/2013; 1.047.317, datada de 14/11/2013; 1.074.415, datada de 05/11/2015; 1.076.494, 1.076.495, 1.076.496 e 1.076.497, datadas de 07/01/2016; 1.077.901, 1.077.902 e 1.077.903, datadas de 29/02/2016; 1.080.952, datada de 17/05/2016; 1.090.599, datada de 24/02/2017; 1.094.792, datada de 26/06/2017; 1.113.659, datada de 22/10/2018; 1.119.420 a 1.119.422, datada de 11/02/2019; 1.133.498 e 1.133.499, datada de 17/03/2020; 1.136.263, datada de 14/07/2020; 1.148.366, datada de 13/08/2021; 1.157.178, 1.157.179, 1.157.180, datadas de 18/05/2022; 1.161.865, datada de 07/10/2022; 1.166.130 a 1.166.135, datadas de 08/02/2023. 

Certifico mais e finalmente que nada mais foi averbado as margens do referido registro até a presente data.

VALOR DESTE ATO: - 40VRC: R\$ 9,84 + Buscas: R\$ 3,70 + Funrejus: R\$ 3,39 + ISS: R\$ 0,54 + FUNDEP: R\$ 0,68 = R\$ 18,15

"O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ"

Curitiba-PR, 15 de fevereiro de 2023.

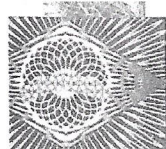

Elisa de Fátima Dudecke Azevedo
Oficial de Registro 006.208.389-90

CARTORIO@2OFICIO.COM.BR
WWW.2RTDCTBA.COM.BR

F U N A R P E N




SELO DIGITAL
1307M.sTqdH.rVDUF
IfLXI.ej09s
<https://selo.funarpen.com.br>



2º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE CURITIBA

ELISA DE FATIMA DUDECKE AZEVEDO
OFICIAL DE REGISTRO

CERTIDÃO BREVE RELATO

CERTIFICO a pedido da parte interessada, que em data de **31/10/2022**, foi Protocolada sob o número **1.162.628** e Registrado sob o número **834.874** e posterior averbação, datada de **31/10/2022**, sob o Protocolo nº **1.162.629**, do **Livro B**, de Registros Integrais, a Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Curador da Fundação Nossa Senhora do Rocio, realizada em data de 16/08/2022 e o Regimento Interno do Fundo Social Nossa Senhora do Rocio da **FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO**. Ficando devidamente arquivados neste Cartório os documentos exigidos pelos Artigos 120 e 121 da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973. 

VALOR DESTE ATO: - 40VRC:R\$ 9,84+Buscas:R\$3,70+Funrejus:R\$3,38+ISS:R\$0,54+FUNDEP:R\$0,68=R\$18,15

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Curitiba-PR, 15 de fevereiro de 2023


Elisa de Fátima Dudecke Azevedo
Oficial de Registro
006.208.389-90

F U N A R P E N



SELO DIGITAL
1307M.sTqdH.rVrUF
If0s7.ej09b
<https://selo.funarpen.com.br>

CARTORIO@2OFICIO.COM.BR
WWW.2RTDCTBA.COM.BR

RUA MONSENHOR CELSO, 211 | 8º ANDAR | CENTRO | CURITIBA | PR | CEP 80010-150 | 41. 3023 2444

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTEIRAÇÃO DE FÉRMENHA INVALIDA ESTE DOCUMENTO
Requerimento (10728975) SEI 53115.004400/2023-68 / pg. 30

Autuação

Processo: 53000.005066/2013-85

Tipo: SERAD - Renovação de Outorga de Rádio Comercial

Data de Registro: 21/01/2012

Interessados: FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO

Para visualizar o teor de Processos ou Documentos de Acesso Restrito, solicite por meio do Protocolo Digital, acessando a página [Protocolar documentos junto ao Ministério das Comunicações](#).

Lista de Protocolos (79 registros):

Documento / Processo	Tipo de Documento	Data do Documento	Data de Registro	Unidade
0131020 	Volume de Processo Digitalizado	10/09/2014	10/09/2014	SERAD_MCOM_DOC
0135259 	Termo de Cadastro de Inf. Proc. no âmbito do SEI	12/09/2014	12/09/2014	SERAD_MCOM_DOC
0230839 	Certidão obtida via Internet	11/11/2014	11/11/2014	CORRC_MCOM
0231053 	Certidão obtida via Internet	11/11/2014	11/11/2014	CORRC_MCOM
0231078 	Checklist	11/11/2014	11/11/2014	CORRC_MCOM
0231081 	Nota Técnica 16561	23/12/2014	23/12/2014	CORRC_MCOM
0231103 	Ofício 18814	23/12/2014	23/12/2014	CORRC_MCOM
0327264 	Outros (origem externa)	15/01/2015	15/01/2015	SDCOM-TEMP
53900.006245/2015-58	SERAD - Renovação	-- -- --	-- -- --	-- -- --

Protocolo Digital - Protocolar doc. junto
MCOM v6 por Cidadão

Status
Em Andamento

Código
025.328

Capturar Triagem Pendente *Ciclo: 01*

Início da Atividade
16/02/2023

Protocolo Digital

Número da Solicitação
264359.0025131/2023

CPF
092.421.388-43

Nome
Rita de cassia farias cappia

E-mail
ritafarias@emcprojetos.com.br

Sexo
Feminino

Data de nascimento
19/05/1968

País de nacionalidade
Brasil

Naturalidade
SAO PAULO

Data de envio da solicitação
16/02/2023

Recibo da Solicitação

PDF com o recibo da Solicitação
25328_1.pdf

Dados da Solicitação

Tipo de Solicitação
01 - Protocolizar documentos para o Ministério das Comunicações

Dados do Solicitante

Tipo do Solicitante
Pessoa Jurídica

Procuração
ROCIO_Procuracao_2021 (1) (1).pdf

CNPJ
76.000.447/0001-22

Razão Social
Fundação Nossa Senhora do Rocio

E-mail
ritafarias@emcprojetos.com.br

Documentação Necessária

Tipo de Documento Requerimento

Selecionar Documento Renovação_2023_FundNossaSenhoraRocio.pdf

Complementação do Protocolo Anterior

Solicitação é complementar a um protocolo anterior

NÃO

Informações Complementares (Preenchimento Opcional)

Informações Complementares

Solicita a Renovação da Outorga por novo período: 2023/2033

OM - Curitiba/PR

Estações

Estações ▼

✓ Voltar

1 total de registros | 1 - 50 | 50 |  Atualizar |  Filtrar

Ações	Status ↕	CNPJ ↕	Entidade ↕	NumFistel ↕	Carater ↕	Finalidade ↕	Serviço ↕	Num Serviço ↕	UF ↕	Município ↕
Visualizar em PDF ▼ ▶	AM-C3 (Canal Outorgado - Aguardando Licenciamento)	76000447000122	FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	05008001973	P	Comercial	OM	205	PR	Curitiba

Id solicitação: 57dbac6b854d6

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	
Nome Fantasia: RADIO CLUBE PARANAENSE-B2	
Telefone: (41) 33322772	E-mail: diretoria@evangelizarepreciso.com.br
CNPJ: 76.000.447/0001-22	Número do Fistel: 05008001973
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 01/05/2003	Serviço: 205 - Radiodifusão Sonora em Onda Média
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 01/05/2033	
Observações: SG27/88,SNC72/90;RESOLUCAO ANATEL 117/99	

Endereço Sede		
Logradouro: RUA AMAURI LANGE SILVERIO	Complemento:	
Bairro: PILARZINHO	Numero: 300	
Município: Curitiba	UF: PR	CEP: 82120000

Endereço Correspondência		
Logradouro: RUA AMAURI LANGE SILVERIO	Complemento:	
Bairro: PILARZINHO	Numero: 270	
Município: Curitiba	UF: PR	CEP: 82120000

Endereço do Transmissor		
Logradouro: ESTRADA DA GRACIOSA	Complemento: BAIRRO ATUBA	
Bairro: PLANTA JACOB MEHL	Numero: 2310	
Município: Pinhais	UF: PR	CEP: 83326670

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Senador Correia	Complemento: 2 Andar	
Bairro: Centro	Numero: 55	
Município: Curitiba	UF: PR	CEP: 80010210

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Curitiba	UF: PR

Parâmetros Técnicos			
Canal:	Frequência: 1430 KHz	Classe: B	ERP Máxima: ERP dia: *** ERP noite: ***kW
Altura: m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

Informações Gerais							
Número da Estação: 322479940				Número Indicativo: ZYJ200			
Data Último Licenciamento: 23/06/2020				Número da Licença: 53500.026614/2020-07			

Sistema de Terra	
Número de Torres: 1	Número de Radiais: 120
Altura da Torre: 76.00	Comprimento de Radiais: 52.45
Espaçamento entre radiais: 3.00	Condutividade: 0

Carga Topo	
Figura geométrica:	
Dimensão:	Altura:

Campo Característico		
Campo Característico: 310 mV/m		

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 25° 23' 38.29" S	Longitude: 49° 10' 16.39" W	Cota da base: 890.00 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 037491***0108	Modelo:
Fabricante: Harris Corporation	Potência de Operação: 50.000 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF 2 1/4		Fabricante: RFS - RADIO FREQUENCY SYSTEMS	
Comprimento da Linha: 100.00 m	Atenuação: .63 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento: 056781XXX0391	Modelo:
Fabricante: Contruções Eletrônicas Industriais	Potência de Operação: 10.000 kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	1293	Decreto	MC	23/12/1936	29/12/1936	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	133	Portaria	MC	11/03/1937	13/03/1937	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
		Ato	ORLE		18/08/2023	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	1050	Portaria	MC	12/11/1954	27/11/1954	Mudança de Local	Técnico
9999	76237	Decreto	CN	10/09/1975	10/09/1975	Renovação	Jurídico
9999	127	Portaria	MC	25/03/1982	07/04/1982	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	190883	Despacho	MC	19/08/1983	13/09/1983	Advertência	Jurídico

9999	88995	Decreto	CN	14/11/1983	16/11/1983	Renovação	Jurídico
9999	100492	Despacho	MC	10/04/1992		Advertência	Jurídico
9999	210796	Despacho	MC	21/07/1996	31/07/1997	Advertência	Jurídico
9999	11111	Decreto	PR	24/11/1998	25/11/1998	Renovação	Jurídico
9999	145	Decreto Legislativo	CN	23/05/2001	25/05/2001	Renovação	Jurídico
9999	50	Portaria	MC	04/10/2001	10/10/2001	Multa	Jurídico
9999	509	Portaria	MC	04/10/2001	10/10/2001	Multa	Jurídico
9999	141201	Despacho	MC	14/12/2001		Advertência	Jurídico
9999	125	Portaria	MC	12/03/2009	14/12/2009	Multa	Jurídico
9999	0	Decreto	PR	05/03/2010	08/03/2010	Renovação	Jurídico
9999	26	Decreto Legislativo	CN	03/01/2013	04/01/2013	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	261	Ato	ER03	16/01/2015	19/01/2015	Homologação de Estúdio	Técnico
53516002661/2013-59	2605	Portaria	MCTIC	17/05/2017	23/05/2017	Multa	Jurídico
53500.065337/2017-44	10488	Ato	ORLE	20/07/2017	07/08/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53000035540201212	3928	Portaria	MC	08/10/2019	06/11/2019	Multa	Jurídico

Horário de funcionamento

NOME/RAZÃO SOCIAL FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO				CNPJ 76000447000122	
Nº DA ESTAÇÃO 322479940	SERVIÇO 205 Radiodifusão Sonora em Onda Média	NAT. SERV.	LATITUDE 25° 23' 38.29" S	LONGITUDE 49° 10' 16.39" W	

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO ESTRADA DA GRACIOSA, nº 2310.	DISTRITO	
BAIRRO PLANTA JACOB MEHL	MUNICÍPIO Pinhais	UF PR

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 01/05/2023

LOCALIDADE PLANO BÁSICO:

MUNICÍPIO: Curitiba UF: PR

LOCALIDADE:

FREQUÊNCIA: 1430 KHz CANAL:

CLASSE: B COTA BASE DA TORRE: 890.00

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYJ200

NOME FANTASIA: RADIO CLUBE PARANAENSE-B2 NUMPROCESSO:

CIDADE DA OUTORGA: Curitiba CLASSE: B

FREQUÊNCIA: 1430 KHz POTÊNCIA NOTURNA:

POTÊNCIA DIURNA:

ESTUDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: Senador Correia BAIRRO: Centro

MUNICÍPIO: Curitiba UF: PR

NUMERO: 55 COMPLEMENTO: 2 Andar

ESTUDIO AUXILIAR

ENDEREÇO:

MUNICÍPIO: - UF:

NUMERO: COMPLEMENTO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Omnidirecional

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: Harris Corporation MODELO:

CÓDIGO: 037491***0108 POTÊNCIA: 50.000 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE: Contruções Eletrônicas MODELO:

CÓDIGO: 056781XXX0391 POTÊNCIA: 10.000 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE: MODELO:

CÓDIGO: POTÊNCIA: kW

SISTEMA IRRADIANTE:

NÚMERO DE TORRES: 1 NÚMERO DE RADIAIS: 120

COMPRIMENTO DE RADIAIS: 52.45 m ESPAÇAMENTO ENTRE RADIAIS: 3.00 graus

COTA BASE DA TORRE: 890.00 ALTURA DA TORRE: 76.00 m

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:


LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE: RFS - RADIO FREQUENCY SYSTEMS MODELO: LCF 2 1/4

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 22/08/2023 09:53:08

APLICAÇÃO	Emitido Em 23/06/2020	Esta licença pode ser validada em https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NcYlxTQ1JcQ2xhc3NMZWNIbmNhOjoyMDIzNjQzODA4NWQwOTkMw==	
-----------	--------------------------	--	---

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO

CNPJ: 76.000.447/0001-22

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 09:41:07 do dia 22/08/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 21/09/2023.

Certidão expedida gratuitamente.



Superintendência de Administração Geral
Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças
Gerência de Arrecadação

Impresso por: **Tiago Ribeiro Barros**

Data/Hora: **22/08/2023 09:43:08**

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO

Nº FISTEL: 05008001973

Serviço: 205 - Radiodifusão Sonora em Onda Média

CNPJ/CPF: 76000447000122

Situação: Ativa

Data Validade: 01/05/2003

☒ **CADIN:** Não

Incidência FUST:

Data Início Operação Comercial:

Div. Ativa: Não

Tipo Usuário:

Integral

☒ **UF:** PR

Proc. Caducidade: Não

End. Sede: RUA AMAURI LANGE SILVERIO 300

Bairro: PILARZINHO

Município: Curitiba

CEP: 82120-000

UF: PR

End. Corresp.: RUA AMAURI LANGE SILVERIO 270

Bairro: PILARZINHO

Município: Curitiba

CEP: 82120-000

UF: PR

Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/Crédito (R\$)
1329 - TFF	1	1990	31/03/1990	14.488,92	31/01/1990	14.488,92	14.488,92	0001	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1991	31/03/1991	20.395,53		0,00	0,00	0002	Cancelado	0,00
1329 - TFF	1	1992	31/03/1992	96.025,23	27/03/1992	152.021,08	152.021,08	0003	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1993	31/03/1993	1.192.160,41	31/03/1993	2.435.305,55	1.955.789,91	0004	Quitado	0,00
9999	0	1993	31/03/1993	0,00	31/03/1993	479.515,64	0,00	0005	Cancelado	0,00
1329 - TFF	1	1994	31/03/1994	30.199,04	29/03/1994	80.876,58	80.876,58	0006	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1995	31/03/1995	160,83	31/03/1995	108,83	108,83	0007	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1996	31/03/1996	160,83	30/01/1996	133,27	133,27	0008	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1997	31/03/1997	160,83	31/03/1997	146,48	146,48	0009	Quitado	0,00
1329 - TFF	2	1998	31/03/1998	R\$ 1.944,00	21/08/1998	1.944,00	1.944,00	0010	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1999	31/03/1999	R\$ 1.944,00	31/03/1999	1.944,00	1.944,00	0011	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2000	31/03/2000	R\$ 1.944,00	31/03/2000	1.944,00	1.944,00	0012	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2001	31/03/2001	R\$ 1.944,00	30/03/2001	1.944,00	1.944,00	0013	Quitado	0,00
1660	0	2001	09/07/2001	R\$ 981,65	09/07/2001	981,65	981,65	0014	Quitado - DOU	0,00
1660	0	2001	26/11/2001	R\$ 607,38	26/11/2001	607,38	607,38	0015	Quitado - DOU	0,00
1660	0	2001	26/11/2001	R\$ 607,38	26/11/2001	607,38	607,38	0016	Quitado - DOU	0,00
1329 - TFF	1	2002	31/03/2002	R\$ 1.944,00	27/03/2002	1.944,00	1.944,00	0017	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2003	31/03/2003	R\$ 1.944,00	31/03/2003	1.944,00	1.944,00	0018	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2004	31/03/2004	R\$ 1.944,00	30/03/2004	1.944,00	1.944,00	0019	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2005	31/03/2005	R\$ 1.944,00	31/03/2005	1.944,00	1.944,00	0020	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2006	31/03/2006	R\$ 1.944,00	31/03/2006	1.944,00	1.944,00	0021	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2007	31/03/2007	R\$ 1.944,00	02/04/2007	1.944,00	1.944,00	0022	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2008	31/03/2008	R\$ 1.944,00	31/03/2008	1.944,00	1.944,00	0024	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2009	31/03/2009	R\$ 1.749,60	31/07/2009	2.158,30	2.158,30	0025	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2009	31/05/2009	R\$ 194,00	31/07/2009	236,46	236,46	0027	Quitado	0,00
1660	0	2009	25/01/2010	R\$ 964,11	25/01/2010	964,11	964,11	0028	Quitado - DOU	0,00
1329 - TFF	1	2010	31/03/2010	R\$ 1.749,60	30/06/2010	2.141,68	2.141,68	0029	Quitado	0,00

4200 - CFRP	1	2010	31/03/2010	R\$ 194,00	30/06/2010	237,47	237,47	0030	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2011	31/03/2011	R\$ 1.749,60	31/03/2011	1.749,60	1.749,60	0031	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2011	31/03/2011	R\$ 194,00	31/03/2011	194,00	194,00	0032	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2012	31/03/2012	R\$ 1.283,04	02/04/2012	1.283,04	1.283,04	0033	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2012	31/03/2012	R\$ 194,00	02/04/2012	194,00	194,00	0034	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2013	31/03/2013	R\$ 1.283,04	25/03/2013	1.283,04	1.283,04	0035	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2013	31/03/2013	R\$ 194,00	25/03/2013	194,00	194,00	0036	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2014	31/03/2014	R\$ 1.283,04	25/03/2014	1.283,00	1.283,00	0037	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2014	31/03/2014	R\$ 194,00	25/03/2014	194,00	194,00	0038	Quitado	0,00
5370	1	2015	18/02/2015	R\$ 8,85	23/02/2015	8,85	8,85	0039	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2015	31/03/2015	R\$ 1.283,04	25/03/2015	1.283,04	1.283,04	0040	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2015	31/03/2015	R\$ 194,00	25/03/2015	194,00	194,00	0041	Quitado	0,00
9370	0	2015		0,00	25/02/2015	8,85	0,00	0042	Pago a Maior	0,00
1329 - TFF	1	2016	31/03/2016	R\$ 1.283,04	31/03/2016	1.283,04	1.283,04	0043	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2016	31/03/2016	R\$ 194,00	31/03/2016	194,00	194,00	0044	Quitado	0,00
5370	1	2016	25/05/2016	R\$ 8,85	25/05/2016	8,85	8,85	0045	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2017	31/03/2017	R\$ 1.283,04	31/03/2017	1.283,04	1.283,04	0046	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2017	31/03/2017	R\$ 194,00	31/03/2017	194,00	194,00	0047	Quitado	0,00
1660	0	2017	26/06/2017	R\$ 9.595,56	23/06/2017	9.595,56	9.595,56	0048	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2017	16/09/2017	R\$ 200,00	18/09/2017	200,00	200,00	0049	Quitado	0,00
1660	0	2017	22/11/2017	R\$ 24.948,45	13/12/2017	26.926,86	26.926,86	0050	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2018	31/03/2018	R\$ 1.283,04	29/03/2018	1.283,04	1.283,04	0051	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2018	31/03/2018	R\$ 194,00	29/03/2018	194,00	194,00	0052	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2019	31/03/2019	R\$ 1.283,04	28/03/2019	1.283,04	1.283,04	0053	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2019	31/03/2019	R\$ 194,00	28/03/2019	194,00	194,00	0054	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 1.283,04	31/03/2020	1.283,04	1.283,04	0055	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 194,00	31/03/2020	194,00	194,00	0056	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2020	20/07/2020	R\$ 3.888,00	22/06/2020	3.888,00	3.888,00	0057	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2021	31/03/2021	R\$ 1.283,04	31/03/2021	1.283,04	1.283,04	0058	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 194,00	31/03/2021	194,00	194,00	0059	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2022	14/04/2022	R\$ 1.283,04	31/03/2022	1.283,04	1.283,04	0060	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2022	14/04/2022	R\$ 194,00	31/03/2022	194,00	194,00	0061	Quitado	0,00
1660	0	2019	10/12/2022	R\$ 9.869,72	12/12/2022	11.633,58	11.633,58	0062	Quitado - RN	0,00
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 1.283,04	31/03/2023	1.283,04	1.283,04	0063	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 194,00	31/03/2023	194,00	194,00	0064	Quitado	0,00
6530	0	2023	07/07/2023	R\$ 453.053,73		0,00	0,00	0065	Devedor - P	526.357,83
5356	0	2023	07/07/2023	R\$ 90.610,73	07/07/2023	90.610,73	90.610,73	0066	Quitado	0,00
5356	2	2023	31/08/2023	R\$ 90.610,75		0,00	0,00	0067	Deb.a Vencer	91.516,86
5356	3	2023	29/09/2023	R\$ 90.610,75		0,00	0,00	0068	Deb.a Vencer	91.516,86
5356	4	2023	31/10/2023	R\$ 90.610,75		0,00	0,00	0069	Deb.a Vencer	91.516,86
5356	5	2023	30/11/2023	R\$ 90.610,75		0,00	0,00	0070	Deb.a Vencer	91.516,86
7242 - PPDUR	1	2023	23/07/2023	R\$ 280,70	24/07/2023	280,70	280,70	0071	Quitado	0,00

Total devido em 22/08/2023 (em reais): 0,00

Total de créditos em 22/08/2023 (em reais): 8,85

Legenda do Campo Situação

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)

RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado
RJ - Lançamento com Recurso Judicial
RN - Lançamento com Recurso Denegado
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União
CD - Lançamento Inscrito no CADIN
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa
E - Lançamento em Execução Judicial
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006
MO - Multa de Ofício
LO - Lançamento de Ofício
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado
PA - Parcelamento: Parcela
BF - Benefício Fiscal

Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarificação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDAATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDAATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	M U L T A / J U R O S
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
5343	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
5344	9344	Diferença de Tarifa Aérea

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004)
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel

Dados da consulta | Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ											
CNPJ: 76.000.447/0001-22											
FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
HELIO KOLLET	687.526.369-68	FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba
PAULO SERGIO MACUCHEN NOGAS	744.302.209-30	FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRIMEIRO SECRETÁRIO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRIMEIRO SECRETÁRIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRIMEIRO SECRETÁRIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRIMEIRO SECRETÁRIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRIMEIRO SECRETÁRIO)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba
PEDRO JOAO WOLTER	077.560.709-68	FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba

FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICÍPIO
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
ROBSON IVAN STIVAL	737.485.449-87	FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (SEGUNDO SECRETÁRIO)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (SEGUNDO SECRETÁRIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (SEGUNDO SECRETÁRIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (SEGUNDO SECRETÁRIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (SEGUNDO SECRETÁRIO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
SENDY ALISSON FERRAZ	047.034.239-01	FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba

Usuário: 03951122307 - Tiago Ribeiro Barros

Data: 22/08/2023

Hora: 09:45:01

Dados da consulta	Resultado
-------------------	-----------

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		687.526.369-68									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
HELIO KOLLET	687.526.369-68	FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba

Usuário: 03951122307 - Tiago Ribeiro Barros

Data: 22/08/2023

Hora: 09:47:46

Dados da consulta	Resultado
-------------------	-----------

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		744.302.209-30									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
PAULO SERGIO MACUCHEN NOGAS	744.302.209-30	FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRIMEIRO SECRETÁRIO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRIMEIRO SECRETÁRIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRIMEIRO SECRETÁRIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRIMEIRO SECRETÁRIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRIMEIRO SECRETÁRIO)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba

Usuário: 03951122307 - Tiago Ribeiro Barros

Data: 22/08/2023

Hora: 09:48:44

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		077.560.709-68									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
PEDRO JOAO WOLTER	<u>077.560.709-68</u>	FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	<u>76.000.447/0001-22</u>	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	<u>76.000.447/0001-22</u>	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	<u>76.000.447/0001-22</u>	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	<u>76.000.447/0001-22</u>	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	<u>76.000.447/0001-22</u>	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba

Usuário: 03951122307 - Tiago Ribeiro Barros

Data: 22/08/2023

Hora: 09:49:08

Dados da consulta	Resultado
-------------------	-----------

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		737.485.449-87									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ROBSON IVAN STIVAL	737.485.449-87	FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (SEGUNDO SECRETÁRIO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (SEGUNDO SECRETÁRIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (SEGUNDO SECRETÁRIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (SEGUNDO SECRETÁRIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (SEGUNDO SECRETÁRIO)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba

Usuário: 03951122307 - Tiago Ribeiro Barros

Data: 22/08/2023

Hora: 09:49:26

Dados da consulta	Resultado
-------------------	-----------

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		047.034.239-01									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
SENDY ALISSON FERRAZ	047.034.239-01	FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba

Usuário: 03951122307 - Tiago Ribeiro Barros

Data: 22/08/2023

Hora: 09:49:45



BOM DIA
Tiago Ribeiro Barros

Sistemas
Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	76.000.447/0001-22

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **03951122307 - Tiago Ribeiro Barros**

Data: **22/08/2023**

Hora: **09:50:37**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 76.000.447/0001-22 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 11/02/1974
NOME EMPRESARIAL FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CLUBE FM		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta 90.01-9-02 - Produção musical 90.02-7-01 - Atividades de artistas plásticos, jornalistas independentes e escritores 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 306-9 - Fundação Privada		
LOGRADOURO R AMAURI LANGE SILVERIO	NÚMERO 270	COMPLEMENTO *****
CEP 82.120-000	BAIRRO/DISTRITO PILARZINHO	MUNICÍPIO CURITIBA
UF PR		
ENDEREÇO ELETRÔNICO SETORFISCAL@GRUPOMARISTA.ORG.BR		TELEFONE (41) 3271-1515
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 24/09/2005
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **22/08/2023** às **10:01:32** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	76.000.447/0001-22
NOME EMPRESARIAL:	FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO
CAPITAL SOCIAL:	

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	DANIEL LUCIO SANTOS CORDEIRO
Qualificação:	16-Presidente

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 22/08/2023 às 10:02 (data e hora de Brasília).

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 76.000.447/0001-22
Razão Social: FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO
Endereço: RUA ROCKELLER 1311 / REBOUCAS / CURITIBA / PR / 80230-130

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 12/08/2023 a 10/09/2023

Certificação Número: 2023081202030616790644

Informação obtida em 22/08/2023 10:03:54

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 76.000.447/0001-22

Certidão nº: 42673116/2023

Expedição: 22/08/2023, às 10:04:58

Validade: 18/02/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **76.000.447/0001-22**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO
CNPJ: 76.000.447/0001-22

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:09:44 do dia 12/06/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 09/12/2023.

Código de controle da certidão: **77EE.BC5A.8181.1977**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Data de Envio:

22/08/2023 15:43:31

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

Assunto:

Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Mensagem:

Processo nº: 53115.004400/2023-68

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO, inscrita no CNPJ nº 76.000.447/0001-22, executante do serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), no município de Curitiba/PR, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

RE: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial - Processo nº: 53115.004400/2023-68

Inez Joffily França

Ter, 22/08/2023 18:22

Para: COREP <corep@mcom.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que, apesar da emissora de FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO, inscrita no CNPJ nº 76.000.447/0001-22, executante do serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), no município de Curitiba/PR, responder aos processos nºs 53000.035540/2012-12, 53516.002661/2013-59, não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de CASSAÇÃO de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>**Enviado:** terça-feira, 22 de agosto de 2023 15:43**Para:** cgfm <cgfm@mcom.gov.br>**Assunto:** Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Processo nº: 53115.004400/2023-68

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO, inscrita no CNPJ nº 76.000.447/0001-22, executante do serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), no município de Curitiba/PR, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO**

CPF/CNPJ: **76.000.447/0001-22**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 08:48:16 do dia 22/01/2024 , com validade até o dia 21/02/2024.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: ItUedyMbpKSAYFY8bZuy

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Estações

Estações ▼

✓ Voltar

1 total de registros | 1 - 50 | 50 | Atualizar | Filtrar

Ações	Status ↕	CNPJ ↕	Entidade ↕	NumFistel ↕	Carater ↕	Finalidade ↕	Serviço ↕	Num Serviço ↕	UF ↕	Município ↕
Visualizar em PDF ▼ ▶	FM-C2 (Canal Outorgado - Aguardando Dados da Estação)	76000447000122	FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	50447122720	P	Comercial	FM	230	PR	Curitiba

Id solicitação: 609429ca0a2c9

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade:	
Nome Fantasia:	
Telefone: ()	E-mail:
CNPJ: 76.000.447/0001-22	Número do Fistel: 50447122720
Tipo Usuário:	Tipo Taxa:
Data do contrato:	Serviço: 230 -
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 19/12/2033	
Observações:	

Endereço Sede		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Número:	
Município: -	UF:	CEP:

Endereço do Transmissor		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Número:	
Município: -	UF:	CEP:

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Número:	
Município: -	UF:	CEP:

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Número:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Curitiba	UF: PR

Parâmetros Técnicos			
Canal: 167	Frequência: 81.3 MHz	Classe: A4	ERP Máxima: 0kW
HCI: 150 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 1

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação:	Número Indicativo:
Data Último Licenciamento:	Número da Licença:

Estação Principal											
Localização											
Latitude: -				Longitude: -				Cota da base: m			
Transmissor Principal											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Linha de Transmissão Principal											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		
Antena Principal											
Modelo:						Fabricante:					
Ganho: dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: °		Polarização:		HCl: m		ERP Máxima: 0 kW	
Padrão de Antena dBd											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0	30°: 0	35°: 0	40°: 0	45°: 0	50°: 0	55°: 0
60°: 0	65°: 0	70°: 0	75°: 0	80°: 0	85°: 0	90°: 0	95°: 0	100°: 0	105°: 0	110°: 0	115°: 0
120°: 0	125°: 0	130°: 0	135°: 0	140°: 0	145°: 0	150°: 0	155°: 0	160°: 0	165°: 0	170°: 0	175°: 0
180°: 0	185°: 0	190°: 0	195°: 0	200°: 0	205°: 0	210°: 0	215°: 0	220°: 0	225°: 0	230°: 0	235°: 0
240°: 0	245°: 0	250°: 0	255°: 0	260°: 0	265°: 0	270°: 0	275°: 0	280°: 0	285°: 0	290°: 0	295°: 0
300°: 0	305°: 0	310°: 0	315°: 0	320°: 0	325°: 0	330°: 0	335°: 0	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0
Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -
Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:		Fabricante:	
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms


Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 0 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
53000015637201471	281	Termo Aditivo	MC	28/11/2023	19/12/2023	Outros Atos Jurídico	Jurídico


Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
		Ato	ORLE		05/01/2024	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	1050	Portaria	MC	12/11/1954	27/11/1954	Mudança de Local	Técnico
9999	76237	Decreto	CN	10/09/1975	10/09/1975	Renovação	Jurídico
9999	127	Portaria	MC	25/03/1982	07/04/1982	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	190883	Despacho	MC	19/08/1983	13/09/1983	Advertência	Jurídico
9999	88995	Decreto	CN	14/11/1983	16/11/1983	Renovação	Jurídico
9999	100492	Despacho	MC	10/04/1992		Advertência	Jurídico
9999	210796	Despacho	MC	21/07/1996	31/07/1997	Advertência	Jurídico
9999	11111	Decreto	PR	24/11/1998	25/11/1998	Renovação	Jurídico
9999	145	Decreto Legislativo	CN	23/05/2001	25/05/2001		Jurídico
9999	50	Portaria	MC	04/10/2001	10/10/2001	Multa	Jurídico
9999	509	Portaria	MC	04/10/2001	10/10/2001	Multa	Jurídico
9999	141201	Despacho	MC	14/12/2001		Advertência	Jurídico
9999	125	Portaria	MC	12/03/2009	14/12/2009	Multa	Jurídico
9999	0	Decreto	PR	05/03/2010	08/03/2010	Renovação	Jurídico
9999	26	Decreto Legislativo	CN	03/01/2013	04/01/2013	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	261	Ato	ER03	16/01/2015	19/01/2015	Homologação de Estúdio	Técnico
53516002661/201359	2605	Portaria	MCTIC	17/05/2017	23/05/2017	Multa	Jurídico
53500.065337/201744	10488	Ato	ORLE	20/07/2017	07/08/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53000035540201212	3928	Portaria	MC	08/10/2019	06/11/2019	Multa	Jurídico
53000015637201471	281	Termo Aditivo	MC	28/11/2023	19/12/2023	Adaptação de Outorga	Jurídico

Horário de funcionamento



Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição**

menu ajuda


Dados da consulta

Consulta


Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ											
CNPJ: 76.000.447/0001-22											
FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
HELIO KOLLET	<u>687.526.369-68</u>	FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	<u>76.000.447/0001-22</u>	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	<u>76.000.447/0001-22</u>	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	<u>76.000.447/0001-22</u>	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	<u>76.000.447/0001-22</u>	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	<u>76.000.447/0001-22</u>	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	<u>76.000.447/0001-22</u>	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba
PAULO SERGIO MACUCHEN NOGAS	<u>744.302.209-30</u>	FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	<u>76.000.447/0001-22</u>	Diretor (PRIMEIRO SECRETÁRIO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	<u>76.000.447/0001-22</u>	Diretor (PRIMEIRO SECRETÁRIO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	<u>76.000.447/0001-22</u>	Diretor (PRIMEIRO SECRETÁRIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	<u>76.000.447/0001-22</u>	Diretor (PRIMEIRO SECRETÁRIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	<u>76.000.447/0001-22</u>	Diretor (PRIMEIRO SECRETÁRIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	<u>76.000.447/0001-22</u>	Diretor (PRIMEIRO SECRETÁRIO)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba
PEDRO JOAO WOLTER	<u>077.560.709-68</u>	FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	<u>76.000.447/0001-22</u>	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	<u>76.000.447/0001-22</u>	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba

FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICÍPIO
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
ROBSON IVAN STIVAL	737.485.449-87	FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (SEGUNDO SECRETÁRIO)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (SEGUNDO SECRETÁRIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (SEGUNDO SECRETÁRIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (SEGUNDO SECRETÁRIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (SEGUNDO SECRETÁRIO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (SEGUNDO SECRETÁRIO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
SENDY ALISSON FERRAZ	047.034.239-01	FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba



Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado


Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF										
CPF:		687.526.369-68										
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO	
HELIO KOLLET	687.526.369-68	FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba	
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba	
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba	
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba	
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba	
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba	


Usuário: -

Data: 22/01/2024

Hora: 15:06:12



Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» Consolidado Participação e Composição

menu ajuda


Dados da consulta

Resultado


Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		744.302.209-30									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
PAULO SERGIO MACUCHEN NOGAS	744.302.209-30	FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRIMEIRO SECRETÁRIO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRIMEIRO SECRETÁRIO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRIMEIRO SECRETÁRIO)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRIMEIRO SECRETÁRIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRIMEIRO SECRETÁRIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRIMEIRO SECRETÁRIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba

Usuário: - Data: 22/01/2024 Hora: 15:06:19



Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)


Dados da consulta

Resultado


Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		077.560.709-68									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
PEDRO JOAO WOLTER	077.560.709-68	FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba

Usuário: - Data: 22/01/2024 Hora: 15:06:27



Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» Consolidado Participação e Composição

menu ajuda


Dados da consulta

Resultado


Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		737.485.449-87									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ROBSON IVAN STIVAL	737.485.449-87	FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (SEGUNDO SECRETÁRIO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (SEGUNDO SECRETÁRIO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (SEGUNDO SECRETÁRIO)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (SEGUNDO SECRETÁRIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (SEGUNDO SECRETÁRIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (SEGUNDO SECRETÁRIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba

Usuário: - Data: 22/01/2024 Hora: 15:06:35



Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		047.034.239-01									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
SENDY ALISSON FERRAZ	047.034.239-01	FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba

Usuário: -

Data: 22/01/2024

Hora: 15:06:46



BOA TARDE
ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	76.000.447/0001-22

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 05181977197 - ANDRE LUIS TELES GHILLIONI Data: 22/01/2024 Hora: 15:08:02



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO

CNPJ: 76.000.447/0001-22

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:08:37 do dia 22/01/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 21/02/2024.

Certidão expedida gratuitamente.



Superintendência de Administração Geral
Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças
Gerência de Arrecadação

Impresso por: ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Data/Hora: 22/01/2024 15:08:59

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO

Nome do Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

Situação: Não licenciada

Incide FUST: Integral

End. Sede: RUA AMAURI LANGE SILVERIO 300

Município: Curitiba

End. Corresp.:

Município:

Nº FISTEL: 50447122720

CNPJ/CPF: 76000447000122

☒ CADIN: Não

Data Validade:

Div. Ativa: Não

Proc. Caducidade: Não

Bairro: PILARZINHO

UF: PR

Bairro:

UF:

UF: PR

Tipo Usuário:

Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/Crédito (R\$)
7242 - PPDUR	1	2023	19/01/2024	R\$ 280,70	26/12/2023	280,70	280,70	0001	Quitado	0,00
Total devido em 22/01/2024 (em reais):										0,00
Total de créditos em 22/01/2024 (em reais):										0,00

Legenda do Campo Situação										
RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)										
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)										
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança										
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado										
RJ - Lançamento com Recurso Judicial										
RN - Lançamento com Recurso Denegado										
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União										
CD - Lançamento Inscrito no CADIN										
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa										
E - Lançamento em Execução Judicial										
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006										
MO - Multa de Ofício										
LO - Lançamento de Ofício										
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado										
PA - Parcelamento: Parcela										
BF - Benefício Fiscal										

Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarificação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDAATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDAATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	MULTA/JUROS
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
5343	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
5344	9344	Diferença de Tarifa Aérea

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004)
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 76.000.447/0001-22 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 11/02/1974</div>	
<div>NOME EMPRESARIAL FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO</div>			
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CLUBE FM</div>	<div>PORTE DEMAIS</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta 90.01-9-02 - Produção musical 90.02-7-01 - Atividades de artistas plásticos, jornalistas independentes e escritores 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 306-9 - Fundação Privada</div>			
<div>LOGRADOURO R AMAURI LANGE SILVERIO</div>	<div>NÚMERO 270</div>	<div>COMPLEMENTO *****</div>	
<div>CEP 82.120-000</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO PILARZINHO</div>	<div>MUNICÍPIO CURITIBA</div>	<div>UF PR</div>
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO SETORFISCAL@GRUPOMARISTA.ORG.BR</div>		<div>TELEFONE (41) 3271-1515</div>	
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>			
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 24/09/2005</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>			
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 22/01/2024 às 15:18:25 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	76.000.447/0001-22
NOME EMPRESARIAL:	FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO
CAPITAL SOCIAL:	

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	DANIEL LUCIO SANTOS CORDEIRO
Qualificação:	16-Presidente

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 22/01/2024 às 15:18 (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 76.000.447/0001-22
Razão Social: FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO
Endereço: RUA ROCKELLER 1311 / REBOUCAS / CURITIBA / PR / 80230-130

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 11/01/2024 a 09/02/2024

Certificação Número: 2024011109035436541506

Informação obtida em 22/01/2024 15:19:07

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO
CNPJ: 76.000.447/0001-22

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 15:19:23 do dia 22/01/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 20/07/2024.

Código de controle da certidão: **6E79.9E39.FE59.317A**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 76.000.447/0001-22

Certidão nº: 5168787/2024

Expedição: 22/01/2024, às 15:19:58

Validade: 20/07/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **76.000.447/0001-22**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO**

CPF/CNPJ: **76.000.447/0001-22**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 15:20:16 do dia 22/01/2024 , com validade até o dia 21/02/2024.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: Ay2oiV8YaSPJjPsKNLOv

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Data de Envio:

22/01/2024 15:43:46

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

Assunto:

Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Mensagem:

Processo nº: 53115.004400/2023-68

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO (CNPJ nº 76.000.447/0001-22), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Curitiba/PR, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 994/2024/SEI-MCOM

PROCESSO: 53115.004400/2023-68

INTERESSADO: FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO, no bojo do qual foi manifestado o interesse na renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Curitiba/PR, referente ao seguinte período: 01/05/2023 a 01/05/2033.

ANÁLISE

2. Inicialmente, deve-se registrar que a análise dos pedidos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens leva em consideração as disposições constantes, em especial, na Constituição Federal, na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967, bem como no Decreto nº 52.795/1963.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar o seguinte documento:**

4. É necessário ressaltar que, com base na redação atual da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, publicada em 26 de novembro de 2020, alterada pela Portaria nº 2.524, publicada em 05 de maio de 2021, o licenciamento da estação passou a ser condição necessária à conclusão dos processos de renovação de outorga, como forma de comprovar a regularidade técnica da interessada para a execução do serviço outorgado, nos seguintes termos:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

(...)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da

estação. (grifo nosso)

5. Em consulta ao sistema MOSAICO/ANATEL, verificou-se que a estação da entidade para a execução do serviço na localidade de Curitiba/PR, encontra-se com o status "FM-C2 (Canal Outorgado - Aguardando Dados da Estação)", não estando, portanto, devidamente licenciada. Assim sendo, **ressalta-se ser imprescindível a regularização da situação perante a ANATEL para o deferimento do pedido de renovação.**

CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 3º**, na forma da Portaria nº 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial da União do dia 18 de maio de 2023.

À consideração superior.

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni, Assistente Técnico**, em 22/01/2024, às 16:28 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11326515** e o código CRC **9DD0BEBD**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.004400/2023-68

Documento nº 11326515



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 2073/2024/MCOM

Brasília, 22 de janeiro de 2024.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO (CNPJ Nº 76.000.447/0001-22)
Rua Amauri Lange Silverio, nº 270 - Pilarzinho
82120-000 - Curitiba/PR

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO OU ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53115.004400/2023-68.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da Nota Técnica nº 994/2024/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério das Comunicações, **no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento desta notificação.
2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hyperlink abaixo:**
 - **Protocolo Digital do MCom** (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
5. A não apresentação da documentação a tempo e modo adequado poderá ensejar na adoção de medidas administrativas cabíveis.
6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni**, Assistente Técnico, em 22/01/2024, às 16:28 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11326580** e o código CRC **BFC6F0F3**.

Anexos:

- Nota Técnica 994 (11326515)

Referência: Processo nº 53115.004400/2023-68

Documento nº 11326580

RE: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Seg, 22/01/2024 16:43

Para: COREP <corep@mcom.gov.br>

Processo nº: 53115.004400/2023-68

Prezado(a),

Informa-se que, apesar da emissora de FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO (CNPJ nº 76.000.447/0001-22), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Curitiba/PR, responder ao processo nº 53000.025328/2011-66, não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de CASSAÇÃO de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão. At.te,

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>**Enviado:** segunda-feira, 22 de janeiro de 2024 15:43**Para:** cgfm <cgfm@mcom.gov.br>**Assunto:** Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Processo nº: 53115.004400/2023-68

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO (CNPJ nº 76.000.447/0001-22), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Curitiba/PR, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

Data de Envio:

22/01/2024 17:23:44

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial
<sei@mcom.gov.br>

Para:

SETORFISCAL@GRUPOMARISTA.ORG.BR
controladoria@evangelizarepreciso.com.br
ritafarias@emcprojetos.com.br
diretoria@evangelizarepreciso.com.br
tesouraria@evangelizarepreciso.com.br

Assunto:

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem:

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.004400/2023-68

INTERESSADA: FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo de renovação acima referenciado, no âmbito do Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_11326580.html
Nota_Tecnica_11326515.html

Cadastro para acesso ao SEI

CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Tania Aparecida de Paula

Relatório Consultar Sair

Consultar e-mails

☐ CPF ☒ CNPJ

CNPJ: 76.000.447/0001-22

Razão Social

Pesquisar

10 ▾ 1 / 1		
Razão Social	CNPJ	Emails
FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	SETORFISCAL@GRUPOMARISTA.ORG.BR, controladoria@evangelizarepreciso.com.br, ritafarias@emcprojetos.com.br, diretoria@evangelizarepreciso.com.br, tesouraria@evangelizarepreciso.com.br
10 ▾ 1 / 1		

Data de Envio:

22/01/2024 17:25:44

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial
<sei@mcom.gov.br>

Para:

espacodoradiodifusor@mcom.gov.br

Assunto:

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem:

Ao Espaço do Radiodifusor,

Prezados,

Informa-se que, no âmbito do Processo Administrativo nº 53115.004400/2023-68, Encaminhada notificação à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO (CNPJ 76.000.447/0001-22), solicitando a complementação da instrução processual.

Sendo assim, encaminha-se o presente e-mail ao Espaço do Radiodifusor - ESRAD, para a adoção das providências cabíveis, devendo ser inserido no referido processo administrativo o documento comprobatório das medidas adotadas.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Anexos:

Nota_Tecnica_11326515.html

Oficio_11326580.html

50

Atualizar

Filtrar

Status ↕	CNPJ ↕	Entidade ↕	NumFistel ↕	Carater ↕	Finalidade ↕	Serviço ↕	Num Serviço ↕	UF ↕	Município ↕	Local Especifico ↕	Canal ↕	Dec ↕	Frequência ↕	Classe ↕
FM-C4 (Canal Licenciado)	76000447000122	FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	50447122720	P	Comercial	FM	230	PR	Curitiba		167		81.3	A4

Id solicitação: 609429ca0a2c9

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	
Nome Fantasia: CLUBE FM	
Telefone: (41) 33322772	E-mail: diretoria@evangelizarepreciso.com.br
CNPJ: 76.000.447/0001-22	Número do Fistel: 50447122720
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato:	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 19/12/2033	
Observações:	

Endereço Sede		
Logradouro: RUA AMAURI LANGE SILVERIO	Complemento:	
Bairro: PILARZINHO	Numero: 270	
Município: Curitiba	UF: PR	CEP: 82120000

Endereço do Transmissor		
Logradouro: R. Amauri Lange Silvério	Complemento:	
Bairro: Pilarzinho	Numero: 270	
Município: Curitiba	UF: PR	CEP: 82120000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Senador Correia	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: 55	
Município: Curitiba	UF: PR	CEP: 80010210

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Curitiba	UF: PR

Parâmetros Técnicos			
Canal: 167	Frequência: 81.3 MHz	Classe: A4	ERP Máxima: 5.521kW
HCI: 34 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 1

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 1015715807	Número Indicativo: ZYO612
Data Último Licenciamento: 20/03/2024	Número da Licença: 53500.014959/2024-33

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 25° 23' 43.01" S	Longitude: 49° 17' 4.99" W	Cota da base: 987 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 041981802252	Modelo: FM6,5s
Fabricante: Marcelo Amorim de Godoy -EPP	Potência de Operação: 3.3 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF7850JA	Fabricante: RFS CABOS ESPECIAIS		
Comprimento da Linha: 50 m	Atenuação: 1.01 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50 ohms

Antena Principal					
Modelo: IFFMC-4-81.3	Fabricante: IF TELECOM				
Ganho: 3.24 dBd	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 180 °	Polarização: Circular	HCI: 34 m	ERP Máxima: 5.52 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.05	5°: 0.06	10°: 0.06	15°: 0.07	20°: 0.08	25°: 0.08	30°: 0.09	35°: 0.09	40°: 0.1	45°: 0.1	50°: 0.1	55°: 0.1
60°: 0.1	65°: 0.09	70°: 0.09	75°: 0.09	80°: 0.09	85°: 0.1	90°: 0.1	95°: 0.1	100°: 0.11	105°: 0.11	110°: 0.09	115°: 0.13
120°: 0.11	125°: 0.11	130°: 0.14	135°: 0.15	140°: 0.15	145°: 0.16	150°: 0.16	155°: 0.16	160°: 0.16	165°: 0.16	170°: 0.15	175°: 0.15
180°: 0.15	185°: 0.14	190°: 0.14	195°: 0.14	200°: 0.14	205°: 0.14	210°: 0.14	215°: 0.14	220°: 0.14	225°: 0.13	230°: 0.13	235°: 0.13
240°: 0.13	245°: 0.12	250°: 0.12	255°: 0.11	260°: 0.1	265°: 0.09	270°: 0.08	275°: 0.07	280°: 0.06	285°: 0.05	290°: 0.03	295°: 0.02
300°: 0.01	305°: 0	310°: 0	315°: 0	320°: 0	325°: 0	330°: 0	335°: 0	340°: 0.01	345°: 0.02	350°: 0.03	355°: 0.04

Coordenadas por radial											
0°: Lat 25°16'52.78" S Lon 49°17'4.99" W	5°: Lat 25°18'38.28" S Lon 49°16'35.5" W	10°: Lat 25°19'23.79" S Lon 49°16'14.43" W	15°: Lat 25°18'42.95" S Lon 49°15'56.05" W	20°: Lat 25°17'57.61" S Lon 49°14'45.95" W	25°: Lat 25°18'5.57" S Lon 49°14'10.96" W	30°: Lat 25°17'43.58" S Lon 49°13'15.5" W	35°: Lat 25°17'28.04" S Lon 49°12'14.67" W	40°: Lat 25°17'48.69" S Lon 49°11'36.24" W	45°: Lat 25°17'45.72" S Lon 49°10'29.97" W	50°: Lat 25°17'59.87" S Lon 49°9'32.92" W	55°: Lat 25°18'9.53" S Lon 49°8'18.6" W
60°: Lat 25°18'40.36" S Lon 49°7'25.72" W	65°: Lat 25°19'21.09" S Lon 49°6'44.46" W	70°: Lat 25°20'7.69" S Lon 49°6'11.67" W	75°: Lat 25°20'56.25" S Lon 49°5'38.14" W	80°: Lat 25°21'48.47" S Lon 49°5'9.13" W	85°: Lat 25°22'45.69" S Lon 49°5'5.99" W	90°: Lat 25°25'23'42.5" S Lon 49°4'47.4" W	95°: Lat 25°24'40.98" S Lon 49°4'44.87" W	100°: Lat 25°25'40.67" S Lon 49°4'42.89" W	105°: Lat 25°26'39.87" S Lon 49°4'51.95" W	110°: Lat 25°27'46.61" S Lon 49°4'42.13" W	115°: Lat 25°28'48.17" S Lon 49°4'58.9" W
120°: Lat 25°29'41.81" S Lon 49°5'35.63" W	125°: Lat 25°30'37.43" S Lon 49°6'8.56" W	130°: Lat 25°31'24.5" S Lon 49°6'55.07" W	135°: Lat 25°32'0.71" S Lon 49°7'53.1" W	140°: Lat 25°32'35.01" S Lon 49°8'50.02" W	145°: Lat 25°33'15.84" S Lon 49°9'40.26" W	150°: Lat 25°34'5.09" S Lon 49°10'26.75" W	155°: Lat 25°34'55.56" S Lon 49°11'17.23" W	160°: Lat 25°34'53.64" S Lon 49°12'34.34" W	165°: Lat 25°34'44.91" S Lon 49°13'48.35" W	170°: Lat 25°34'43.86" S Lon 49°14'55.8" W	175°: Lat 25°34'56.24" S Lon 49°15'59.69" W
180°: Lat 25°34'39.85" S Lon 49°17'4.99" W	185°: Lat 25°33'54.82" S Lon 49°18'4.33" W	190°: Lat 25°34'11.17" S Lon 49°19'7.78" W	195°: Lat 25°33'59.11" S Lon 49°20'8.01" W	200°: Lat 25°34'22.45" S Lon 49°21'23.03" W	205°: Lat 25°34'16.89" S Lon 49°22'32.73" W	210°: Lat 25°33'11.72" S Lon 49°23'9.02" W	215°: Lat 25°32'29.25" S Lon 49°23'53.5" W	220°: Lat 25°31'47.82" S Lon 49°24'35.99" W	225°: Lat 25°30'50.36" S Lon 49°25'45.76" W	230°: Lat 25°25'30'8.39" S Lon 49°25'34.18" W	235°: Lat 25°29'24.12" S Lon 49°26'5.11" W
240°: Lat 25°25'28'33.2" S Lon 49°26'22.31" W	245°: Lat 25°27'30.22" S Lon 49°26'5.3" W	250°: Lat 25°26'58.13" S Lon 49°26'59.71" W	255°: Lat 25°25'26'4.46" S Lon 49°26'50.87" W	260°: Lat 25°25'25'13.7" S Lon 49°26'36.4" W	265°: Lat 25°24'28.37" S Lon 49°26'42.95" W	270°: Lat 25°25'23'42.7" S Lon 49°26'39.84" W	275°: Lat 25°25'23'1.21" S Lon 49°25'50.54" W	280°: Lat 25°22'18.33" S Lon 49°25'54.82" W	285°: Lat 25°25'21'43.1" S Lon 49°25'19.27" W	290°: Lat 25°21'20.91" S Lon 49°24'16.51" W	295°: Lat 25°25'21'3.54" S Lon 49°23'23.11" W
300°: Lat 25°20'27.25" S Lon 49°23'19.91" W	305°: Lat 25°20'25.7" S Lon 49°22'16.63" W	310°: Lat 25°20'14.12" S Lon 49°21'40.34" W	315°: Lat 25°19'53.23" S Lon 49°21'19.14" W	320°: Lat 25°19'26.83" S Lon 49°21'2.75" W	325°: Lat 25°19'59.6" S Lon 49°19'58.04" W	330°: Lat 25°18'57.53" S Lon 49°20'7.3" W	335°: Lat 25°18'57.16" S Lon 49°19'32.44" W	340°: Lat 25°19'49.03" S Lon 49°18'39.21" W	345°: Lat 25°19'47.09" S Lon 49°18'14.93" W	350°: Lat 25°16'18'4.4" S Lon 49°18'11.03" W	355°: Lat 25°16'54.34" S Lon 49°17'44.53" W

Distância por radial											
0°: 12.67	5°: 9.45	10°: 8.13	15°: 9.59	20°: 11.35	25°: 11.5	30°: 12.82	35°: 14.14	40°: 14.28	45°: 15.6	50°: 16.48	55°: 17.94
60°: 18.68	65°: 19.12	70°: 19.41	75°: 19.85	80°: 20.29	85°: 20.14	90°: 20.58	95°: 20.73	100°: 21.02	105°: 21.17	110°: 22.05	115°: 22.34
120°: 22.19	125°: 22.34	130°: 22.19	135°: 21.75	140°: 21.46	145°: 21.61	150°: 22.19	155°: 22.92	160°: 22.05	165°: 21.17	170°: 20.73	175°: 20.87
180°: 20.29	185°: 18.97	190°: 19.7	195°: 19.7	200°: 21.02	205°: 21.61	210°: 20.29	215°: 19.85	220°: 19.56	225°: 18.68	230°: 18.53	235°: 18.38
240°: 17.94	245°: 16.63	250°: 17.65	255°: 16.92	260°: 16.19	265°: 16.19	270°: 16.04	275°: 14.72	280°: 15.01	285°: 14.28	290°: 12.82	295°: 11.65

300°: 12.08	305°: 10.62	310°: 10.03	315°: 10.03	320°: 10.33	325°: 8.42	330°: 10.18	335°: 9.74	340°: 7.69	345°: 7.54	350°: 10.62	355°: 12.67
-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	------------	-------------	------------	------------	------------	-------------	-------------

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCl: m	ERP Máxima: 5.52 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
530000156372014 71	281	Termo Aditivo	MC	28/11/2023	19/12/2023	Outros Atos Jurídico	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
		Ato	ORLE		05/01/2024	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	1050	Portaria	MC	12/11/1954	27/11/1954	Mudança de Local	Técnico
9999	76237	Decreto	CN	10/09/1975	10/09/1975	Renovação	Jurídico
9999	127	Portaria	MC	25/03/1982	07/04/1982	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	190883	Despacho	MC	19/08/1983	13/09/1983	Advertência	Jurídico
9999	88995	Decreto	CN	14/11/1983	16/11/1983	Renovação	Jurídico
9999	100492	Despacho	MC	10/04/1992		Advertência	Jurídico
9999	210796	Despacho	MC	21/07/1996	31/07/1997	Advertência	Jurídico
9999	11111	Decreto	PR	24/11/1998	25/11/1998	Renovação	Jurídico
9999	145	Decreto Legislativo	CN	23/05/2001	25/05/2001		Jurídico
9999	50	Portaria	MC	04/10/2001	10/10/2001	Multa	Jurídico
9999	509	Portaria	MC	04/10/2001	10/10/2001	Multa	Jurídico
9999	141201	Despacho	MC	14/12/2001		Advertência	Jurídico
9999	125	Portaria	MC	12/03/2009	14/12/2009	Multa	Jurídico

9999	0	Decreto	PR	05/03/2010	08/03/2010	Renovação	Jurídico
9999	26	Decreto Legislativo	CN	03/01/2013	04/01/2013	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	261	Ato	ER03	16/01/2015	19/01/2015	Homologação de Estúdio	Técnico
53516002661/2013 59	2605	Portaria	MCTIC	17/05/2017	23/05/2017	Multa	Jurídico
53500.065337/201 744	10488	Ato	ORLE	20/07/2017	07/08/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
530000355402012 12	3928	Portaria	MC	08/10/2019	06/11/2019	Multa	Jurídico
530000156372014 71	281	Termo Aditivo	MC	28/11/2023	19/12/2023	Adaptação de Outorga	Jurídico

Horário de funcionamento



NOME/RAZÃO SOCIAL FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO				CNPJ 76000447000122
Nº DA ESTAÇÃO 1015715807	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 25° 23' 43.01" S	LONGITUDE 49° 17' 4.99" W

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO R. Amauri Lange Silvério, nº 270.	DISTRITO		
BAIRRO Pilarzinho	MUNICÍPIO Curitiba	UF PR	

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 19/12/2033

LOCALIDADE PLANO BÁSICO:

MUNICÍPIO: Curitiba UF: PR

LOCALIDADE:

FREQUÊNCIA: 81.3 MHz CANAL: 167

CLASSE: A4 COTA BASE DA TORRE: 987

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYO612

NOME FANTASIA: CLUBE FM NUMPROCESSO:

CIDADE DA OUTORGA: Curitiba

ESTÚDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: Senador Correia BAIRRO: Centro

MUNICÍPIO: Curitiba UF: PR

NÚMERO: 55 COMPLEMENTO:

ESTÚDIO AUXILIAR

ENDEREÇO: BAIRRO:

MUNICÍPIO: - UF: COMPLEMENTO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Omnidirecional

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: Marcelo Amorim de Godoy -EPP MODELO: FM6,5s

CÓDIGO: 041981802252 POTÊNCIA: 3.3 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO: POTÊNCIA: kW

CÓDIGO: MODELO: POTÊNCIA: kW

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE: MODELO: POTÊNCIA: kW

CÓDIGO: MODELO: POTÊNCIA: kW

ANTENA PRINCIPAL

FABRICANTE: IF TELECOM MODELO: IFFMC-4-81.3

POLARIZAÇÃO: Circular

DESCRIÇÃO: GANHO: 3.24 dBd

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 34 m ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: 180 graus

ANTENA AUXILIAR

FABRICANTE: BEAM TILT: 0 graus

POLARIZAÇÃO: GANHO: dBd

DESCRIÇÃO: ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: m BEAM TILT: graus

LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE: RFS CABOS ESPECIAIS MODELO: LCF7850JA

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

RDS

Código PI:

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 08/04/2024 10:26:02

APLICAÇÃO	Emitido Em 20/03/2024	Esta licença pode ser validada em https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NcYlxTQ1JcQ2xhc3NmZWNibmNhOjoyMDI0NjYwYWYWM2NDggMzk5Yg==	
-----------	--------------------------	--	--



Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ											
CNPJ: 76.000.447/0001-22											
FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
CLEUSA DO PILAR MARINO SIEIRO	318.986.889-15	FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (1º SECRETARIO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (1º SECRETARIO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (1º SECRETARIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (1º SECRETARIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (1º SECRETARIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (1º SECRETARIO)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba
DANIEL LUCIO SANTOS CORDEIRO	185.444.529-49	FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba
GEIZOM SOKACHESKI	028.283.829-58	FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba

FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICÍPIO
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba
MARCELO JOSE MARTINS MEDEIROS	292.590.702-44	FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (2º SECRETARIO)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (2º SECRETARIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (2º SECRETARIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (2º SECRETARIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (2º SECRETARIO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (2º SECRETARIO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
SANDRA PONDACO WINANDY	125.076.238-37	FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba



BOM DIA

ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾


SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...


Tipo de Consulta:		CPF									
		CPF: 318.986.889-15									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
CLEUSA DO PILAR MARINO SIEIRO	318.986.889-15	FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (1º SECRETARIO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (1º SECRETARIO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (1º SECRETARIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (1º SECRETARIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (1º SECRETARIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (1º SECRETARIO)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba



BOM DIA

ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição


menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...


Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 185.444.529-49											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
DANIEL LUCIO SANTOS CORDEIRO	185.444.529-49	FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba
		FUNDACAO CULTURAL NOSSA SENHORA DE LOURDES DE MARINGA	80.289.184/0001-90	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	PR	Maringá
		FUNDACAO CULTURAL NOSSA SENHORA DE LOURDES DE MARINGA	80.289.184/0001-90	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	PR	Maringá



BOM DIA

ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 028.283.829-58											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
GEIZOM SOKACHESKI	<u>028.283.829-58</u>	FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	<u>76.000.447/0001-22</u>	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	<u>76.000.447/0001-22</u>	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	<u>76.000.447/0001-22</u>	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	<u>76.000.447/0001-22</u>	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	<u>76.000.447/0001-22</u>	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	<u>76.000.447/0001-22</u>	Diretor (TESOUREIRO)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba



BOM DIA

ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾


SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...


Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		292.590.702-44									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARCELO JOSE MARTINS MEDEIROS	292.590.702-44	FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (2º SECRETARIO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (2º SECRETARIO)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (2º SECRETARIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (2º SECRETARIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (2º SECRETARIO)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447/0001-22	Diretor (2º SECRETARIO)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba



BOM DIA

ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 125.076.238-37											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
SANDRA PONDACO WINANDY	<u>125.076.238-37</u>	FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	<u>76.000.447/0001-22</u>	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	<u>76.000.447/0001-22</u>	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	<u>76.000.447/0001-22</u>	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	<u>76.000.447/0001-22</u>	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	<u>76.000.447/0001-22</u>	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	OC	--	PR	Curitiba
		FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	<u>76.000.447/0001-22</u>	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	OM	Nacional	PR	Curitiba
		FUNDACAO CULTURAL NOSSA SENHORA DE LOURDES DE MARINGA	<u>80.289.184/0001-90</u>	Diretor (DIRETORA ADMINISTRATIVO FINANCEIRO)	0	--	--	TV	--	PR	Maringá
		FUNDACAO CULTURAL NOSSA SENHORA DE LOURDES DE MARINGA	<u>80.289.184/0001-90</u>	Diretor (DIRETORA ADMINISTRATIVO FINANCEIRO)	0	--	--	GTVD	--	PR	Maringá



BOM DIA
ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	76.000.447/0001-22

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 05181977197 - ANDRE LUIS TELES GHILLIONI Data: 08/04/2024 Hora: 10:31:28



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO

CNPJ: 76.000.447/0001-22


Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:31:38 do dia 08/04/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 08/05/2024.

Certidão expedida gratuitamente.



Superintendência de Administração Geral

Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças

Gerência de Arrecadação

Impresso por: ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Data/Hora: 08/04/2024 10:31:58

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO

Nº FISTEL: 50447122720

Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

CNPJ/CPF: 76000447000122

Situação: Não licenciada

Data Validade: ☒ CADIN: Não

Incide FUST: Integral

Data Início Operação Comercial: ☒ UF: PR

Div. Ativa: Não

Tipo Usuário:

Proc. Caducidade: Não

End. Sede: RUA AMAURI LANGE SILVERIO 270

Bairro: PILARZINHO

Município: Curitiba

CEP: 82120-000

UF: PR

End. Corresp.:

Bairro:

Município:

CEP:

UF:

Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/Crédito (R\$)
7242 - PPDUR	1	2023	19/01/2024	R\$ 280,70	26/12/2023	280,70	280,70	0001	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2024	15/04/2024	R\$ 2.600,00	14/03/2024	2.600,00	2.600,00	0002	Quitado	0,00
Total devido em 08/04/2024 (em reais):										0,00
Total de créditos em 08/04/2024 (em reais):										0,00

Legenda do Campo Situação

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado
RJ - Lançamento com Recurso Judicial
RN - Lançamento com Recurso Denegado
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União
CD - Lançamento Inscrito no CADIN
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa
E - Lançamento em Execução Judicial
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006
MO - Multa de Ofício
LO - Lançamento de Ofício
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado
PA - Parcelamento: Parcela
BF - Benefício Fiscal

Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarifação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDAATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDAATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	M U L T A / J U R O S
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
5343	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
5344	9344	Diferença de Tarifa Aérea

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004)
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



DECRETO LEGISLATIVO Nº 26, DE 2013

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 5 de março de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2003, a concessão outorgada à Fundação Nossa Senhora do Rocio para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de janeiro de 2013.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 27, DE 2013

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RADIO IMPERIAL FM DE PEDRO II LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pedro II, Estado do Piauí.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.038, de 28 de dezembro de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 27 de fevereiro de 2001, a permissão outorgada à Rádio Imperial FM de Pedro II Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pedro II, Estado do Piauí.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de janeiro de 2013.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 28, DE 2013

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIO COMUNITÁRIA DE MIGUEL PEREIRA - ARCOMP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Miguel Pereira, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 72, de 26 de fevereiro de 2010, que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de Miguel Pereira - ARCOMP para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Miguel Pereira, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de janeiro de 2013.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 29, DE 2013

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RADIO IMPARSON LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 955, de 20 de novembro de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 14 de março de 2007, a permissão outorgada à Rádio Imparson Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012013010400004.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de janeiro de 2013.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 30, DE 2013

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE IPIAÇU - RADIO CIDADE DE IPIAÇU para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipiacu, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 682, de 10 de setembro de 2009, que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Ipiacu - Rádio Cidade de Ipiacu para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipiacu, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de janeiro de 2013.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 31, DE 2013

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DE ALTO PIQUIRI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Piquiri, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 965, de 20 de novembro de 2009, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Alto Piquiri para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Piquiri, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de janeiro de 2013.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 32, DE 2013

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA E SOCIAL DE NATALÂNDIA (ACESNA) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natalândia, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 588, de 24 de junho de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária Educativa e Social de Natalândia (ACESNA) para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natalândia, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de janeiro de 2013.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 33, DE 2013

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RADIO ITAI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Guaíba, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 2 de agosto de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 2003, a concessão outorgada à Rádio Itai Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Guaíba, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de janeiro de 2013.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 34, DE 2013

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DO BEM ESTAR SÓCIO ECONÔMICO E CULTURAL SANTANENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 492, de 31 de maio de 2010, que outorga autorização à Associação do Bem Estar Sócio Econômico e Cultural Santanense para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de janeiro de 2013.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 35, DE 2013

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à S.P.S. RADIO E PUBLICIDADE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Torres, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 845, de 22 de outubro de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 30 de setembro de 2003, a permissão outorgada à S.P.S. Rádio e Publicidade Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Torres, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de janeiro de 2013.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 36, DE 2013

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA SINTONIA DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brotas, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 310, de 30 de março de 2010, que outorga permissão ao Sistema Sintonia de Comunicação Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brotas, Estado de São Paulo.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Clube Marconi Ltda. pela Portaria MVOP nº 923, de 26 de dezembro de 1947, renovada pelo Decreto de 9 de fevereiro de 1998, publicado no Diário Oficial da União de 10 de fevereiro de 1998, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 93, de 16 de abril de 2003, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A concessão ora renovada rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de março de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Heloisa Costa

DECRETO DE 5 DE MARÇO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Radiodifusão Cidade de Palmital Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Palmital, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.027961/2008,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 5 de outubro de 2008, a concessão outorgada à Radiodifusão Cidade de Palmital Ltda. pelo Decreto nº 96.640, de 2 de setembro de 1988, renovada pelo Decreto de 3 de outubro de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 4 de outubro de 2002, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Palmital, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão ora renovada rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de março de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Heloisa Costa

DECRETO DE 5 DE MARÇO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Rádio Piratininga de São José dos Campos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.005272/2004,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Piratininga de São José dos Campos Ltda. pela Portaria MJN 134-B, de 20 de março de 1962, renovada pelo Decreto de 13 de junho de 2001, publicado no Diário Oficial da União de 15 de junho de 2001, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 524, de 17 de agosto de 2004, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 0001201003080004.

Parágrafo único. A concessão ora renovada rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de março de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Heloisa Costa

DECRETO DE 5 DE MARÇO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Rádio Repórter Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.003988/2004,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Repórter Ltda. pela Portaria MVOP nº 388, de 16 de julho de 1956, renovada pelo Decreto de 1ª de fevereiro de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 4 de fevereiro de 2002, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 751, de 16 de outubro de 2003, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A concessão ora renovada rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de março de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Heloisa Costa

DECRETO DE 5 DE MARÇO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Fundação Nossa Senhora do Rocio, para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.002528/2003-31,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2003, a concessão outorgada à Fundação Nossa Senhora do Rocio pelo Decreto nº 1.293, de 23 de dezembro de 1936, renovada pelo Decreto de 24 de novembro de 1998, publicado no Diário Oficial da União de 25 de maio de 2001, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão ora renovada rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de março de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Heloisa Costa

DECRETO DE 5 DE MARÇO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Rádio São João do Sudoeste do Paraná Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de São João, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.010257/2006,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 27 de junho de 2006, a concessão outorgada à Rádio São João do Sudoeste do Paraná Ltda. pela Portaria nº 176, de 25 de junho de 1986, renovada pelo Decreto de 28 de abril de 2000, publicado no Diário Oficial da União em 2 de maio de 2000, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 36, de 18 de março de 2003, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de São João, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão ora renovada rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de março de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Heloisa Costa

DECRETO DE 5 DE MARÇO DE 2010

Renova a concessão outorgada à S.A. Rádio Tupi, para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.047231/2004 e nº 50770.000119/1993,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2003, a concessão outorgada à S.A. Rádio Tupi pelo Decreto nº 545, de 27 de dezembro de 1935, prorrogada pelo Decreto nº 29.238, de 29 de janeiro de 1951, renovada pelo Decreto nº 89.510, de 4 de abril de 1984, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo único. A concessão ora renovada rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o inciso XVI do art. 1º do Decreto de 29 de setembro de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 29 de outubro de 2000, que renova a concessão outorgada à S.A. Rádio Tupi.

Brasília, 5 de março de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Heloisa Costa

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DECRETO DE 5 DE MARÇO DE 2010

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, resolve

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Diário Oficial

Seção 1

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - IMPRENSA NACIONAL

Ano CXXXVIII Nº 101 - E - Brasília - DF, sexta-feira, 25 de maio de 2001 R\$ 1,20

ISSN 1415-1537

Sumário

Atos do Poder Judiciário	1
Atos do Poder Legislativo	1
Atos do Congresso Nacional	1
Atos do Poder Executivo	2
Presidência da República	58
Ministério da Justiça	60
Ministério da Defesa	68
Ministério da Fazenda	86
Ministério dos Transportes	90
Ministério da Cultura	90
Ministério do Trabalho e Emprego	90
Ministério da Previdência e Assistência Social	93
Ministério da Saúde	94
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	98
Ministério de Minas e Energia	100
Ministério da Integração Nacional	102
Ministério do Desenvolvimento Agrário	102
Ministério Público da União	105
Tribunal de Contas da União	106

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL Plenário

DECISÕES

Ação Direta de Inconstitucionalidade e Ação Declaratória de Constitucionalidade

(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

ACÓRDÃO

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 1.621-1

PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. OCTAVIO GALLOTTI
REQTE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BIOMÉDICA
ADV. : FERNANDO GOMES DE CASTRO e OUTROS
REQDO. : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Decisão: O Tribunal, por maioria de votos, não conheceu da ação direta, ficando prejudicado o pedido de medida cautelar, nos termos do voto do Relator, vencidos os Senhores Ministros Marco Aurélio e Sepúlveda Pertence. Votou o Presidente, Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Nelson Jobim, Mauricio Corrêa e Celso de Mello, Presidente. Presidiu o julgamento o Senhor Ministro Carlos Velloso, Vice-Presidente. Plenário, 18.9.97.

EMENTA: - Ação Direta de Inconstitucionalidade.

Ilegitimidade ativa das entidades constituídas por associações (ref. ADI 353, RTJ 147/401), não ilidindo essa objeção, decorrente da parte permanente do estatuto da

requerente, a situação transitória tolerada pelo mesmo estatuto, de diretamente a ela se associarem profissionais biomédicos, só enquanto não criadas associações estaduais.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 1.892-2

PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. ILMAR GALVÃO
REQTES. : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA - CONTAG e OUTRA
ADVDS. : MARIA JOSÉ SOUZA MORAES e OUTROS
REQDO. : PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Decisão: O Tribunal, resolvendo questão de ordem apresentada pelo Relator, não conheceu da ação, nos termos do seu voto. Votou o Presidente. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Nelson Jobim, Celso de Mello e Sydney Sanches. Plenário, 05.10.2000.

EMENTA: ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.698. QUESTÃO DE ORDEM. FALTA DE ADITAMENTO A INICIAL ANTE A REEDIÇÃO DO ATO NORMATIVO IMPUGNADO. A falta do necessário aditamento à inicial, ante a reedição da medida provisória impugnada, acarreta a perda de objeto da ação direta, na forma da jurisprudência do STF. Não-conhecimento.

Secretaria de Apoio Aos Julgamentos

ALBERTO VERONESE AGUIAR
Secretário

(Of. El. nº 123CCDP)

Atos do Poder Legislativo

RETIFICAÇÃO

LEI Nº 10.226, DE 15 DE MAIO DE 2001.

(Publicada no Diário Oficial de 16 de maio de 2001 - Seção 1)

- Na página 2, 2ª coluna, por ter saído com falha de editoração - omissão de linha pontilhada, onde se lê:

"Art. 135....."

Leia-se: "Art. 135....."

Atos do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Jader Barbalho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 142, DE 2001

Aprova o ato que autoriza a "Associação de Radiodifusão Comunitária Itaperuçu - Arci" a executar serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Itaperuçu, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 225, de 17 de dezembro de 1999, que autoriza a "Associação de Radiodifusão Comunitária Itaperuçu - Arci" a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Itaperuçu, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 23 de maio de 2001

SENADOR JADER BARBALHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Jader Barbalho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 143, DE 2001

Aprova o ato que outorga concessão a "Fundação Universidade Regional de Blumenau - Furb", para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 29 de novembro de 1999, que outorga concessão a "Fundação Universidade Regional de Blumenau - Furb", para executar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), com fins exclusivamente educativos, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 23 de maio de 2001

SENADOR JADER BARBALHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Jader Barbalho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 144, DE 2001

Aprova o ato que outorga permissão a "Thomazella, Pavan & Cia. Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Santa Fé, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 68, de 8 de junho de 1999, que outorga permissão a "Thomazella, Pavan & Cia. Ltda." para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Santa Fé, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 23 de maio de 2001

SENADOR JADER BARBALHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Jader Barbalho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 145, DE 2001

Aprova o ato que renova a concessão de "Fundação Nossa Senhora do Rocio" para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:



Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 24 de novembro de 1998, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1993, a concessão de "Fundação Nossa Senhora do Rocio" para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 23 de maio de 2001

SENADOR JADER BARBALHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Jader Barbalho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 146, DE 2001

Aprova o texto da Emenda, por Troca de Notas, ao Acordo sobre Transportes Aéreos, de 4 de julho de 1947, celebrada entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile, em Brasília, em 3 de dezembro de 1998.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto da Emenda, por Troca de Notas, ao Acordo sobre Transportes Aéreos, de 4 de julho de 1947, celebrada entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile, em Brasília, em 3 de dezembro de 1998.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 23 de maio de 2001

SENADOR JADER BARBALHO
Presidente do Senado Federal

(*) O texto da Emenda acima citado está publicado no D.S.F. de 6.6.2000.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Jader Barbalho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 147, DE 2001

Aprova o ato que outorga permissão a "Fundação Rádio FM Educadora Itaguay Nossa Senhora da Conceição" para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Ponta de Pedras, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 162, de 11 de outubro de 1999, que outorga permissão a "Fundação Rádio FM Educadora Itaguay Nossa Senhora da Conceição" para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Ponta de Pedras, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 23 de maio de 2001

SENADOR JADER BARBALHO
Presidente do Senado Federal

(Of. El. nº 043)

Atos do Poder Executivo

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.062-66, DE 24 DE MAIO DE 2001.

Altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A pessoa jurídica, cujos créditos com pessoa jurídica de direito público ou com empresa sob seu controle, empresa pública, sociedade de economia mista ou sua subsidiária, decorrentes de construção por empreitada, de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, forem quitados pelo Poder Público com títulos de sua emissão, inclusive com Certificados de Securitização, emitidos especificamente para essa finalidade, poderá computar a parcela do lucro, correspondente a esses créditos, que houver sido diferida na forma do disposto nos §§ 3º e 4º do art. 10 do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, na determinação do lucro real do período-base do resgate dos títulos ou de sua alienação sob qualquer forma.

Art. 2º O disposto no art. 65 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, aplica-se, também, nos casos de entrega, pelo licitante vencedor, de títulos da dívida pública do Estado, do Distrito Federal ou do Município, como contrapartida à aquisição de ações ou quotas de empresa sob controle direto ou indireto das referidas pessoas jurídicas de direito público, nos casos de desestatização por elas promovidas.

Art. 3º Fica reduzida para quinze por cento a alíquota do imposto de renda incidente na fonte sobre as importâncias pagas, creditadas, entregues, empregadas ou remetidas ao exterior a título de remuneração de serviços técnicos e de assistência técnica, e a título de royalties, de qualquer natureza, a partir do início da cobrança da contribuição instituída pela Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000.

Art. 4º É concedido crédito incidente sobre a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, instituída pela Lei nº 10.168, de 2000, aplicável às importâncias pagas, creditadas, entregues, empregadas ou remetidas para o exterior a título de royalties de qualquer natureza.

§ 1º O crédito referido no caput

I - será determinado com base na contribuição devida, incidente sobre pagamentos, créditos, entregas, emprego ou remessa ao exterior a título de royalties de qualquer natureza, mediante utilização dos seguintes percentuais:

a) cem por cento, relativamente aos períodos de apuração encerrados a partir de 1º de janeiro de 2001 até 31 de dezembro de 2003;

b) setenta por cento, relativamente aos períodos de apuração encerrados a partir de 1º de janeiro de 2004 até 31 de dezembro de 2008;

c) trinta por cento, relativamente aos períodos de apuração encerrados a partir de 1º de janeiro de 2009 até 31 de dezembro de 2013;

II - será utilizado, exclusivamente, para fins de dedução da contribuição incidente em operações posteriores, relativas a royalties.

§ 2º O Comitê Gestor definido no art. 5º da Lei nº 10.168, de 2000, será composto por representantes do Governo Federal, do setor industrial e do segmento acadêmico-científico.

Art. 5º Não incidirá o imposto de renda na fonte sobre os rendimentos pagos ou creditados a empresa domiciliada no exterior, pela contraprestação de serviços de telecomunicações, por empresa de telecomunicação que centralize, no Brasil, a prestação de serviços de rede corporativa de pessoas jurídicas.

Parágrafo único. Para efeitos deste artigo, considera-se rede corporativa a rede de telecomunicações privativa de uma empresa ou entidade, a qual interliga seus vários pontos de operações no Brasil e no exterior.

Art. 6º Os bens do ativo permanente imobilizado, exceto a terra nua, adquiridos por pessoa jurídica que explore a atividade rural, para uso nessa atividade, poderão ser depreciados integralmente no próprio ano da aquisição.

Art. 7º Exclui-se da incidência do imposto de renda na fonte e na declaração de rendimentos o valor do resgate de contribuições de previdência privada, cujo ônus tenha sido da pessoa física, recebido por ocasião de seu desligamento do plano de benefícios da entidade, que corresponder às parcelas de contribuições efetuadas no período de 1º de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1995.

Art. 8º Serão admitidos como despesas com instrução, pre-

vistas no art. 8º, inciso II, alínea "b", da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, os pagamentos efetuados a creches.

Art. 9º Fica reduzida a zero, relativamente aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2001, a alíquota do imposto de renda incidente sobre remessas, para o exterior, destinadas exclusivamente ao pagamento de despesas relacionadas com pesquisa de mercado para produtos brasileiros de exportação, bem como aquelas decorrentes de participação em exposições, feiras e eventos semelhantes, inclusive alugueis e arrendamentos de stands e locais de exposição, vinculadas à promoção de produtos brasileiros, bem assim de despesas com propaganda realizadas no âmbito desses eventos.

§ 1º O Poder Executivo estabelecerá as condições e as exigências para a aplicação do disposto neste artigo.

§ 2º Relativamente ao período de 1º de janeiro de 2001 a 31 de dezembro de 2003, a renúncia anual de receita decorrente da redução de alíquota referida no caput será apurada, pelo Poder Executivo, mediante projeção da renúncia efetiva verificada no primeiro semestre.

§ 3º Para os fins do disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o montante anual da renúncia, apurado na forma do § 2º, nos meses de setembro de cada ano, será custeado à conta de fontes financiadoras da reserva de contingência, salvo se verificado excesso de arrecadação, apurado também na forma do § 2º, em relação à previsão de receitas, para o mesmo período, deduzido o valor da renúncia.

§ 4º O excesso de arrecadação porventura apurado nos termos do § 3º, in fine, será utilizado para compensação do montante da renúncia.

§ 5º A alíquota referida no caput, na hipótese de pagamentos a residente ou domiciliados em países que não tribute a renda ou que a tribute à alíquota máxima inferior a vinte por cento, a que se refere o art. 24 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, será de vinte e cinco por cento.

Art. 10. Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.062-65, de 26 de abril de 2001.

Art. 11. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de maio de 2001; 180ª da Independência e 113ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Pedro Parente

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.065-21, DE 24 DE MAIO DE 2001

Dispõe sobre a Cédula de Crédito Bancário.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

CAPÍTULO I DA CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO

Art. 1º A Cédula de Crédito Bancário é título de crédito emitido, por pessoa física ou jurídica, em favor de instituição financeira ou de entidade a esta equiparada, representando promessa de pagamento em dinheiro, decorrente de operação de crédito, de qualquer modalidade.

§ 1º A instituição credora deve integrar o Sistema Financeiro Nacional, sendo admitida a emissão da Cédula de Crédito Bancário em favor de instituição domiciliada no exterior, desde que a obrigação esteja sujeita exclusivamente à lei e ao foro brasileiros.

§ 2º A Cédula de Crédito Bancário em favor de instituição domiciliada no exterior poderá ser emitida em moeda estrangeira.

Art. 2º A Cédula de Crédito Bancário poderá ser emitida, com ou sem garantia, real ou fidejussória, cedularmente constituída.

Parágrafo único. A garantia constituída será especificada na Cédula de Crédito Bancário, observadas as disposições do Capítulo II desta Medida Provisória e, no que não forem com estas conflitantes, as da legislação comum ou especial aplicável.

Art. 3º A Cédula de Crédito Bancário é título executivo extrajudicial e representa dívida em dinheiro, certa, líquida e exigível, seja pela soma nela indicada, seja pelo saldo devedor demonstrado em planilha de cálculo, ou nos extratos da conta-corrente, elaborados conforme previsto no § 2º.

§ 1º Na Cédula de Crédito Bancário poderão ser pactuados:

I - os juros sobre a dívida, capitalizados ou não, os critérios de sua incidência e, se for o caso, a periodicidade de sua capitalização, bem como as despesas e os demais encargos decorrentes da obrigação;

II - os critérios de atualização monetária ou de variação cambial como permitido em lei;

III - os casos de ocorrência de mora e de incidência das multas e penalidades contratuais, bem como as hipóteses de vencimento antecipado da dívida;

IV - os critérios de apuração e de ressarcimento, pelo emitente ou por terceiro garantidor, das despesas de cobrança da dívida e dos honorários advocatícios, judiciais ou extrajudiciais, sendo que os honorários advocatícios extrajudiciais não poderão superar o limite de dez por cento do valor total devido;

CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA Imprensa Nacional

<http://www.in.gov.br> e-mail: in@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília — DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800-619900

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Presidente da República

PEDRO PARENTE
Chefe da Casa Civil

ARLOS ALBERTO GUIMARÃES BATISTA DA SILVA
Diretor-Geral

DIÁRIO OFICIAL — SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos
ISSN 1415-1537

MAURÍCIO AUGUSTO COELHO
Coordenador-Geral de Produção Industrial



Diário Oficial

IMPRENSA NACIONAL

BRASÍLIA — DF

 REPÚBLICA
FEDERATIVA
DO BRASIL

ANO CXXXVI - Nº 226

QUARTA-FEIRA, 25 DE NOVEMBRO DE 1998

NÃO PODE SER VENDIDO
SEPARADAMENTE

Sumário

	PÁGINA
ATOS DO PODER EXECUTIVO.....	1
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.....	7
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (*).....	12
MINISTÉRIO DA MARINHA.....	13
MINISTÉRIO DO EXÉRCITO.....	14
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES.....	14
MINISTÉRIO DA FAZENDA (*).....	16
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES (*).....	23
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO (*).....	24
MINISTÉRIO DA CULTURA.....	25
MINISTÉRIO DO TRABALHO (*).....	25
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL (*).....	27
MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA.....	27
MINISTÉRIO DA SAÚDE (*).....	30
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA (*).....	31
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO.....	41
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.....	42
MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL E REFORMA DO ESTADO (*).....	44
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL.....	49
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO.....	49
ENTIDADES DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO DAS PROFISSÕES LIBERAIS.....	50
PODER LEGISLATIVO.....	51
PODER JUDICIÁRIO.....	51
ÍNDICE.....	52

(*) N. da DIJOF: órgãos sujeitos à publicação no caderno eletrônico.

Atos do Poder Executivo

DECRETO DE 24 DE NOVEMBRO DE 1998.

Renova a concessão da Rádio e Televisão Iguaçu S.A., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223 da Constituição, e nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.068, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53740.000483/95,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por quinze anos, a partir de 1º de dezembro de 1995, a concessão outorgada à Rádio e Televisão Iguaçu S.A., pelo Decreto nº 56.713, de 12 de agosto de 1965, renovada pelo Decreto nº 88.219, de 15 de julho de 1981, cujo prazo residual da outorga foi mantido conforme Decreto de 10 de maio de 1991, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de novembro de 1998; 177º da Independência e 110º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Luiz Carlos Mendonça de Barros

DECRETO DE 24 DE NOVEMBRO DE 1998.

Renova a concessão da Fundação Nossa Senhora do Rocio, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223 da Constituição, e nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.068, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 29740.000078/93,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 1993, a concessão da Fundação Nossa Senhora do Rocio, outorgada pelo Decreto nº 1.293, de 23 de dezembro de 1936, e renovada pelo Decreto nº 88.995, de 14 de novembro de 1983, cujo prazo residual da outorga foi mantido pelo Decreto de 10 de maio de 1991, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de novembro de 1998; 177º da Independência e 110º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Luiz Carlos Mendonça de Barros

DECRETO DE 24 DE NOVEMBRO DE 1998.

Renova a concessão da Fundação Nossa Senhora do Rocio, para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223 da Constituição, e nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.068, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 29740.000653/93,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de novembro de 1993, a concessão da Fundação Nossa Senhora do Rocio, outorgada conforme Decreto nº 31.447, de 12 de setembro de 1952, e renovada pelo Decreto nº 91.668, de 20 de setembro de 1985, cujo prazo residual da outorga foi mantido pelo Decreto de 10 de maio de 1991, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de novembro de 1998; 177º da Independência e 110º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Luiz Carlos Mendonça de Barros

disposto nos arts. 59 a 73 do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940, mantidos pelo art. 300 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam mantidos os efeitos jurídicos das autorizações outorgadas às empresas estrangeiras relacionadas no Anexo, para funcionarem no País.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de maio de 1991; 170º da Independência e 103º da República.

FERNANDO COLLOR
Jarbas Passarinho
Mario Cesar Flores
Carlos Tinoco Ribeiro Gomes
Socrates da Costa Monteiro
João Eduardo Cerdeira de Santana
Antonio Cabrera
Antonio Magri

ANEXO

SOCIEDADES ESTRANGEIRAS AUTORIZADAS A OPERAREM NO PAÍS

1. Norton Megaw & Co. Ltd.;
2. F. S. Hampshire & Co. Ltd.;
3. Amazonas Engineering Company Limited;
4. A. Boye & Co. S.A.;
5. The Sydney Ross Company;
6. Arner Bros (South) Inc.;
7. The Lancashire General Investment Company Limited;
8. Columbia Tri-Star Films of Brasil, Inc.;
9. U. A. of Brazil Inc.;
10. Lamport & Holt Line Limited;
11. Compagnie Internationale des Wagons Lits et du Tourisme;
12. W. M. Jackson Inc.;
13. United Press International Inc.;
14. Reuters Limited;
15. International Advertising Service;
16. American Bureau of Shipping;
17. Ansaldo Gie SpA;
18. Kellogg Company do Brasil;

MINISTERIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional
SIG - Quadra 6, Lote 800 - 70604 - Brasília/DF
Telefones: (PABX (061) 321-5566) Telex: (061) 1356 DIMN BR
Fax: (061) 225-2046
CGC/MF: 00394494/0016-12

ENIO TAVARES DA ROSA
Diretor-Geral em exercício

NELSON JORGE MONAIAR
Chefe de Divisão de Jornais Oficiais
DIÁRIO OFICIAL - Seção I
Órgão destinado à publicação de atos normativos

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Editor

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Seleção e Registro de Matérias. Matérias entregues até às 16 horas serão divulgadas na edição do dia imediato. Reclamações deverão ser feitas por escrito à Divisão de Jornais Oficiais até o quinto dia útil após sua publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua elevação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

Diário Oficial

Diário da Justiça

Preços	Seção I	Seção II	Seção I	Seção II
ASSINATURA TRIMESTRAL:	Cr\$ 1.686,00	Cr\$ 441,00	Cr\$ 1.653,00	Cr\$ 1.359,00
FORTE:	Cr\$ 11.814,00	Cr\$ 5.808,00	Cr\$ 21.384,00	Cr\$ 11.814,00

Informações: Seção de Divulgação da Imprensa Nacional (DICOM/SEDIV)
Telefone: (061) 226-2586
Horário: 8:00 às 12:30h e 13:30 às 17:00h.

19. United States Lines (S.A.) Inc.;
20. Agência Ete S.A.;
21. Rápido Iguazu S.A. de Transporte Y Turismo;
22. Organizacion Nacional de Autobuses Sociedad Anonima do Brasil (O.N.D.A. do Brasil);
23. Agência Latino Americana de Informacion - LATIN S.A.;
24. Japan Trade Center São Paulo;
25. Societé Anonyme de Telecommunications;
26. Societé Nationale pour la Recherche, la Production, le Transport, la Transformation et la Commercialisation des Hydrocarbures - SONATRACH;
27. Yacimientos Petroliferos Fiscales Bolivianos;
28. B. P. Petroleum Development Brazil Limited do Brasil;
29. Eaton Corporation do Brasil;
30. Philip Morris Marketing S.A.;
31. Expreso Maipu Sociedad Anonima Comercial, Industrial y Financiera;
32. Expresso General Urquiza S.R.L. para o Brasil;
33. R. J. Reynolds Tabacos do Brasil Ltda.;
34. Thomson C.S.F.;
35. Ebcad Designs S.A.;
36. Fishcam Marketing S.A.;
37. Yaohan Department Store Co. Ltd.;
38. The Gillette Company;
39. Pepsico Inc.;
40. JDC Corporation;
41. Transportes Panamericanos S.A.;
42. Farmitalia Carlo Erba SpA;
43. Smithkline Brasil;
44. Latino Sociedad Anonima;
45. R.I.C. Railway International Construction SpA.

Decreto de 10 de maio de 1991.

Consolida decretos de outorga de concessões e de autorizações para execução dos serviços de radiodifusão sonora e dos de sons e imagens.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o que dispõe o art. 33 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e o art. 29 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam mantidos, pelos respectivos prazos residuais, os efeitos jurídicos das concessões e autorizações em vigor, outorgadas ou renovadas mediante decreto, das entidades relacionadas no Anexo, para execução dos serviços de radiodifusão sonora em ondas médias, curtas e tropicais, bem assim dos de sons e imagens e dos especiais de televisão por assinatura.

Parágrafo único. O disposto neste artigo se estende às autorizações para aumento de potência, bem como às concessões e autorizações com pedido de renovação pendente de decisão do órgão competente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de maio de 1991; 170º da Independência e 103º da República.

FERNANDO COLLOR
João Eduardo Cerdeira de Santana

A N E X O

(Decreto de 10 de maio de 1991)

NOME P. ENTIDADE	TIPO DE SERVIÇO	CIDADE/UF
A Gazeta do Espírito Santo Rádio e TV Ltda.	OM	Serra-ES
A Gazeta do Espírito Santo Rádio e TV Ltda.	TV	Vitória-ES

ABC - Rede Nacional de Rádio e Televisão Ltda.	TV	Cuiabá-MT	Fundação Cristã Educativa	OM	Pires do Rio-GO
ACD - Sistema de Rádio e Televisão Ltda.	TV	Araxá-MG	Fundação Cristã Educativa	OM	Itapuranga-GO
Aecofaba Radiodifusão Ltda.	OM	Riacho de Santana-BA	Fundação Cristã Espírita Cultural Paulo de Tarso	OM	Rio de Janeiro-RJ
Alagamar Rádio Sociedade Ltda.	OM	Maceu - RN	Fundação Cruzense de Jornalismo e Radiodifusão	OM	Cruzeiro-SP
AM 580 Cidade de Americana Limitada	OM	Americana-SP	Fundação Cultural de Aratiba	OM	Aratiba-RS
Bariri Rádio Clube Ltda.	OM	Bariri-SP	Fundação Cultural Divino Espírito Santo de Jataí	OT	Jataí-GO
Bauru Rádio Clube Ltda.	OM	Bauru-SP	Fundação Cultural Divino Espírito Santo de Jataí	OM	Jataí-GO
Boa Sorte Rádio e Televisão Ltda.	TV	Araguainha-TO	Fundação Cultural e Educacional Bom Jesus	OM	Bom Jesus da Lapa-BA
Brasil Emissoras Aliadas Sociedade Ltda.	OM	Santa Bárbara D'Oeste-SP	Fundação Cultural e Educacional Santana de Caetité	OM	Caetité-BA
Brunado Radiodifusão Sertaneja Ltda.	OM	Brunado-BA	Fundação Cultural e Educacional Santo Afonso	OM	Coronel Fabriciano-MG
Cacimba Comunicações Ltda.	OM	Taio-SC	Fundação Cultural Nossa Senhora da Guia	OM	Patos-PB
Campos Difusora Ltda.	OM	Campos-RJ	Fundação Cultural Planalto de Passo Fundo	OM	Passo Fundo-RS
Canal e Transmissões INTERTV Ltda.	TV	Nova Friburgo-RJ	Fundação Cultural Riograndense	OM	Caxias do Sul-RS
Caraiíba Empreendimentos Culturais Ltda.	OM	Senhor do Bonfim-BA	Fundação Cultural Riograndense	OM	Vacaria-RS
Ceará Rádio Club S.A.	OM	Fortaleza-CE	Fundação Cultural São Francisco de Assis	OM	Siqueira Campos-PR
Centenário Comunicação Ltda.	OM	Carauabas-RN	Fundação de Desenvolvimento de Pícuí - FUNDEPI	TV	Pícuí-PB
Chiru Comunicações Ltda.	OM	Palmitinho-RS	Fundação de Ensino e Tecnologia de Alfenas	TV	Alfenas-MG
COMCEL - Comunicações Culturais e Evangélicas Ltda.	OM	Manhuaçu-MG	Fundação de Telecomunicações do Pará - FUNTELPA	TV	Belém-PA
Companhia Catarinense de Rádio e Televisão	TV	Joinville-SC	Fundação de Telecomunicações do Pará - FUNTELPA	OT	Belém-PA
Comunicações Minas Liberdade Ltda.	OM	Passos-MG	Fundação de Teleeducação do Estado do Ceará - FUNTELC	TV	Fortaleza-CE
Departamento de Comunicação Social - DECOM	OM	Vitória-ES	Fundação Dom Avelar Brandão Vilela	OM	Teresina-PI
Departamento Estadual de Cultura - DEC	TV	Vitória-ES	Fundação Dom Avelar Brandão Vilela	OT	Teresina-PI
DETELPE Deptº de Telecomunicações de Pernambuco	TV	Caruaru-PE	Fundação Educacional Sant'Ana	OM	Caicó-RN
Diário da Manhã Ltda.	OM	Florianópolis-SC	Fundação Educacional União da Serra	OM	Marau-RS
Difusora Cultural Ltda.	OM	Irati-PR	Fundação Educacional União da Serra	OM	Veranópolis-RS
Difusora Ouro Verde Ltda.	OM	Curitiba-PR	Fundação Educativa Pio XII de Radiodifusão	TV	Juiz de Fora-MG
Difusora Rádio Cajazeiras Ltda.	OM	Cajazeiras-PB	Fundação Emissora Rural A Voz de São Francisco	OM	Petrolina-PE
Difusoras Aliadas da Alta Paulista Ltda.	OM	Tupi Paulista-SP	Fundação Emissora Rural A Voz de São Francisco	OT	Petrolina-PE
Difusoras de Pernambuco Ltda.	OM	Pesqueira-PE	Fundação Evangélica Trindade	TV	São Paulo-SP
Difusoras de Pernambuco Ltda.	OM	Limoeiro-PE	Fundação Frei João Batista Vogel O.F.M.	OM	Anápolis-GO
ECO - Empresa Codoense de Rádio Difusão Ltda.	OM	Codó-MA	Fundação Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia - IRDEB	TV	Salvador-BA
ECOS - Empresa de Comunicação da Amazônia Ltda.	OM	Parintins-AM	Fundação Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia - IRDEB	OC	Salvador-BA
EDINNOI Empresa Divulgadora Novo Nordeste Ltda.	OM	Arapiraca-AL	Fundação João Paulo II	OC	Cachoeira Paulista-SP
Emissora A Voz de Catanduva Ltda.	OM	Catanduva-SP	Fundação João XXIII	OT	Governador Valadares-MG
Emissora Centro-Oeste Ltda.	OM	Cruz Alta-RS	Fundação Mater et Magistra de Londrina	OT	Londrina-PR
Emissora Continental de Campos Ltda.	OM	Campos-RJ	Fundação Nossa Senhora Aparecida	OT	Aparecida-SP
Emissora do Planalto Limitada	OM	Paulínia-SP	Fundação Nossa Senhora Aparecida	OC	Aparecida-SP
Emissora Rio São Francisco Ltda.	OM	Penedo-AL	Fundação Nossa Senhora do Rocio	OC	Curitiba-PR
Emissora Sarandense Ltda.	OM	Sarandi-RS	Fundação Nossa Senhora do Rocio	TV	Curitiba-PR
Emissora Sul Goiana de Quirinópolis Ltda.	OM	Quirinópolis-GO	Fundação Padre Anchieta	OM	São Paulo-SP
Emissoras Pioneiras da União Ltda.	OM	Ibituba-RS	Fundação Padre Martin Kirscht	OM	Espinoosa-MG
Emissoras Rádio Marajoara Ltda.	OT	Belém-PA	Fundação Padre Pelagio	OM	Goiania-GO
Emissoras Rádio Marajoara Ltda.	OM	Belém-PA	Fundação Padre Pelagio	OM	Ipameri-GO
Emissoras Reunidas Ltda.	OM	Poconé-MT	Fundação Paz na Terra	OM	Natal-RN
Emissoras Reunidas Ltda.	OM	Santa Cruz do Sul-RS	Fundação Rádio e Televisão Educativa	TV	Porto Alegre-RS
Emissoras Riograndense Ltda.	OM	Alegrete-RS	Fundação Rádio Rural	OM	Concórdia-SC
Emissoras Riograndense Ltda.	OM	Pelotas-RS	Fundação Radiodifusora de Congonhas	OT	Congonhas-MG
Emissoras Riograndense Ltda.	OM	São Lourenço do Sul-RS	Fundação Rainha da Paz	OM	Brasília-DF
Emissoras Santa Cruz S.A. Rádio e Televisão	OM	Pará de Minas-MG	Fundação Roquette Pinto	TV	São Luís-MA
Emissoras Sul Brasileiras Ltda.	OM	Panamambi-RS	Fundação Roquette Pinto	TV	Rio de Janeiro-RJ
Emissoras Sul Brasileiras Ltda.	OM	Horizontina-RS	Fundação Sant'Ana	OM	Ponta Grossa-PR
Empresa Jornalística e de Radiodifusão Açoriana-EJORA	OM	Taquari-RS	Fundação Santa Cruz de Jequitinhonha	OM	Jequitinhonha-MG
Empreendimentos Guimarães e França Ltda.	OM	Santa Vitória-MG	Fundação Santa Luzia de Mossoró	OM	Mossoró-RN
Empreendimentos Radiodifusão Cabo Frio Ltda.	TV	Cabo Frio-RJ	Fundação TV Minas - Cultural e Educativa	TV	Belo Horizonte-MG
Empresa Caponense de Radiodifusão AM Ltda.	OM	Capão da Canoa-RS	Fundação TV Minas - Cultural e Educativa	OT	Cruzeiro do Sul-AC
Empresa de Radiodifusão Sete Cidades de Piracuruca Ltda.	OM	Piracuruca-PI	Fundação Verdes Florestas	OM	Cruzeiro do Sul-AC
Empresa de Radiodifusão Campograndense Ltda.	OM	Campo Grande-MS	Fundação Verdes Florestas	OM	São José do Rio Claro-MT
Empresa de Radiodifusão Morimoto Ltda.	OT	Ji-Paraná-RO	Gaspar Radiodifusão Ltda.	OM	Itaquira-MT
Empresa de Radiodifusão Morimoto Ltda.	OM	Ji-Paraná-RO	Gazeta Comunicações Ltda.	OM	Santa Cruz do Sul-RS
Empresa de Radiodifusão Morimoto Ltda.	OM	Vilhena-RO	Goiana FM Ltda.	OM	Goiana-PE
Empresa de Radiodifusão Tupinambás Ltda.	OM	Dourados-MS	Governo do Estado do Amazonas - Superintendência de Televisão e Rádio Educativa do Amazonas	TV	Manaus-AM
Empresa Formosense de Radiodifusão Ltda.	OM	Formosa-GO	Governo do Estado de Goiás - Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado	OT	Goiania-GO
Empresa Guiratinguense de Radiodifusão Ltda.	OM	Guiratinga-MT	Governo do Estado de Goiás - Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado	OC	Goiania-GO
Empresa Jornalística Noroeste Ltda.	OM	Santa Rosa-RS	Governo do Estado de Goiás - Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado	OM	Goiania-GO
Empresa Jornalística O Povo S.A.	OM	Fortaleza-CE	Governo do Estado de Goiás - Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado	TV	Goiania-GO
Empresa Mineira de Radiodifusão Sociedade Ltda.	OM	Belo Horizonte-MG	Governo do Estado de Mato Grosso do Sul - Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul	TV	Campo Grande-MS
Empresa Paulista de Televisão Ltda.	TV	Ribeirão Preto-SP	Governo do Estado da Paraíba - Rádio Tabajara da Paraíba S.A.	OM	João Pessoa-PB
Empresa Paulista de Televisão Ltda.	TV	Campinas-SP	Governo do Estado de Alagoas - Rádio Difusora de Alagoas	OM	Maceió-AL
Empresa Pioneira de Televisão Ltda.	TV	São Carlos-SP	Governo do Estado de Alagoas - Secretaria de Educação do Estado	TV	Maceió-AL
Empresa Portoalegrense de Comunicação Ltda.	TV	Porto Alegre-RS	Governo do Estado do Maranhão - Rádio Timbira do Maranhão	OT	São Luís-MA
Empresa São Borjense de Comunicações Ltda.	OM	São Borja-RS	Governo do Estado do Maranhão - Rádio Timbira do Maranhão	OC	São Luís-MA
Governo do Estado do Acre - Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Cultura e do Desporto	OM	Rio Branco-AC	Governo do Estado do Maranhão - Rádio Timbira do Maranhão	OM	São Luís-MA
Fundação Mater et Magistra de Londrina	OM	Londrina-PR	Governo do Estado do Maranhão - Rádio Timbira do Maranhão	TV	Curitiba-PR
Fundação Anchieta - Centro Paulista de RD e TV Educativas	OM	São Paulo-SP	Governo do Estado do Maranhão - Rádio Timbira do Maranhão	OM	Curitiba-PR
Fundação Sagrado Coração de Jesus de União da Vitória	OM	União da Vitória-PR	Governo do Estado do Paraná - Fundação Rádio e Televisão do Paraná	TV	Curitiba-PR
Governo do Estado do Acre - Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Cultura e do Desporto	OT	Rio Branco-AC	Governo do Estado do Paraná - Fundação Rádio e Televisão do Paraná	OM	Curitiba-PR
Fundação Antares - Rádio e Televisão Cultural e Educativa do Piauí	OM	Teresina-PI	Hidros Comunicações Ltda.	OM	Sobral-CE
Fundação Antares - Rádio e Televisão Cultural e Educativa do Piauí	TV	Teresina-PI	Intervisão Emissoras de Rádio e TV Ltda.	TV	Montes Claros-MG
Fundação Pe. Anchieta - Centro Paulista Rádio TV Educativa	OC	São Paulo-SP	IPB-Integração Matogrossense de Rádio e TV Ltda.	OT	Campo Grande-MS
Fundação Aldeia S.O.S. de Goioerê	OM	Goioerê-PR	ITA Negócios e Participações Ltda.	OT	Itaituba-PA
Governo do Estado de Sergipe - Fundação Aperipê de Sergipe	OM	Aracaju-SE	JET - Radiodifusão Ltda.	TV	Teresina-PI
Governo do Estado de Sergipe - Fundação Aperipê de Sergipe	TV	Aracaju-SE	JMB Empreendimentos Ltda.	OM	Gravatá-PE
Fundação Bom Jesus	OM	Manhumirim-MG	JMB Empreendimentos Ltda.	OM	Santa Cruz do Capibaribe-PE
Fundação Bom Jesus de Cuiabá	OM	Cuiabá-MT	Juruá Comunicações Ltda.	OM	Caruaru-AM
Fundação Brasileira de Comunicação	OC	Santa Maria-RS			
Fundação Casper Libero	OC	São Paulo-SP			
Fundação Casper Libero	TV	São Paulo-SP			
Fundação Casper Libero	OM	São Paulo-SP			
Fundação Caspagnat	OM	Curitiba-PR			

160/3

D.O.U. 16.11.83



Decreto n.º 88.995 de 14 de novembro de 1983

Renova por 10 (dez) anos a concessão outorgada à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, combinado com o artigo 89 item XV, letra "a", da Constituição, e nos termos do artigo 6º do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 71.585/82, decreta:

Art. 1º - Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e artigo 2º do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1983, a concessão da FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO., outorgada através do Decreto nº 26.215, de 17 de janeiro de 1949, para explorar, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único - A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília-DF., de _____ de 1983; 162º da Independência e 95º da República.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E A FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO., OBJETIVANDO A ADAPTAÇÃO DA OUTORGA PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, NO MUNICÍPIO DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ.

A **UNIÃO**, representada pelo Ministro de Estado das Comunicações, **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, e a **Fundação Nossa Senhora do Rocio**, doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, CNPJ n.º 76.000.447/0001-22, representada por seu **Procuradora**, **Rita de Cássia Farias Cappia**, inscrito(a) no RG n.º **17.439.701-X**, SSP/SP, CPF n.º **092.421.388-43**, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA objetivando a adaptação da outorga para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Curitiba, estado do Paraná, decorrente da concessão outorgada à Fundação Nossa Senhora do Rocio., por meio do Decreto n.º 1293, de 23 de Dezembro de 1936, publicado (a) no Diário Oficial da União de 29 de Dezembro de 1936, para executar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de **Curitiba/PR**. A execução do serviço, objeto do presente Termo, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, e suas atualizações, pelo Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, pelo Contrato de Concessão e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª. Fica outorgado a **Fundação Nossa Senhora do Rocio**, o canal **167** (Cento e sessenta e sete), **Classe A4**, correspondente à **frequência 81.3 MHz**, destinado à execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos previstos no Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013.

§ 1º. A celebração deste Termo Aditivo não altera os prazos e condições previstos no Contrato de Concessão, inclusive no que concerne à localidade de execução do serviço e ao seu prazo de vigência, sem prejuízo de sua renovação, nos termos da legislação em vigor.

§ 2º. Enquanto não estiver concluído o processo de renovação n.º **53000.005066/2013-85**, a execução do serviço será mantida em caráter precário, podendo ou não a renovação vir a se concretizar.

§ 3º. O Ministério das Comunicações providenciará a publicação do extrato do presente Termo Aditivo no Diário Oficial da União, em obediência ao princípio administrativo da publicidade dos atos, preceituado no artigo 37 *caput* da CF/1988.

Cláusula 2ª. A PERMISSIONÁRIA é obrigada a:

a) obter a autorização de uso de radiofrequência e solicitar o Licenciamento da Estação, no prazo de 12 (doze) meses (ou 18 meses quando se tratar dos Municípios, dos Estados e do Distrito Federal), contado da publicação do extrato do presente Termo Aditivo; e

b) iniciar a execução do serviço no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da emissão da Licença de Funcionamento da Estação.

Cláusula 3ª. O canal de radiofrequência outorgado à PERMISSIONÁRIA, para a prestação do serviço objeto do presente Termo Aditivo, não constitui direito de propriedade e ficará sujeito às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

§ 1º. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a PERMISSIONÁRIA atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico - científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

§ 2º. O Ministério das Comunicações, por meio da Agência de Telecomunicações (Anatel), poderá, a qualquer tempo, proceder com a revisão ou substituição dos canais de radiofrequência outorgados, por motivo de ordem técnica, defesa nacional, necessidade dos serviços federais ou para melhor aproveitamento do espectro radioelétrico.

§ 3º. A substituição de canal de radiofrequência poderá se dar, ainda, a requerimento da PERMISSONÁRIA, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou autorizadas.

Cláusula 4ª. O não cumprimento dos prazos estabelecidos nas alíneas “a” e “b” da Cláusula 2ª caracterizará o desinteresse da PERMISSONÁRIA na adaptação da outorga, implicando na revogação da outorga do respectivo canal de radiofrequência para operação em frequência modulada.

Cláusula 5ª. Caso a concessão seja cancelada antes de vencido o prazo de outorga, o presente Termo Aditivo será considerado automaticamente rescindido, sem que a PERMISSONÁRIA tenha direito a qualquer indenização ou retorno das operações em ondas médias.

Parágrafo único. Findo o prazo da permissão para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, sem que haja a renovação, a outorga será declarada preterita e o Termo Aditivo considerado expirado juntamente com seu contrato.

Cláusula 6ª. As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste Termo Aditivo.

Cláusula 7ª. Ficam ratificadas as demais cláusulas constantes do Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSONÁRIA para a exploração do serviço de radiodifusão sonora, agora em Frequência Modulada, no município de **Curitiba, estado do Paraná.**

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Termo Aditivo de Contrato de Concessão, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vai assinado pelas partes perante 2 (duas) testemunhas.

(assinado eletronicamente)

Ministro de Estado das Comunicações

(assinado eletronicamente)

Secretário de Comunicação Social Eletrônica

(assinado eletronicamente)

Rita de Cássia Farias Cappia
Fundação Nossa Senhora do Rocio
Permissionária

(assinado eletronicamente)

Testemunha

(assinado eletronicamente)

Testemunha

Brasília-DF, 19 de setembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **RITA DE CASSIA FARIAS CAPPIA (E)**, **Usuário Externo**, em 19/09/2023, às 13:16 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 28/11/2023, às 14:25 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch, Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, em 08/12/2023, às 18:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Cristina Faria Gomes Monteiro, Coordenadora-Geral de Engenharia de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal substituta**, em 11/12/2023, às 13:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 11/12/2023, às 16:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11120993** e o código CRC **7466AB80**.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 19/12/2023 | Edição: 240 | Seção: 3 | Página: 14

Órgão: Ministério das Comunicações/Secretaria de Comunicação Social Eletrônica/Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal/Coordenação-Geral de Engenharia de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO.

ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Fundação Nossa Senhora do Rocio.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Curitiba/PR. (Processo nº 53000.015637/2014-71).

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA E ASSINATURA: 28 de novembro de 2023. JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS REZENDE FILHO. Ministro de Estado das Comunicações, Rita de Cássia Farias Cappia - Procuradora da Fundação Nossa Senhora do Rocio.

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



m) submeter-se á rescisão do direito da União sobre o acervo da sociedade, para garantia de liquidação de qualquer débito para com ella;

n) submeter-se á rescisão de que a frequência distribuída á sociedade, não constitua direito de propriedade, e se sujeite ás regras estabelecidas no regulamento dos serviços de radiocomunicação (decreto n. 21.111) ou em outro vier a ser baixado sobre o assumpto, incidindo sempre e essa frequência o direito de posse da União;

o) submeter-se aos preceitos instituídos nas convenções regulamentos internacionais, bem como a todas as disposições contidas em leis, regulamentos e instruções que existam venham a existir, referentes ou applicaveis ao serviço da pessoa.

IV

O concessionário não poderá alterar, em qualquer tempo, os estatutos sem prévia aprovação do Governo, assim se obriga a manter sua estação em perfeito funcionamento, com a eficiência necessaria e de accordo com as prescrições técnicas que estiverem em vigor ou vierem a vir.

V

Fica estabelecido que a estação transmissora do concessionário só poderá ser localizada a uma distancia, minima, de (3) kilometros do centro da cidade.

VI

No regimen de fiscalização que for instituído, fica esmado ao Governo, quando julgar conveniente, o direito examinar, como melhor lhe aprouver, os livros, escrituração e tudo que se tornar necessario a essa fiscalização.

VII

Pela inobservancia de qualquer das presentes clausulas, que não esteja prevista a immediata caducidade da concessão, o Governo poderá, pelo órgão fiscalizador, impor ao concessionário multas de cem mil réis (100\$000) a cinco contos de réis (5:000\$000), conforme a gravidade da infracção.

Parágrafo unico A importancia de qualquer multa recolhida á Thesouraria do Departamento dos Correios e Telegraphos dentro do prazo improrogavel de trinta (30) dias a contar da data da notificação feita directamente ao concessionário ou da publicação do acto no *Diario Official*.

VIII

Em qualquer tempo, são applicaveis ao concessionário os preceitos da legislação sobre desapropriação por necessidade ou utilidade pública e requisições militares.

IX

A concessão será considerada caduca, para todos os efeitos, sem direito a qualquer indemnização:

1) se, em todo tempo, for verificada a inobservancia das condições contidas nas alíneas a, b, c, d, e (in fine), f, g e clausula III;

2) se não forem pagas, dentro dos prazos estabelecidos, as cotas e contribuições a que se refere a alínea e da clausula III, bem como a importancia de qualquer multa imposta nos termos da clausula VII;

3) se, em qualquer tempo, se verificar o emprego da estação para outros fins que não os determinados na concessão e nítidos pela legislação que reger a materia.

4) 1.º Poderá a concessão ser declarada caduca, a juizo do Governo, sem direito a qualquer indemnização:

a) se, depois de estabelecido, for o serviço interrompido mais de trinta (30) dias consecutivos, ou se se verificar incapacidade do concessionário para executar o serviço, salvo o de força maior, devidamente provado e reconhecido pelo Governo;

b) se o concessionário incidir reiteradamente em infrações passíveis de multa.

2.º A concessão será considerada perempta se o Governo julgar conveniente renovar-lhe o prazo.

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1936. — *Marques dos*

(C. 6.406 — 30-12-36 — 146\$900)

DECRETO N. 1.296 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1936

Perdoa um official do resto da pena a que foi condemnado

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da competencia que lhe attribue o inciso 3º do art. 56 da Constituição da Republica, resolve perdoar do resto da pena a que foi condemnado, por sentença passada em julgado, o 1º tenente, intendente naval, Waldemar Guaracy de Macedo Siva.

Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Henrique Aristides Guilhem.

DECRETO N. 1.301 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1936

Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 3.000:000\$000 para a reparação de danos decorrente de chuvas na região nordestina.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art. 1º da lei n. 257, de 29 de setembro de 1936, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, na forma do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Publica, resolve abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 3.000:000\$000 (tres mil contos de réis), para attender ás despesas com a reparação dos danos das grandes chuvas que desabaram na região nordestina do país, em junho e julho de 1936.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

Marques dos Reis.

DECRETO N. 1.305 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1936

Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 5.275:590\$000 para pagamento de desapropriações necessarias ás obras da Estação de D. Pedro II, da Estrada de Ferro Central do Brasil

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art. 1º da lei n. 283, de 21 de outubro de 1936, e tendo ouvido o Tribunal de Contas na forma do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Publica, resolve abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 5.275:590\$000 (cinco mil duzentos e setenta e cinco contos quinhentos e noventa mil réis), para pagamento de indemnizações pela desapropriação dos immoveis seguintes, situados nesta Capital e necessarios ás obras da nova Estação D. Pedro II, da Estrada de Ferro Central do Brasil: á rua Senador Pompeu, predios ns. 260, 262, 264, 266, 268, 270, 272, 276, 282/282 A, 284, 286, 288, 290, 292 e 296, na importancia de 1.493:372\$000 (mil quatrocentos e noventa e tres contos trezentos e setenta e dois mil réis); á rua dos Cajueiros, predios ns. 1, 3, 5, 7, 9, 13, 15, 17, 19, 21, 23, 25, 27, 29, 31, 33, 35, 37, 39, 41, 43, 45, 47, 49, 51, 53, 55, 57, 59, 61, 63, 65, 67, 69, 71, 73, 75, 77, 79, 81, 83, 85-A, 85-I, 87, 89, 91, 93-I 93-XV e 95, na importancia de 2.959:830\$000 (dois mil trezentos e cincoenta e nove contos oitocentos e trinta mil réis); e á rua General Caldwell, predios ns. 57, 59, 61, 63, 65, 67, 69, 71, 73, 75, 77, 79, 81, 83, 85, 87, 89, 91, 93, 95, na importancia de 840:360\$000 (oitocentos e dez contos trezentos e sessenta mil réis).

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Marques dos Reis.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO N. 1.314 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1936

Abre o credito suplementar de 549:850\$000, para reforço de diversas verbas do orçamento do Ministerio da Agricultura

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização concedida pela lei n. 350, de 23 de dezembro de 1936, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministerio da Agricultura, o

VI

No regimen de fiscalização que for instituído, fica assegurado ao Governo, quando julgar conveniente, o direito de examinar, como melhor lhe aprouver, os livros, escripturação e tudo que se tornar necessário a essa fiscalização.

VII

Pela inobservancia de qualquer das presentes clausulas, em que não esteja prevista a immediata caducidade da concessão, o Governo poderá, pelo órgão fiscalizador, impor a concessionaria multa de cem mil réis (100.000) a cinco contos de réis (5.000.000), conforme a gravidade da infração.

Parágrafo unico. A importância de qualquer multa será recolhida à Thesouraria do Departamento dos Correios e Telegraphos dentro do prazo improrrogavel de trinta (30) dias, a contar da data da notificação feita directamente à concessionaria ou da publicação do acto no *Diário Official*.

VIII

Em qualquer tempo, são applicaveis à concessionaria os preceitos da legislação sobre desapropriação por necessidade utilidade publica e requisições militares.

IX

A concessão será considerada caduca, para todos os efeitos, sem direito a qualquer indemnização:

a) se, em todo tempo, for verificada a inobservancia das disposições contidas nas alíneas d, b, c, d, e (in-fine), j, k e l da clausula III;

b) se não forem pagas, dentro dos prazos estabelecidos, a quota e contribuições a que se refere a alínea e da clausula III, bem como a importância de qualquer multa imposta nos termos da clausula VII;

c) se, em qualquer tempo, se verificar o emprego da estação para outros fins que não os determinados na concessão e admitidos pela legislação que rege a materia.

§ 1.º Poderá a concessão ser declarada caduca, a juizo do Governo, sem direito a qualquer indemnização:

a) se, depois de estabelecido, for o serviço interrompido por mais de trinta (30) dias consecutivos, ou se se verificar a incapacidade da concessionaria para executar o serviço, salvo motivo de força maior, devidamente provado e reconhecido pelo Governo;

b) se a concessionaria incidir reiteradamente em infrações passíveis de multa.

§ 2.º A concessão será considerada perempta se o Governo não julgar conveniente renovar-lhe o prazo.

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1936. — *Marques dos Reis*.

(C. 6.362 — 29-12-36 — 204\$000)

DECRETO N. 1.293 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1936

Concede permissão ao "Radio Club Paranaense" para estabelecer uma estação radiodifusora

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu o "Radio Club Paranaense", com sede na cidade de Curitiba (Estado do Paraná), e de acordo com o estabelecido no decreto n. 20.047, de 27 de maio de 1931, no regulamento approved pelo decreto n. 21.121, de 1 de março de 1932, e no decreto n. 24.655, de 11 de julho de 1934, decreta:

Artigo unico. Fica concedida ao "Radio Club Paranaense", com sede na cidade de Curitiba (Estado do Paraná), permissão para estabelecer, sem direito de exclusividade, uma estação destinada a executar o serviço de radiodifusão, nos termos das clausulas que com este baixam, assignadas pelo ministro da Viação e Obras Publicas

Parágrafo unico. O contracto decorrente desta concessão deverá ser assignado dentro do prazo de 30 dias, a contar da data da publicação deste decreto no *Diário Official*, sob pena de ser, desde logo, considerada nulla a concessão.

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1936, 115.ª da Independencia e 48.ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

Marques dos Reis.

Clausulas a que se refere o decreto n. 1.293, desta data

I

Fica assegurado ao "Radio Club Paranaense" o direito de estabelecer, na cidade de Curitiba (Estado do Paraná), uma estação de ondas médias, destinada a executar o serviço de radiodifusão, com finalidade e orientação intellectual instructiva e com subordinação a todas as obrigações e exigencias instituidas neste acto de concessão.

II

A presente concessão é outorgada pelo prazo de dez (10) annos, a contar da data do registro do respectivo contracto pelo Tribunal de Contas, o renovavel, por igual periodo, a juizo do Governo, sem prejuizo da faculdade que he assegurada a legislação vigente de, em qualquer tempo, desapropriar, no interesse geral, o serviço outorgado.

Parágrafo unico. O Governo não se responsabiliza por indemnização alguma, se o Tribunal de Contas denegar o registro do contracto do que trata esta clausula.

III

O concessionario é obrigado a:

a) constituir sua directoria com dois terços (2/3), no minimo, de brasileiros natos, attribuindo a estes funções effective e de administração;

b) admitir, exclusivamente, operadores e *speakers* brasileiros natos, o bem assim a empregar, effectivamente, nos outros serviços technicos e administrativos, dois terços (2/3), no minimo, de pessoal brasileiro;

c) não transferir, directa ou indirectamente, a concessão, sem previa audiencia do Governo;

d) suspender, por tempo que for determinado, o serviço, todo ou em parte, nos casos previstos no regulamento dos serviços de radiocomunicação (decreto n. 21.111) ou no que vier a reger a materia e obedecer a primeira requisição da autoridade competente e, havendo urgencia, fazer cessar o serviço em acto successivo a intimação, sem que, por isso, assista a sociedade direito a qualquer indemnização;

e) submeter-se ao regimen de fiscalização que for instituído pelo Governo, bem como ao pagamento, adiantadamente, da quota mensal para as despesas de fiscalização e de quaisquer contribuições que venham a ser estabelecidas em lei ou regulamento sobre a materia;

f) fornecer ao Departamento dos Correios e Telegraphos todos os elementos que este venha a exigir para os efeitos de fiscalização, e, bem assim, prestar-lhe, em qualquer tempo, todas as informações que permittam ao Governo apreciar o modo como está sendo executada a concessão;

g) manter sempre em ordem e em dia o registro de todos os programas e irradiações lidas ao microphone, devidamente authenticadas e com o visto do órgão fiscalizador;

h) obedecer ás posturas municipais applicaveis ao serviço da concessão;

i) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos de serviço meteorológico, bem como transmitir e receber, nos dias e horas determinados, o programma nacional e o panamericano;

j) submeter, no prazo de tres (3) mezes, a contar da data do registro do contracto pelo Tribunal de Contas, á aprovação do Governo, o local escolhido para a montagem da estação;

k) submeter, no prazo de seis (6) mezes, a contar da mesma data de que trata a alinea anterior, á aprovação do Governo, os plantas, organogramas e todas as especificações technicas das installações, inclusive a relação minuciosa do material a empregar;

l) inaugurar, no prazo de dois (2) annos, a contar da data da aprovação de que trata a alinea anterior, o serviço definitivo, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado e reconhecido pelo Governo;



1

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial)

Ementa: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00738.000159/2023-12. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL). ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) nº 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) nº 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial);

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

I – RELATÓRIO

1. Por meio do **Ofício Interno nº 42345/2023/MCOM**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), com fundamento no art. 223, § 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, § 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **DESPACHO n. 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, solicitou informações à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora.

2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.

3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.

4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.
6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.
7. A análise de processos administrativos que tratem da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.
8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

(...)

4. Inicialmente, deve-se destacar que o mencionado Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU fez alusão somente aos processos de renovação de outorga de radiodifusão sonora (Rádio), de modo que esta manifestação se restringe àquela tipologia de processo administrativo.
5. Como é sabido, os prazos das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão sonora podem ser renovados pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
6. De acordo com o art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, a renovação de outorga constitui direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento de alguns requisitos. Vale dizer, a análise dos processos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão leva em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos; observância aos limites de outorgas tanto pelas concessionárias ou permissionárias quanto pelos seus respectivos sócios e dirigentes; bem como a regularidade fiscal, trabalhista, técnica da estação de radiodifusão e do quadro societário e diretivo das pessoas jurídicas.
7. Em suma, os parâmetros de análise e o respectivo fluxo processual encontram-se delimitados pela Constituição Federal, pela citada Lei nº 4.117/1962, pela Lei nº 5.785/1972, pelo Decreto-Lei nº 236/1967, pelo Decreto nº 52.795/1963 e pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023. Trata-se, pois, de procedimento administrativo que possui considerável regulamentação do Poder Público, por normativos de diferente grau hierárquico, o que demanda atenção na interpretação dos comandos legais durante a análise dos processos.
8. Não se pode esquecer, ademais, que, durante o exame dos pedidos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, leva-se em consideração também as manifestações provenientes da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.
9. Segundo o art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, as pessoas jurídicas interessadas na renovação das respectivas concessões e permissões dos serviços de radiodifusão deverão apresentar requerimento perante o Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, sendo permitida a execução do serviço em caráter precário, caso expire o prazo da outorga sem decisão sobre o pedido de renovação, a saber:
Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.
10. Portanto, durante a análise dos requerimentos administrativos de renovação de outorga, busca-se identificar se os prazos legais previstos à época da protocolização do pedido foram devidamente observados pelas pessoas jurídicas interessadas na renovação (art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972).
11. Ocorre que há situações excepcionais que fogem à regra geral, como os diferentes casos em que o respectivo pedido de renovação fora apresentado após o encerramento do prazo legal e aqueles em que há sobreposição de períodos de outorga, com manifestação de interesse na renovação da outorga somente no período de outorga mais atual. Além disso, há ainda os casos em que não foi encontrado o correspondente extrato do contrato de concessão ou permissão celebrado entre as partes, o que dificulta a contagem do prazo da outorga (10 anos para Rádio e 15 anos para TV) e a aferição do prazo para requerer a renovação (12 meses).
12. Em outras palavras, as situações não alcançadas pelo art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, que é a regra geral, exige uma análise mais cuidadosa das circunstâncias envolvidas, com forma de identificar a presença de elementos que autorizam a aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022, que tratam de regras excepcionais que autorizam, em tese, o conhecimento de pedido de renovação protocolados de forma extemporânea. Veja-se a dicção dos textos legais citados:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

Art. 3º As concessionárias ou permissionárias de serviços de radiodifusão que se encontrem com suas outorgas vencidas, e que não tenham solicitado a renovação da respectiva outorga até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), terão o prazo de 90 (noventa) dias para que se manifestem quanto ao interesse na continuidade da execução do serviço.

13. Os limites de outorga e os demais elementos correlacionados também fazem parte da análise dos processos de renovação de outorga, sendo aferidos mediante pesquisa ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO, no qual constam os registros de outorga por pessoa natural e por pessoa jurídica. O extrato do SIACCO é analisado à luz do que se encontra no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, no art. 38, alínea "g", da Lei nº 4.117/1962, no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013, *in verbis*:

Decreto-Lei nº 236/1967

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

I) Estações radiodifusoras de som:

a - Locais:

Ondas médias - 4

Frequência modulada - 6

b - Regionais:

Ondas médias - 3

Ondas tropicais - 3

sendo no máximo 2 por Estados

c - Nacionais:

Ondas médias - 2

Ondas curtas - 2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

§ 1º - Cada estação de ondas curtas poderá, fora das limitações estabelecidas no artigo, utilizar uma ou várias frequências, que lhe tenham sido consignadas em leque.

§ 2º - Não serão computadas para os efeitos do presente artigo, as estações repetidoras e retransmissoras de televisão, pertencentes às estações geradoras.

§ 3º - Não poderão ter concessão ou permissão as entidades das quais faça parte acionista ou cotista que integre o quadro social de outras empresas executantes do serviço de radiodifusão, além dos limites fixados neste artigo.

§ 4º Os atuais concessionários e permissionários de serviços de radiodifusão, bem como os cotistas e acionistas dessas empresas, que não atendem às limitações estipuladas neste artigo, deverão a ele ir-se adaptando, na razão de vinte e cinco por cento (25%) do excesso ao ano, a contar de um ano da data da publicação desta lei. ([Redação dada pela Lei nº 5.397, de 1968](#))

§ 5º - Nenhuma pessoa poderá participar da direção de mais de uma empresa de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites estabelecidos neste artigo.

Lei nº 4.117/1962

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade.

Regulamento dos Serviços de Radiodifusão

Art. 14. O procedimento licitatório terá início com a publicação de aviso no Diário Oficial da União, que deverá conter a indicação do local e as condições em que os interessados poderão obter o texto do edital, bem assim o local, a data e a hora para a apresentação das propostas para fins de habilitação e julgamento.

[...]

§ 3º A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não poderão ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade.

Decreto nº 8.139/2013

Art. 3º O deferimento do requerimento a que se refere o § 1º do art. 2º ficará condicionado à comprovação de:

[...]

§ 2º Deferido o pedido de que trata o § 1º do art. 2º, a entidade e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo ficarão submetidas ao limite de duas outorgas de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade objeto da adaptação, sem prejuízo da aplicação do limite previsto no [art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), sobre suas outorgas de serviços de radiodifusão em outras localidades.

14. De modo geral, a documentação necessária para instruir o processo de renovação de outorga se encontra prevista no art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 10.775/2021, a saber:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de

habilitação:

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

V - prova de inscrição no CNPJ;

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

XI - declaração de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as [alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990](#).

15. Ademais, os processos de renovação de outorga são instruídos com os documentos que demonstram o atendimento ao que consta no art. 222, § 1º, da Constituição Federal, no art. 5º, § 1º, da Lei 12.485/2011, no art. 112, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.

16. Com efeito, essa documentação se refere aos comprovantes de nacionalidade daqueles que figuram no corpo societário e diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão; à declaração firmada pelo representante legal asseverando que inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485/2011; à certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel e ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL; bem como à licença para funcionamento da estação de radiodifusão.

17. Explicitadas, portanto, as nuances envolvidas durante a análise dos processos de renovação de outorga, passe-se a responder os questionamentos consubstanciados no item 8 do referido Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

18. Em relação ao estoque processual, há aproximadamente 4.130 processos de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial em tramitação nesta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. A edição de parecer referencial pode representar maior celeridade processual, por dispensar a análise individualizada de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações e, ao mesmo tempo, reduzir uma instância de deliberação daqueles feitos.

19. Por outro lado, o grau de detalhamento e complexidade exigido pela legislação de radiodifusão por ocasião do exame dos processos de renovação de outorga recomenda que eventual edição de parecer referencial explicita, na medida do possível, os casos excepcionais que porventura demandará análise individualizada da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações. A título exemplificativo, segue relação de situações peculiares que podem acontecer durante a análise desses processos, como forma de contribuir com o exame a ser levado a efeito pela unidade consultiva:

a) as hipóteses de aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022 quando envolver requerimentos apresentados após o encerramento do prazo legal;

b) as situações envolvidas na protocolização de requerimento de renovação antes do prazo previsto na legislação;

c) os casos excepcionais de aferição de limites quando o extrato do SIACCO revelar a presença de outorgas *aperfeiçoadas* e não *aperfeiçoadas* em quantidade acima do permitido;

d) os casos em que se constatar a presença de pessoas falecidas ou menores no quadro societário das pessoas jurídicas interessadas na renovação ou de registro de penhora ou bloqueio de cotas na certidão simplificada;

e) as situações envolvidas na sobreposição de 1 (um) ou mais períodos de outorga sem renovação aprovada pelo Congresso Nacional, conforme preconizado no art. 223, § 3º, da Constituição Federal;

f) os casos em que se constatar, durante a análise da renovação da outorga, a existência de processo administrativo de apuração de infração que tenha resultado ou que possa resultar na aplicação da penalidade de cassação da outorga; e

g) os casos em que houver o indeferimento do pedido de renovação de outorga;

20. Sendo assim, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifesta pela devolução dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para continuidade de sua análise.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial). Portanto, a MJR **não** trata de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de **sons e imagens**, assim como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora comunitária ou com fins

exclusivamente educativos.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial), aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a **dispensa da apreciação individualizada** pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há **ganho de eficiência**, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a **uniformização** da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da **celeridade** e da **economicidade administrativa**.

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o **volume de processos com matéria repetida**; e (ii) a **natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos**.

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no **art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022**, que disciplina a utilização da MJR:

Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, que é superior a quatro mil processos, além dos pedidos administrativos posteriores que serão apresentados sobre o mesmo assunto (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

17. **A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.**

18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

Enunciado nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. **É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente aos pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).**

20. No que se refere aos itens 11 e 12 da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, convém esclarecer que deve ser apresentada consulta a esta Consulta Jurídica, se houver dúvida jurídica sobre o assunto.

21. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com **validade de dois anos**, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

II.2 - RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

22. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea "a", art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6º, alínea "d", art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

23. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1º, da CF; e art. 38, alínea "a", do CBT).

24. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

25. A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado

por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5º, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

26. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

II.2.2 - ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

27. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR).

28. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).

29. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de outorga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.

30. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de perempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

31. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

32. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de perempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

33. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022.

34. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

Regra de tempestividade	Base legal
(I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 em sua redação anterior à MPV nº 757, de 2016.
(II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5.785), devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados nos 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 com redação da MPV nº 757, de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017.

(III) Requerimentos de renovação intempestivos protocolados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de maio de 2022 devem ser conhecidos como se tempestivos fossem. Essa regra se aplica inclusive aos casos de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.	Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação da Lei nº 14.351, de 2022.
(IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei nº 14.351, de 2022).	Art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022.

35. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

36. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71). Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; iii) prova de inscrição no CNPJ; iv) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; v) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; vi) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; vii) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e viii) declaração de que: a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 113 do RSR).

38. É oportuno destacar que a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que **“a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”**. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica também condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, inclusive em caso de parcelamento (vide art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar os seguintes limites: i) estações radiodifusoras de som: a) locais: quatro de ondas médias e seis de frequência modulada; b) Regionais: três de ondas médias e três de ondas tropicais, sendo no máximo duas por estado; c) nacionais: duas de ondas médias e duas de ondas curtas. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter duas outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do

43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, caput, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da sociedade empresária detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente¹¹.

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

II.2.3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

Requisito	Base normativa
i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País.	Art. 222, caput, da CF.
ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, "a" do CBT.
iii) A gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, "a" do CBT.
iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão.	Art. 14, § 3º, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967.
v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações.	Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR.
viii) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso II, do RSR.
ix) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
x) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
xi) Prova de inscrição no CNPJ.	Art. 113, inciso V, do RSR.
xii) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.	Art. 113, inciso VI, do RSR.
xiii) Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel.	Art. 113, inciso VII, do RSR.

xiv) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	Art. 113, inciso VIII, do RSR.
xv) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.	Art. 113, IX, do RSR.
xvi) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR.	Art. 113, XI, do RSR.
xvii) Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento.	Art. 31-A, § 7º, e Art. 112, § 3º, do RSR.
xviii) Licença de funcionamento da estação válida.	Art. 31-A, I, do RSR.

48. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos (vide item 9 da listagem acima), tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3º, do RSR).

49. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar o quadro societário da entidade que presta o serviço de radiodifusão, deve observar os seguintes requisitos: i) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 15, § 15º, do RSR).

50. Acrescente-se, por necessário, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR).

51. **Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.**

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

II.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de concessão ou permissão (vide art. 223, §§ 1º a 3º da CF; art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

55. Sugere-se o seguinte modelo de minuta de portaria ministerial que trata da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial):

MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº xxxxx.xxxxx/xxxx-xx, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade [denominação do outorgado], Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº [xx.xxx.xxx/xxxx-xx], número de inscrição no FISTEL nº [xxxxxxxxxx-xx], a partir de [xxxxxx], para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora [em frequência modulada/ondas

médias], no município de [identificação do município], estado de [identificação do Estado].

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]

Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº 1, de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

III – CONCLUSÃO

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial); vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui **validade por dois anos**, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 05 de outubro de 2023.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc

1. [^] Vale lembrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **PARECER n. 00124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** (NUP nº 01250.002830/2019-19), manifestou-se no sentido de que o conhecimento do último pedido de renovação de outorga também engloba os períodos anteriores.



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1301131654 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:27. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02149/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA

ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio comercial. Renovação de outorga.

1. Aprovo o **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, que trata dos requisitos para o deferimento de requerimentos de renovação de outorga para a prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 19 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1314323157 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:46. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO</div> <div>76.000.447/0001-22</div> <div>MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO</div> <div>CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA</div> <div>11/02/1974</div>
--	--	---

NOME EMPRESARIAL

FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO

<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)</div> <div>CLUBE FM</div>	<div>PORTE</div> <div>DEMAIS</div>
---	------------------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL

60.10-1-00 - Atividades de rádio

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta

90.01-9-02 - Produção musical

90.02-7-01 - Atividades de artistas plásticos, jornalistas independentes e escritores

94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA

306-9 - Fundação Privada

<div>LOGRADOURO</div> <div>R AMAURI LANGE SILVERIO</div>	<div>NÚMERO</div> <div>270</div>	<div>COMPLEMENTO</div> <div>*****</div>
--	----------------------------------	---

<div>CEP</div> <div>82.120-000</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO</div> <div>PILARZINHO</div>	<div>MUNICÍPIO</div> <div>CURITIBA</div>	<div>UF</div> <div>PR</div>
--------------------------------------	--	--	-----------------------------

<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO</div> <div>TESOURARIA@EVANGELIZAREPRECISO.COM.BR</div>	<div>TELEFONE</div> <div>(41) 3221-6002</div>
---	---

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

<div>SITUAÇÃO CADASTRAL</div> <div>ATIVA</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL</div> <div>24/09/2005</div>
--	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

<div>SITUAÇÃO ESPECIAL</div> <div>*****</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL</div> <div>*****</div>
---	---

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 02/04/2024 às 13:47:04 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:
76.000.447/0001-22
NOME EMPRESARIAL:
FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO
CAPITAL SOCIAL:

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:
DANIEL LUCIO SANTOS CORDEIRO
Qualificação:
16-Presidente

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 02/04/2024 às 13:47 (data e hora de Brasília).



2º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE CURITIBA

ELISA DE FATIMA DUDECKE AZEVEDO
OFICIAL DE REGISTRO

CERTIDÃO BREVE RELATO

CERTIFICO E DOU FÉ que, a pedido da parte interessada, verificando os arquivos deste 2º Registro Civil de Pessoa Jurídica de Curitiba/PR, consta o **REGISTRO nº 1.628**, do Livro **"A-1"**, de **08 de outubro de 1975**, referente à constituição de pessoa jurídica, cujo Estatuto Social, atualmente vigente pode ser resumido da seguinte forma:

I. DENOMINAÇÃO: FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO;

II. CNPJ/MF: 76.000.447/0001-22;


III. NATUREZA JURÍDICA: FUNDAÇÃO PRIVADA;

IV. FINS: produzir e divulgar programação de caráter educativo e cultural mediante programas e projetos voltados para a educação e cultura de aprimoramento da sociedade, dentre outros;

V. SEDE: Rua Amauri Lange Silvério, 270, Pilarzinho, Curitiba/PR, CEP 82.120-000;

VI. REPRESENTAÇÃO LEGAL: Diretoria Executiva: **Presidente: DANIEL LUCIO SANTOS CORDEIRO**, CPF nº 185.444.529-49; **Vice-Presidente: SANDRA PONDACO**, CPF nº 125.076.238-37; **1º Secretário: CLEUSA DO PILAR MARINO SIERO**, CPF nº 318.986.889-15; **2º Secretário: MARCELO JOSÉ MARTINS MEDEIROS**, CPF nº 292.590.702-44; **Tesoureiro: GEIZOM SOKACHESKI**, CPF nº 028.283.829-58;

VII. MANDATO E ELEIÇÃO: 3 (três) anos, eleição realizada aos 21/12/2022, para cumprir o mandato de três anos, a partir de 01/01/2023;

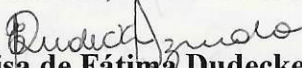
VIII. AVERBAÇÕES: Alterações Estatutárias: PROTOCOLADAS E MICROFILMADAS sob o nº 279.038, datada de 09/03/1978; 340.029, datada de 24/09/1979; 558.090, datada de 16/05/1985; 569.505, datada de 20/12/1985; 814.134, datada de 20/07/1998; 875.599, datada de 13/12/2000; 879.389, datada de 25/04/2001; 916.218, datada de 05/08/2003; 1.018.470, datada de 13/10/2011; 1.080.953, datada de 17/05/2016; 1.148.367, datadas de 13/08/2021; 1.157.181, datadas de 18/05/2022; **Atas de Diretora, Re-ratificação, Alteração de Endereço, Eleição e Posse da Diretoria, Criação de Filial:** PROTOCOLADA E MICROFILMADA sob o nº 980.768, datada de 11/11/2008; 990.445, datada de 01/09/2009; 994.236, datada de 16/12/2009; 1.032.124, datada de 19/09/2012; 1.038.193, datada de 21/03/2013; 1.045.936 e 1.045.937, datadas de 10/10/2013; 1.047.317, datada de 14/11/2013; 1.074.415, datada de 05/11/2015; 1.076.494, 1.076.495, 1.076.496 e 1.076.497, datadas de 07/01/2016; 1.077.901, 1.077.902 e 1.077.903, datadas de 29/02/2016; 1.080.952, datada de 17/05/2016; 1.090.599, datada de 24/02/2017; 1.094.792, datada de 26/06/2017; 1.113.659, datada de 22/10/2018; 1.119.420 a 1.119.422, datada de 11/02/2019; 1.133.498 e 1.133.499, datada de 17/03/2020; 1.136.263, datada de 14/07/2020; 1.148.366, datada de 13/08/2021; 1.157.178, 1.157.179, 1.157.180, datadas de 18/05/2022; 1.161.865, datada de 07/10/2022; 1.166.130 a 1.166.135, datadas de 08/02/2023. 

Certifico mais e finalmente que nada mais foi averbado as margens do referido registro até a presente data.

VALOR DESTE ATO: - 40VRC: R\$ 9,84 + Buscas: R\$ 3,70 + Funrejus: R\$ 3,39 + ISS: R\$ 0,54 + FUNDEP: R\$ 0,68 = R\$ 18,15

"O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ"

Curitiba-PR, 15 de fevereiro de 2023.

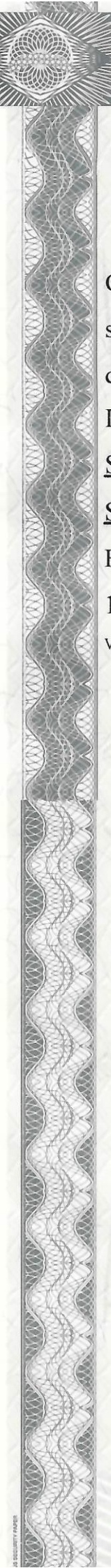

Elisa de Fátima Dudecke Azevedo
Oficial de Registro 006.208.389-90

CARTORIO@2OFICIO.COM.BR
WWW.2RTDCTBA.COM.BR

F U N A R P E N




SELO DIGITAL
1307M.sTqdH.rVDUF
IfLXI.ej09s
<https://selo.funarpen.com.br>



2º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE CURITIBA

ELISA DE FÁTIMA DUDECKE AZEVEDO
OFICIAL DE REGISTRO


CERTIDÃO BREVE RELATO

CERTIFICO a pedido da parte interessada, que em data de **31/10/2022**, foi Protocolada sob o número **1.162.628** e Registrado sob o número **834.874** e posterior averbação, datada de **31/10/2022**, sob o Protocolo nº **1.162.629**, do **Livro B**, de Registros Integrais, a Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Curador da Fundação Nossa Senhora do Rocio, realizada em data de 16/08/2022 e o Regimento Interno do Fundo Social Nossa Senhora do Rocio da **FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO**. Ficando devidamente arquivados neste Cartório os documentos exigidos pelos Artigos 120 e 121 da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973. 

VALOR DESTE ATO:— 40VRC:R\$ 9,84+Buscas:R\$3,70+Funrejus:R\$3,38+ISS:R\$0,54+FUNDEP:R\$0,68=R\$18,15

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Curitiba-PR, 15 de fevereiro de 2023


Elisa de Fátima Dudecke Azevedo
Oficial de Registro
006.208.389-90

F U N A R P E N



SELO DIGITAL
1307M.sTqdH.rVrUF
If0s7.ej09b
<https://selo.funarpen.com.br>

CARTORIO@2OFICIO.COM.BR
WWW.2RTDCTBA.COM.BR

Legislação Informatizada - Decreto nº 76.237, de 10 de Setembro de 1975 - Publicação Original

Veja também:

Dados da Norma

Decreto nº 76.237, de 10 de Setembro de 1975

Renova por 10 (dez) anos a concessão outorgada à Rádio Clube Paranaense Ltda., para que a Fundação Nossa Senhora do Rocio, sob a denominação de Rádio Clube Paranaense, passe a executar na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, serviço de radiodifusão sonora em onda média de âmbito nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, combinado com o artigo 8º, item XV, letra "a", da Constituição, e nos termos do artigo 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 6.962-73,

DECRETA:

Art. 1º. Fica renovada, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e artigo 2º do Decreto nº 71.136, de 23 de setembro de 1972, por 10 (dez) anos a partir de 1º de maio de 1973, a concessão outorgada pelo Decreto número 26.215, de 17 de janeiro de 1949, publicado no Diário Oficial da União de 27 subsequente, a Rádio Clube Paranaense Ltda., para que a Fundação Nossa Senhora do Rocio, sob a denominação de Rádio Clube Paranaense, passe a executar na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média de âmbito nacional.

§ 1º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á de conformidade com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, com as cláusulas aprovadas pelo Decreto nº 71.825, de 8 de fevereiro de 1973, às quais a emissora aderiu, mediante termo.

§ 2º O Departamento Nacional de Telecomunicações fixará, através de portaria, as características técnicas segundo as quais deverá ser executado o serviço objeto desta renovação, bem como, se necessário, o prazo para adaptação às características estabelecidas.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de setembro de 1975; 154º da Independência e 87º da República.

ERNESTO GEISEL

Euclides Quandt de Oliveira

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 11/09/1975

Publicação:

- Diário Oficial da União - Seção 1 - 11/9/1975, Página 11894 (Publicação Original)
- Coleção de Leis do Brasil - 1975, Página 586 Vol. 6 (Publicação Original)

Legislação Informatizada - Decreto nº 26.215, de 17 de Janeiro de 1949 - Publicação Original

Veja também:

Dados da Norma

Decreto nº 26.215, de 17 de Janeiro de 1949

Prorroga, por 10 anos, a concessão outorgada à Rádio Clube Paranaense, atualmente denominada "Rádio Clube Paranaense Limitada", para estabelecer uma estação radiodifusora.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, nº I, da Constituição, atendendo o que requereu a Rádio Clube Paranaense Limitada e tendo em vista o disposto no art. 5º, nº XII, da mesma Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado, por 10 anos, o prazo do contrato a que se refere o Decreto nº 1.293, de 23 de dezembro de 1936, celebrado entre o Governo Federal e a Rádio Clube Paranaense, atualmente denominada "Rádio Clube Paranaense Limitada", em virtude de reforma de seus estatutos, aprovada pela Portaria do Ministro da Viação e Obras Públicas nº 882, de 24 de outubro de 1945, para o estabelecimento, em Curitiba, Estado do Paraná, de uma estação radiodifusora, sem direito de exclusividade, observadas as cláusulas que acompanharam o referido Decreto.

Art. 2º A concessionária não poderá alterar em qualquer tempo seus estatutos nem fazer transferência de ações sem que tenha havido prévia autorização do Governo.

Art. 3º Para os efeitos decorrentes dessa prorrogação, será assinado, no Ministério da Viação e Obras Públicas, no prazo de 60 dias, a partir da publicação deste Decreto no Diário Oficial, termo aditivo ao contrato de 15 de janeiro de 1937, registrado pelo Tribunal de Contas em sessão de 5 de fevereiro do mesmo ano.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1949, 128º da Independência e 61º da República.

EURICO G. DUTRA
Clovis Pestana

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 27/01/1949

Publicação:

- Diário Oficial da União - Seção 1 - 27/1/1949, Página 1299 (Publicação Original)
- Coleção de Leis do Brasil - 1949, Página 178 Vol. 2 (Publicação Original)

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS
RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**
(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)**Processo nº:** 53115.004400/2023-68**Entidade:** FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO**CNPJ nº:** 76.000.447/0001-22**FISTEL nº:** 50447122720**Localidade:** Curitiba/PR**Data do protocolo do pedido de renovação de outorga:** 17/02/2023**Período:** 01/05/2023 a 01/05/2033**Tipo de outorga a ser renovada:**

- ☐ Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.
- ☐ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial.
- ☒ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial, adaptada.
- ☐ Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade ou por procurador devidamente constituído;	<input checked="" type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica	10728975 Págs. 1-2	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021); - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VII".	- Comprovação da legitimidade, por meio da ata de reunião SEI 10728975, Págs. 12-13.

<p>Declaração:</p> <p>a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	<p>10728975 Págs. 1-2</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	<p>10728975 Págs. 1-2</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	<p>10728975 Págs. 1-2</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	<p>10728975 Págs. 1-2</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	

<p>Declaração:</p> <p>e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	<p>10728975 Págs. 1-2</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	<p>10728975 Págs. 1-2</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q”, da Lei Complementar nº 64, de 1990;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	<p>10728975 Págs. 1-2</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	<p>10728975 Págs. 1-2</p>	<p>- Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "V".</p>	

<p>Declaração:</p> <p>i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>10728975 Págs. 1-2</p>	<p>- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.</p>	
<p>2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO);</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>11462117 Págs. 7-14</p>	<p>- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "IV".</p>	

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
<p>3. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>11463177</p>	<p>- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VIII".</p>	
<p>4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;</p>	<p>() Sim () Não (X) Não se aplica</p>	<p>N/A</p>	<p>- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "IX" e "X".</p>	

5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11326331 Pág. 1	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "I" e "XI".	
6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;	(X) Sim () Não () Não se aplica	F 11326331 Pág. 4 E 10728975 Pág. 6 M 10728975 Pág. 7	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XII".	
7. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11462117 Pág. 15	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIII".	
8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	(X) Sim () Não () Não se aplica	INSS 11326331 Pág. 4 FGTS 11326331 Pág. 3	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIV".	
9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11326331 Pág. 5	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XV".	

<p>10. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de:</p> <p>(i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte.</p> <p>Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>DANIEL LUCIO SANTOS CORDEIRO 10728975 Pág. 22</p> <p>SANDA PONDACO 10728975 Pág. 23</p> <p>CLEUSA DO PILAR MATINO SIERO 10728975 Pág. 24</p> <p>MARCELO JOSÉ MARTINS MEDEIRO 10728975 Pág. 25</p> <p>GEIZOM SOKACHESKI 10728975 Pág. 26</p>	<p>- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "II" e "III".</p>	
<p>11. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga?</p>	<p>(X) Sim () Não</p>	<p>11462117 Pág. 6</p>	<p>- Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c art. 16, §§ 7º ao 10, da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVIII".</p>	

12. Consta algum registro de débito ou parcelamento do preço público de outorga?	<input type="radio"/> Sim <input checked="" type="radio"/> Não	11462117 Págs. 16-18	- Art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVII".	
13. Manifestação da Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM quanto à inexistência de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga;	<input checked="" type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não	11326773	- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, itens 46 e 47, subitem "V".	
14. Consta algum registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)?	<input type="radio"/> Sim <input checked="" type="radio"/> Não	11326331 Pág. 6	- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 51.	

APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
------------	--------------	--------	------------	-------------

<p>15. Declaração, <u>firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia</u>, de que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990; 	<p>() Sim () Não (X) Não se aplica</p>	<p>N/A</p>	<p>- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 49.</p>	
<p>16. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia.</p>	<p>() Sim () Não (X) Não se aplica</p>	<p>N/A</p>	<p>- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.</p>	

Observações Adicionais
- n/a

Conclusão
A documentação apresentada <u>está em conformidade</u> com o disposto na legislação.



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni**, **Assistente Técnico**, em 12/04/2024, às 10:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11326335** e o código CRC **176F0EB9**.

Referência: Processo nº 53115.004400/2023-68

SEI nº 11326335



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 6420/2024/SEI-MCOM

PROCESSO: 53115.004400/2023-68

INTERESSADA: FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONJUR. EXISTÊNCIA DE PARECER REFERENCIAL. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES PARA DELIBERAÇÃO.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Fundação Nossa Senhora do Rocio**, inscrita no **CNPJ nº 76.000.447/0001-22**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Curitiba/PR, vinculado ao **FISTEL nº 50447122720**, referente ao período de 1º de maio de 2023 a 1º de maio de 2033.
2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

ANÁLISE

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela

legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se originalmente à Rádio Club Paranaense Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, conforme Decreto nº 1.293, de 23 de dezembro de 1936, publicado no Diário Oficial da União do dia 30 de dezembro de 1936 (SEI 11462428 - Págs. 13-14). Posteriormente, mediante o Decreto nº 76.237, de 10 de setembro de 1975, **a concessão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1973**, para que "*a Fundação Nossa Senhora do Rocío, sob a denominação Rádio Clube Paranaense, passe a executar na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média de âmbito nacional*" (SEI 11463675 e 11463678).

7. Ademais, importa ressaltar que a outorga foi adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013. A adaptação materializou-se pela celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cuja cópia se encontra colacionada aos autos (SEI 11462428 - Págs. 9-12).

8. Em consulta à pasta cadastral da referida pessoa jurídica, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao decênio de **2003-2013**. De

acordo com o Decreto s/nº, de 5 de março de 2010, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de março de 2010, **a concessão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2003.** O ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 26, de 2013, publicado no Diário Oficial da União do dia 4 de janeiro de 2013 (SEI 11462428 - Págs. 1-2).

9. Concernente ao período de **2013-2023**, a pessoa jurídica interessada apresentou o pedido de renovação no dia 31 de janeiro de 2013, gerando o protocolo nº 53000.005066/2013-85, acompanhado de parte da documentação exigida até então. Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 1º de novembro de 2012 e 1º de fevereiro de 2013. O processo foi alvo de diversas análises, porém, o decênio venceu antes da decisão da autoridade competente quanto à renovação (ou não) da outorga.

10. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

11. Esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

12. De todo modo, deve-se salientar que, por meio do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações firmou o entendimento de que *"Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente"* (SEI 11462662).

13. Pela análise dos autos, observa-se que, em **17 de fevereiro de 2023**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, em relação ao período de **2023-2033** (SEI 10728975 - Págs. 1-3). Portanto, o pedido de renovação da outorga é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera no prazo legal vigente, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 1º de maio de 2022 a 1º de maio de 2023.

14. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 11326335). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de

outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

15. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

16. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão de breve relato, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que o quadro diretivo coaduna com o último que foi homologado por este Ministério das Comunicações (SEI 11326335).

17. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 8 de abril de 2024 (SEI 11462117 - Págs. 7-14).

18. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em duas outorgas, e em uma outorga de onda curta, todas na localidade de **Curitiba/PR**; e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o diretor presidente Daniel Lúcio Santos Cordeiro e a diretora vice-presidente Sandra Pondaco Winandy compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão de sons e imagens, na localidade de Maringá/PR. Já a diretora 1º secretária Cleusa do Pilar Marino Sieiro, o diretor 2º secretário Marcelo José Martins Medeiros e o diretor tesoureiro Geizom Sokacheski não participam do quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

19. No tocante à exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em duas outorgas, no município de Curitiba/PR pela pessoa jurídica ora interessada e seus dirigentes, entende-se que, por uma delas se tratar de concessão oriunda do processo de adaptação de outorga, tal fato não representa afronta à legislação que rege a matéria, tendo em vista se tratar de excepcionalidade contida no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013.

20. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 11462117 - Págs. 2-5). Sobre o assunto, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não há Processo de Apuração de Infração em desfavor da pessoa jurídica interessada que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga (SEI 11326773).

21. A pessoa jurídica ora interessada juntou certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e

Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 11326335).

22. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SEI 11462689 - Pág. 1).

23. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que *"a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63"*, e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém *as mesmas condições dele decorrentes* –, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

24. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM

1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

25. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

26. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

27. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 20 de março de 2024, com validade até 19 de dezembro de 2033 (SEI 11462117 - Págs. 1 e 6).

28. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com *status* de "negativa", segundo consulta realizada na data de 8 de abril de 2024 (SEI 11462117 - Pág. 15). Logo, não há débitos vencidos

decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11462117 - Págs. 16-18). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**

29. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Curitiba/PR, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, ficando dispensada a análise individualizada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, uma vez que o caso concreto se amolda aos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, exarado no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12 (SEI 11462662).

CONCLUSÃO

30. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

31. Em caso de aprovação, sugere-se a remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

32. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

33. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 11/04/2024, às 17:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni**, **Assistente Técnico**, em 12/04/2024, às 10:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 12/04/2024, às 11:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 12/04/2024, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 12/04/2024, às 16:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11462431** e o código CRC **49A8DE3B**.

Minutas e Anexos

- Minuta de Portaria (11462707)
- Minuta de Exposição de Motivos (11462710)

Referência: Processo nº 53115.004400/2023-68

Documento nº 11462431

MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE PORTARIA

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.004400/2023-68,

RESOLVE:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à **FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 76.000.447/0001-22, número de inscrição no FISTEL nº 50447122720, a partir de 1º de maio de 2023, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Curitiba, estado do Paraná.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 11/04/2024, às 17:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni, Assistente Técnico**, em 12/04/2024, às 10:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 12/04/2024, às 11:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 12/04/2024, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 12/04/2024, às 16:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11462707** e o código CRC **A80784FC**.

MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.004400/2023-68, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 6.420/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº ____, de __ de ____ de ____, publicada em ____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2024, concessão outorgada à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO (CNPJ nº 76.000.447/0001-22), nos termos do Decreto nº 1.293, datado em 23 de dezembro de 1936, publicado em 30 de dezembro de 1936, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 11/04/2024, às 17:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni, Assistente Técnico**, em 12/04/2024, às 10:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 12/04/2024, às 11:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 12/04/2024, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 12/04/2024, às 16:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11462710** e o código CRC **C43FD169**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA MCOM Nº 12940, DE 15 DE ABRIL DE 2024

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.004400/2023-68,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à **FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 76.000.447/0001-22, número de inscrição no FISTEL nº 50447122720, a partir de 1º de maio de 2023, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Curitiba, estado do Paraná.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 26/04/2024, às 12:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11474671** e o código CRC **32C98CB7**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 15 de abril de 2024.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.004400/2023-68, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 6420/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 12.940, de 15 de abril de 2024, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2024, concessão outorgada à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO (CNPJ nº 76.000.447/0001-22), nos termos do Decreto nº 1.293, datado em 23 de dezembro de 1936, publicado em 30 de dezembro de 1936, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Curitiba, estado do Paraná.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 26/04/2024, às 12:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11474685** e o código CRC **D84EF4D7**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 49507/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora
Rafaela Calado e Silva Mello
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Portaria nº 12940/2024 (11474671) e a Exposição de Motivos nº 306/2024 (11474685)

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 6420/2024 (11462431), encaminho a Portaria nº 12940/2024 (11474671) e a Exposição de Motivos nº 306/2024 (11474685), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch, Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, em 23/04/2024, às 16:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11474691** e o código CRC **A1EB457B**.

Referência: Processo nº 53115.004400/2023-68

Documento nº 11474691


Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias

Comprovante de Recebimento



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 26/04/2024 17:20:58
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: Rosiane Caixeta da Silva
Ofício: 10301485
Data prevista de publicação: 29/04/2024
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
21582884	PORTARIA MCOM NA 12892.rtf	6e5c768128bb07b61fb006ee3435bca7	8,00	R\$ 311,36
21582885	PORTARIA MCOM NA 12970.rtf	694f61dc2dd2133a4d4d30b9db075add	11,00	R\$ 428,12
21582886	PORTARIA MCOM NA 12971.rtf	b434d1a8ebcb0ce3e746cae96d39d940	7,00	R\$ 272,44
21582907	PORTARIA MCOM NA 12973.rtf	31cd7a8b249711ccc519ed05a465fef6	10,00	R\$ 389,20
21582908	PORTARIA MCOM NA 12976.rtf	18476b328fbb1c6617f3ab3b46e0789b	10,00	R\$ 389,20
21582909	PORTARIA MCOM NA 12977.rtf	1d59fa5af30932a9b8a4a9d716155120	10,00	R\$ 389,20
21582910	PORTARIA MCOM NA 12895.rtf	c6972c97de1563db107215e93d35c05c	8,00	R\$ 311,36
21582911	PORTARIA MCOM NA 12930.rtf	4820e648786c94a6f062ee1575a9177a	10,00	R\$ 389,20
21582912	PORTARIA MCOM NA 12931.rtf	91521dfd83dafe538426019d4dbdef96	10,00	R\$ 389,20
21582913	PORTARIA MCOM NA 12936.rtf	f2fbd161c323a5bda7746a5916b801d2	9,00	R\$ 350,28
21582914	PORTARIA MCOM NA 12938.rtf	03e693c89cc14c6f7f923a826ebf90fd	8,00	R\$ 311,36
21582915	PORTARIA MCOM NA 12940.rtf	bfe127de0d0f599583bdf806a0be0edf	8,00	R\$ 311,36
21582916	PORTARIA MCOM NA 12966.rtf	2efe90d961ff78a3392a9f12a59ab1b2	8,00	R\$ 311,36
21582917	PORTARIA MCOM NA 12969.rtf	1a0e41ac5866a34fad9fb58cf921c73b	9,00	R\$ 350,28
TOTAL DO OFICIO			126,00	R\$ 4.903,92

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 29/04/2024 | Edição: 82 | Seção: 1 | Página: 12

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 12.940, DE 15 DE ABRIL DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.004400/2023-68, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 76.000.447/0001-22, número de inscrição no FISTEL nº 50447122720, a partir de 1º de maio de 2023, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Curitiba, estado do Paraná.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Id solicitação: 609429ca0a2c9

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO	
Nome Fantasia: CLUBE FM	
Telefone: (41) 33322772	E-mail: diretoria@evangelizarepreciso.com.br
CNPJ: 76.000.447/0001-22	Número do Fistel: 50447122720
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato:	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 19/12/2033	
Observações:	

Endereço Sede		
Logradouro: RUA AMAURI LANGE SILVERIO	Complemento:	
Bairro: PILARZINHO	Numero: 270	
Município: Curitiba	UF: PR	CEP: 82120000

Endereço do Transmissor		
Logradouro: R. Amauri Lange Silvério	Complemento:	
Bairro: Pilarzinho	Numero: 270	
Município: Curitiba	UF: PR	CEP: 82120000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Senador Correia	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: 55	
Município: Curitiba	UF: PR	CEP: 80010210

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Curitiba	UF: PR

Parâmetros Técnicos			
Canal: 167	Frequência: 81.3 MHz	Classe: A4	ERP Máxima: 5.521kW
HCI: 34 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 1

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 1015715807	Número Indicativo: ZYO612
Data Último Licenciamento: 20/03/2024	Número da Licença: 53500.014959/2024-33

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 25° 23' 43.01" S	Longitude: 49° 17' 4.99" W	Cota da base: 987 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 041981802252	Modelo: FM6,5s
Fabricante: Marcelo Amorim de Godoy -EPP	Potência de Operação: 3.3 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF7850JA	Fabricante: RFS CABOS ESPECIAIS		
Comprimento da Linha: 50 m	Atenuação: 1.01 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50 ohms

Antena Principal					
Modelo: IFFMC-4-81.3	Fabricante: IF TELECOM				
Ganho: 3.24 dBd	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 180 °	Polarização: Circular	HCI: 34 m	ERP Máxima: 5.52 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.05	5°: 0.06	10°: 0.06	15°: 0.07	20°: 0.08	25°: 0.08	30°: 0.09	35°: 0.09	40°: 0.1	45°: 0.1	50°: 0.1	55°: 0.1
60°: 0.1	65°: 0.09	70°: 0.09	75°: 0.09	80°: 0.09	85°: 0.1	90°: 0.1	95°: 0.1	100°: 0.11	105°: 0.11	110°: 0.09	115°: 0.13
120°: 0.11	125°: 0.11	130°: 0.14	135°: 0.15	140°: 0.15	145°: 0.16	150°: 0.16	155°: 0.16	160°: 0.16	165°: 0.16	170°: 0.15	175°: 0.15
180°: 0.15	185°: 0.14	190°: 0.14	195°: 0.14	200°: 0.14	205°: 0.14	210°: 0.14	215°: 0.14	220°: 0.14	225°: 0.13	230°: 0.13	235°: 0.13
240°: 0.13	245°: 0.12	250°: 0.12	255°: 0.11	260°: 0.1	265°: 0.09	270°: 0.08	275°: 0.07	280°: 0.06	285°: 0.05	290°: 0.03	295°: 0.02
300°: 0.01	305°: 0	310°: 0	315°: 0	320°: 0	325°: 0	330°: 0	335°: 0	340°: 0.01	345°: 0.02	350°: 0.03	355°: 0.04

Coordenadas por radial											
0°: Lat 25°16'52.78" S Lon 49°17'4.99" W	5°: Lat 25°18'38.28" S Lon 49°16'35.5" W	10°: Lat 25°19'23.79" S Lon 49°16'44.33" W	15°: Lat 25°18'42.95" S Lon 49°15'36.05" W	20°: Lat 25°17'57.61" S Lon 49°14'45.95" W	25°: Lat 25°18'5.57" S Lon 14°10.96" W	30°: Lat 25°17'43.58" S Lon 49°13'15.5" W	35°: Lat 25°17'28.04" S Lon 49°12'14.67" W	40°: Lat 25°17'48.69" S Lon 49°11'36.24" W	45°: Lat 25°17'45.72" S Lon 49°10'29.97" W	50°: Lat 25°17'59.87" S Lon 49°9'32.92" W	55°: Lat 25°18'9.53" S Lon 49°8'18.6" W
60°: Lat 25°18'40.36" S Lon 49°7'25.72" W	65°: Lat 25°19'21.09" S Lon 49°6'44.46" W	70°: Lat 25°20'7.69" S Lon 49°6'11.67" W	75°: Lat 25°20'56.25" S Lon 49°5'38.14" W	80°: Lat 25°21'48.47" S Lon 49°5'9.13" W	85°: Lat 25°22'45.69" S Lon 49°5'5.99" W	90°: Lat 25°23'42.5" S Lon 49°4'47.4" W	95°: Lat 25°24'40.98" S Lon 49°4'44.87" W	100°: Lat 25°25'40.67" S Lon 49°4'42.89" W	105°: Lat 25°26'39.87" S Lon 49°4'51.95" W	110°: Lat 25°27'46.61" S Lon 49°4'42.13" W	115°: Lat 25°28'48.17" S Lon 49°4'58.9" W
120°: Lat 25°29'41.81" S Lon 49°5'35.63" W	125°: Lat 25°30'37.43" S Lon 49°6'8.56" W	130°: Lat 25°31'24.5" S Lon 49°6'55.07" W	135°: Lat 25°32'0.71" S Lon 49°7'53.1" W	140°: Lat 25°32'35.01" S Lon 49°8'50.02" W	145°: Lat 25°33'15.84" S Lon 49°9'40.26" W	150°: Lat 25°34'5.09" S Lon 10°26.75" W	155°: Lat 25°34'55.56" S Lon 1°17.23" W	160°: Lat 25°34'53.64" S Lon 2°34.34" W	165°: Lat 25°34'44.91" S Lon 3°48.35" W	170°: Lat 25°34'43.86" S Lon 4°14'55.8" W	175°: Lat 25°34'56.24" S Lon 5°59.69" W
180°: Lat 25°34'39.85" S Lon 49°17'4.99" W	185°: Lat 25°33'54.82" S Lon 49°18'4.33" W	190°: Lat 25°34'11.17" S Lon 49°19'7.78" W	195°: Lat 25°33'59.11" S Lon 49°20'8.01" W	200°: Lat 25°34'22.45" S Lon 1°23.03" W	205°: Lat 25°34'16.89" S Lon 2°32.73" W	210°: Lat 25°33'11.72" S Lon 49°23'9.02" W	215°: Lat 25°32'29.25" S Lon 49°23'53.5" W	220°: Lat 25°31'47.82" S Lon 4°35.99" W	225°: Lat 25°30'50.36" S Lon 4°58.76" W	230°: Lat 25°25'30'8.39" S Lon 25°34.18" W	235°: Lat 25°29'24.12" S Lon 49°26'5.11" W
240°: Lat 25°25'28'33.2" S Lon 26°22.31" W	245°: Lat 25°27'30.22" S Lon 49°26'5.3" W	250°: Lat 25°26'58.13" S Lon 6°59.71" W	255°: Lat 25°26'4.46" S Lon 26°50.87" W	260°: Lat 25°25'13.7" S Lon 49°26'36.4" W	265°: Lat 25°24'28.37" S Lon 6°42.95" W	270°: Lat 25°25'23'42.7" S Lon 26°39.84" W	275°: Lat 25°25'23'1.21" S Lon 25°50.54" W	280°: Lat 25°22'18.33" S Lon 5°54.82" W	285°: Lat 25°25'21'43.1" S Lon 25°19.27" W	290°: Lat 25°21'20.91" S Lon 4°16.51" W	295°: Lat 25°25°21'3.54" S Lon 23°23.11" W
300°: Lat 25°20'27.25" S Lon 3°19.91" W	305°: Lat 25°20'25.7" S Lon 22°16.63" W	310°: Lat 25°20'14.12" S Lon 1°40.34" W	315°: Lat 25°19'53.23" S Lon 1°19.14" W	320°: Lat 25°19'26.83" S Lon 49°21'2.75" W	325°: Lat 25°19'59.6" S Lon 19°58.04" W	330°: Lat 25°18'57.53" S Lon 49°20'7.3" W	335°: Lat 25°18'57.16" S Lon 9°32.44" W	340°: Lat 25°19'49.03" S Lon 8°39.21" W	345°: Lat 25°19'47.09" S Lon 8°14.93" W	350°: Lat 25°18'4.4" S Lon 8°11.03" W	355°: Lat 25°16°54.34" S Lon 7°44.53" W

Distância por radial											
0°: 12.67	5°: 9.45	10°: 8.13	15°: 9.59	20°: 11.35	25°: 11.5	30°: 12.82	35°: 14.14	40°: 14.28	45°: 15.6	50°: 16.48	55°: 17.94
60°: 18.68	65°: 19.12	70°: 19.41	75°: 19.85	80°: 20.29	85°: 20.14	90°: 20.58	95°: 20.73	100°: 21.02	105°: 21.17	110°: 22.05	115°: 22.34
120°: 22.19	125°: 22.34	130°: 22.19	135°: 21.75	140°: 21.46	145°: 21.61	150°: 22.19	155°: 22.92	160°: 22.05	165°: 21.17	170°: 20.73	175°: 20.87
180°: 20.29	185°: 18.97	190°: 19.7	195°: 19.7	200°: 21.02	205°: 21.61	210°: 20.29	215°: 19.85	220°: 19.56	225°: 18.68	230°: 18.53	235°: 18.38
240°: 17.94	245°: 16.63	250°: 17.65	255°: 16.92	260°: 16.19	265°: 16.19	270°: 16.04	275°: 14.72	280°: 15.01	285°: 14.28	290°: 12.82	295°: 11.65

300°: 12.08	305°: 10.62	310°: 10.03	315°: 10.03	320°: 10.33	325°: 8.42	330°: 10.18	335°: 9.74	340°: 7.69	345°: 7.54	350°: 10.62	355°: 12.67
-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	------------	-------------	------------	------------	------------	-------------	-------------

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:		Fabricante:	
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 5.52 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
530000156372014 71	281	Termo Aditivo	MC	28/11/2023	19/12/2023	Outros Atos Jurídico	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
		Ato	ORLE		05/01/2024	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	1050	Portaria	MC	12/11/1954	27/11/1954	Mudança de Local	Técnico
9999	76237	Decreto	CN	10/09/1975	10/09/1975	Renovação	Jurídico
9999	127	Portaria	MC	25/03/1982	07/04/1982	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	190883	Despacho	MC	19/08/1983	13/09/1983	Advertência	Jurídico
9999	88995	Decreto	CN	14/11/1983	16/11/1983	Renovação	Jurídico
9999	100492	Despacho	MC	10/04/1992		Advertência	Jurídico
9999	210796	Despacho	MC	21/07/1996	31/07/1997	Advertência	Jurídico
9999	11111	Decreto	PR	24/11/1998	25/11/1998	Renovação	Jurídico
9999	145	Decreto Legislativo	CN	23/05/2001	25/05/2001		Jurídico
9999	50	Portaria	MC	04/10/2001	10/10/2001	Multa	Jurídico
9999	509	Portaria	MC	04/10/2001	10/10/2001	Multa	Jurídico
9999	141201	Despacho	MC	14/12/2001		Advertência	Jurídico
9999	125	Portaria	MC	12/03/2009	14/12/2009	Multa	Jurídico

9999	0	Decreto	PR	05/03/2010	08/03/2010	Renovação	Jurídico
9999	26	Decreto Legislativo	CN	03/01/2013	04/01/2013	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	261	Ato	ER03	16/01/2015	19/01/2015	Homologação de Estúdio	Técnico
53516002661/2013 59	2605	Portaria	MCTIC	17/05/2017	23/05/2017	Multa	Jurídico
53500.065337/201 744	10488	Ato	ORLE	20/07/2017	07/08/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
530000355402012 12	3928	Portaria	MC	08/10/2019	06/11/2019	Multa	Jurídico
530000156372014 71	281	Termo Aditivo	MC	28/11/2023	19/12/2023	Adaptação de Outorga	Jurídico
531150044002023 68	12940	Portaria	MC	15/04/2024	29/04/2024	Renovação	Jurídico

Horário de funcionamento



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 50231/2024/MCOM

Brasília, 02 de maio de 2024

Ao Senhor
Ênio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (11474685)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta da Nota Técnica nº 6420/2024 (11462431), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos nº 306/2024 (11474685), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 02/05/2024, às 12:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11505041** e o código CRC **172D463A**.

Brasília, 3 de Maio de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.004400/2023-68, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 6420/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 12.940, de 15 de abril de 2024, publicada em 29 de abril de 2024, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2024, concessão outorgada à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO (CNPJ nº 76.000.447/0001-22), nos termos do Decreto nº 1.293, datado em 23 de dezembro de 1936, publicado em 30 de dezembro de 1936, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Curitiba, estado do Paraná.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 15423/2024/MCOM

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53115.004400/2023-68.

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 03/05/2024, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11508969** e o código CRC **59F36E19**.

Brasília, 3 de Maio de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.004400/2023-68, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 6420/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 12.940, de 15 de abril de 2024, publicada em 29 de abril de 2024, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2024, concessão outorgada à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO (CNPJ nº 76.000.447/0001-22), nos termos do Decreto nº 1.293, datado em 23 de dezembro de 1936, publicado em 30 de dezembro de 1936, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Curitiba, estado do Paraná.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



1

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial)

Ementa: PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 00738.000159/2023-12. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL). ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) n° 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) n° 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial);

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

I – RELATÓRIO

1. Por meio do Ofício Interno n° 42345/2023/MCOM, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), com fundamento no art. 223, § 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, § 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei n° 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 110 e ss. do Decreto n° 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do DESPACHO n. 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, solicitou informações à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo n° 00738.000159/2023-12 - SUPER):

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora.

2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.

3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.

4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU n° 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA N° 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar n° 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo n° 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar n° 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e

b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.
6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.
7. A análise de processos administrativos que tratem da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.
8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

(...)

4. Inicialmente, deve-se destacar que o mencionado Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU fez alusão somente aos processos de renovação de outorga de radiodifusão sonora (Rádio), de modo que esta manifestação se restringe àquela tipologia de processo administrativo.
5. Como é sabido, os prazos das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão sonora podem ser renovados pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
6. De acordo com o art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, a renovação de outorga constitui direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento de alguns requisitos. Vale dizer, a análise dos processos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão leva em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos; observância aos limites de outorgas tanto pelas concessionárias ou permissionárias quanto pelos seus respectivos sócios e dirigentes; bem como a regularidade fiscal, trabalhista, técnica da estação de radiodifusão e do quadro societário e diretivo das pessoas jurídicas.
7. Em suma, os parâmetros de análise e o respectivo fluxo processual encontram-se delimitados pela Constituição Federal, pela citada Lei nº 4.117/1962, pela Lei nº 5.785/1972, pelo Decreto-Lei nº 236/1967, pelo Decreto nº 52.795/1963 e pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023. Trata-se, pois, de procedimento administrativo que possui considerável regulamentação do Poder Público, por normativos de diferente grau hierárquico, o que demanda atenção na interpretação dos comandos legais durante a análise dos processos.
8. Não se pode esquecer, ademais, que, durante o exame dos pedidos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, leva-se em consideração também as manifestações provenientes da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.
9. Segundo o art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, as pessoas jurídicas interessadas na renovação das respectivas concessões e permissões dos serviços de radiodifusão deverão apresentar requerimento perante o Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, sendo permitida a execução do serviço em caráter precário, caso expire o prazo da outorga sem decisão sobre o pedido de renovação, a saber:

Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.
10. Portanto, durante a análise dos requerimentos administrativos de renovação de outorga, busca-se identificar se os prazos legais previstos à época da protocolização do pedido foram devidamente observados pelas pessoas jurídicas interessadas na renovação (art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972).
11. Ocorre que há situações excepcionais que fogem à regra geral, como os diferentes casos em que o respectivo pedido de renovação fora apresentado após o encerramento do prazo legal e aqueles em que há sobreposição de períodos de outorga, com manifestação de interesse na renovação da outorga somente no período de outorga mais atual. Além disso, há ainda os casos em que não foi encontrado o correspondente extrato do contrato de concessão ou permissão celebrado entre as partes, o que dificulta a contagem do prazo da outorga (10 anos para Rádio e 15 anos para TV) e a aferição do prazo para requerer a renovação (12 meses).
12. Em outras palavras, as situações não alcançadas pelo art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, que é a regra geral, exige uma análise mais cuidadosa das circunstâncias envolvidas, com forma de identificar a presença de elementos que autorizam a aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022, que tratam de regras excepcionais que autorizam, em tese, o conhecimento de pedido de renovação protocolados de forma extemporânea. Veja-se a dicção dos textos legais citados:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

Art. 3º As concessionárias ou permissionárias de serviços de radiodifusão que se encontrem com suas outorgas vencidas, e que não tenham solicitado a renovação da respectiva outorga até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), terão o prazo de 90 (noventa) dias para que se manifestem quanto ao interesse na continuidade da execução do serviço.

13. Os limites de outorga e os demais elementos correlacionados também fazem parte da análise dos processos de renovação de outorga, sendo aferidos mediante pesquisa ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO, no qual constam os registros de outorga por pessoa natural e por pessoa jurídica. O extrato do SIACCO é analisado à luz do que se encontra no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, no art. 38, alínea "g", da Lei nº 4.117/1962, no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013, *in verbis*:

Decreto-Lei nº 236/1967

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

1) Estações radiodifusoras de som:

a - Locais:

Ondas médias - 4

Frequência modulada -

6 b - Regionais:

Ondas médias - 3

Ondas tropicais - 3

sendo no máximo 2 por

Estados c - Nacionais:

Ondas médias -

2 Ondas curtas -

2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

§ 1º - Cada estação de ondas curtas poderá, fora das limitações estabelecidas no artigo, utilizar uma ou várias frequências, que lhe tenham sido consignadas em leque.

§ 2º - Não serão computadas para os efeitos do presente artigo, as estações repetidoras e retransmissoras de televisão, pertencentes às estações geradoras.

§ 3º - Não poderão ter concessão ou permissão as entidades das quais faça parte acionista ou cotista que integre o quadro social de outras empresas executantes do serviço de radiodifusão, além dos limites fixados neste artigo.

§ 4º Os atuais concessionários e permissionários de serviços de radiodifusão, bem como os cotistas e acionistas dessas empresas, que não atendem às limitações estipuladas neste artigo, deverão a ele ir-se adaptando, na razão de vinte e cinco por cento (25%) do excesso ao ano, a contar de um ano da data da publicação desta lei. ([Redação dada pela Lei nº 5.397, de 1968](#))

§ 5º - Nenhuma pessoa poderá participar da direção de mais de uma empresa de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites estabelecidos neste artigo.

Lei nº 4.117/1962

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade.

Regulamento dos Serviços de Radiodifusão

Art. 14. O procedimento licitatório terá início com a publicação de aviso no Diário Oficial da União, que deverá conter a indicação do local e as condições em que os interessados poderão obter o texto do edital, bem assim o local, a data e a hora para a apresentação das propostas para fins de habilitação e julgamento.

[...]

§ 3º A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não poderão ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade.

Decreto nº 8.139/2013

Art. 3º O deferimento do requerimento a que se refere o § 1º do art. 2º ficará condicionado à comprovação de: [...]

§ 2º Deferido o pedido de que trata o § 1º do art. 2º, a entidade e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo ficarão submetidas ao limite de duas outorgas de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade objeto da adaptação, sem prejuízo da aplicação do limite previsto no [art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), sobre suas outorgas de serviços de radiodifusão em outras localidades.

14. De modo geral, a documentação necessária para instruir o processo de renovação de outorga se encontra prevista no art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 10.775/2021, a saber:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de

habilitação:

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

V - prova de inscrição no CNPJ;

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

XI - declaração de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as [linhas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990](#).

15. Ademais, os processos de renovação de outorga são instruídos com os documentos que demonstram o atendimento ao que consta no art. 222, § 1º, da Constituição Federal, no art. 5º, § 1º, da Lei 12.485/2011, no art. 112, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.

16. Com efeito, essa documentação se refere aos comprovantes de nacionalidade daqueles que figuram no corpo societário e diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão; à declaração firmada pelo representante legal asseverando que inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485/2011; à certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel e ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações – SIGEC/ANATEL; bem como à licença para funcionamento da estação de radiodifusão.

17. Explicitadas, portanto, as nuances envolvidas durante a análise dos processos de renovação de outorga, passe-se a responder os questionamentos consubstanciados no item 8 do referido Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

18. Em relação ao estoque processual, há aproximadamente 4.130 processos de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial em tramitação nesta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. A edição de parecer referencial pode representar maior celeridade processual, por dispensar a análise individualizada de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações e, ao mesmo tempo, reduzir uma instância de deliberação daqueles feitos.

19. Por outro lado, o grau de detalhamento e complexidade exigido pela legislação de radiodifusão por ocasião do exame dos processos de renovação de outorga recomenda que eventual edição de parecer referencial explicita, na medida do possível, os casos excepcionais que porventura demandará análise individualizada da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações. A título exemplificativo, segue relação de situações peculiares que podem acontecer durante a análise desses processos, como forma de contribuir com o exame a ser levado a efeito pela unidade consultiva:

a) as hipóteses de aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022 quando envolver requerimentos apresentados após o encerramento do prazo legal;

b) as situações envolvidas na protocolização de requerimento de renovação antes do prazo previsto na legislação;

c) os casos excepcionais de aferição de limites quando o extrato do SIACCO revelar a presença de outorgas *aperfeiçoadas* e não *aperfeiçoadas* em quantidade acima do permitido;

d) os casos em que se constatar a presença de pessoas falecidas ou menores no quadro societário das pessoas jurídicas interessadas na renovação ou de registro de penhora ou bloqueio de cotas na certidão simplificada;

e) as situações envolvidas na sobreposição de 1 (um) ou mais períodos de outorga sem renovação aprovada pelo Congresso Nacional, conforme preconizado no art. 223, § 3º, da Constituição Federal;

f) os casos em que se constatar, durante a análise da renovação da outorga, a existência de processo administrativo de apuração de infração que tenha resultado ou que possa resultar na aplicação da penalidade de cassação da outorga; e

g) os casos em que houver o indeferimento do pedido de renovação de outorga;

20. Sendo assim, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifesta pela devolução dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para continuidade de sua análise.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial). Portanto, a MJR não trata de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de sons e imagens, assim como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora comunitária ou com fins

exclusivamente educativos.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a dispensa da apreciação individualizada pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há ganho de eficiência, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a uniformização da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da celeridade e da economicidade administrativa.

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o volume de processos com matéria repetida ; e (ii) a natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos.

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, que disciplina a utilização da MJR:

Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, que é superior a quatro mil processos, além dos pedidos administrativos posteriores que serão apresentados sobre o mesmo assunto (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

17. A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.

18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

Enunciado nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente aos pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).

20. No que se refere aos itens 11 e 12 da NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM, convém esclarecer que deve ser apresentada consulta a esta Consulta Jurídica, se houver dúvida jurídica sobre o assunto.

21. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com validade de dois anos, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

II.2 - RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

22. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea “a”, art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6º, alínea “d”, art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

23. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados os há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1º, da CF; e art. 38, alínea “a”, do CBT).

24. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

25. A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado

por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5º, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

26. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

II.2.2 - ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

27. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR).

28. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).

29. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de outorga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.

30. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de preempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

31. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

32. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de preempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

33. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022.

34. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

Regra de tempestividade	Base legal
(I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 em sua redação anterior à MPV nº 757, de 2016.
(II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5.785), devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados nos 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 com redação da MPV nº 757, de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017.
(III) Requerimentos de renovação intempestivos protocolados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de	

maio de 2022 devem ser conhecidos como se tempestivos fossem. Essa regra se aplica inclusive aos casos de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.	Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação da Lei nº 14.351, de 2022.
(IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei nº 14.351, de 2022).	Art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022.

35. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

36. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71). Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; iii) prova de inscrição no CNPJ; iv) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; v) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; vi) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; vii) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e viii) declaração de que: a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 113 do RSR).

38. É oportuno destacar que a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que “a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica também condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, inclusive em caso de parcelamento (vide art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar os seguintes limites: i) estações radiodifusoras de som: a) locais: quatro de ondas médias e seis de frequência modulada; b) Regionais: três de ondas médias e três de ondas tropicais, sendo no máximo duas por estado; c) nacionais: duas de ondas médias e duas de ondas curtas. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter duas outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do

Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, caput, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da sociedade empresária detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente^{[11](#)}.

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, não se deve aplicar esta MJR e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

II.2.3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

Requisito	Base normativa
i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País.	Art. 222, caput, da CF.
ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, "a" do CBT.
iii) A gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, "a" do CBT.
iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão.	Art. 14, § 3º, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967.
v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações.	Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR.
viii) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso II, do RSR.
ix) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
x) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
xi) Prova de inscrição no CNPJ.	Art. 113, inciso V, do RSR.
xii) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.	Art. 113, inciso VI, do RSR.
xiii) Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel.	Art. 113, inciso VII, do RSR.
xiv) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço –	Art. 113, inciso VIII, do RSR.

FGTS.	
xv) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.	Art. 113, IX, do RSR.
xvi) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR.	Art. 113, XI, do RSR.
xvii) Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento.	Art. 31-A, § 7º, e Art. 112, § 3º, do RSR.
xviii) Licença de funcionamento da estação válida.	Art. 31-A, I, do RSR.

48. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos (vide item 9 da listagem acima), tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3º, do RSR).

49. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar o quadro societário da entidade que presta o serviço de radiodifusão, deve observar os seguintes requisitos: i) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 15, § 15º, do RSR).

50. Acrescente-se, por necessário, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR).

51. Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

II.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de concessão ou permissão (vide art. 223, §§ 1º a 3º da CF; art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

55. Sugere-se o seguinte modelo de minuta de portaria ministerial que trata da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial):

MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº **xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx**, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade **[denominação do outorgado]**, Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº **[xx.xxx.xxx/xxxx-xx]**, número de inscrição no FISTEL nº **[xxxxxxxxxx-xx]**, a partir de **[xxxxxx]**, para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora **[em frequência modulada/ondas**

médias], no município de [identificação do município], estado de [identificação do Estado].

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]

Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº 1, de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

III – CONCLUSÃO

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, não se deve aplicar esta MJR e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial); vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui validade por dois anos, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N . 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 05 de outubro de 2023.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Notas

1. [^] [Vale lembrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do PARECER n. 00124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU \(NUP nº 01250.002830/2019-19\), manifestou-se no sentido de que o conhecimento do último pedido de renovação de outorga também engloba os períodos anteriores.](#)



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1301131654 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:27. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02149/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA

ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio comercial. Renovação de outorga.

1. Aprovo o **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, que trata dos requisitos para o deferimento de requerimentos de renovação de outorga para a prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 19 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1314323157 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:46. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 29/04/2024 | Edição: 82 | Seção: 1 | Página: 12

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 12.940, DE 15 DE ABRIL DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.004400/2023-68, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 76.000.447/0001-22, número de inscrição no FISTEL nº 50447122720, a partir de 1º de maio de 2023, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Curitiba, estado do Paraná.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO



Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 6492/2024/SEI-MCOM

PROCESSO: 53900.042151/2015-42

INTERESSADA: RÁDIO EMISSORA VANGUARDA LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONJUR. EXISTÊNCIA DE PARECER REFERENCIAL. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES PARA DELIBERAÇÃO.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Emissora Vanguarda Ltda**, inscrita no CNPJ nº **71.457.725/0001-51**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Sorocaba/SP, vinculado ao **FISTEL nº 02008022080**, referente ao período de 27 de novembro de 2015 a 27 de novembro de 2025.
2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

ANÁLISE

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte

documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à **Rádio Emissora Vanguarda Ltda** a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 1.044, de 21 de novembro de 1975, publicada no Diário Oficial da União do dia 27 de novembro de 1975 (SEI 11466853 - Pág. 3-4).

7. Em consulta à pasta cadastral da referida pessoa jurídica, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao decênio de **2005-2015**. De acordo com a Portaria nº 299, de 19 de junho de 2007, publicada no Diário Oficial da União do dia 27 de junho de 2007, **a permissão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 27 de novembro de 2005**. O ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 540, de 2012, publicado no Diário Oficial da União do dia 13 de novembro de 2012 (SEI 11466853 - Págs. 1-2).

8. Pela análise dos autos, observa-se que, em **20 de agosto de 2015**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, em relação ao período de **2015-2025** (SEI 0674915 - Pág. 2). Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei

nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 27 de maio de 2015 e 27 de agosto de 2015.

9. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 11234070). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

10. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

11. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 11234070).

12. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 9 de abril de 2024 (SEI 11464472 - Págs. 7-11).

13. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em duas outorgas, na localidade de **Sorocaba/SP**, e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, as sócias administradoras Cecília Ferreira Pavlovsky e Tania Ferreira Pavlovsky compõem o quadro de outra pessoa jurídica que explora o serviço de radiodifusão de sons e imagens, na localidade de Sorocaba/SP. Já sócia administradora Maria Aparecida Pavlovsky não participa do quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

14. Em relação à exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em duas outorgas no município de Sorocaba/SP pela permissionária e pelos seus sócios/administradores, entende-se que, por uma delas se tratar de permissão oriunda de processo de adaptação de outorga, tal fato não representa afronta à legislação que rege a matéria, pois é excepcionalidade contida no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013 (SEI 11466927). Veja-se que uma das outorgas foi adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos do Decreto nº 8.139, mediante o Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cuja cópia encontra-se colacionada aos autos (SEI 11466856).

15. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 11464472 - Págs. 2-5). Sobre o assunto, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não há Processo de Apuração de Infração em desfavor da pessoa jurídica interessada que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga (SEI 11471607).

16. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 11234070).

17. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SEI 11464475 - Pág. 1).

18. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que *"a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63"*, e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém *as mesmas condições dele decorrentes* –, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

19. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e

permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

20. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional

habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

21. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

22. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 24 de setembro de 2021, com validade até 27 de novembro de 2025 (SEI 11464472 - Págs. 1 e 6).

23. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com *status* de "negativa", segundo consulta realizada na data de 9 de abril de 2024 (SEI 11464472 - Pág. 12). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11464472 - Págs. 14-18). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**

24. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Sorocaba/SP, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, ficando dispensada a análise individualizada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, uma vez que o caso concreto se amolda aos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, exarado no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12 (SEI 11464782).

CONCLUSÃO

25. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

26. Em caso de aprovação, sugere-se a remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

27. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

28. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 15/04/2024, às 12:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edineia Pereira da Costa, Chefe da Unidade Regional de Rio de Janeiro**, em 16/04/2024, às 09:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 16/04/2024, às 10:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 16/04/2024, às 11:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 16/04/2024, às 16:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11464486** e o código CRC **C3FF1CA7**.

Minutas e Anexos

- Minuta Portaria (11464495)
- Minuta Exposição de Motivos (11464493)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 09 de maio de 2024.

AOS PROTOCOLOS DA SAJ, SAG, CGINF e SE/CC-PR

ASSUNTO: Trata-se da renovação, outorgada à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 76.000.447/0001-2, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Curitiba, estado do Paraná.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 387 2024 MCOM.

Att,

Carlos Henrique T. Botelho
GSISTE



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho**, GSISTE NI, em 09/05/2024, às 09:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5730827** e o código CRC **73011871** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Referência: Exposição de Motivos nº 387/2024 MCOM, do Ministério das Comunicações.

Concluir registro nesta SE/CC/PR por tratar-se de processo de radiodifusão que encontra-se em análise na SAJ/CC/PR e na SAG/CC/PR, que são as Unidades competentes para análise sobre o tema.

ERLIA APARECIDA DE FIGUEIREDO CUNHA
Coordenadora-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Erlia Aparecida de Figueiredo Cunha, Coordenador(a)-Geral**, em 09/05/2024, às 10:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5731313** e o código CRC **D39B4536** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Casa Civil

Secretaria Especial de Análise Governamental

Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica

Radiodifusão

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 384/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

PROCESSO SEI Nº: 53115.004400/2023-68.**INTERESSADO:** SAJ/CC/PR.**REFERÊNCIA:** Exposição de Motivos nº 00387/2024 MCOM, de 3 de Maio de 2024, do Ministério das Comunicações.**ASSUNTO:** Renovação da outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Curitiba (PR).

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00387/2024 MCOM (5730126), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 53115.004400/2023-68, acompanhado da [Portaria nº 12.940, de 15 de abril de 2024](#), que renova a outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptada), pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2023, no município de Curitiba, estado do Paraná, sem direito à exclusividade, para a empresa FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO, inscrita no CNPJ sob o nº 76.000.447/0001-22, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, do [Código Brasileiro de Telecomunicações](#)^[1], e em conformidade com o [Regulamento dos Serviços de Radiodifusão](#)^[2].
2. Segundo o disposto no § 2º do art. 6º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência, nos termos do Código Brasileiro de Telecomunicações.
3. No presente processo, encontram-se registrados os seguintes documentos principais:
 - Parecer Jurídico Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU^[3], de 05/10/2023 (5730110), que informa que a análise individualizada dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora pelos órgãos consultivos é dispensável nas situações em que a área técnica do MCOM atesta, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos do parecer referencial;
 - Nota Técnica nº 6420/2024/SEI-MCOM, de 12/04/2024 (5730128, p. 153-160), da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE/MCOM), que, atendendo ao parecer jurídico referencial, registra, no item 29, que o caso concreto dispensa a análise jurídica individualizada e conclui pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785, de 1972, e dos arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963; e
 - Lista de Verificação de Documentos - Renovação de Outorga Comercial, de 12/04/2024 (5730115), com o registro de que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação.
5. Observa-se, ainda, que a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL mantém o cadastro das seguintes informações:
 - Quadro societário e da diretoria da empresa, conforme registrado no [SIACCO - Sistema de Acompanhamento de Controle Social](#)^[4]; e
 - Registros administrativos do canal, conforme registrado no [MOSAICO - Sistema Integrado de Gestão e Controle de Espectro](#)^[5], que disponibiliza acesso ao [Relatório do Canal](#).
6. Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível consultar o [Quadro de Sócios e Administradores - QSA](#) da empresa, que, no caso concreto, traz a seguinte descrição:

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	76.000.447/0001-22
NOME EMPRESARIAL:	FUNDACAO NOSSA SENHORA DO ROCIO
CAPITAL SOCIAL:	

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	DANIEL LUCIO SANTOS CORDEIRO
Qualificação:	16-Presidente

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 11/06/2024 às 13:54 (data e hora de Brasília).

7. Nesse sentido, considerando (i) que as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM são favoráveis ao pedido de renovação da outorga; (ii) que a documentação apresentada foi verificada pelo MCOM e está em conformidade com o disposto na legislação; (iii) que a documentação probatória da manutenção da regularidade deverá ser reapresentada por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato de permissão do serviço de radiodifusão sonora; e (iv) que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Presidência da República (SAG/CC/PR) **não tem óbices ao prosseguimento do feito**, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

8. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no [art. § 3º do art. 223 da Constituição Federal](#), sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do [Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023](#), c/c art. 49 do [Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024](#).

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

JEFFERSON MILTON MARINHO
Assessor
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO DE CARVALHO DUARTE
Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
(SAG/CC/PR)

[1] Instituído pela [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#).

[2] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).

[3] O Parecer Jurídico Referencial é disciplinado pela Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da [Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014](#), que disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos, dispensando a análise jurídica individualizada para questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, devendo ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

[4] O [SIACCO](#) é o sistema compartilhado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção de informações quanto aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A Anatel informa que foi decidida a desativação, exclusivamente, dos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sendo mantidas todas as suas funcionalidades para as operadoras de radiodifusão.

[5] O [MOSAICO](#) é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Milton Marinho, Assessor(a)**, em 30/08/2024, às 18:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duarte, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 30/08/2024, às 18:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Moretti, Secretário(a) Especial**, em 30/08/2024, às 18:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5809930** e o código CRC **DD5D6C79** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

53115.004400/2023-68

Nota SAJ - Radiodifusão nº 697 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

Interessado:	FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO
Assunto:	Serviço de Radiodifusão. Renovação de radio comercial FM. Encaminhamento da Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição).
Processo:	53115.004400/2023-68

Senhora Secretária Especial Adjunta,

I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 53115.004400/2023-68, com **renovação** de outorga do serviço de **radiodifusão comercial em Frequência Modulada (FM)** [1], pelo prazo de dez anos, cujo interessado é **FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO RÓCIO**NPJ nº 76.000.447/0001-22, na localidade de **Curitiba/PR**.
- O Ministério das Comunicações (MCOM) já havia outorgado originalmente a permissão, para que a rádio transmitisse sua programação. Devido ao fim do prazo de validade de tal permissão, a interessada pretende a renovação desta outorga, para continuar sua atividade de radiodifusão comercial em FM.
- Foram verificados os documentos produzidos pelo MCOM, que atestam a regularidade do procedimento.

II - ANÁLISE

- O direito à renovação decorre do cumprimento, pela outorgada, das exigências legais e das finalidades culturais a que se obrigou, condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público. O ato tem fundamento no art. 223, § 1º da Constituição Federal e encontra-se em consonância com a Lei nº 4.117/1962, sendo também regido pelo Decreto nº 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão – RSR), pela Portaria MC nº 329/2012, e legislação complementar. Com efeito, conforme o Código Brasileiro de Comunicações (Lei nº 4.117/1962), o prazo para exploração de serviço de radiodifusão sonora é de dez anos, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais.
- Nos casos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora (rádio), a competência encontra-se delegada ao Ministro das Comunicações, a quem cabe exercê-la com o auxílio de seus órgãos de assessoramento técnico e jurídico, em cumprimento aos princípios da eficiência, consagrado pelo art. 37 da Constituição, e da descentralização, previsto no art. 10, do Decreto-Lei nº 200/1967.
- De acordo com os autos do processo, tanto a **área técnica** quanto a **Consultoria Jurídica do MCOM** afirmam que o procedimento legal para a renovação da outorga foi devidamente cumprido, tendo a interessada apresentado a documentação necessária e seu requerimento de renovação de modo tempestivo. Assim, a verificação técnica e jurídica, com análise e aceitação dos documentos obrigatórios, bem como sua subsunção às normas vigentes, já foi realizada pelo Ministério das Comunicações, no uso de suas atribuições e competências, tendo se posicionado favoravelmente à outorga. Com base nessas análises ministeriais, o Ministro de Estado publicou sua **Portaria** de renovação.

7. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a comunicação social, cuja produção e a programação deverão observar os princípios enunciados no art. 221 da Constituição, os concernentes atos de renovação de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR indica^[2] a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

8. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, *"o constituinte deu feição de ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Poder Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4º, CF-1988"*^[3]. O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou de entidades públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.

9. Aponta-se ainda que eventuais complementações, desatualizações, dúvidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo particular poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura da renovação da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional), ou ainda ser apurada em procedimento administrativo próprio, de competência do MCOM^[4].

III - CONCLUSÃO

10. Do exposto, relacionado ao processo nº 53115.004400/2023-68, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal de 1988.

DANIEL CHRISTIANINI NERY

Secretário Adjunto de Infraestrutura- Substituto

APROVO.

MARIA ROSA GUIMARÃES LOULA

Secretária Especial Adjunta para Assuntos Jurídicos da Presidência da República - Substituta

(conforme Portaria SAJ/CC/PR nº 6, de 16 de março de 2023)

^[1] A "Frequência Modulada (FM)" é largamente utilizada para transmitir música e voz, rádio bidirecional, sistemas de gravação em fitas magnéticas e alguns sistemas de transmissão de vídeo. Apresenta uma ótima qualidade sonora, mas com limitado alcance. Em sistemas de rádio, a modulação em frequência com largura de banda suficiente fornece uma vantagem em cancelar ruídos que ocorrem naturalmente. A faixa de transmissão FM, difere entre as várias partes do mundo: nas Américas (ITU Região 2), esta faixa é de 87,7MHz a 108,0 MHz.

^[2] Vide art. 31 § 1º do Decreto nº 52.795/1963.

^[3] RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luí. *regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais*. Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006.

No mesmo sentido, STJ, no Recurso Especial nº 1.536.976 - SP (2015/0088137-6). Rel. Min. Humberto Martins.

^[4] Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.





Documento assinado eletronicamente por **Maria Rosa Guimarães Loula, Secretário(a) Especial Adjunto(a) substituto(a)**, em 07/08/2024, às 20:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5984067** e o código CRC **AFF0FB3B** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

MENSAGEM Nº 1012

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 12.940, de 15 de abril de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 29 de abril de 2024, que renova, a partir de 1º de maio de 2023, a concessão outorgada anteriormente conferida à Fundação Nossa Senhora do Rocio, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Brasília, 3 de setembro de 2024.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva da Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação de Atos Oficiais

Brasília-DF, na data da assinatura.

À Divisão de Arquivo Central - DIARQ

Assunto: **ARQUIVAMENTO DE PROCESSO**

1. Encaminhamos o presente processo e cópia do documento digital (6057283) para arquivamento, tendo em vista a publicação do ato e o encerramento da atuação nesta Divisão.

BIANCA CARDILO VALENTE
Supervisora
Divisão de Publicação de Atos Oficiais
Coordenação de Documentação



Documento assinado eletronicamente por **Bianca Cardilo Valente, Supervisor(a)**, em 04/09/2024, às 11:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6057285** e o código CRC **B13D3655** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 12.940, de 15 de abril de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 29 de abril de 2024, que renova, a partir de 1º de maio de 2023, a concessão outorgada anteriormente conferida à Fundação Nossa Senhora do Rocio, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Secretário Especial Adjunto

Brasília, na data da assinatura.

Ao Senhor Ministro de Estado Chefe
Casa Civil da Presidência da República
Dr. Rui Costa

Assunto: Encaminhamento de Mensagem nº 1.012, de 3 de setembro de 2024, ao Congresso Nacional, referente ao ato constante da Portaria nº 12.940, de 15 de abril de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 29 de abril de 2024, que renova, a partir de 1º de maio de 2023, a concessão outorgada anteriormente conferida à Fundação Nossa Senhora do Rocio, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Senhor Ministro,

O processo está devidamente instruído. Nada a opor à assinatura do Ministro - Minuta do Ofício (6059334).

Encaminhe-se ao Secretário Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.

GUSTAVO PONCE DE LEON SORIANO LAGO

Secretário Adjunto de Assuntos Legislativos
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República

APROVO.

Encaminhe-se ao Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

APROVO.

MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA

Secretário Especial
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago**, **Secretário(a) Adjunto(a)**, em 05/09/2024, às 10:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza**, **Secretário Especial**, em 05/09/2024, às 17:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6059337** e o código CRC **C3ADFDCA** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 1094/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 12.940, de 15 de abril de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 29 de abril de 2024, que renova, a partir de 1º de maio de 2023, a concessão outorgada anteriormente conferida à Fundação Nossa Senhora do Rocio, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 05/09/2024, às 18:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6061697** e o código CRC **03BC224F** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0